



RELATÓRIO ANUAL

2014



**RELATÓRIO
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

RELATÓRIO E CONTAS 2014

Banco de Cabo Verde
Cidade da Praia
2015

BANCO DE CABO VERDE

Avenida Amílcar Cabral, 27
CP 7600-101 - Praia - Cabo Verde
Tel: +238 2607000 / Fax: +238 2607197
<http://www.bcv.cv>

Edição

Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas
Departamento de Contabilidade e Controlo Financeiro

Impressão

Tipografia Santos, Lda

Tiragem

200 Exemplares

Índice

Estrutura Orgânica do Banco de Cabo Verde

Responsáveis pelos Órgãos de Gestão

Parte I. A Economia de Cabo Verde em 2014

Avaliação Global.....	13
Capítulo 1. Enquadramento Internacional	15
Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas	24
2.1. Política Monetária e Condições Monetárias e Financeiras	24
2.2. Política e Situação Orçamental.....	31
Capítulo 3. Procura e Produção	39
Capítulo 4. Preços.....	44
Capítulo 5. Contas Externas	47
Anexos Estatísticos.....	53

Parte II. O Sistema Financeiro em 2014

Capítulo 6. Sector Bancário.....	76
Capítulo 7. Sector Segurador	80
Capítulo 8. Mercado de Valores Mobiliários	85
Capítulo 9. Sistema de Pagamentos	88

Parte III. Actividades do Banco Central

Capítulo 10. Funções da Autoridade Monetária.....	96
10.1. Estudos Económicos e Estatísticas.....	96
10.2. Gestão de Activos Externos.....	98
10.3. Emissão Monetária.....	99
10.4. Representação Internacional e Cooperação Institucional.....	102
Capítulo 11. Estabilidade Financeira.....	104
11.1. Supervisão Prudencial das Instituições de Crédito e de Seguros.....	104
11.2. Supervisão Comportamental das Instituições de Crédito e de Seguros.....	105
11.3. Supervisão dos Mercados de Valores Mobiliários	107
Capítulo 12. Organização e Gestão de Recursos.....	110

Parte IV. Relatório e Contas

Capítulo 13. Relatório e Contas.....	117
--------------------------------------	-----

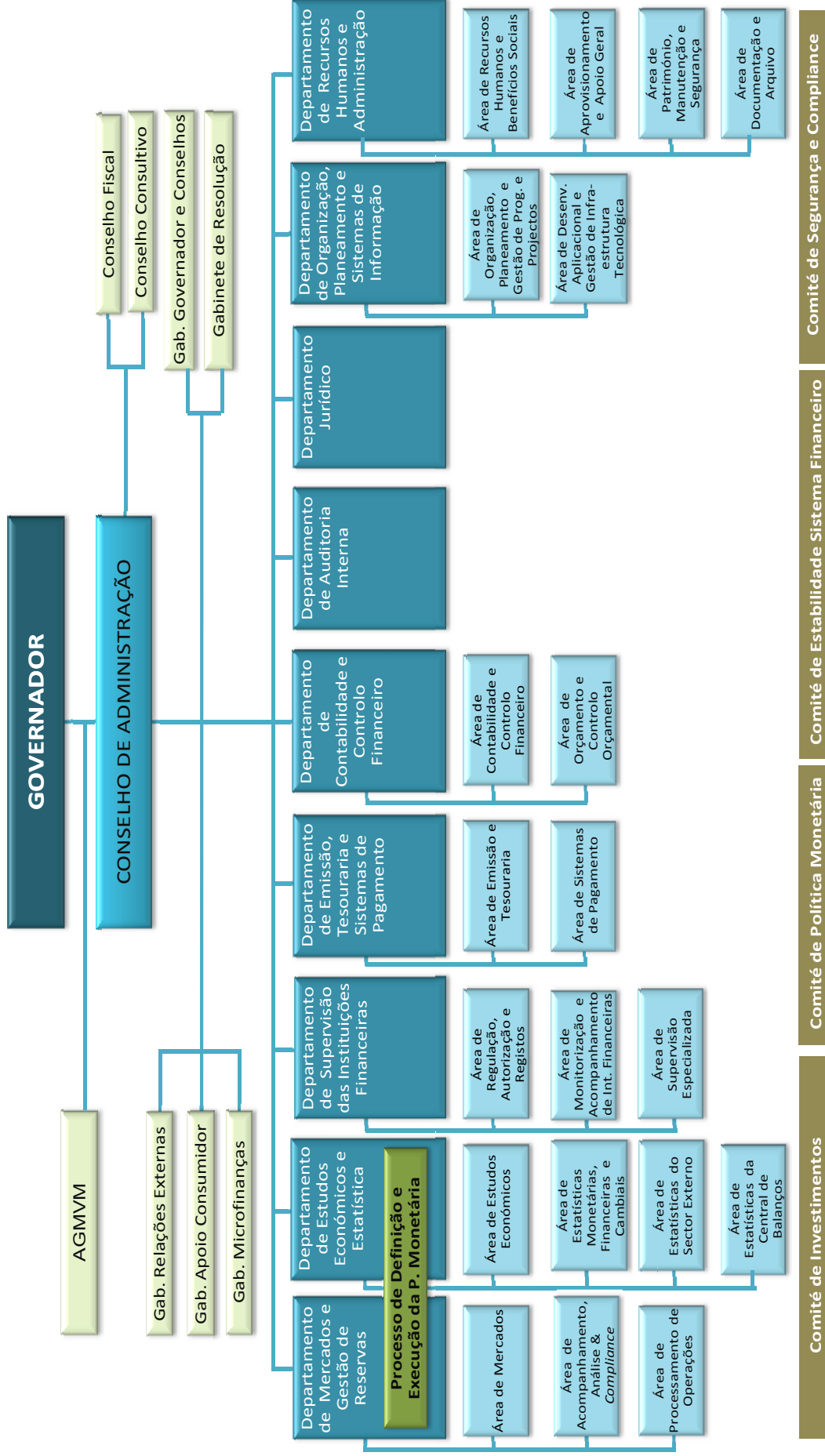
Índice de Figuras

Figura 1. Evolução do PIB Global, Economias Avançadas e Emergentes.....	15
Figura 2. Evolução dos Principais Indicadores da Economia da Zona Euro	16
Figura 3. Evolução dos Principais Indicadores da Economia dos EUA.....	18
Figura 4. Relações Económicas Cabo Verde-Angola.....	20
Figura 5. Transmissão da Política Monetária	25
Figura 6. Decomposição do Saldo Global e Despesas Correntes Primárias	32
Figura 7. Receitas Orçamentais e Receitas Fiscais	33
Figura 8. Juros da Dívida do Governo Central	34
Figura 9. Despesas do Governo Central.....	35
Figura 10. Caracterização da Carteira da Dívida do Governo Central.....	36
Figura 11. Contributos para o Crescimento do PIB.....	39
Figura 12. Competitividade Empresarial e Indicador de Clima Económico	39
Figura 13. Evolução do Rendimento Nacional e do PIB <i>per capita</i>	41
Figura 14. Evolução do Índice de Preços no Consumidor	44
Figura 15. Índice de Preços no Consumidor (Classes Seleccionadas)	45
Figura 16. Estrutura da Balança Corrente	47
Figura 17. Balanças de Rendimento e Transferências	49
Figura 18. Remessas e Depósitos de Emigrantes	50
Figura 19. Balança Financeira e Evolução das Reservas Externas	51
Figura 20. Evolução de Incumprimentos e do Crédito às Empresas	76
Figura 21. Evolução das Principais Rubricas do Passivo.....	77
Figura 22. Indicadores de <i>Performance</i> do Sector Segurador	80
Figura 23. Estrutura da Carteira de Prémios de Seguros.....	81
Figura 24. Estrutura dos Custos com Sinistros (Ramo não Vida)	83
Figura 25. Indicadores Prudenciais do Sector Segurador.....	84
Figura 26. Evolução dos Meios e Instrumentos de Pagamento.....	88
Figura 27. Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação	91
Figura 28. Transferências Apresentadas à Compensação por Participantes	92
Figura 29. Evolução dos Depósitos e Levantamentos de Numerário.....	101
Figura 30. Reclamações ao Gabinete de Apoio ao Consumidor.....	106

Índice de Quadros

Quadro 1. Principais Indicadores Económicos.....	14
Quadro 2. Principais Indicadores Macroeconómicos da África Subsariana.....	19
Quadro 3. Situação Monetária.....	28
Quadro 4 . Principais Indicadores Orçamentais.....	31
Quadro 5. Evolução do Comércio Externo de Bens e Serviços	48
Quadro 6. Principais Indicadores de <i>Performance</i> do Sistema Financeiro	75
Quadro 7. Evolução das Principais Rubricas do Activo.....	77
Quadro 8. Principais Rubricas do Passivo e do Capital Próprio.....	78
Quadro 9. Indicadores de Solidez do Sistema Bancário	79
Quadro 10. Taxa de Cedência por Ramos de Seguro	82
Quadro 11. Indicadores de <i>Performance</i> dos Mercados de Capitais	85
Quadro 12. Emissões no Mercado Primário.....	86
Quadro 13. Transacções no Mercado Secundário	86
Quadro 14. Cartões e Terminais da Rede Vinti4.....	90
Quadro 15. Emissão de Notas.....	99
Quadro 16. Circulação de Notas.....	100
Quadro 17. Contrafacção de Notas.....	101
Quadro 18. Nível Académico dos Trabalhadores.....	112
Quadro 19. Número de Participações em Acções de Formação.....	112

**ESTRUTURA ORGÂNICA DO
BANCO DE CABO VERDE**



Governador

Carlos Augusto Duarte de Burgo (Até Setembro de 2014)

Manuel Pinto Frederico (Interinamente de Outubro a Dezembro de 2014)

João António Pinto Serra (Desde Dezembro de 2014)

Conselho de Administração

Carlos Augusto Duarte de Burgo (Até Setembro de 2014)

Manuel Pinto Frederico (Até Dezembro de 2014)

João António Pinto Serra (Desde Dezembro de 2014)

Oswaldo Évora Lima (Desde Julho de 2008)

Carlos Manuel da Luz Delgado Rocha (Desde Maio de 2014)

Conselho Fiscal

Aristides Ortet Alcântara

Conselho Consultivo

João António Pinto Serra

Carlos Augusto Duarte de Burgo

Olavo Avelino Garcia Correia

Oswaldo Miguel Sequeira

Amaro Alexandre da Luz

Corentino Virgílio Santos

António Hilário Cruz

Paulo Santos Monteiro Jr.

Orlando Mascarenhas

Aristides Ortet Alcântara

Representante das Instituições Financeiras

Responsáveis pelos Órgãos de Gestão

Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários

Maria Encarnação Rocha

Gabinete do Governador e dos Conselhos

Faraílda Évora

Gabinete de Relações Externas

Faraílda Évora

Gabinete de Apoio ao Consumidor

Solange Lisboa Ramos

Gabinete de Resolução

Vasco Marta

Gabinete de Microfinanças

João Carlos Fidalgo

Departamento de Mercados e Gestão de Reservas

Teresa Henriques

Departamento de Emissão, Tesouraria e Sistemas de Pagamentos

Antónia Lopes

Departamento de Supervisão e Estabilidade do Sistema Financeiro

Suzy Brito

Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas

Ana Cristina Semedo

Departamento de Contabilidade e Controlo Financeiro

Maria Salomé Rodrigues

Departamento de Recursos Humanos e Administração

Jesuína Caixeirinho

Departamento de Organização, Planeamento e Sistemas de Informação

José Manuel Veiga

Departamento Jurídico

António Semedo

Departamento de Auditoria Interna

Yuri Spencer

PARTE I

A ECONOMIA DE CABO VERDE EM 2014

Avaliação Global

Num contexto de relativa melhoria do enquadramento externo, de manutenção de uma orientação de política monetária nacional acomodatória e de algum condicionamento do Orçamento do Estado à evolução das receitas, a economia cabo-verdiana evidenciou um dinamismo moderado.

As estimativas do Instituto Nacional de Estatística apontam para um crescimento real em torno dos 2,7 por cento (um por cento em 2013), algo favorecido pela recuperação, ainda que débil, da Área do Euro da mais longa recessão da sua curta história, bem como pelo contínuo fortalecimento das economias dos EUA e do Reino Unido. A redução expressiva do preço das matérias-primas energéticas, e em termos gerais dos preços na Área do Euro, ao contribuírem para a redução da inflação, também favoreceram o melhor desempenho da economia nacional. Entretanto, a propagação do Ébola na sub-região onde o país está inserido terá, em certa medida, condicionado o melhor desempenho da actividade turística, particularmente no terceiro trimestre do ano.

Com o respaldo da tendência desinflationista dos preços no consumidor e da ausência de pressões sobre as reservas externas (apesar do agravamento do défice da balança corrente), o Banco de Cabo Verde reforçou, em 2014, as medidas de estímulo ao financiamento de projectos de investimento viáveis, baixando as suas taxas de juro de referência em cerca de 200 pontos base. Adicionalmente, visando fortalecer os mecanismos de transmissão monetária, as medidas de afrouxamento monetário foram complementadas com outras, de âmbito mais operacional. Não obstante, numa conjuntura de prevalência de um elevado nível de liquidez excedentária no sistema bancário e de contínua materialização do risco de crédito, a transmissão monetária permaneceu aquém do desejável, como evidência a estagnação do crédito à economia.

Por seu turno, a conjuntura de dinamismo económico moderado, o aumento imprevisto das subvenções aduaneiras, no quadro de uma decisão judicial, e a persistência de constrangimentos de ordem processual na arrecadação das receitas fiscais condicionaram, em larga medida, a materialização da estratégia orçamental concebida para 2014. Entretanto, a redução das receitas públicas (ao contrário do que o Orçamento do Estado para 2014 previa) foi contrapesada por maiores contenções na execução das despesas de investimento e de funcionamento, o que determinou um desagravamento do défice orçamental (em cerca de 2,3 mil milhões de escudos). Assim, o *stock* da dívida pública aumentou para cerca de 114,2 por cento do PIB.

O contexto de persistência de um *output gap* negativo e de fragilidades inerentes às características geográficas e sociais do país, reforça o importante desafio de consolidação de Cabo Verde como país de rendimento médio, no quadro do desenvolvimento sustentado do tecido empresarial, da empregabilidade e da produtividade e, favorecendo, consequentemente, um crescimento económico mais acelerado e inclusivo.

Quadro 1. Principais Indicadores Macroeconómicos

	Unidades	2012	2013	2014
I. Sector Real				
Produto Interno Bruto	variação real em %	1,1	1,0	2,7
Inflação Média dos 12 meses	taxa variação em %	2,5	1,5	-0,2
Taxa de Desemprego	taxa variação em %	16,8	16,4	15,8
II. Sector Monetário e Cambial				
Activo Externo Líquido do Sistema	taxa variação em %	16,9	34,2	21,8
Reservas Internacionais Líquidas	taxa variação em %	16,7	17,7	21,1
Crédito Interno Líquido	taxa variação em %	3,8	3,5	2,5
Crédito à Economia	taxa variação em %	0,3	2,0	-0,1
Massa Monetária	taxa variação em %	6,3	11,0	7,3
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Nominal	2001=100; valores médios	104,1	104,5	104,4
Índice de Taxa de Câmbio Efectiva Real (*)	2001=100; valores médios	115,8	114,0	112,9
III. Sector Externo				
Balança Corrente + Balança de Capital	em % do PIB	-11,5	-4,3	-7,0
Balança Corrente	em % do PIB	-12,3	-4,6	-7,5
Reservas/Importações	meses	3,8	4,8	5,4
Posição de Investimento Internacional	em % do PIB	-130,1	-134,3	-136,5
IV. Finanças Públicas				
Saldo Global	em % do PIB	-10,3	-9,0	-7,3
Saldo Primário	em % do PIB	-8,4	-6,7	-5,1
Dívida Pública	em % do PIB	91,1	101,6	114,2

Fonte: Instituto Nacional de Estatística, Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

Notas: Os dados do PIB, do Sector Externo e das Finanças Públicas são provisórios. O PIB de 2013 e de 2014 são estimativas do Instituto Nacional de Estatística.

(*) Um aumento da taxa de câmbio efectiva real sinaliza a perda de competitividade-preço do país e vice-versa.

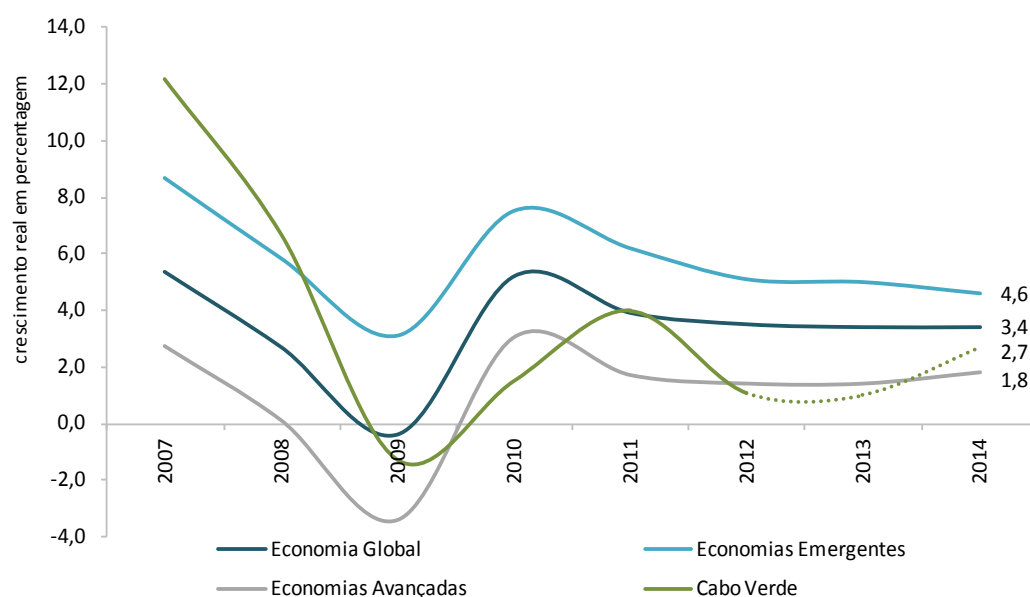
Capítulo 1. Enquadramento Internacional

O enquadramento externo da economia cabo-verdiana foi relativamente mais favorável em 2014, tendo a economia nacional beneficiado, em certa medida, da recuperação (ainda que ténue) da mais longa recessão da curta história da Área do Euro. O contínuo fortalecimento das economias dos EUA e do Reino Unido, a redução expressiva do preço das matérias-primas energéticas e a redução da inflação importada (em termos gerais) também favoreceram o melhor desempenho da economia nacional.

As estimativas preliminares do Fundo Monetário Internacional sugerem, entretanto, que o ritmo de crescimento da economia mundial permaneceu inalterado relativamente a 2013 (o PIB global cresceu 3,4 por cento tanto em 2014 como em 2013). O melhor desempenho das economias avançadas (cresceram em termos reais 1,8 por cento, 0,4 pontos percentuais acima do valor de 2013, não obstante a desaceleração da economia nipónica) foi mitigado pela *performance* menos favorável das economias emergentes e em desenvolvimento (que registaram um crescimento de 4,6 por cento, aquém dos cinco por cento registados no ano anterior e dos 5,4 por cento registados em termos médios nos últimos cinco anos).

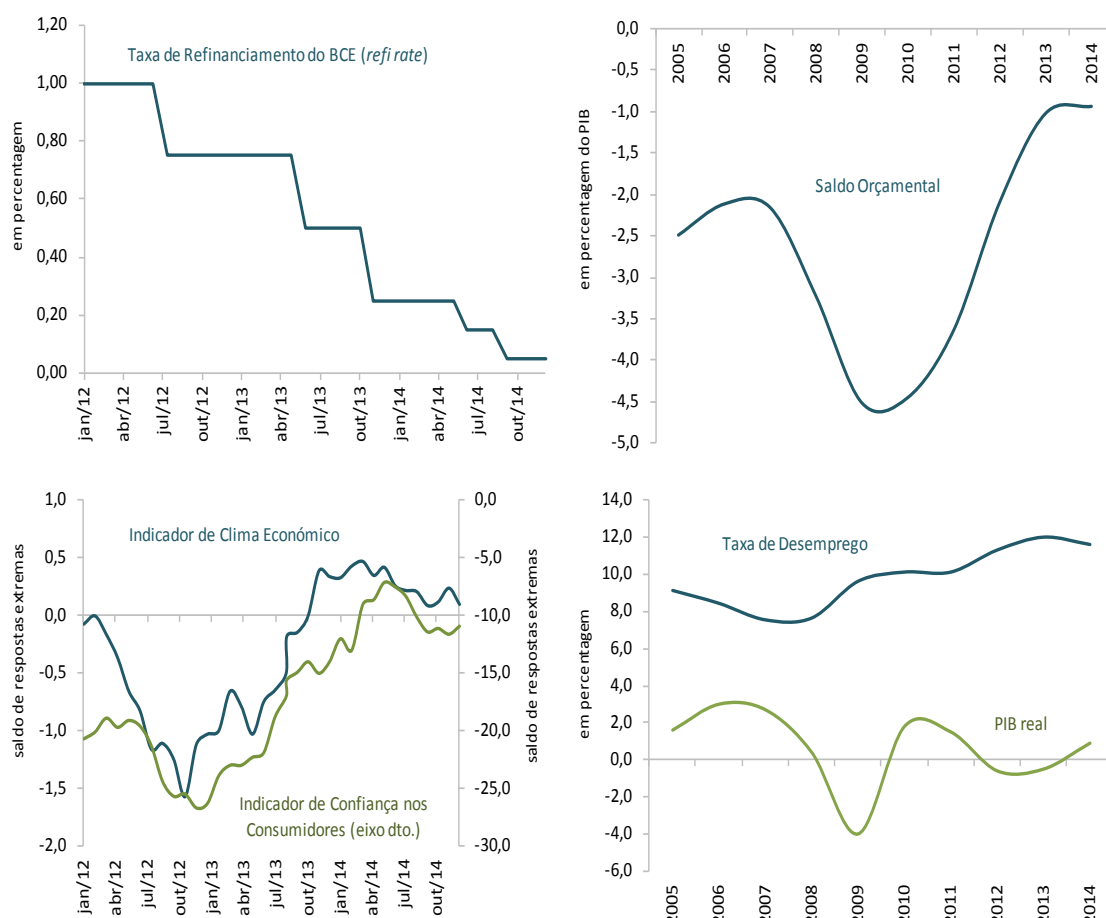
A Área do Euro, que reúne os principais parceiros económicos do país, registou um crescimento real de 0,9 por cento (-0,5 por cento em 2013), impulsionado principalmente pela recuperação da formação bruta de capital fixo e pelo aumento mais acelerado das exportações, favorecidos em certa medida pelo impacto real e nas expectativas dos agentes da moderação da consolidação orçamental e da implementação de uma política de afrouxamento monetário mais agressiva.

Figura 1. O contexto externo favoreceu algum dinamismo da actividade económica nacional. Não obstante, o ritmo de crescimento do país permaneceu aquém da média global.



Fonte: Fundo Monetário Internacional e Instituto Nacional de Estatística.

Figura 2. As medidas de política macroeconómica implementadas pelas autoridades da Área do Euro favoreceram a restauração da confiança dos agentes económicos e, por efeito, a actividade económica.



Fonte: Banco Central Europeu, Eurostat, Comissão Europeia e Fundo Monetário Internacional.

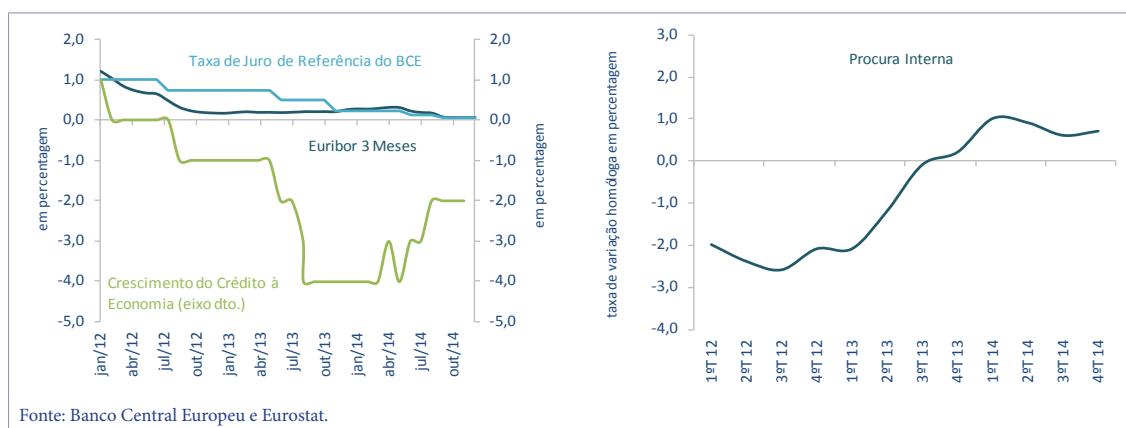
Embora positivo, o desempenho económico dos principais parceiros económicos do país ainda foi insuficiente para proporcionar melhorias consideráveis no mercado de trabalho, que continuou a registar níveis de desemprego em máximos históricos (em torno de 11 por cento da população activa).

A relativa ineficácia do mecanismo de transmissão monetária na Área do Euro, determinada também pela sua fragmentação financeira, aliada ao facto das políticas estruturais em implementação nas economias mais frágeis não produzirem efeitos imediatos (por terem sido acompanhadas de medidas de restrição da procura agregada impostas pela necessidade de consolidação dos balanços de Estados, famílias e empresas sobreendividadas), explica em boa medida a lenta recuperação económica da Área do Euro.

A Política Monetária do Banco Central Europeu

Em 2014, com o respaldo da redução das pressões inflacionistas e de alguma estabilização dos indicadores financeiros e prudenciais, o Banco Central Europeu assumiu, com mais propriedade, o papel de impulsionador do crescimento económico, pela via do incentivo à procura interna.

A conjuntura de ausência de pressões inflacionistas (aliás, de aumento do risco de desancoragem das expectativas de inflação de médio e longo prazos dos objectivos do Banco Central) favoreceu a adopção, a partir de Junho de 2014, de medidas de política acomodáticas pouco convencionais. Pela primeira vez, o BCE fixou a taxa que remunera as facilidades permanentes de depósitos num valor negativo (-0,1 por cento), quando reduziu em dez pontos base todas as suas taxas de referência. Adicionalmente, visando estimular o financiamento bancário ao sector privado não financeiro, o Conselho do BCE decidiu realizar, por um período de dois anos, uma série de operações adicionais de refinanciamento da banca por empréstimos concedidos às sociedades não financeiras e particulares (excluindo os empréstimos às famílias para aquisição de habitação) e suspendeu o programa de esterilização da liquidez, criado no âmbito do programa de intervenção nos mercados de títulos de dívida. Este pacote de medidas, focalizado na melhoria da eficácia da transmissão monetária, foi alargado em Setembro com a decisão de aquisição a partir de meados de Outubro de instrumentos de dívida titularizados, cujos activos subjacentes consistam em créditos sobre o sector privado não financeiro da Área do Euro, bem como de *covered bonds* (obrigações hipotecárias e obrigações sobre o sector público) denominadas em euros e emitidas por instituições financeiras monetárias estabelecidas na Área do Euro. Ainda, em Setembro, o BCE voltou a baixar em dez pontos base as taxas das principais operações de refinanciamento, da facilidade de cedência de liquidez e da facilidade de depósitos para, respectivamente 0,05, 0,3 e -0,2 por cento.



A transmissão monetária da Área do Euro, fragilizada pela fragmentação financeira, poderá se tornar mais efectiva através do canal de câmbios. Entretanto, a deflação dos preços no consumidor, tendo em conta o nível reduzido das taxas de juro, agrava o risco da política monetária vir a produzir um efeito perverso (uma vez que as taxas de juros reais, que orientam as decisões de investimento e de consumo, tendem a aumentar, contrariamente à intenção da Autoridade Monetária).

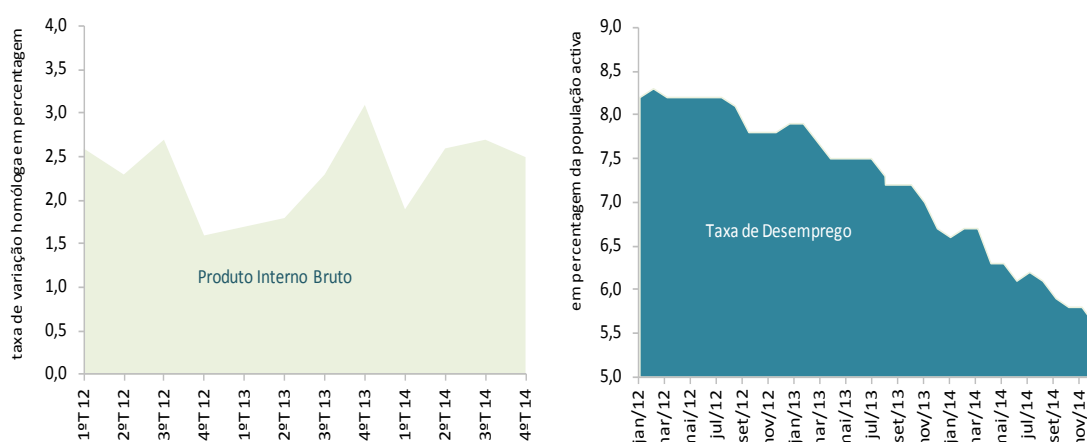
Os EUA e o Reino Unido, dois importantes parceiros económicos do país, foram, em 2014, as economias mais dinâmicas do grupo dos países avançados, crescendo em termos reais, respectivamente, 2,4 e 2,6 por cento (2,2 e 1,7 por cento em 2013).¹ No caso particular dos EUA, o crescimento (especialmente do consumo privado e do investimento privado não residencial) foi estimulado pelas condições monetárias globalmente favoráveis (nomeadamente pela manutenção das taxas de juro de referência da Reserva Federal entre

¹ Contrariamente, a economia nipónica entrou em recessão técnica no terceiro trimestre do ano, com a retracção da procura privada interna em função do aumento do imposto sobre o consumo. A deterioração da confiança dos consumidores, com a implementação da política fiscal, superou as expectativas positivas advenientes do efeito (multiplicador) do aumento dos investimentos públicos em infraestruturas.

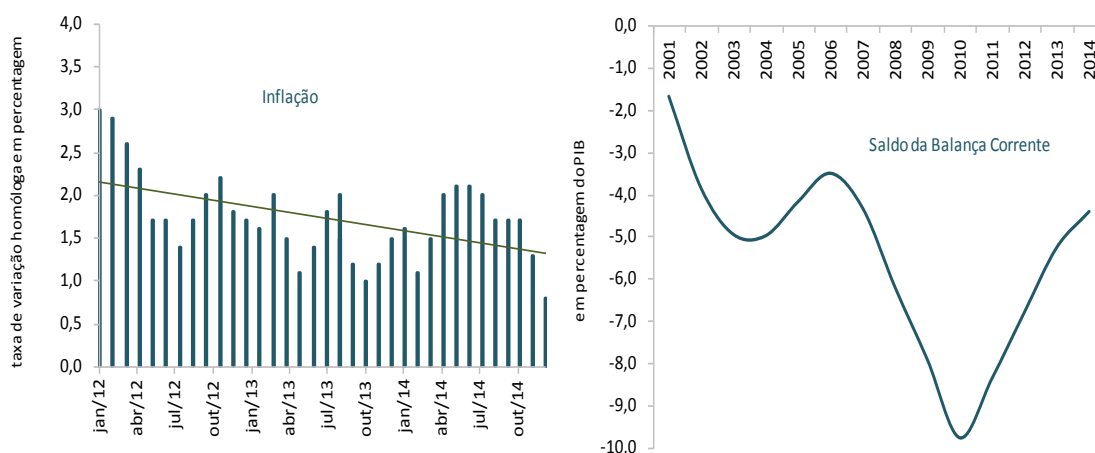
0 e 0,25 por cento), não obstante o processo de *phasing out* da política de *Quantitative Easing* 3 (QE3) e pela política orçamental menos restritiva.²

A implementação, desde o início da crise global, de medidas de política macroeconómica anti-cíclicas mais robustas pelos EUA, terá determinado a recuperação mais rápida e consistente da maior economia mundial da crise global despoletada em 2007. Esta tendência de recuperação económica é particularmente visível na redução da taxa de desemprego para o valor mais baixo desde 2008 (para 6,2 por cento da população activa), na contínua recuperação do sector imobiliário (com impacto relevante no rendimento disponível das famílias), bem como na evolução muito favorável da confiança dos consumidores e investidores.

Figura 3. O desempenho económico dos EUA melhorou consistentemente desde o segundo trimestre de 2014, depois de ter registado uma contracção no trimestre anterior, sobretudo explicada pelos impactos de condições meteorológicas adversas.



A redução da inflação nos EUA está muito relacionada aos efeitos da queda expressiva dos preços das matérias-primas energéticas, particularmente impulsionada pela produção de petróleo de xisto.



Fonte: Bureau of Economic Analysis, Bureau of Labor Statistics e Fundo Monetário Internacional.

Com um desempenho contrário ao do grupo das economias avançadas, as economias emergentes e em desenvolvimento apresentaram globalmente uma *performance* menos favorável em 2014.

² Note-se, entretanto, que além de manter as *fed funds rate* no limite mínimo, a autoridade monetária dos EUA perspectiva manter a actual carteira de títulos da dívida pública, efectuando, para o efeito, o *rollover* dos títulos a vencer. A manutenção do cariz acomodatório da política monetária é justificada pela necessidade de manter um nível adequado de liquidez para impulsionar as transacções nos mercados financeiros.

O crescimento relativamente mais fraco das economias emergentes e em desenvolvimento foi justificado pelos efeitos adversos na economia chinesa da implementação de medidas correctivas das vulnerabilidades financeiras, com o respectivo efeito de contágio às economias asiáticas emergentes; pelos impactos na economia russa (punida por sanções económicas impostas pela Europa, EUA, Brasil, China, entre outras economias) da crise política na Crimeia (e pela consequente depreciação do rublo, bem como pela queda do preço do petróleo e do gás natural); pela estagnação das economias da América Latina, também afectadas pela diminuição das receitas das matérias-primas energéticas, bem como pelo *outflow* de capitais americanos com o término do QE3; além do impacto, também, nas economias da África Subsariana exportadoras de petróleo, da queda dos preços do mesmo, aliado ao efeito do Ébola, particularmente na África Ocidental, e ao enfraquecimento da actividade económica na África do Sul devido a constrangimentos infraestruturais.

Refira-se que não obstante o abrandamento, a actividade económica na África Subsariana continuou a crescer robustamente (cinco por cento em 2014), suportada pela procura externa globalmente favorável e pelo forte crescimento dos investimentos públicos e privados.

No conjunto das economias da África Subsariana, destaca-se a *performance* de Angola, que se vem afirmando como um importante parceiro económico de Cabo Verde.

De acordo com as estimativas do Fundo Monetário Internacional, o crescimento da economia angolana desacelerou de 6,8 para 4,2 por cento em 2014, principalmente devido ao declínio temporário da produção do petróleo, agravado pela queda abrupta dos preços a partir do final do terceiro trimestre, bem como pelo crescimento mais modesto do sector agrícola. Com a queda das receitas petrolíferas, o saldo orçamental (que apresentou excedentes nos quatro anos anteriores, que financiaram avultados investimentos públicos em infraestruturas, no desenvolvimento das instituições e no reforço da coesão social) terá sido deficitário, fixando-se em quatro por cento do PIB em finais de 2014. Note-se que o sector petrolífero representa actualmente cerca de 48 por cento do PIB angolano, 98 por cento das suas exportações totais e 72 por cento das receitas do Estado angolano.

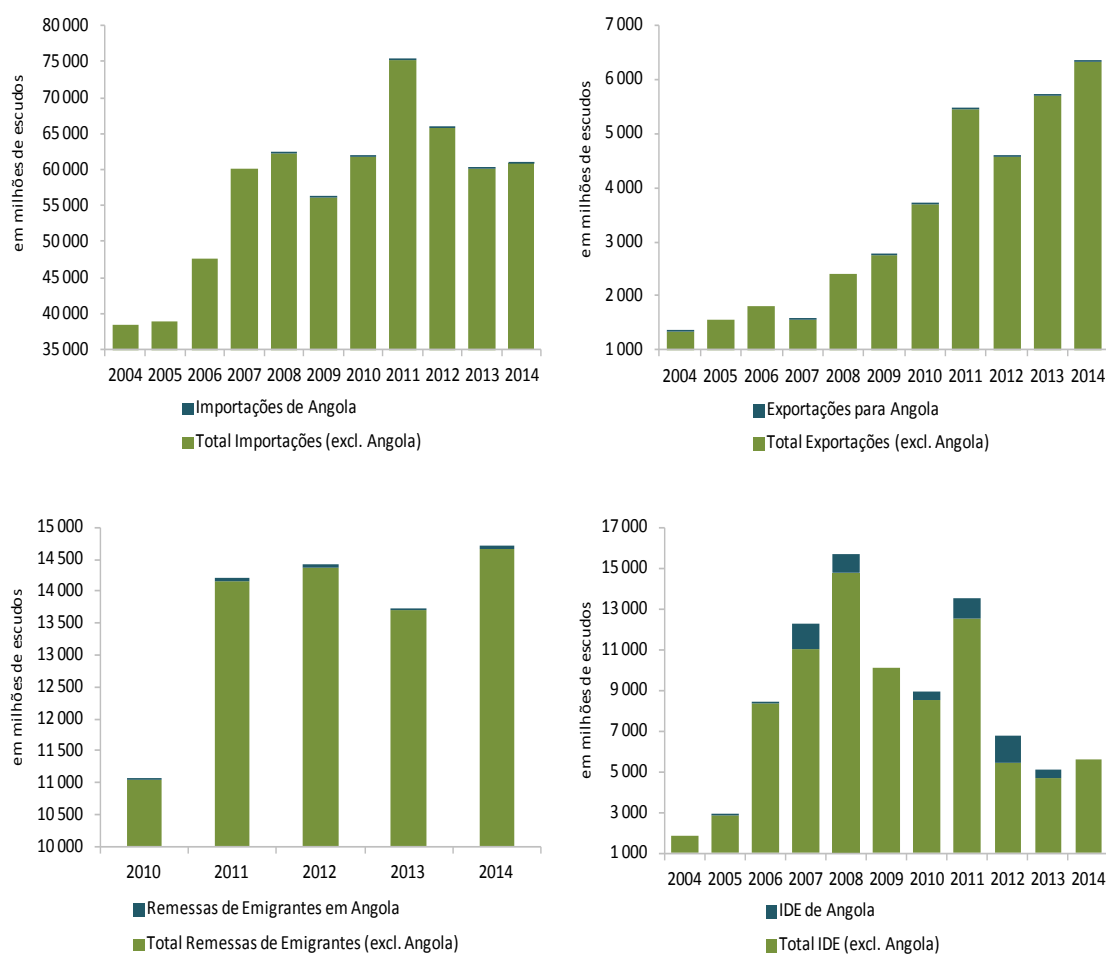
Quadro 2. Principais Indicadores Macroeconómicos da África Subsariana

	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014
	Produto Interno Bruto (crescimento real em %)			Preços no Consumidor (variação homóloga em %)			Desemprego (em % da população activa)			Balança Corrente (em % do PIB)		
África Subsariana	4,2	5,2	5,0	9,4	6,5	6,3	n.d.	n.d.	n.d.	-1,9	-2,5	-3,3
Angola	5,2	6,8	4,2	10,3	8,8	7,3	n.d.	n.d.	n.d.	12,0	6,7	-0,8
Cabo Verde	1,1	1,0	2,7	2,5	1,5	-0,2	16,8	16,4	15,8	-12,6	-4,9	-7,5
Maurícias	3,2	3,2	3,2	3,9	3,5	3,0	8,0	8,0	7,8	-7,3	-9,9	-7,2
Sheyelles	6,0	6,6	2,9	7,1	4,3	1,4	3,7	3,3	3,0	-25,8	-15,2	-22,5

Fonte: Fundo Monetário Internacional, Instituto Nacional de Estatística e Banco de Cabo Verde.

Nota: n.d.- não disponível.

Figura 4. Não obstante o peso ainda diminuto nas relações comerciais do país, Angola vem se afirmando como um parceiro económico relevante para Cabo Verde.



Fonte: Direcção Geral das Alfândegas e Banco de Cabo Verde.

O necessário controlo das despesas públicas face ao choque exógeno da oferta de petróleo poderá ter efeito negativo nos influxos de investimento externo e de transferências oficiais para o país, particularmente a partir de 2015, se o cenário das projecções do FMI, que aponta para um contínuo e significativo decréscimo dos preços de petróleo até 2019, se materializar.³

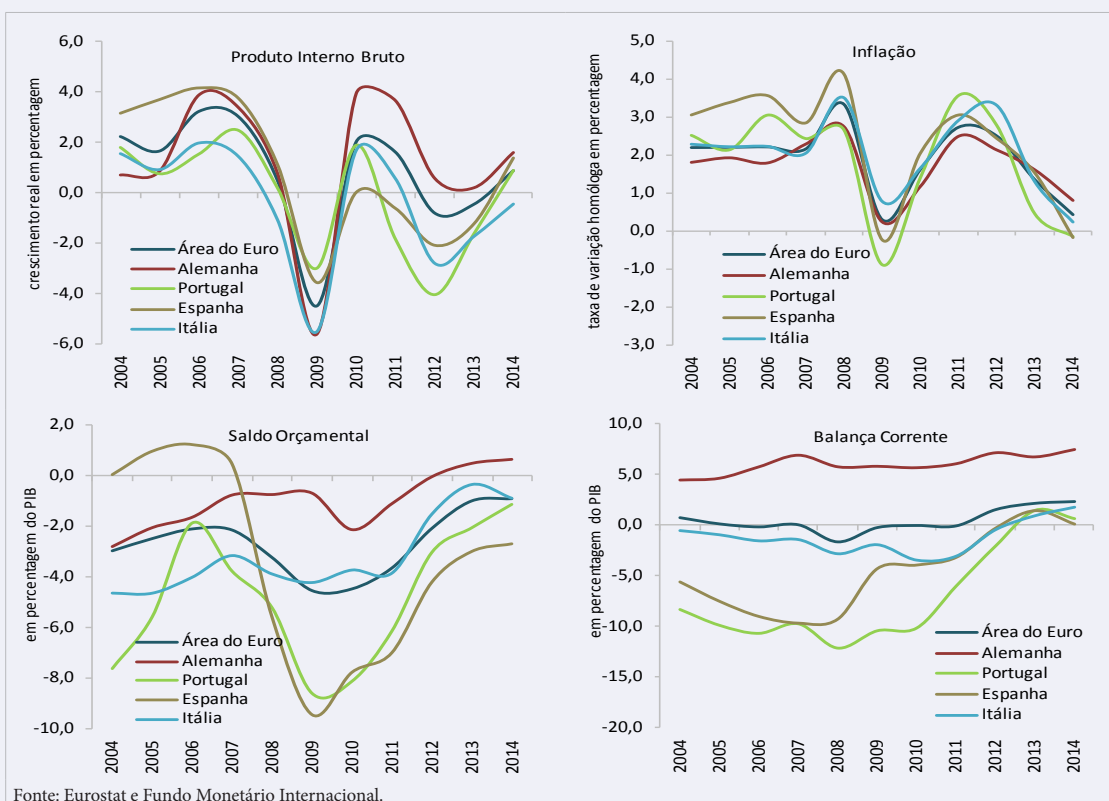
³ Registe-se que o Governo angolano anunciou em inícios de Fevereiro de 2015 um conjunto de medidas para atenuar o impacto da quebra de receitas da produção e exportação petrolífera, entre as quais, a suspensão temporária dos pagamentos ao exterior, o congelamento da transferência de dividendos e das importações de serviços, a eventual contingentação ou mesmo corte na importação de determinados bens de consumo, como sejam as cervejas, os refrigerantes e as águas minerais e a redução do número de leilões e de vendas de divisas por parte do banco central angolano.

Caixa 1. A Crise Europeia e seu Impacto na Economia Nacional

A crise de *subprime*, que iniciou nos EUA em 2006, veio a revelar as vulnerabilidades do *framework* macro-financeiro da Área do Euro, cujos pilares sustentavam-se, basicamente, num acordo monetário entre Estados com fundamentos económicos, instituições e cultura sócio-económica distintos.

Na concepção original do sistema monetário europeu, o escopo político-económico das autoridades (supranacionais) da região monetária limita, por um lado, a intervenção monetária para a recondução da economia da região, como um todo, ao seu produto/nível de emprego de equilíbrio, quando um choque (de procura, de oferta, ou de inflação) afecta simetricamente as economias dos Estados-membros.⁴ Do lado da política orçamental, a assimetria intra-regional é também desconsiderada nos fundamentos do Pacto de Estabilidade e Crescimento e, mais precisamente, na regra orçamental que estabelece que o défice orçamental de cada Estado-membro não deverá exceder três por cento do seu produto interno bruto.⁵

Neste sistema um Estado-membro, com uma dinâmica económica aquém do crescimento de equilíbrio da região e que seja suficientemente eficiente (face aos seus pares) para não ter de recorrer a políticas estruturais, não poderá contar nem com a política monetária nem com a política orçamental para reduzir o seu *output gap*.



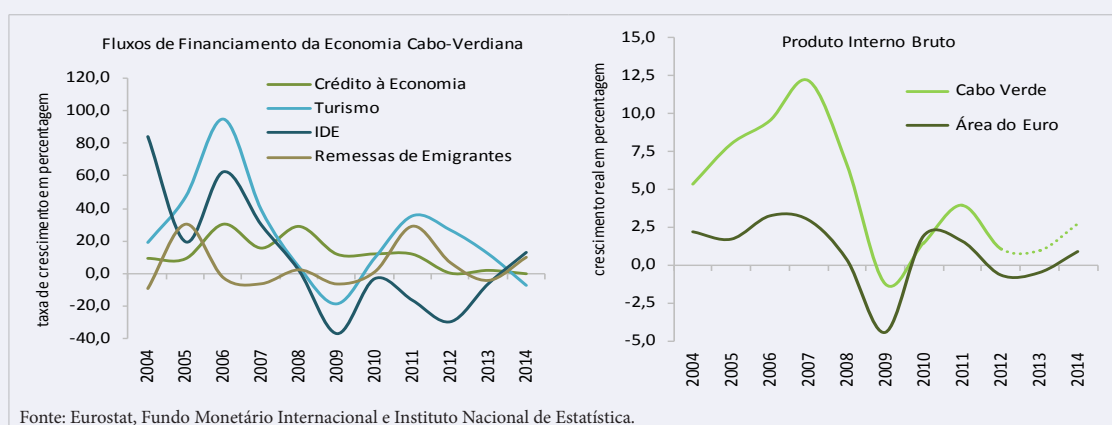
As sucessivas derrapagens orçamentais dos Estados-membros, num sistema em que os limites tradicionais à expansão orçamental não existem (pois os juros de curto prazo são exogenamente determinados pelo BCE e a taxa de câmbio nominal é zero), aliadas à implementação de políticas de incentivo à convergência real das economias mais frágeis, eventualmente não acompanhadas por uma supervisão eficiente, resultaram num crescimento acelerado das últimas, não acompanhado do aumento proporcional da produtividade total dos factores, mas sim de um aumento dos riscos à estabilidade macro-financeira.

⁴ O *loss function* do Banco Central Europeu fundamenta-se na hipótese de que a economia de cada Estado membro reage de modo idêntico às alterações às suas taxas de referência. Note-se que a função de reacção do BCE (ou a sua regra monetária) é estimada a partir da minimização dos desvios do PIB da região ao PIB considerado de equilíbrio (consistente com a inflação ao nível do *target* definido), em linha com a minimização dos desvios da inflação relativamente ao *target* estabelecido: $\min L = \alpha(y - y_e)^2 + \beta(\pi - \pi_T)^2$.

⁵ O Pacto de Estabilidade e Crescimento foi concebido de modo a limitar o incentivo ao uso individual independente e indisciplinado da expansão orçamental para impulsionar o crescimento económico, com o respaldo de um sistema supra-nacional que garante inflação estável e que liberta os Estados-membros das restrições tradicionais à expansão fiscal (ou seja, dos limites impostos pela existência dos mercados de dívida de curto prazo e cambial).

Cabo Verde, tendo uma relação de forte dependência dos países do sul da Europa, beneficiou do crescimento algo insustentável daquelas economias, especialmente a partir de 2006.⁶

A economia cabo-verdiana foi favorecida, por um lado, pelos aumentos da procura turística de Portugal, Espanha e Itália em seis por cento em termos médios anuais entre 2003 e 2008 (representavam 55 por cento do mercado turístico internacional do país) e dos investimentos na hotelaria e na imobiliária turística (que aumentaram de 55 milhões de escudos em 2003 para 14 mil milhões em 2008). Por outro lado, o crescimento do crédito interno para financiar a contrapartida nacional dos investimentos na imobiliária turística, bem como os investimentos de privados nacionais e de emigrantes, influenciados pela procura, investimentos externos e subsequente dinâmica do consumo, consequência do aumento do emprego, das remessas dos emigrantes e dos rendimentos de empresas e propriedades, reforçaram a tendência de aceleração do crescimento económico.⁷



O ciclo de crescimento económico mais acelerado da Área do Euro (no período entre 2004 e 2007 esta cresceu, em termos reais, em média três por cento ao ano) foi seguido de uma estagnação em 2008 e de uma recessão em 2009, consequências da crise do *subprime*. Sendo esta uma crise que afectou simetricamente a economia da região, a intervenção das autoridades de política foi imediata. O BCE baixou, logo após o colapso do *Leman Brothers* em meados de Setembro de 2008, a sua taxa de política de 4,73 para 3,75. A partir de então baixou mais gradualmente a *refi rate* até fixá-la em um por cento em Maio de 2009. No que se refere à política orçamental, foi permitido implicitamente o ajustamento dos estabilizadores automáticos e relaxar a regra orçamental, tendo o défice orçamental estrutural da região ultrapassado os quatro por cento do PIB nos anos 2009 e 2010 (os défices orçamentais da Grécia, Irlanda, Espanha e Portugal fixaram-se em 19,1, 9,5, 9,5 e 9,1 por cento, respectivamente, em 2009).

As intervenções monetárias e orçamentais, alinhadas com as intervenções de política das demais economias do G20, tiveram um impacto positivo na restauração da confiança dos consumidores e empresários, resultando na recuperação económica logo em 2010.

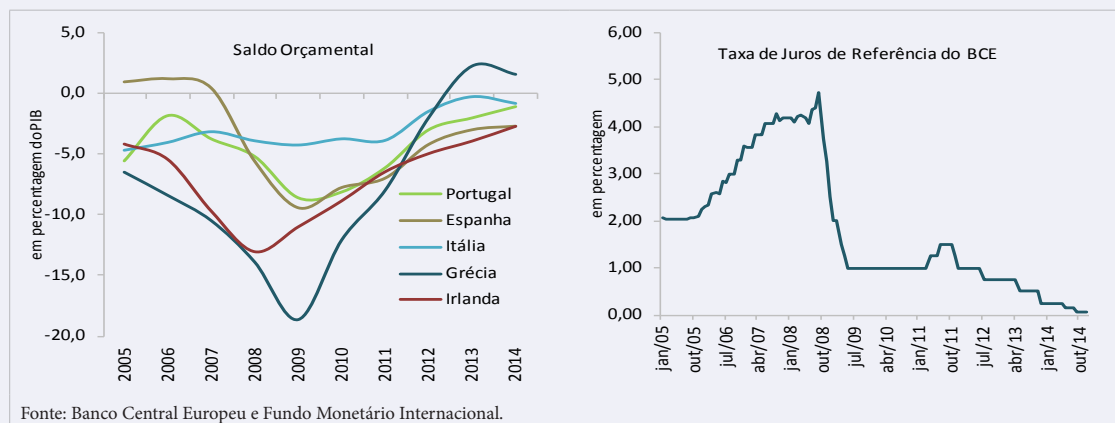
Não obstante, as medidas implementadas (de política monetária que favoreceram o endividamento da economia, bem como de política orçamental que vieram a agravar a condição de sobreendividamento de determinados Estados) contribuíram para ampliar as fragilidades macro-financeiras dos países mais vulneráveis, determinando um agravamento do seu risco de insolvência (e o consequente resgate de Irlanda, Portugal e Grécia).

A implementação necessária de uma política de consolidação orçamental (particularmente, nos Estados-membros obrigados a cumprirem um memorando de políticas económicas e financeiras assinado com o Fundo Monetário Internacional, Comissão Europeia e Banco Central Europeu, visando além do equilíbrio das contas públicas, a restauração do balanço dos bancos e o aumento da competitividade da

⁶ Contrariamente aos pressupostos teóricos, a expansão orçamental de Portugal, Espanha e Itália acabou tendo um efeito positivo na economia nacional. Esse *locomotive effect* foi possível devido à reduzida dimensão da economia nacional relativamente à economia dos seus parceiros e devido ao facto dos donativos (oficiais e privados) concedidos por aquelas economias terem um peso muito relevante nos influxos de financiamento da economia nacional. Registe-se que de acordo com os fundamentos teóricos, a expansão orçamental de uma economia interdependente da outra, beneficiando ambas de um acordo cambial que determina um regime de câmbios fixos nas suas relações comerciais, resulta, *ceteris paribus*, na contracção da segunda economia.

⁷ Registe-se que o crédito concedido pela banca nacional a empresas privadas com ou sem capital externo, bem como aos investidores individuais para a aquisição/construção de edifícios aumentou cerca de 98 por cento entre 2000 e 2008.

sua economia), no contexto operacional da política monetária do BCE, despoletou a segunda e a mais longa recessão da história da região monetária.⁸



A crise financeira gémea (bancária e soberana) e as medidas ministradas para o reparo dos balanços das famílias, empresas e Estados mais vulneráveis da Área do Euro tiveram consequências imediatas na captação do investimento directo estrangeiro e na evolução das exportações cabo-verdianas.

O impacto da recessão da Área do Euro na economia cabo-verdiana terá sido ampliado pela elevada dependência da poupança da região para o financiamento da procura agregada do país e devido à concentração das exportações num número restrito de produtos e mercados. Além destes factores, a dependência do país de importações de bens e serviços estratégicos (alimentos, combustíveis, bens de capital e serviços empresariais e técnicos) explica a sua elevada vulnerabilidade a choques de procura e oferta na Área do Euro, bem como à volatilidade dos preços internacionais de matérias-primas.

A economia da região monetária europeia iniciou a sua trajectória de recuperação em 2014, embora em alguns países, como nos casos da Grécia e do Chipre, as fragilidades estruturais ainda persistam, designadamente o risco de insolvência do Estado e dos bancos.

A instabilidade político-social, que ainda persiste nos países do sul da Europa, constitui ainda um risco à recuperação económica da Área do Euro, com probabilidade não menosprezável de materialização.⁹ As medidas de âmbito estrutural para fortalecer a coesão económica e impulsionar o crescimento da produtividade total dos factores, agora reforçadas pelo “Plano Junker”, terão, entretanto, impactos cumulativos por vários anos, por contribuírem para o alargamento do potencial da economia da região.¹⁰

Atendendo à desafiante conjuntura macro-financeira de Cabo Verde, infere-se que o efeito de contágio da recuperação da Área do Euro poderá vir a ser algo condicionado pelas fragilidades endógenas da economia nacional, como sejam: elevados custos de contexto e de nível de risco nos projectos empresariais; défice de *skills* de gestão e de orientação para o negócio de grande parte dos empreendedores nacionais; desfasamento técnico-profissional entre a procura e a oferta de emprego; défice de infraestrutura e de produtos financeiros para micro e pequenos negócios; défice de infraestrutura apropriada (principalmente de transportes) que possibilite o aumento da economia de escala dos investimentos empresariais pela via da exportação.

Neste quadro, a melhoria da capacidade produtiva e o aumento da resiliência da economia nacional serão condições necessárias para que esta beneficie adequadamente de um forte *spillover* positivo da economia europeia, particularmente via captação da sua poupança privada para o financiamento do desenvolvimento económico do país.¹¹

⁸ Note-se que a política monetária cíclica entretanto implementada para fazer face à pressão da inflação pelos custos, em função dos aumentos na ordem dos 32 e 18 por cento, respectivamente, dos preços das matérias-primas energéticas e não energéticas, acabou penalizando adicionalmente a economia da região, que enfrentava um choque (assimétrico em termos intra-regional) na procura agregada.

⁹ A crise na Crimeia também continua a constituir um risco muito elevado à estabilidade económica, social e política na Europa.

¹⁰ Registe-se que o ritmo de recuperação económica na Área do Euro poderá ser mais acelerado com a implementação de medidas de política visando, igualmente, a deslocação da curva da procura para direita, como se pretende com a implementação desde Julho de 2014 de medidas não convencionais de política monetária e com o “Plano Junker” anunciado em finais de 2014. Este plano de investimento na economia real ascende a 315 mil milhões de Euros, devendo ser executado entre 2015 e 2017. Com o Plano visa-se apoiar projectos infraestruturais, educacionais e relacionados à inovação, pesquisa e desenvolvimento. Perspectiva-se com o mesmo reduzir as barreiras financeiras e não financeiras ao investimento.

¹¹ Para o efeito, o país é interpelado a melhorar os seus mecanismos de incentivos e de atracção do investimento directo estrangeiro, enquanto fluxo de capital e *know-how* estável, com elevado potencial de alavancar pequenos projectos e contribuir, assim, para o desenvolvimento do tecido empresarial nacional, actualmente dominado por microempresas (estas constituem 86 por cento das empresas cabo-verdianas, de acordo com os resultados do Recenseamento Empresarial de 2012).

Capítulo 2. Políticas Macroeconómicas

2.1. Política Monetária e Condições Monetárias e Financeiras da Economia Cabo-Verdiana

A política monetária orienta-se pelo objectivo estratégico de manutenção de um nível de reservas externas consistente com o imperativo de garantir a credibilidade do regime cambial de *peg* unilateral ao Euro e, consequentemente, a estabilidade macroeconómica e financeira do país.

Neste quadro e num contexto de inflação baixa e de ausência de pressões sobre as reservas externas, em 2014, o Banco de Cabo Verde (BCV) conferiu um pendor mais acomodatório à política monetária, implementando um conjunto de medidas para estimular o financiamento de projectos de investimento viáveis e, por efeito, a actividade económica.

Com o intuito de influenciar o custo de financiamento do sector privado, as medidas de afrouxamento monetário implementadas incluíram a redução das taxas directora, de desconto, de facilidade de cedência de liquidez, em Março e Agosto, num total acumulado de 200 pontos base, para 3,75, 7,75 e 6,75 por cento, respectivamente. A taxa de facilidade de absorção de liquidez foi também reduzida em Agosto em 50 pontos base, para 0,5 por cento, altura em que também se implementou um conjunto de medidas com o intuito de fortalecer o mecanismo de transmissão monetária.

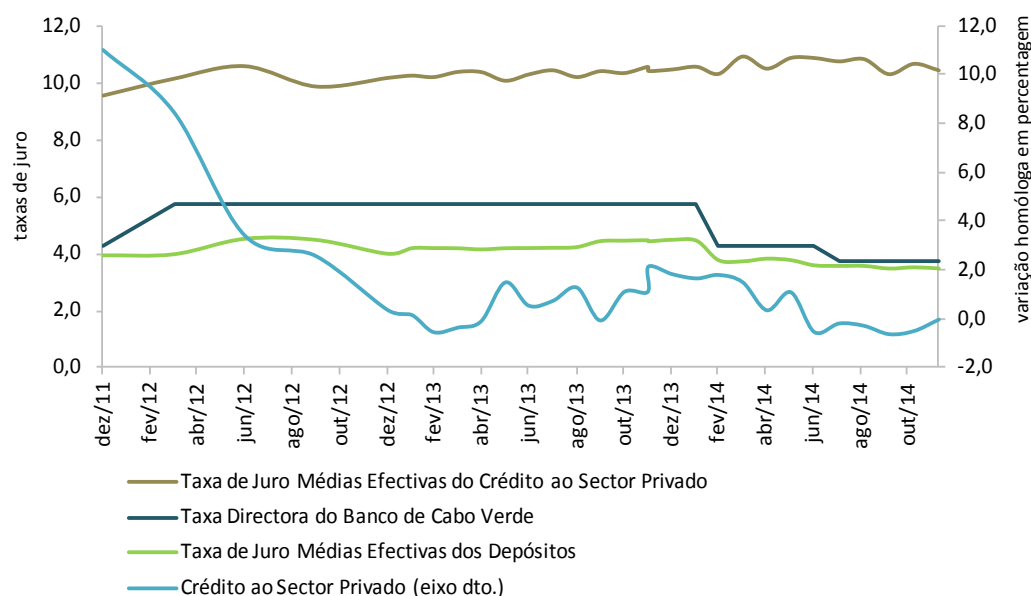
Entre outras medidas visando a melhor gestão do excesso de liquidez no sistema, a autoridade monetária: (1) passou a permitir o acesso irrestrito e diário dos bancos às facilidades permanentes de absorção e de cedência de liquidez; (2) fixou o mínimo de reservas que as instituições bancárias devem manter nas suas contas de depósitos à ordem no BCV em 20 por cento; (3) e passou a programar os leilões de títulos próprios com base nos resultados das projecções de liquidez de curto prazo (mensal) e longo prazo (anual), aumentando o *stock* vivo dos mesmos, em linha com o aumento do excedente de liquidez no sistema.

Num contexto de prevalência de um elevado nível de liquidez excedentária no sistema bancário (individualmente, em todos os bancos) e de contínua materialização do risco de crédito, a transmissão monetária permaneceu aquém do desejável, tendo sido efectiva apenas nos juros dos depósitos, que reduziram em termos médios 0,23 pontos percentuais.

Contrariamente, as taxas de juro aplicadas nas operações de crédito aumentaram (0,08 pontos percentuais), reflectindo em boa medida, segundo a banca, o agravamento da sua percepção dos riscos, num quadro de manutenção de elevados custos operacionais e de *funding* (estes associados principalmente ao *premium* sobre os depósitos dos emigrantes que os bancos precisam suportar para competir com o mercado externo).¹²

¹² Registe-se que os depósitos dos emigrantes representam cerca de 56 por cento dos depósitos a prazo e de poupança, sendo um *funding* imprescindível dos bancos nacionais.

Figura 5. Numa conjuntura de dinamismo económico moderado, de deterioração da confiança dos agentes económicos e de aumento de incumprimentos, a transmissão monetária tendeu a fragilizar-se.



Fonte: Banco de Cabo Verde.

O crédito à economia, por seu turno, estagnou, não só devido ao aumento da reestruturização na análise dos riscos pelos bancos, mas também, de acordo com os mesmos, devido a uma certa carência de projectos bancáveis (em função de alguma inibição da procura por parte de empresas sobreendividadas e falta de acesso de outras) e à lenta adaptação do seu negócio (em termos de infraestruturas e de produtos) à procura de financiamento de micro e pequenos empreendimentos.¹³

Além da conjuntura macro-financeira, os factores de ordem estrutural, como sejam, os relacionados com o insuficiente desenvolvimento do sistema financeiro, o estágio incipiente do mercado secundário de títulos, a inércia do mercado monetário interbancário, o limitado acesso das famílias e empresas a fontes de financiamento alternativas ao empréstimo bancário, a elevada dependência dos bancos aos recursos dos emigrantes, além da assimetria de informação existente entre os bancos e clientes, também continuaram a condicionar a transmissão monetária.

Registe-se que as exigências para a entrada nos mercados de capitais, além das necessidades de desalavancagem de determinadas empresas, continuaram também a condicionar a procura de financiamento alternativo ao bancário.

Em 2014, o financiamento do sector empresarial através dos mercados de capitais registou uma recuperação significativa face a 2013, mas o número de emissões e o valor das mesmas permaneceram aquém dos valores de 2010. As emissões de *corporate bond*, no mercado primário, totalizaram 1.200 milhões de escudos (nove vezes superior ao valor registado em 2013, mas -64,1 por cento face a 2010). Cerca de 83 por cento daquele montante foi emitido por uma empresa pública e 17 por cento correspondem a emissões privadas de um banco nacional. As transacções no mercado secundário corresponderam

¹³ O perfil de risco deste segmento de mercado exige não só uma reconfiguração dos gabinetes de estudo e de risco dos bancos, como também a busca por novos produtos e novas tipologias de garantias por parte da banca, além da efectivação de mecanismos de partilha de riscos e uma contínua capacitação destes empreendedores, que operam tipicamente num contexto de elevada informalidade.

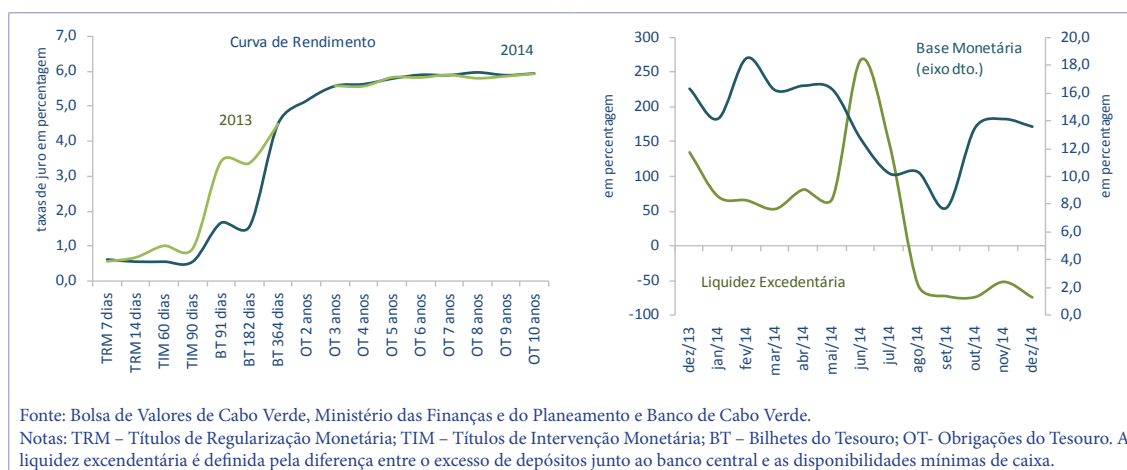
apenas a dez por cento do total das obrigações empresariais transacionadas em 2014. As transacções de acções no mercado secundário, por sua vez, totalizaram 336,7 milhões de escudos (37,1 milhões em 2013).

Execução da Política Monetária

Em conformidade com as suas normas directoras e no quadro das orientações de política monetária, em 2014 o BCV interveio no mercado através das operações de *open market type* e das facilidades permanentes de liquidez.

As operações de *open market type* para a esterilização da liquidez excedentária caracterizaram-se fundamentalmente pela emissão de Títulos de Regularização Monetária (TRM) a 14 dias, tendo o volume das emissões de TRM aumentado 16,8 por cento em 2014, ascendendo a 9.000 milhões de escudos. As emissões de Títulos de Intervenção Monetária (TIM) a prazo mais alargado foram, entretanto, preteridas em benefício da execução do plano de emissões do Tesouro, em linha com as premissas do memorando de coordenação macroeconómica assinado entre o BCV e o Ministério das Finanças e do Planeamento em 2011.¹⁴ Neste quadro, as emissões de TIM reduziram 25,5 por cento, para 5.100 milhões de escudos.

Reflectindo a dinâmica da oferta da liquidez (aumentou cerca de dez por cento) relativamente à da procura (cresceu cerca de oito por cento), as taxas de colocação dos TRM e TIM fixaram-se no mínimo histórico de 0,56 por cento.



Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde, Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

Notas: TRM – Títulos de Regularização Monetária; TIM – Títulos de Intervenção Monetária; BT – Bilhetes do Tesouro; OT – Obrigações do Tesouro. A liquidez excedentária é definida pela diferença entre o excesso de depósitos junto ao banco central e as disponibilidades mínimas de caixa.

Em consequência das medidas implementadas em Agosto, nomeadamente, a permissão de acesso diário e irrestrito às facilidades de absorção, a aplicação de fundos nos depósitos *overnight* mais que duplicou em 2014 (atingindo os 1.076 milhões de escudos), não obstante a redução para metade da sua taxa de remuneração (para 0,5 por cento). Registe-se que, até à data, os bancos só tinham acesso às facilidades permanentes de depósitos e de empréstimos no final de cada período de manutenção das disponibilidades mínimas de caixa, ou seja, nos dias quinze e trinta de cada mês.¹⁵

As intervenções do BCV, a par da implementação das medidas visando o fortalecimento do mecanismo de transmissão monetária, resultaram numa redução expressiva do excedente de liquidez no sistema bancário a partir de Agosto (para uma média de 1.147 milhões de escudos, que compara ao valor máximo de 8.700 milhões registados em Julho de 2014), não obstante o contínuo e expressivo aumento da base monetária (em cerca de sete mil milhões de escudos). Em termos médios anuais, a liquidez excedentária totalizou cerca de

¹⁴ Entre outros objectivos, o Memorando prevê uma coordenação entre o Banco de Cabo Verde e o Ministério das Finanças e do Planeamento, devendo as emissões a muito curto prazo (a sete e a catorze dias) para a esterilização da liquidez serem preferencialmente da responsabilidade do banco central, enquanto o financiamento do Orçamento do Estado (de necessidades de Tesouraria e da contrapartida nacional do programa de investimento público) deve ocorrer a prazos superiores, através de emissões de Bilhetes e Obrigações do Tesouro.

¹⁵ Devido à prevalência de excesso de liquidez não foram registadas quaisquer operações de cedência de liquidez e o mesmo motivo terá ditado a ausência de transacções no mercado monetário interbancário em 2014.

4.000 milhões escudos em 2014 (3.352 milhões em 2013), tendo sido impulsionada pelas entradas para a conta projectos do Estado, pelo saldo positivo das transacções com cartão de crédito entre residentes e não residentes na economia nacional e pelas operações cambiais (de compra de divisas aos bancos pelo BCV).

Desenvolvimentos Monetários

Num contexto de contínuo afrouxamento monetário, os desenvolvimentos na balança de pagamentos e o recurso do Estado ao financiamento interno impulsionaram a expansão monetária em 2014.

As disponibilidades líquidas sobre o exterior registaram um crescimento na ordem dos 22 por cento, determinado pela acumulação de reservas internacionais líquidas do país, que atingiram no último dia do ano o valor máximo histórico de 420,5 milhões de Euros.

Contrariamente à evolução da posição externa do banco central, os activos externos líquidos dos bancos comerciais registaram uma redução na ordem dos 25 por cento. A redução dos activos externos de curto prazo de grande maioria dos bancos terá sido também determinada pela deterioração das condições de investimento na Área do Euro, na sequência das medidas de política monetária implementadas pelo Banco Central Europeu, a partir de Julho. Note-se que, além das medidas visando otimizar a gestão monetária, o maior recurso ao endividamento interno pelo Estado concorreu, num contexto de moderado dinamismo económico e de agravamento dos riscos de crédito, para uma melhoria das condições de investimento da banca em activos internos. Refira-se que os bancos financiaram cerca de 10,6 por cento do Orçamento do Estado para 2014 (5,7 por cento em 2013), principalmente pela via da aquisição de Obrigações de Tesouro a sete anos (à taxa média de 5,9 por cento).¹⁶

O comportamento do crédito às empresas não financeiras e aos particulares, contrariamente ao do crédito ao sector público administrativo que aumentou cerca de 12 por cento em 2014, teve um contributo negativo para a expansão monetária. O financiamento bancário à economia registou uma ligeira redução (-0,1 por cento), explicada principalmente pela diminuição do crédito bancário às empresas dos ramos da construção e obras públicas, dos serviços sociais e pessoais, bem como pela diminuição dos empréstimos a particulares para fins de consumo.

¹⁶ A execução do Orçamento do Estado de 2014 foi largamente condicionada pela evolução desfavorável das receitas fiscais.

Quadro 3. Situação Monetária

	2011	2012	2013	2014
	saldos em milhões de escudos			
Posição Externa	23 060,0	26 957,6	36 168,0	44 061,5
Activos Externos Líquidos do BCV	27 659,3	32 288,3	38 005,6	46 365,8
Crédito Interno Líquido	112 326,1	116 452,3	120 748,7	123 749,0
Crédito Líquido ao SPA	18 991,9	22 851,0	25 285,3	28 362,8
Crédito à Economia	93 334,2	93 601,2	95 463,4	95 386,2
Massa Monetária	115 325,1	122 590,2	136 080,4	146 005,4
Base Monetária	39 131,6	41 073,3	47 782,3	45 778,5
Inflação (var. média anual IPC em %)	4,5	2,5	1,5	-0,2
Taxa de Câmbio Efectiva Real (t.v.h. em %)*	0,76	-0,36	-0,50	-1,52
Taxas dos Bilhetes do Tesouro (a 91 dias, média em %)	4,00	4,08	3,43	1,67

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas: t.v.h.-taxa de variação homóloga; p.p.-pontos percentuais; IPC-Índice de Preços no Consumidor e BT-Bilhetes do Tesouro.

* Um aumento implica uma redução da competitividade preço do país.

No que se refere à evolução das principais componentes da massa monetária, sublinhe-se que a criação monetária foi largamente determinada pelo aumento dos meios de pagamento em sentido restrito (M1, em 13 por cento), particularmente dos depósitos à ordem (em cerca de 15 por cento). O aumento relativamente mais acelerado do M1 em 2014, numa conjuntura de crescimento do rendimento disponível real das famílias, terá reflectido alguma propensão para o fortalecimento do consumo.

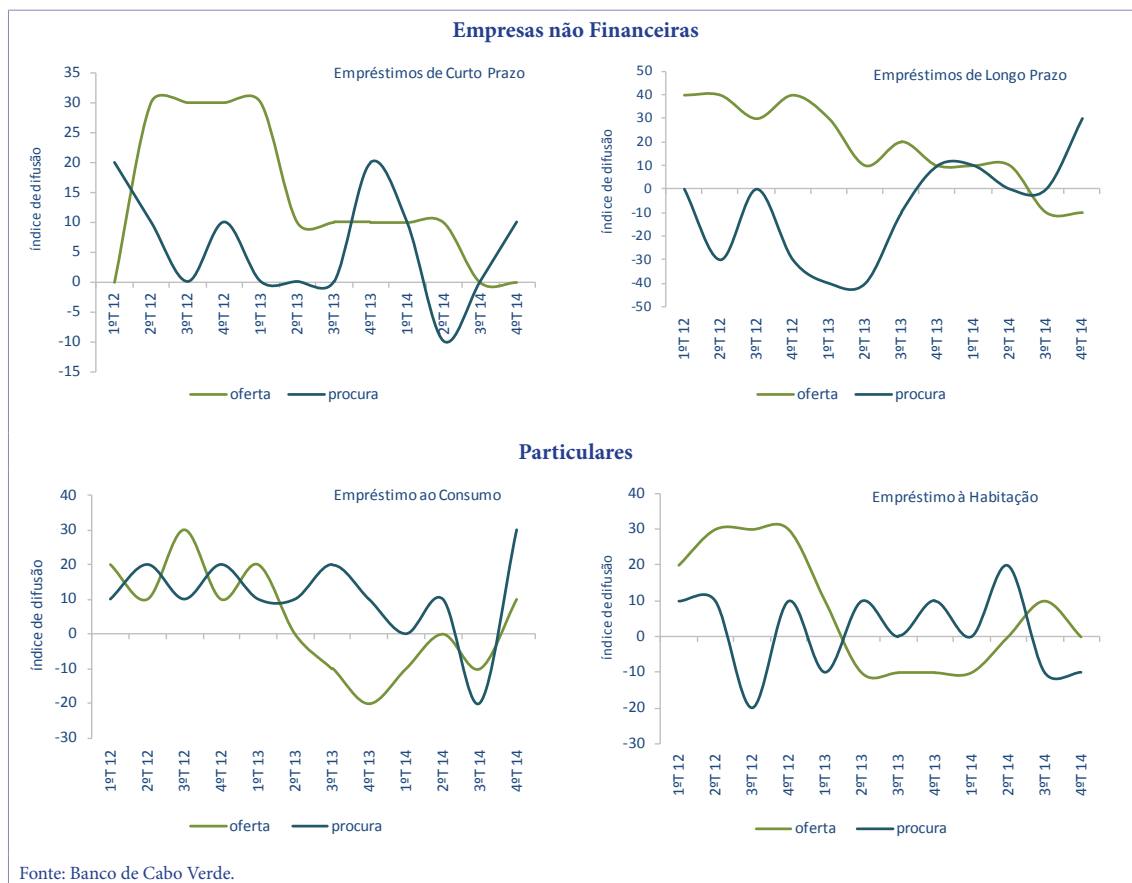
Os depósitos a prazo e de poupança, que constituem a quase-moeda, registaram, por seu turno, um crescimento em torno de seis por cento, impulsionado pelos aumentos dos depósitos a prazo dos emigrantes e dos residentes, respectivamente, em cerca de oito e sete por cento. O crescimento dos depósitos dos emigrantes (excluindo os juros capitalizados) terá sido suportado pela recuperação dos mercados de trabalho dos principais países de acolhimento da diáspora cabo-verdiana, bem como pela manutenção de um significativo *spread* positivo entre as taxas de remuneração dos depósitos praticadas pelos bancos nacionais e as praticadas no exterior.

A Política de Crédito dos Bancos

O Banco de Cabo Verde realiza trimestralmente, desde 2012, um inquérito aos bancos sobre o mercado de crédito, com o intuito de conhecer a sua política creditícia, obter informações complementares sobre as condições no mercado de crédito e perspetivar a evolução da procura e oferta de crédito.

Os resultados dos inquéritos realizados em 2014 junto a seis bancos, representativos de 98 por cento da quota de mercado, sugerem que:

1. Os critérios de concessão de crédito às empresas não financeiras mantiveram-se praticamente sem alterações relativamente ao ano de 2013, havendo indicação, contudo, de um ligeiro aumento da restritividade nas condições de acesso aos empréstimos de longo prazo. Os factores que influenciaram esse comportamento prendem-se, sobretudo, com o nível de incumprimento, com os riscos associados a empresas sem contabilidade organizada e, em menor grau, com as perspetivas para sectores de actividade específicos. No que respeita a condições aplicadas nos empréstimos, os bancos reportaram que o aumento da restritividade reflectiu-se nas alterações nas taxas de juro e nas comissões e outros encargos não relacionados com as taxas de juro. Contrariamente, a melhoria na posição de liquidez foi a principal razão apontada para a diminuição do *spread* aplicado nos empréstimos de risco médio.
2. A evolução da procura por empréstimos de curto prazo pelas empresas não apresentou alterações relevantes, embora os bancos tenham reportado um aumento da procura por empréstimos de longo prazo, motivado principalmente pelas necessidades de reestruturação da dívida.
3. Os critérios de aprovação dos empréstimos a particulares para construção/aquisição de habitação estabilizaram-se, havendo indicação de uma ligeira diminuição da restritividade das condições de acesso ao financiamento. A razão apontada para este comportamento relaciona-se principalmente com a pressão exercida pela concorrência, tendo-se traduzido na redução do *spread* aplicado pelos bancos nos empréstimos de risco médio. Pelo contrário, factores relacionados com as expectativas quanto à actividade económica em geral e com as perspetivas para o mercado da habitação contribuíram para o aumento da restritividade, resultando particularmente no maior rigor na análise do rácio entre o valor do empréstimo e o valor da garantia. De acordo com as instituições de crédito inquiridas, o nível de endividamento dos clientes, a indisponibilidade de outras fontes de rendimento, bem como as condições salariais dos devedores, contribuíram para aumentar o grau de incumprimento do serviço da dívida dos clientes.
4. A procura de empréstimos por particulares para aquisição/construção de habitação permaneceu globalmente estável, não obstante continuar a ser condicionada pelo nível de emprego e condições salariais das famílias, pelas despesas de consumo não relacionadas com a habitação e pela menor confiança dos consumidores.
5. No segmento de maior risco, empréstimo a particulares para consumo e outros fins, os critérios de concessão de crédito estabilizaram-se. Contudo, a capacidade dos consumidores assegurarem o serviço da dívida e as expectativas quanto à actividade económica em geral terão determinado a manutenção das condições restritivas de acesso a financiamento, reflectindo-se sobretudo no *spread*, quer para a classe de risco médio quer para a classe de maior risco.
6. A procura de crédito por parte dos particulares para consumo e outros fins manteve-se praticamente sem alterações, mas com alguma tendência em sentido ascendente, justificada pelas despesas de consumo relativas a bens duradouros.



Esses resultados indiciam que, não obstante reportarem melhorias graduais nos custos de *funding*, nas restrições dos balanços e na dinâmica da procura, a percepção dos riscos e o nível de tolerância ao risco por parte dos bancos continuaram a contribuir para a manutenção da restritividade dos critérios aplicados à concessão de créditos ao longo de 2014. Com efeito, a evolução menos favorável do crédito às empresas foi consistente com a aversão ao risco dos bancos, reforçada pela significativa materialização do risco de crédito.

Neste sentido, dado que o crédito bancário continua a ser a principal fonte de financiamento das empresas, o fortalecimento do tecido empresarial e a eliminação do obstáculo do acesso ao financiamento dependerão da recuperação da confiança dos operadores económicos, sobretudo dos investidores, da diminuição das incertezas quanto aos desenvolvimentos macroeconómicos, da melhoria de condicionantes específicas das empresas e da possibilidade de substituição do crédito bancário por fontes alternativas de financiamento.

No caso do financiamento às famílias, os resultados do inquérito sugerem que a percepção dos riscos e a actual capacidade de assumpção de riscos por parte dos bancos (reflectindo-se ambas em condições de financiamento das famílias ainda globalmente restritivas), aliadas às necessidades de ajustamento do balanço das mesmas (entre as quais, de maior dinamismo do rendimento disponível, de desalavancagem e de melhoria da capacidade de serviço da dívida), têm motivado a lenta recuperação dos empréstimos aos particulares.

2.2. Política e Situação Orçamental¹⁷

Visando assegurar a sustentabilidade das finanças públicas, enquanto condição necessária para o crescimento económico duradouro e inclusivo, em 2014 as medidas de política orçamental objectivaram o reforço da capacidade endógena de arrecadação de receitas, o *phasing out* gradual do Programa Pluri-Anual de Investimentos Públicos (PPIP) e a consolidação das despesas de funcionamento.

Neste âmbito, o Orçamento do Estado para 2014 (OE 2014) previa a continuidade da ampla reforma do sistema tributário iniciada em 2013, com o objectivo de reduzir a ineficiência administrativa (através, entre outras medidas de carácter legislativo e administrativo, da revisão dos regimes do imposto único sobre o rendimento), otimizar o processo de arrecadação tributária, consolidar as novas fontes de receitas (nomeadamente, os impostos e taxas criados em 2013, particularmente o imposto sobre jogos e azar, a taxa estatística e o imposto sobre o turismo) e reforçar o *phasing in* da economia privada (principalmente com a aprovação do regime especial das micro e pequenas empresas e a adopção de um regime especial de regularização de dívidas fiscais).¹⁸

Quadro 4. Principais Indicadores Orçamentais

	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014
	em milhões de escudos			taxa de execução (%)			em % do PIB		
Receitas Totais	36 688	37 647	35 408	90,1	80,1	79,4	24,4	24,7	22,8
Receitas Fiscais	27 573	28 090	27 465	85,9	78,3	84,0	18,3	18,4	17,7
Donativos	4 203	3 791	2 608	104,3	70,1	49,4	2,8	2,5	1,7
Outras Receitas	4 913	5 766	5 335	106,4	101,6	80,2	3,3	3,8	3,4
Despesas Totais	52 153	51 347	47 173	98,4	85,0	81,5	34,7	33,6	30,3
Despesas com o Pessoal	15 886	16 479	16 885	91,2	90,9	91,3	10,6	10,8	10,9
Aquisição de Bens e Serviços	4 995	4 737	5 136	75,5	55,9	61,2	3,3	3,1	3,3
Juros da Dívida	2 857	3 426	3 444	115,5	93,1	82,0	1,9	2,2	2,2
Activos não Financeiros	17 744	15 677	9 876	120,8	85,6	69,7	11,8	10,3	6,4
dos quais: PPIP	17 663	15 624	9 800	121,3	86,1	70,2	11,7	10,2	6,3
Saldo Global incl. Donativos	-15 463	-13 686	-11 376				-10,3	-9,0	-7,3
Saldo Global excl. Donativos	-19 665	-17 477	-13 984				-13,1	-11,4	-9,0
Saldo Primário incl. Donativos	-12 605	-10 260	-7 932				-8,4	-6,7	-5,1
Dívida Pública	136 938	155 129	177 644				91,1	101,6	114,2

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Instituto Nacional de Estatística.

O OE 2014 previa também um redimensionamento gradual do PPIP, com vista a conter a dinâmica da dívida soberana e a limitar o crescimento do risco-país.¹⁹ Não obstante, o quadro orçamental de médio prazo perspectivava um crescimento das despesas de investimento na ordem dos oito por cento em 2014, para financiar despesas correntes relaciona-

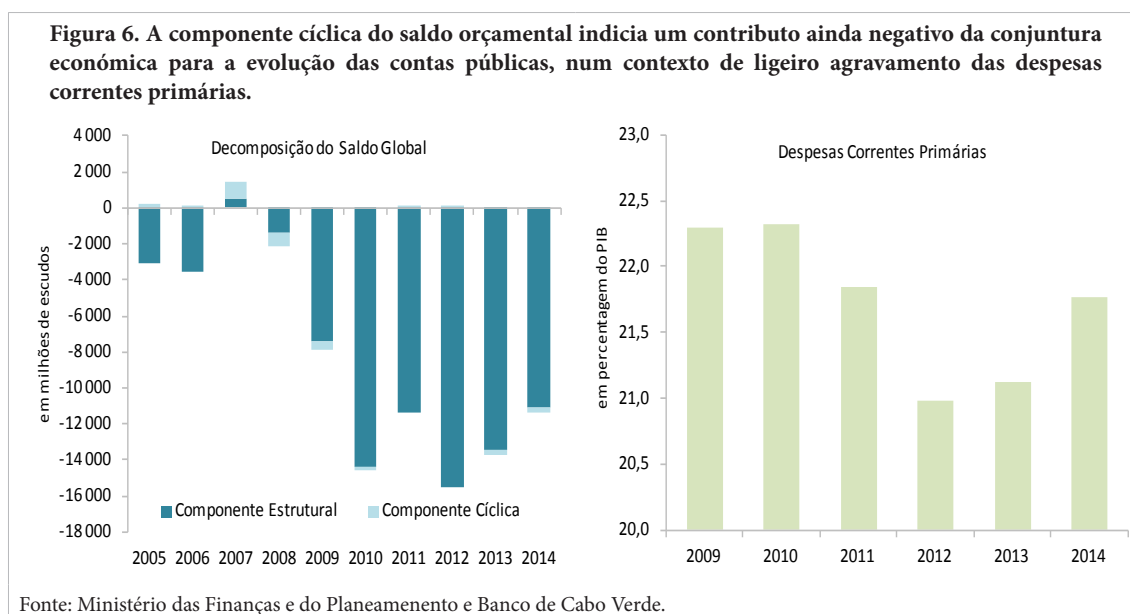
¹⁷ Análise realizada com a informação disponível até 30 de Abril de 2015.

¹⁸ Destaca-se entre as demais acções empreendidas: a revisão dos códigos Geral Tributário, de Processo Tributário, bem como das Execuções Tributárias, visando a clarificação e a definição mais precisa dos poderes da Administração Fiscal e das garantias dos contribuintes; e a revisão do Regulamento do Imposto sobre o Valor Acrescentado para precaver situações passíveis de fraude e evasão fiscal.

¹⁹ Note-se que o PPIP, enquanto instrumento de política contra-cíclica, está em implementação desde 2009, sendo financiado sobretudo com dívida concessional contratada junto a parceiros externos.

das aos projectos de investimento em curso. A execução de projectos de infraestruturação (construção e expansão de portos e estradas; melhoria e criação de infraestruturas do sector energético e para mobilização da água, construção de barragens; entre outros) manteve-se como a principal prioridade da política de investimento do Governo.

No que concerne às despesas de funcionamento, o OE 2014 continuou a privilegiar, como medidas de consolidação, a moderação salarial no âmbito da implementação gradual do novo Plano de Carreiras, Cargos e Salários (PCCS) da Administração Pública, a contenção de recrutamentos, a racionalização das despesas com fornecimento de serviços de terceiros e das estruturas da Administração Central, bem como a redução das transferências para os fundos e serviços autónomos.



Entretanto, a conjuntura económica menos favorável que o antecipado, o aumento imprevisto das subvenções aduaneiras no quadro de uma decisão judicial e a persistência de constrangimentos de ordem processual na arrecadação das receitas fiscais condicionaram em larga medida a materialização da estratégia orçamental.²⁰

Neste contexto, a redução das receitas públicas (ao contrário do que previa o OE 2014) obrigou a maiores contenções nas despesas de investimento e de funcionamento, permitindo um desagravamento do défice orçamental para 11.375 milhões de escudos (13.686 milhões em 2013), não obstante o aumento do *stock* da dívida pública para 114,2 por cento do PIB.²¹

²⁰ As estimativas do BCV, com base nas contas oficiais disponíveis, sugerem que a elasticidade das receitas fiscais ao PIB nominal é de 0,7, significando que um aumento de um por cento do PIB nominal, *ceteris paribus*, implicaria um aumento de 0,7 por cento nos impostos colectados. Assim, a recuperação ainda ténue da actividade económica estará a condicionar negativamente a *performance* das receitas, agravada por um aumento das isenções fiscais (em 63 por cento em 2014) e pela demora na materialização dos resultados das medidas de aumento da eficiência no processo de arrecadação (nomeadamente, a consolidação dos processos de desmaterialização das declarações fiscais, a informatização do contencioso e a capacitação de inspetores e outros técnicos em métodos e técnicas de negociação).

²¹ Dívida bruta excluindo os Títulos Consolidados de Mobilização Financeira.

Receitas Públicas

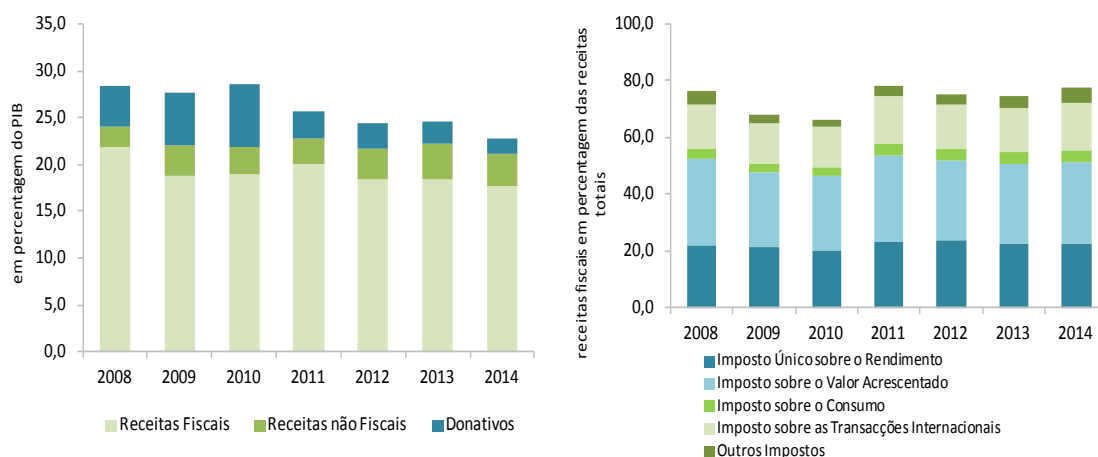
Dissipados os efeitos do ajustamento da taxa do imposto sobre o valor acrescentado de bens e serviços administrados e não obstante uma moderada recuperação da actividade económica, as receitas do Estado retomaram a tendência descendente que registaram entre 2010 e 2012.

As receitas públicas reduziram cerca de 5,9 por cento em 2014, fixando-se em 35.409 milhões de escudos no final do ano, devido principalmente à redução do valor do imposto sobre rendimento arrecadado junto a pessoas colectivas (na ordem dos 28 por cento) e dos rendimentos de propriedade (em 62,5 por cento, após um aumento de 25,8 por cento em 2013), bem como à diminuição das receitas do imposto sobre o valor acrescentado cobrado nas alfândegas (em cerca de cinco por cento).²²

Em termos agregados, as receitas dos impostos, as transferências (donativos directos, ajuda orçamental e ajuda alimentar) e as receitas não fiscais reduziram, respectivamente, dois, 31 e 7,5 por cento.

A fraca *performance* das receitas reflectiu, por um lado e em larga medida, os efeitos de base da reforma fiscal implementada em 2013 e do processo de bancarização do Tesouro e, por outro, a conjuntura de fraco crescimento económico que se vem registando desde 2011, à qual acrescem-se as ineficiências no sistema de arrecadação dos impostos (relacionadas nomeadamente a atrasos no apuramento e na liquidação dos impostos) e o aumento das isenções aduaneiras.²³

Figura 7. Apesar da redução, as receitas fiscais reforçaram o seu peso no total das receitas orçamentais.



Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

Despesas Públicas

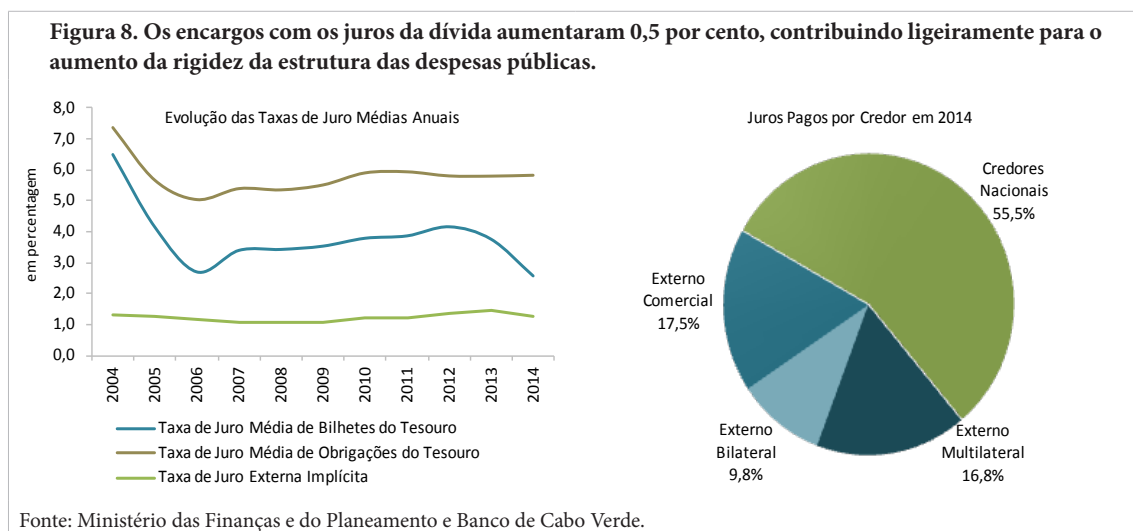
As despesas orçamentais diminuíram 8,1 por cento para 47.173 milhões de escudos em 2014, determinadas pela redução em cerca de 25 por cento das despesas de investimento.

²² Dados preliminares do Ministério das Finanças e do Planeamento sugerem que a expressiva redução dos donativos terá contribuído em boa medida para a redução das receitas orçamentais.

²³ Designadamente, as receitas fiscais aduaneiras foram condicionadas pela decisão judicial de isenção do imposto sobre o valor acrescentado sobre as importações de mobiliários para o sector do turismo.

As despesas de investimento, particularmente as com a aquisição de activos fixos, reduziram para além do previsto no OE 2014, devido a atrasos no processo de *procurement* de alguns projectos e ao adiamento de outros, em função da fraca *performance* das receitas.²⁴

As despesas de funcionamento registaram, por seu turno, um aumento de 2,7 por cento, atingindo os 32.094 milhões de escudos no final do ano. O seu moderado crescimento foi determinado pelo aumento das restituições do imposto sobre o valor acrescentado (em 35 por cento), pelo crescimento das responsabilidades sociais com o regime não contributivo e contributivo, pelo aumento dos encargos com os juros da dívida externa (em cerca de quatro por cento, reflexo da dinâmica da dívida contratada com parceiros externos desde 2009) e pelo moderado aumento dos custos com o pessoal (na ordem dos 441 milhões de escudos), devido ao recrutamento de professores e polícias, à progressão dos docentes e à liquidação de retroactivos a funcionários públicos, no quadro da implementação do novo PCCS.



Os encargos com os juros da dívida reduziram para 10,7 por cento das despesas de funcionamento (menos 0,3 pontos percentuais), tendo as responsabilidades pagas ao sector financeiro e não financeiro doméstico representado 55,5 por cento do total dos juros, num contexto de redução expressiva das taxas de juro dos Bilhetes do Tesouro em média de 3,8 para 2,6 por cento.

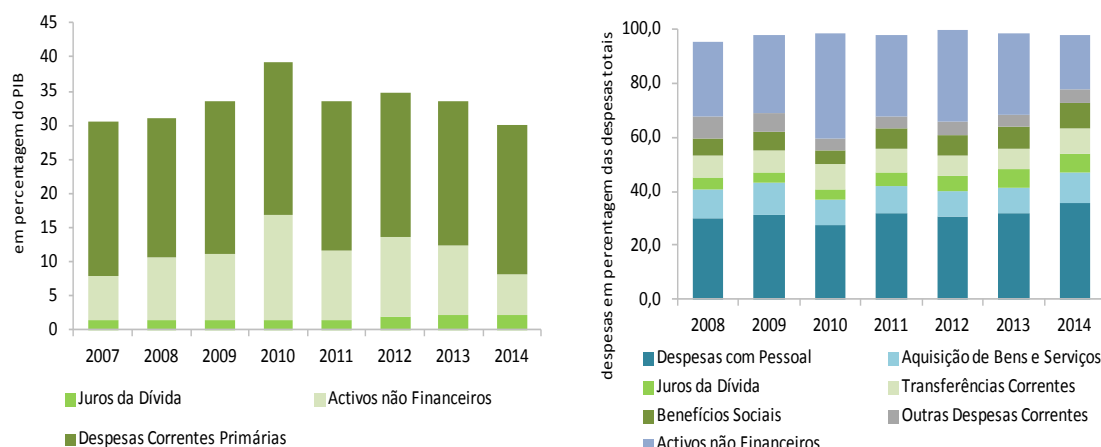
O aumento das despesas correntes foi, entretanto, atenuado pela redução das transferências aos organismos internacionais (em 78 por cento), bem como pela estagnação das transferências às Administrações Públicas, em linha com o previsto no Orçamento.

Não obstante o esforço de contenção, a rigidez da estrutura das despesas do Estado constitui um grande desafio à consolidação orçamental, num contexto em que a economia cabo-verdiana possui ainda um considerável défice infraestrutural e uma base tributária relativamente pequena (devido à própria dimensão da economia, à característica do seu tecido empresarial e ao peso da informalidade).²⁵

²⁴ Registe-se que embora financiado por recursos externos, a contrapartida nacional constitui um montante não menosprezável de financiamento.

²⁵ Registe-se que as despesas obrigatórias (salários, benefícios sociais, transferências para os municípios e juros da dívida) representam cerca de 70 por cento das despesas de funcionamento.

Figura 9. O peso do Estado na Economia, medido pelo rácio entre as despesas do Estado e o PIB, reduziu, determinado pela diminuição das despesas de investimento.



Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

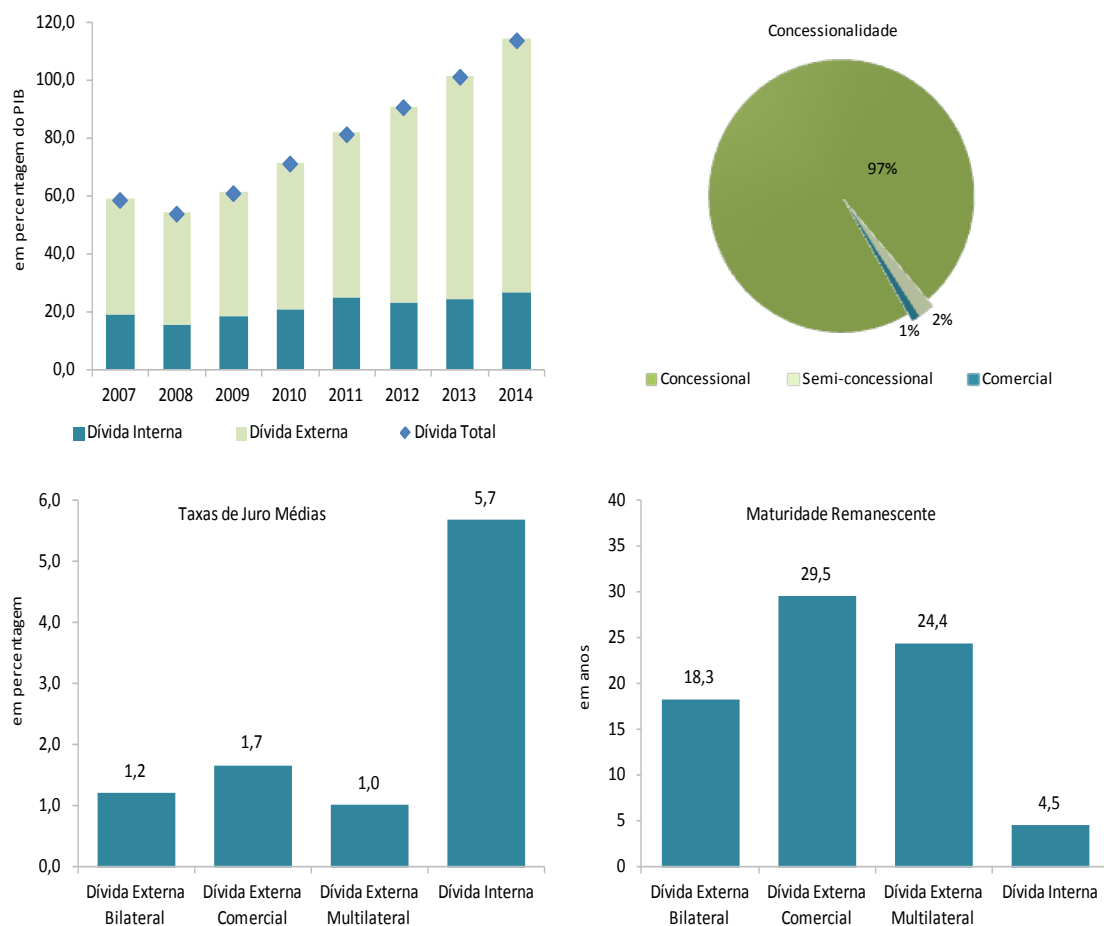
Financiamento

O Estado continuou a privilegiar, na sua política de financiamento, a contratação de dívida junto a parceiros externos para o financiamento dos investimentos no quadro do PPIP, preferindo acordos com nível de concessionalidade igual ou superior a 35 por cento, com períodos de carência e maturidade longos, e com o euro como moeda de contratação. O recurso ao financiamento interno continuou a ser efectuado apenas para o financiamento das necessidades de tesouraria, no âmbito da execução do orçamento corrente e para o financiamento da contrapartida nacional do programa de investimento público.

No quadro da sua política de financiamento e em linha com a execução orçamental, o aumento das necessidades de financiamento do Estado determinou um alargamento do *stock* da dívida pública bruta para 177.644 milhões de escudos. O crescimento do valor nominal da dívida do Estado, em cerca de 14,5 por cento em 2014, foi determinado pelo aumento em 15,3 por cento dos empréstimos contratados junto a parceiros externos e em 24,6 por cento das emissões de títulos junto ao sector bancário nacional.

Registe-se que a política orçamental contra-cíclica que vinha sendo implementada desde 2009, com o intuito de atenuar os efeitos da redução dos investimentos directos estrangeiros, apoiar a procura interna de uma forma geral e promover a criação de condições para a viabilização de investimentos privados determinou, em seis anos, a duplicação do *stock* da dívida pública, pese embora esta permaneça sustentável.

Figura 10. A carteira da dívida do Estado permaneceu composta sobretudo por empréstimos concedidos por parceiros externos multilaterais e bilaterais (67 por cento do total) em condições muito concessionais.



Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

Caixa 2. Análise da Sustentabilidade da Dívida Pública

A análise dos indicadores de vulnerabilidade externa e a avaliação da sustentabilidade da dívida pública são cruciais para um exame consistente da política macroeconómica de qualquer país.

A política orçamental é um dos instrumentos privilegiados da intervenção das autoridades públicas, com o intuito de influenciar o funcionamento do sistema económico.

O défice das contas públicas, que ocorre quando as receitas arrecadadas são insuficientes para financiar as despesas, ainda que resulte da implementação de medidas anti-cíclicas para fazer face a uma conjuntura desfavorável, ou que seja justificável por via da equidade intertemporal ou do fiscal *smoothing*, traduz-se necessariamente num aumento do endividamento do sector público, a não ser que se recorra à sua monetização.

A restrição orçamental de curto prazo, a identidade expressa na equação (1), ilustra este facto:

$$G = T + \Delta H + \Delta B \quad (1)$$

Quer isto dizer que o valor dos gastos públicos (G) é idêntico ao montante arrecadado através dos impostos (T), mais a expansão monetária para financiar as despesas públicas (ΔH) e a acumulação da dívida (ΔB).

Em casos, como o de Cabo Verde, em que a monetização do défice é limitada por lei, um défice orçamental, i.e. $G - T > 0$, implica necessariamente um aumento do endividamento ($\Delta B > 0$).²⁶

Se o Governo acumula dívidas de orçamentos passados, a restrição orçamental de curto prazo pode ser rearranjada da seguinte forma:

$$G^* - T + iB_{(t-1)} = B_t - B_{(t-1)} \quad (2)$$

onde G^* representa os gastos primários, i a taxa de juros e B_t e $B_{(t-1)}$, respectivamente, a dívida pública no momento t e no momento $t-1$.

Se dividirmos a expressão (2) pelo produto interno bruto do país (Y_t), obteremos

$$\delta = \beta_t - \beta_{(t-1)} * (1+i)/(Y_{(t-1)} * (1+y)) = \beta_t - \beta_{(t-1)} * (1+i)/(1+y) \quad (3)$$

em que δ representa o saldo orçamental primário em percentagem do PIB, β_t e $\beta_{(t-1)}$ correspondem aos coeficientes da dívida (dívida/PIB) nos momentos t e $t-1$, respectivamente, $Y_{(t-1)}$ representa o PIB no momento $t-1$ e y a taxa de crescimento nominal do PIB em t .

Então, a condição de sustentabilidade (solvência) requer que:

- O valor actualizado de toda a carteira seja inferior ou igual ao saldo primário que deverá ser utilizado para o seu reembolso, i.e. $\beta_t \leq \sum_{j=1}^{\infty} \delta_{t+j} / (1+i)^j$ (4)
- A taxa de crescimento do produto do país exceda a taxa de juros. Em outras palavras, enquanto a taxa de crescimento exceder a taxa de juros, a dívida poderá ser considerada sustentável.

Neste quadro, o país poderá ser considerado solvente se o valor actual das suas despesas primárias presentes e futuras for inferior ou pelo menos igual ao valor actual da trajectória presente e futura das receitas, líquidas de qualquer dívida inicial. Refira-se que a condição de solvência deve ser examinada em relação à trajectória de ajustamento que não seja apenas economicamente viável, mas também social e politicamente aceitável.

A avaliação da sustentabilidade da dívida pública externa sustenta-se no cálculo da expressão (4), com base em estimativas sólidas das estatísticas das finanças públicas e projecções consistentes da dinâmica de longo prazo das variáveis de política (receitas, despesas, saldo primário, saldo global, dívida, etc.) e das variáveis endógenas, como as taxas de juro e de crescimento económico.

O presente exercício de análise da sustentabilidade da dívida pública refere-se ao horizonte temporal 2014-2030 e apoia-se nas referências metodológicas do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial.

O exercício compreende um cenário central (que reflecte com a máxima precisão possível a carteira de dívida e o contexto macroeconómico do país) e dois cenários alternativos - um cenário histórico (em que as principais variáveis macroeconómicas crescem a uma taxa média histórica, podendo ou não isso resultar numa situação favorável) e um cenário onde a política orçamental mantém, no longo prazo, as actuais orientações. Foram ainda realizados testes limites (*stress test*) que simulam situações adversas, decorrentes de choques económicos imprevisíveis às hipóteses do cenário central.

A análise da sustentabilidade da dívida, no pressuposto de um *phasing out* da actual política orçamental, sugere que a dívida seja sustentável no longo prazo.

²⁶ Registe-se que desde 2004, o Estado não tem recorrido ao banco central para financiar o seu orçamento, conforme previsto no artigo n.º 2 da Lei n.º 10/VI/2002, de 15 de Julho de 2002, que estabelece a Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde.

Capítulo 3. Procura e Produção

Num contexto de relativa melhoria do enquadramento externo, de manutenção de uma orientação de política monetária acomodatória e de algum condicionamento do Orçamento do Estado, a economia cabo-verdiana evidenciou um dinamismo moderado.

As estimativas das contas nacionais trimestrais do Instituto Nacional de Estatística apontam para um crescimento real do PIB em 2,7 por cento em 2014, valor superior ao crescimento estimado para 2013 em 1,7 pontos percentuais.

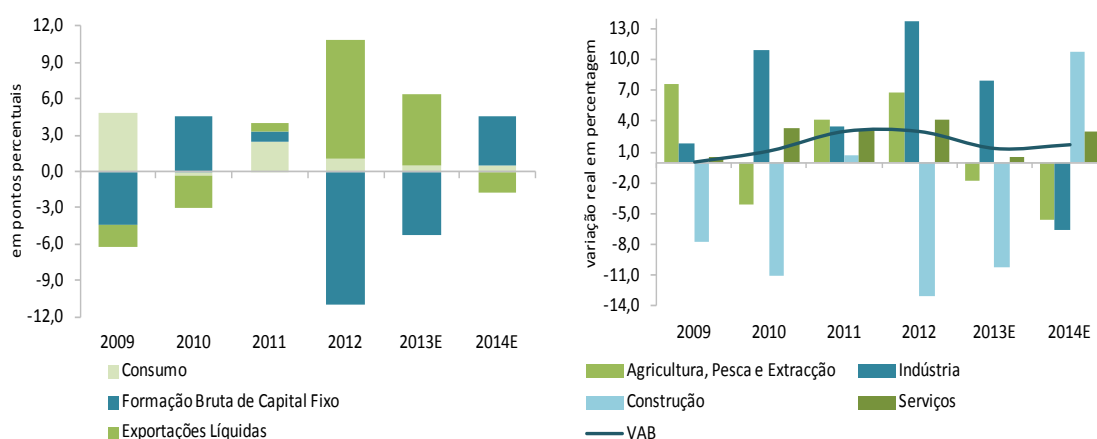
A ligeira melhoria do desempenho económico terá sido determinada, do lado da procura, por uma recuperação da formação bruta de capital fixo de outros sectores e por algum aumento do consumo privado. Do lado da oferta, o crescimento foi impulsionado pelos contributos positivos da construção, dos serviços de telecomunicações e correios, dos serviços não mercantis e das pescas.

A procura interna, impulsionada, por um lado, por investimentos das empresas públicas financiados por empréstimos concessionais contratados pelo Governo Central e donativos oficiais e, por outro, por investimento directo estrangeiro maioritariamente no sector turístico, contribuiu em cerca de 4,5 pontos percentuais para o crescimento em 2014.

As condições de financiamento do sector privado doméstico permaneceram, contudo, adversas, limitando a melhor *performance* dos investimentos. O contínuo agravamento das condições internas de financiamento do sector privado, apesar do reforço da política de afrouxamento monetário, pode ser explicado em boa medida pelo aumento da aversão aos riscos pelos bancos, numa conjuntura de contínuo agravamento da situação financeira de determinadas empresas e famílias, pela persistência de um défice de procura bancável e pela deterioração da confiança dos empresários.²⁷

²⁷ O défice de projectos atractivos e de planos de negócios bem estruturados é apontado pelos bancos como um dos factores inibidores da oferta de crédito. Registe-se que de acordo com os resultados do Recenseamento Empresarial de 2012, o tecido empresarial cabo-verdiano continua sendo formado essencialmente por micro e pequenas unidades familiares sem contabilidade organizada, cujo acesso a financiamento continua a ser condicionado pela inoperância de esquemas de partilha de riscos e pela falta de infraestrutura e de produtos financeiros adequados à procura daquele nicho de mercado, cuja capacidade organizativa e de orientação para o negócio é limitada.

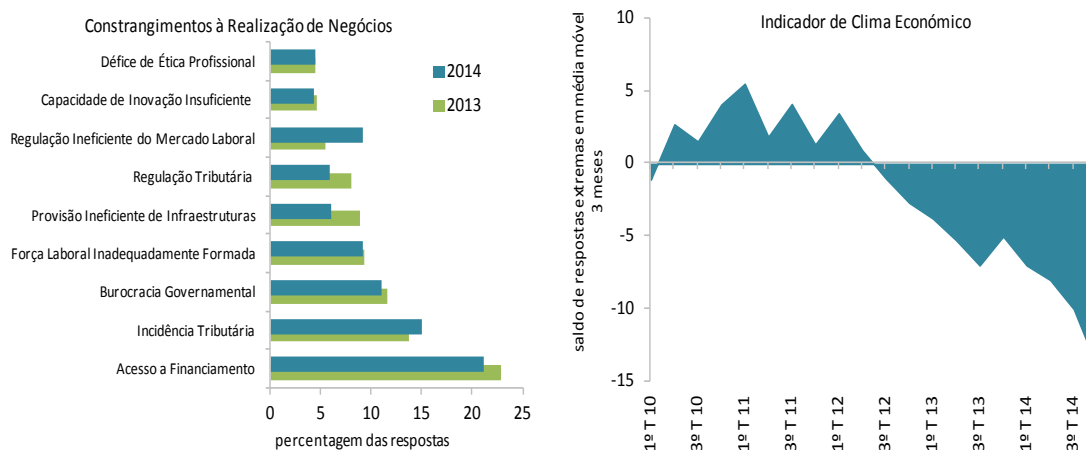
Figura 11. A evolução positiva da procura interna, do lado da procura, e dos sectores da construção e serviços, do lado da oferta, sustentaram o crescimento económico em 2014.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Cálculos do Banco de Cabo Verde.
Nota: E-Estimativas do Instituto Nacional de Estatística.

O crescimento do consumo privado terá sido proporcionado pelo aumento do rendimento disponível das famílias, em função em larga medida do aumento das remessas dos emigrantes e da redução da inflação. Possivelmente motivos de precaução terão influenciado as famílias, que pouparam parte significativa do rendimento disponível real (13,6 por cento). Acresce-se que as expectativas defraudadas quanto ao ano agrícola terão também influenciado o agravamento do sentimento dos consumidores.

Figura 12. As incertezas quanto às perspectivas económicas e financeiras, a aversão ao risco e a persistência de condicionamentos burocráticos, administrativos, fiscais e institucionais ao ambiente de negócios continuaram a contribuir para o agravamento da confiança dos empresários.



Fonte: Banco Mundial, Corporação Financeira Internacional e Instituto Nacional de Estatística.

O Mercado de Trabalho em 2014

De acordo com os resultados do Inquérito Multi-Objetivo Contínuo do Instituto Nacional de Estatística, as condições no mercado de trabalho permaneceram pouco favoráveis em 2014. A taxa de desemprego reduziu dos 16,4 por cento registados em 2013 para 15,8 por cento, em função da redução da população activa, porquanto a taxa de ocupação e a taxa de emprego diminuíram, respectivamente, 1,5 e 2,1 pontos percentuais.

	2012	2013	2014	variação 2014/2013
Principais Indicadores do Mercado de Trabalho				
População Activa	225.819	221 874	217 158	-2,1%
Empregada	187.904	185 486	182 831	-1,4%
Desempregada	37.915	36 388	34 327	-5,7%
População em Idade Activa	360.860	368 928	374 749	1,6%
Taxa de Actividade	62,6	60,1	58,0	-2,1 p.p.
Taxa de Ocupação	52,1	50,3	48,8	-1,5 p.p.
Taxa de Desemprego (%)	16,8	16,4	15,8	-0,6 p.p.
Perfil dos Desempregados (em percentagem)				
Distribuição por sexo				
Masculino	54,5	56,4	56,5	0,1p.p.
Feminino	45,5	43,6	43,5	-0,1p.p.
Idade média (anos)	29,2	29,1	29,6	0,5 anos
Distribuição por categoria de desempregado (*)				
Procura de primeiro emprego	28,0	23,7	23,3	-0,4p.p.
Já trabalhou	72,0	76,2	76,6	0,4p.p.
Duração média no desemprego (meses)	11,9	16,9	16,8	-0,1meses
Nível de instrução				
Sem nível	6,0	7,2	8,3	1,1 p.p.
Primário	15,3	13,9	13,5	-0,4 p.p.
Secundário	21,2	21,3	20,6	-0,7 p.p.
Pós-Secundário	17,3	15,6	12,0	-3,6.p.p.

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Notas: p.p. – pontos percentuais; t.v. – taxa de variação. (*) Os dados referentes ao ano 2013 foram corrigidos pelo Instituto Nacional de Estatística, pelo que o peso dos jovens à procura do primeiro emprego representou 23,7 por cento e não 76,2 por cento, como referido no Relatório Anual de 2013.

O desemprego continuou a afectar essencialmente jovens (36 por cento dos desempregados têm idade compreendida entre 20 e 24 anos), entre os quais maioritariamente indivíduos do sexo masculino (16,3 por cento), com escolaridade secundária (20,6 por cento) e que já tinham acedido ao mercado de trabalho (76,6 por cento).

Em termos de fluxos, o comportamento do mercado de trabalho em 2014 é fundamentalmente explicado pela redução expressiva do emprego nas zonas rurais (na ordem dos 17 por cento), não compensada integralmente pelo aumento do emprego nas zonas urbanas (cresceu cerca de seis por cento). A procura de emprego pela população desempregada há mais de seis meses decresceu, determinando o aumento da população inactiva.

A evolução das condições do mercado de trabalho terá reflectido em larga medida a conjuntura de seca e de fraco dinamismo económico que persiste desde 2009.²⁸

As crescentes restrições orçamentais do Estado e das empresas estarão a impedir a absorção de parte considerável da população activa, contribuindo para a prevalência do desemprego de longa duração e para o consequente desencorajamento daqueles que vão perdendo as competências adquiridas na formação académica e profissional.

²⁸ Acresce-se que as características do tecido económico nacional determinam o nível relativamente elevado de desemprego estrutural.

A melhor *performance* da procura interna superou o impacto da redução da procura externa líquida no crescimento. Explicada pelo aumento das importações de bens e serviços para corresponder às maiores necessidades de investimento e de consumo (em quatro por cento) e pela redução das exportações de serviços de turismo (em 9,4 por cento, em termos nominais), o contributo da procura externa líquida para o crescimento de 2014 foi menos 1,8 pontos percentuais.

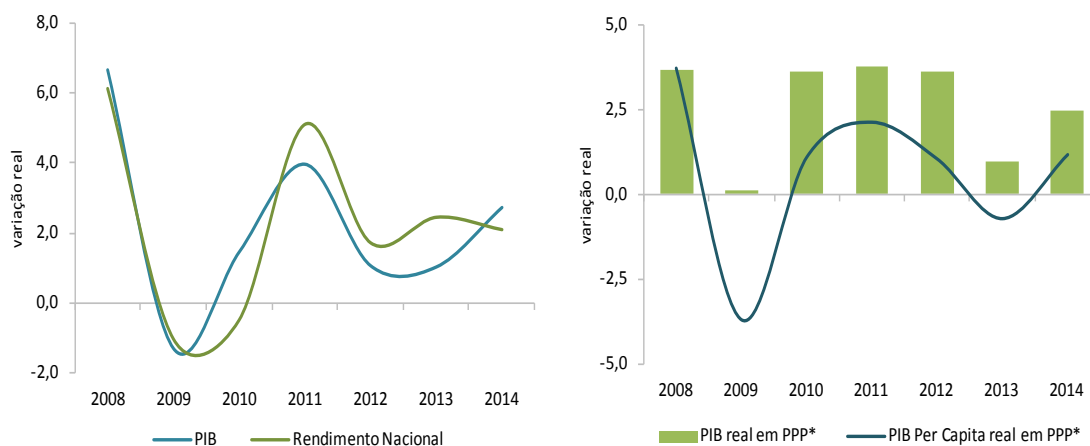
Refira-se que, pela primeira vez em cinco anos, as exportações de serviços turísticos decresceram, reflexo tanto da redução da procura como dos preços. Numa conjuntura de atenuação das instabilidades políticas e sociais no Norte de África, de descida dos preços de outros destinos concorrenciais, bem como de algum receio relacionado à evolução do Ébola na África Ocidental e de maior pressão fiscal, a redução dos preços praticados pelos operadores turísticos não foi suficiente para relançar a procura externa dirigida a Cabo Verde, resultando numa queda das receitas brutas do turismo.

O comportamento desfavorável da actividade turística condicionou o melhor desempenho do sector dos serviços, cujo contributo para o crescimento do PIB entretanto aumentou em 2014.

A evolução favorável da construção reflectiu em larga medida a execução de projectos públicos, nomeadamente do Programa Casa para Todos e do Projecto de Reforma e Recuperação dos Sectores de Energia e Água, entre outros projectos infraestruturais em implementação pelas empresas públicas e pelo Governo Central. Refira-se que a execução de projectos privados no sector turístico, financiados através de investimento directo estrangeiro, contribuiu igualmente, em boa medida, para o aumento do valor acrescentado bruto da construção em 2014.

Por seu turno, o crescimento do sector primário reduziu, pese embora o dinamismo das pescas, reflectindo sobretudo o efeito de base da produção de regadio, que passou a ter um peso mais relevante na produção agrícola nacional com a melhor captação da água das chuvas através das barragens, bem como algum impacto da seca de 2014.

Figura 13. O rendimento nacional e o PIB *per capita* apresentaram em 2014 uma dinâmica de evolução aquém do crescimento do produto interno bruto.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Banco de Cabo Verde.
Nota: (*) PPP-Purchasing Power Parity (Paridade de Poder de Compra).

Não obstante o crescimento mais acelerado do PIB real, o aumento dos rendimentos pagos ao exterior (não só relacionado com os juros da dívida pública e privada, como tam-

bém com a avultada expatriação de dividendos acumulados ao longo de vários anos por alguns investidores externos), contribuiu para a manutenção da tendência de desaceleração do rendimento nacional real do país. Este terá crescido 2,1 por cento em 2014, valor inferior ao estimado para 2013 em 0,3 pontos percentuais.

Note-se que o crescimento económico ainda abaixo do potencial determinou a persistência de um *output gap* negativo, sugerindo dificuldades no aproveitamento da capacidade produtiva do país. Neste quadro, e num contexto de redução do espaço orçamental (dado o elevado nível de endividamento público), os investimentos privados produtivos (nacionais e estrangeiros), geradores de riqueza e de trabalho, assumem cada vez mais um carácter imperativo.

A Actividade Turística em 2014

A actividade turística apresentou uma *performance* pouco favorável, tendo a procura turística internacional, medida em termos de entradas de hóspedes não residentes nos estabelecimentos hoteleiros, reduzido cerca de cinco por cento. A par da redução da procura, os preços praticados pelos operadores turísticos foram decrescidos, determinando a queda das receitas brutas do turismo na ordem dos nove por cento.

Principais Indicadores do Turismo

	2012	2013	2014
Contributo Relativo do Turismo para a Economia (*)	4,0%	5,0%	4,7%
Emprego Directo no Turismo (em % do Emprego Total)	5,5%	5,9%	7,3%
Número de Turistas Internacionais Entrados no País	482 267	502 874	493 732
Número de Dormidas no País	3 184 524	3 279 928	3 284 271
Receitas Brutas de Turismo Total (milhões de escudos)	33 799	36 716	33 255
Receitas Brutas de Turismo <i>per capita</i> por dia (em escudos) (**)	11 681	11 538	11 042
Número de Camas Disponíveis	14 999	15 995	18 188
Taxa de Ocupação	57%	56%	53%
Duração da Estadia (n.º de noites)	6,0	5,9	6,1

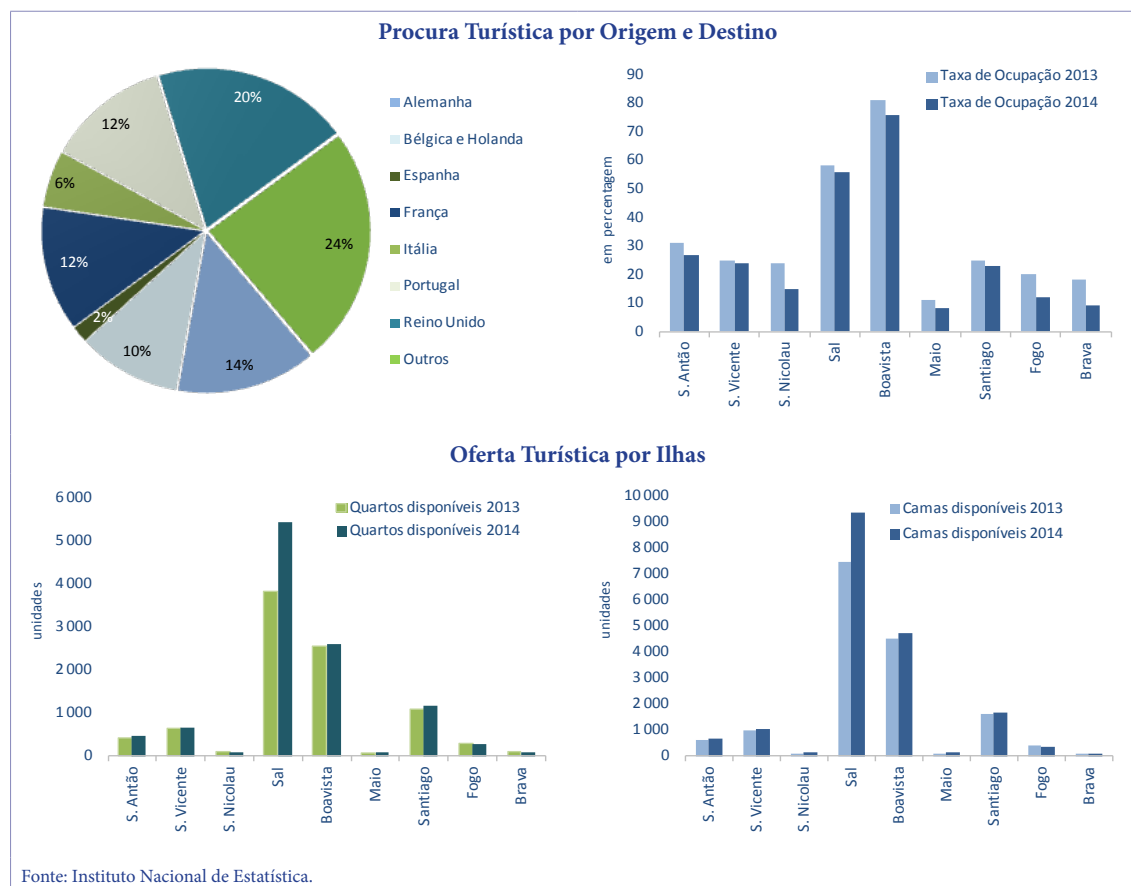
Fonte: Instituto Nacional de Estatística e Banco de Cabo Verde. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Notas: (*) Peso do valor acrescentado bruto da actividade hoteleira e de restauração no PIB. (**) Não inclui excursionistas.

O comportamento da procura turística, particularmente no terceiro trimestre do ano, terá reflectido os receios relacionados à propagação do Ébola na sub-região oeste africana e a realização do campeonato mundial de futebol, nos meses de Junho e Julho, no Brasil (país que registou um aumento das receitas de turismo internacional na ordem de dez por cento nos primeiros sete meses do ano). Não obstante os investimentos já realizados e os avanços conseguidos, de acordo com os resultados de um inquérito realizado pelo BCV aos maiores operadores turísticos nacionais em Dezembro de 2014, persistem condicionamentos impostos por constrangimentos de cariz mais estrutural, reflexo do aumento dos impostos (com o ajustamento da taxa do imposto sobre o valor acrescentado, a implementação das taxas turísticas e de iluminação pública ocorridos em 2013), da manutenção de elevados custos de contexto (entre os quais as taxas aduaneiras, e as tarifas de água e luz) e da persistência, ainda, de défices infraestruturais tais como a falta de iluminação no aeroporto da Boavista.

A redução dos preços terá resultado da estratégia dos operadores de manterem a quota de mercado europeu, num contexto de atenuação das instabilidades políticas e sociais no Norte de África (que registou um aumento de entrada de turistas em termos anuais, entretanto, em 0,5 por cento em 2014, após um aumento de cerca de cinco por cento no primeiro semestre de 2014 e de seis por cento em 2013), de descida dos preços dos destinos concorrenciais (em particular do Algarve e das Ilhas Canárias) e de relativa escassez de oferta complementar a sol e praia.

Registe-se que a procura turística procedente da Área do Euro diminuiu 1,3 por cento, devido principalmente à redução da procura das suas três maiores economias (Alemanha, França e Itália), que entretanto recuperaram algum dinamismo em 2014. A modesta recuperação da procura do Reino Unido (entradas e dormidas cresceram, respectivamente, 2,3 e 0,4 por cento, que comparam às quedas de 17,8 e de 20,9 por cento registadas em 2013) também sugere que as condições económicas e financeiras dos principais mercados emissores do turismo não terão sido determinantes para a *performance* negativa da actividade turística em 2014.



Por sua vez, o forte crescimento da capacidade de alojamento (na ordem dos 19 por cento), aliado à redução da taxa de ocupação, indicia que em termos agregados a oferta hoteleira não condicionou a actividade turística, contrariamente ao que acontecia num passado recente.

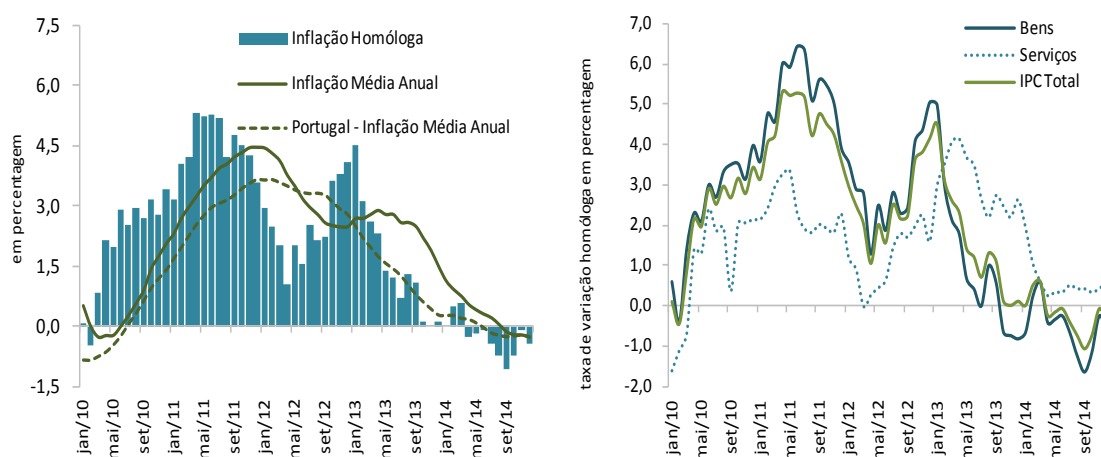
Capítulo 4. Preços

Num contexto de crescimento económico comedido, de moderação salarial e de acentuada queda nos mercados internacionais dos preços das matérias-primas energéticas, a inflação nacional manteve o perfil descendente que vinha apresentando desde Abril de 2013.

Em termos médios anuais, a taxa de inflação fixou-se em -0,2 por cento em Dezembro de 2014, reflexo sobretudo do impacto do choque (positivo) da oferta de petróleo, numa conjuntura em que a procura global permanece condicionada pelo arrefecimento das economias emergentes, e da deflação dos preços no consumidor e no produtor dos principais parceiros comerciais do país.

Registe-se que o preço internacional das matérias-primas energéticas registou um decréscimo de 7,5 por cento em 2014. Não obstante a persistência de instabilidades geopolíticas no leste europeu e no Médio Oriente, a oferta de petróleo aumentou consideravelmente, em função do aumento da capacidade de produção pelos EUA (que passou também a produzir petróleo de xisto), numa conjuntura de arrefecimento da economia chinesa e de ligeira recuperação económica na Área do Euro. Igualmente, influenciada pela contida procura global, num contexto de aumento da oferta, o preço das matérias-primas não energéticas também reduziu (-4,0 por cento), contribuindo directa e indirectamente para a redução da inflação importada.

Figura 14. Os choques temporários de oferta de matérias-primas a nível internacional, aliados à conjuntura de persistência do *output gap* negativo do país, terão determinado a evolução da componente cíclica da inflação nacional.



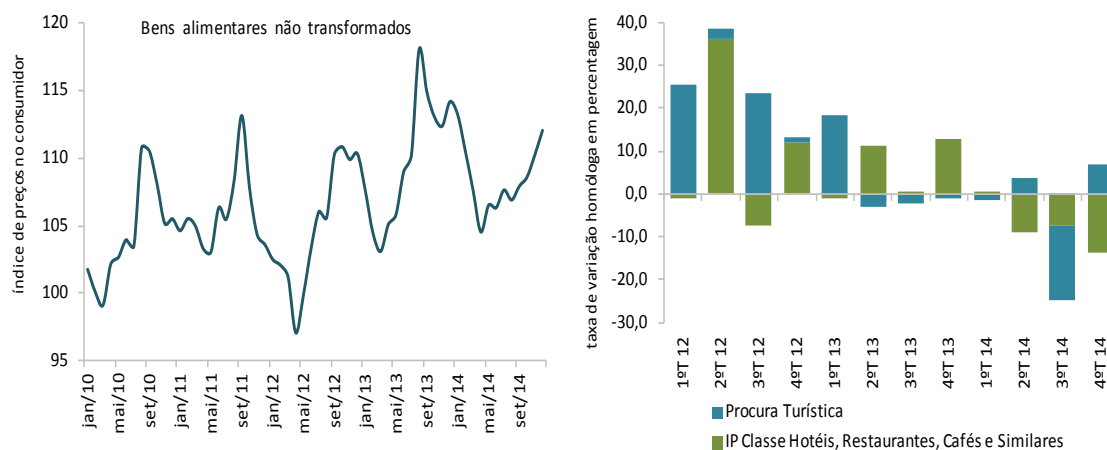
Fonte: Instituto Nacional de Estatística de Cabo Verde e Instituto Nacional de Estatística de Portugal.

Nota: IPC – Índice de Preços no Consumidor.

Considerando o elevado peso dos produtos importados no cabaz de consumo dos cabo-verdianos, a inflação importada teve um efeito preponderante na queda dos preços nos últimos doze meses, conforme sugere a redução dos preços das classes de transportes e de rendas de habitação, água, electricidade, gás e outros combustíveis, respectivamente, em 1,8 e 0,2 por cento, na sequência da actualização dos preços administrados de combustíveis e lubrificantes, em média em torno de nove por cento e do gás butano em 16,2

por cento, bem como a redução dos preços da classe de bens alimentares e bebidas não alcoólicas em 1,2 por cento.

Figura 15. As expectativas em torno da produção agrícola terão justificado a tendência sazonal atípica de subida dos preços de bens alimentares não transformados, a partir de Junho. No caso do turismo, a evolução da procura terá favorecido a contração dos preços.



Fonte: Instituto Nacional de Estatística. Cálculos do Banco de Cabo Verde.
Nota: IP – Índice de Preços.

Além do contexto externo, a conjuntura de moderado dinamismo da procura interna e de contração da procura externa, também favoreceu a deflação dos preços tanto de bens alimentares e bebidas não alcoólicas, num ano de seca, como de hotéis, restaurantes, cafés e similares, numa estratégia dos operadores turísticos de manterem a quota de mercado europeu.²⁹

A evolução da inflação subjacente (*core inflation*), que melhor representa a tendência da inflação de longo prazo, por excluir do cabaz de consumo os bens e serviços sujeitos a choques temporários frequentes, confirma em certa medida a tendência global desinflacionista da economia, patente, na persistência de um *output gap* negativo.³⁰

A inflação média anual do índice de preços no consumidor excluindo bens energéticos e bens alimentares não transformados tem decrescido consistentemente desde 2011, fixando-se em 2014 em zero por cento.

Registe-se, entretanto, que a *core* e a *headline* (IPC global) *inflation* são positiva e fortemente correlacionadas, indiciando que a inflação nacional tem sido em larga medida determinada pela evolução dos preços das componentes mais voláteis do índice de preços no consumidor.

²⁹ A dissipação do efeito do ajustamento do imposto sobre o valor acrescentado nos preços praticados nos restaurantes, cafés e similares terá também contribuído, em certa medida, para a redução dos preços da classe 11 do IPC. Entretanto, tendo em conta o adiamento do ajustamento do IVA no preço dos alojamentos, bem como a implementação tardia da taxa turística pelos hotéis que na altura da entrada em vigor da reforma fiscal já tinham os pacotes fechados, a redução dos preços praticados nos estabelecimentos hoteleiros estará mais relacionada à tentativa de acompanhamento dos preços praticados pelos concorrentes de Cabo Verde. Registe-se ainda que o impacto da seca de 2014 e da erupção vulcânica na produção agrícola deverá ser consideravelmente maior em 2015, atendendo ao ciclo produtivo.

³⁰ Note-se que uma análise aos determinantes da inflação do país pelo Banco de Cabo Verde, sugere que a capacidade de produção agrícola e os custos salariais e a inércia da inflação (relacionada à fragilidade do sector produtivo e a outras rigidezes estruturais que afectam as expectativas de inflação) explicam a tendência da inflação de longo prazo.

O Impacto da Deflação na Actividade Económica Nacional

A deflação dos preços no consumidor, definida como queda generalizada e prolongada dos preços, se agravada por um abrandamento ou queda da procura, pode afectar muito negativamente a dinâmica da actividade económica.

Com efeito, a deflação influencia as expectativas dos agentes económicos, podendo estes preferir adiar o consumo na expectativa que os preços irão continuar a baixar no futuro. No que concerne aos investimentos, num contexto de deflação, a poupança tornar-se-ia um investimento com rendimento real positivo, contrariamente aos empréstimos para financiar um empreendimento, cujo serviço encareceria, pois a deflação tem o efeito de um imposto para os devedores. Ainda, tendo em conta que as receitas do Estado estão fortemente associadas aos preços de bens e serviços, uma queda persistente dos mesmos tenderia a reduzir a arrecadação dos impostos e, por consequência, as despesas públicas. Vale também frisar que numa economia deflacionária com elevado índice de desemprego os salários nominais tenderiam, teoricamente, a cair.

No caso de Cabo Verde, após um período de taxas relativamente elevadas em 2011 e 2012, a inflação média anual iniciou, a partir do segundo trimestre de 2013, uma trajectória descendente, tendo registado valores negativos nos últimos quatro meses de 2014. Contudo, diferentemente da situação actual de algumas economias avançadas, a deflação foi sobretudo importada. Outrossim, dadas as características do cabaz de consumo dos cabo-verdianos (constituída em cerca de 70 por cento por bens e serviços essenciais), não há evidências que os consumidores estejam ou possam vir a adiar o consumo, na expectativa dos preços continuarem a descer. Aliás, é expectável que o rendimento disponível das famílias aumente, em função da evolução da inflação importada, compensando em certa medida o aumento esperado dos preços de bens alimentares (sobretudo de frescos, devido ao mau ano agrícola e à erupção vulcânica que afectou uma das regiões mais férteis do país), podendo assim registar-se algum efeito positivo no comportamento das famílias, no sentido de aumentarem o consumo e ou de cumprirem as responsabilidades financeiras que assumiram.

Uma maior dinâmica da procura conduziria, por seu turno, a uma necessidade maior de investimento do lado da oferta (que além de influenciada pela redução do preço das mercadorias importadas, também poderá ser influenciada por alguma redução dos custos de produção). Em particular, uma eventual redução dos custos de produção permitiria ao sector industrial aumentar a sua margem de lucro, se os preços de venda se mantiverem constantes, libertando alguma disponibilidade para honrar as suas responsabilidades financeiras e/ou expandir o seu investimento. A nível do comércio, a deflação importada permitiria a manutenção da margem de lucro da empresa, caso os preços fossem ajustados, ou o seu aumento, caso os preços de venda não se alterassem. Decorreria daqui, então, uma maior propensão para a diminuição do nível de incumprimento bancário e ou para o reforço do investimento.

Por sua vez, a expectativa de um menor nível de incumprimento por parte das famílias e das empresas poderá aliviar a aversão aos riscos do sistema bancário, o que seria benéfico para o funcionamento do mecanismo de transmissão monetária do país.

Prevê-se, entretanto, que a queda dos preços, *ceteris paribus*, poderá afectar negativamente as receitas do Estado, particularmente as do imposto sobre o valor acrescentado. Esta situação poderá levar o Governo Central a incorrer em mais dívida, com algum efeito *crowding out* no crédito à economia.

Consequentemente, os eventuais benefícios da deflação importada sobre o sector privado poderão ser contrabalançados pela deterioração da posição orçamental. Assim, a conjugação dos vários efeitos elencados poderá ou não favorecer a actividade económica.

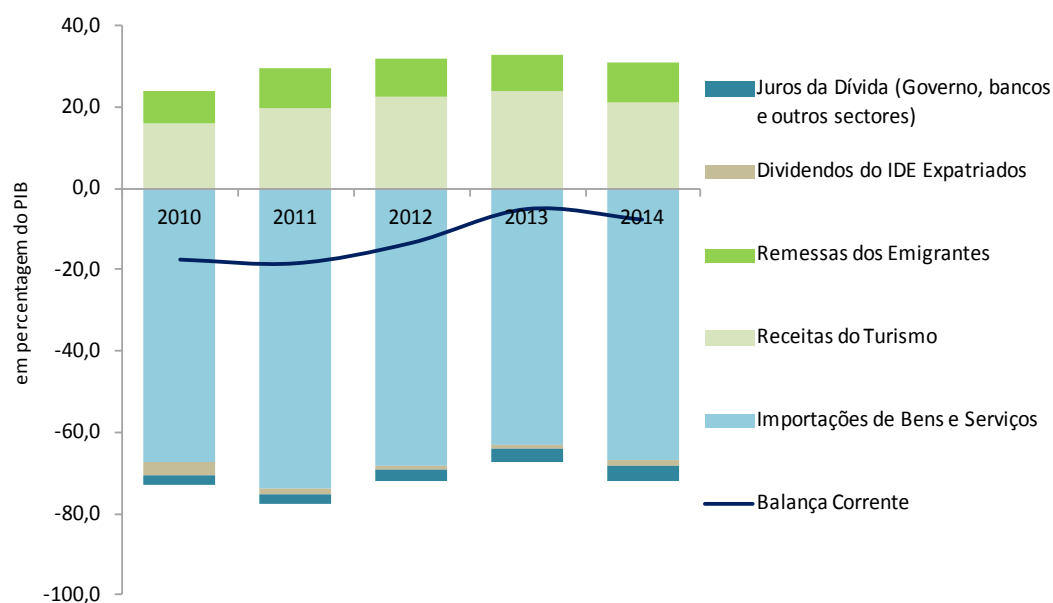
Capítulo 5. Contas Externas

As contas externas registaram um comportamento muito favorável em 2014, tendo as reservas internacionais líquidas do país atingido o valor máximo histórico de 420,5 milhões de euros, a 31 de Dezembro de 2014.

A conjuntura macro-financeira doméstica e internacional desafiante para o sector privado nacional, mas relativamente favorável à captação de poupança externa para investimentos no país, aliada, em certa medida, à política monetária excepcionalmente acomodática do Banco Central Europeu (desencorajadora de aplicações financeiras na Área do Euro) terá determinado a *performance* positiva da balança financeira, cujo excedente mais que compensou as necessidades de financiamento da economia.

As necessidades de financiamento da economia entretanto aumentaram de 4,6 para 7,1 por cento do PIB em 2014, em função principalmente da evolução da componente fundamentalmente importada da procura interna, a formação bruta de capital fixo (FBCF). Com efeito, o crescimento da FBCF, impulsionado pelo aumento do investimento do sector empresarial do Estado (este financiado em larga medida por dívida externa concessional e donativos), bem como do investimento directo estrangeiro, foi determinante para a deterioração do défice da balança comercial e, consequentemente, para o aumento do défice da balança corrente.

Figura 16. O aumento das importações de bens, a redução das receitas brutas do turismo, bem como o aumento dos rendimentos expatriados determinaram o agravamento do défice da balança corrente.



Fonte: Banco de Cabo Verde.

As importações de bens e serviços aumentaram 7,5 por cento, depois de terem registado um decréscimo de 5,7 por cento em 2013, devido principalmente ao aumento das impor-

tações de bens de capital e intermédios (respectivamente, em 69,7 e 13,9 por cento), bem como ao aumento de fretes de importações (8,8 por cento) e das importações de serviços empresariais e técnicos (13 por cento).³¹

Quadro 5. Evolução do Comércio Externo de Bens e Serviços

	2012	2013	2014
	em milhões de escudos		
Importações de Bens e Serviços	102 331,2	96 524,6	103 735,8
dos quais:			
Bens de Consumo	23 257,9	22 995,8	23 311,6
Bens de Capital	13 617,9	6 558,0	11 126,8
Combustíveis	9 340,1	12 583,2	9 780,8
Viagens de Negócios	5 338,6	4 999,8	5 208,9
Viagens Pessoais	5 654,8	4 921,2	3 739,7
Serviços de Transporte (incluindo fretes)	8 589,0	7 433,0	7 168,7
Serviços Empresariais e Técnicos Diversos	2 436,1	2 713,6	3 065,8
Exportação de Bens e Serviços	67 612,5	72 292,0	75 687,4
dos quais:			
Pescado	3 837,0	4 835,7	5 675,8
Vestuário	221,2	354,8	476,2
Calçado	377,8	419,6	458,3
Fornecimentos à Navegação Aérea e Marítima	10 724,0	10 312,9	12 916,6
Serviços de Comunicação	2 046,3	2 250,1	4 385,6
Serviços de Turismo	33 798,9	36 716,3	33 255,2
Taxa de Cobertura das Importações pelas Exportações	66%	75%	73%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A evolução desfavorável das exportações de serviços, particularmente das receitas de turismo, reforçou a tendência de agravamento do défice da balança corrente.

Pela primeira vez desde 2009, as receitas brutas de turismo registaram um decréscimo (na ordem dos nove por cento), determinado pela redução do número de entrada de turistas não residentes no país (em -1,8 por cento) e pela consequente redução dos preços (-0,1 por cento que compara ao aumento de 6,5 por cento registado em 2013), numa estratégia engendrada pelos operadores turísticos de salvaguarda da quota de mercado europeu, num contexto de atenuação das instabilidades políticas e sociais no Norte de África (que registou um aumento do número de entrada de turistas em 2014 superior ao de Cabo Verde em 2,3 pontos percentuais) e de descida de preços dos destinos concorrenciais (em particular do Algarve e das Ilhas Canárias).

O comportamento da procura turística terá sido igualmente, e em larga medida, determinado pelos receios de contágio do Ébola, não obstante o país ter-se mantido livre da doença, e pela realização do campeonato mundial de futebol no Brasil. Expurgando o impacto destes dois factores, que terão determinado a diminuição da procura e das receitas de turismo no

³¹ São contabilizados como importações de serviços empresariais e técnicos, a aquisição no mercado externo, por parte de empresas e outras instituições públicas e privadas residentes em Cabo Verde, de serviços jurídicos, contabilísticos, de assessoria a empresas, relações públicas, publicidade, investigação de mercados, inquéritos de opinião, pesquisa e desenvolvimento, bem como os serviços de engenharia e arquitetónicos.

terceiro trimestre (na ordem dos quatro e dos 23,5 por cento, respectivamente), a procura turística internacional (medida pelas dormidas) teria crescido cerca de um por cento em 2014, enquanto as receitas decresceriam 4,9 por cento.

Contrariamente às exportações de serviços, as exportações de bens, que representam cerca de 29 por cento das exportações totais do país, registaram um expressivo crescimento em 2014 (na ordem dos 35 por cento), determinado pela estabilização da oferta de pescado fresco, congelado e enlatado (com a resolução de constrangimentos infraestruturais), pela recuperação económica dos principais clientes do país (Espanha e Portugal, fundamentalmente) e pela conquista de alguma quota de mercado (nomeadamente dos EUA, Alemanha, Países Baixos).³²

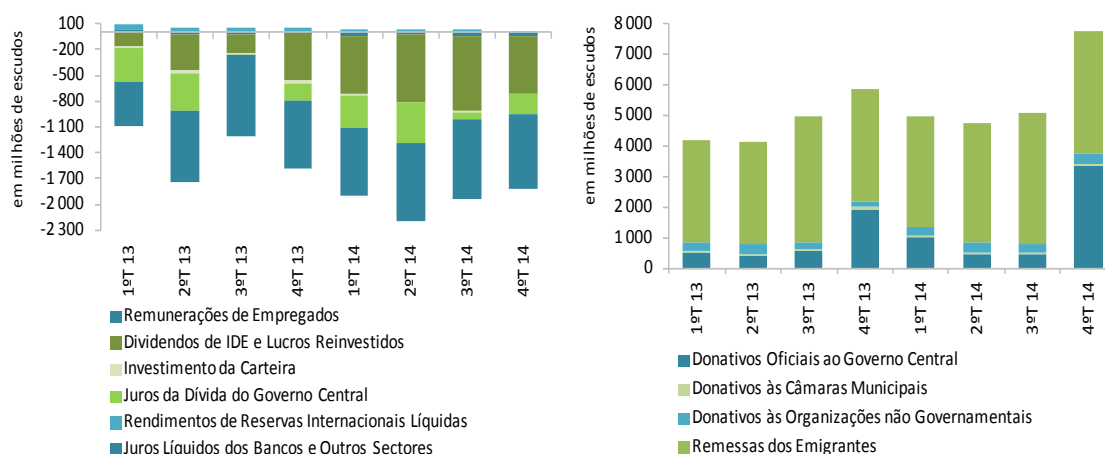
A par da deterioração da balança de bens e serviços, o alargamento do défice da balança de rendimentos contribuiu para o agravamento do défice da balança corrente.

A balança de rendimentos registou um défice de cinco por cento do PIB (3,5 por cento do PIB em 2013) explicado pelo significativo aumento dos rendimentos distribuídos aos investidores externos (especificamente de reservas acumuladas durante vários anos por empresas com capital externo), pelo aumento dos juros pagos pelos bancos por depósitos dos emigrantes e créditos contratados no exterior, pela redução do rendimento das reservas externas do país, em larga medida consequência da redução da rentabilidade das aplicações na Área Euro (a partir de Julho para valores negativos), e pelo aumento dos juros pagos aos credores multilaterais, bilaterais e comerciais do Estado de Cabo Verde.

Inversamente, a balança de transferências evoluiu favoravelmente, devido tanto ao aumento dos donativos como ao crescimento das remessas dos emigrantes.

Os donativos ao Estado de Cabo Verde aumentaram 34 por cento em 2014 (-16 por cento em 2013), em boa medida, impulsionados quer pelo aumento da ajuda orçamental (em 14 por cento) quer pelas ajudas aos deslocados de Chã das Caldeiras (que totalizaram 377,4 milhões de CVE).

Figura 17. As remessas dos emigrantes e os donativos oficiais mais que compensaram o repatriamento de dividendos e outros rendimentos aos investidores externos.

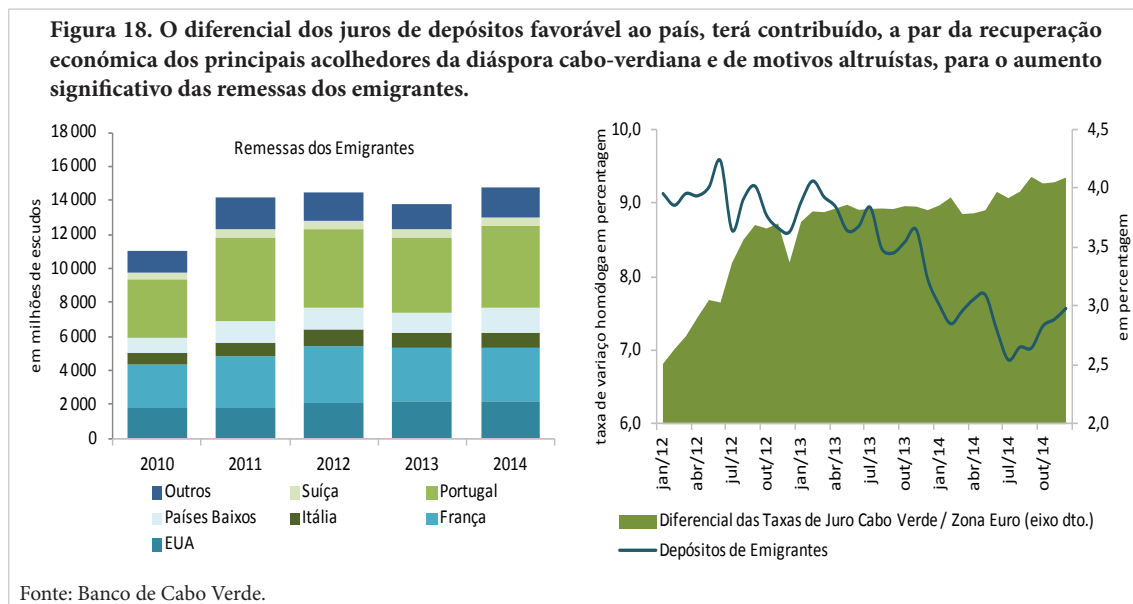


Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: Os donativos ao Governo Central agregam a ajuda orçamental e os donativos directamente desembolsados pelos parceiros bilaterais e multilaterais, quer ao Governo quer aos organismos responsáveis pela execução dos projectos financiados por donativos.

³² Além das exportações de mercadorias tradicionais, o abastecimento de uma plataforma petrolífera no início do ano por uma das empresas de combustíveis do país foi determinante para a evolução muito favorável das exportações de bens em 2014.

A ajuda às vítimas da erupção vulcânica terá também contribuído em certa medida para o aumento das remessas dos emigrantes, na ordem dos dez por cento no quarto trimestre (cerca de cinco por cento no quarto trimestre de 2013). No conjunto do ano as remessas aumentaram cerca de dez por cento, recuperando de uma queda de quatro por cento registada em 2013. A evolução intra-anual das remessas sugere que a melhoria das condições macro-financeiras nos principais países de acolhimento dos emigrantes cabo-verdianos terá, em larga medida, contribuído para o crescimento das transferências dos emigrantes, numa conjuntura em que os juros praticados pelos bancos nacionais continuam altamente favoráveis a investimentos em depósitos a prazo no país.



A balança financeira, que representa o canal através do qual se processa o financiamento externo da economia, registou em 2014 uma entrada líquida de fundos na ordem de dez por cento do PIB (10,5 por cento em 2013).

O excedente da balança financeira foi em alguma medida determinado pelo crescimento dos influxos de investimento directo estrangeiro (em cerca de 13 por cento, após cinco anos de redução). Refira-se que a evolução dos influxos do IDE, superior ao crescimento registado em média nas economias em desenvolvimento (quatro por cento), ficou a dever-se essencialmente à aceleração da construção e do equipamento do maior *resort* turístico do país, inaugurado em finais de Outubro.³³ Saliente-se, não obstante, que o país tem conseguido captar uma parcela relativamente pequena da poupança externa dirigida à África Subsaariana e ao grupo de países de rendimento médio (preferencialmente aplicada na exploração de recursos naturais).³⁴

Por seu turno, a par da redução dos seus passivos externos (em 24 por cento), numa conjuntura de contínuo agravamento do risco de crédito, de aumento da liquidez excedentária do sistema bancário e de condições de rentabilização menos favoráveis das aplicações externas na Europa, os bancos comerciais reduziram consideravelmente as aplicações no exterior

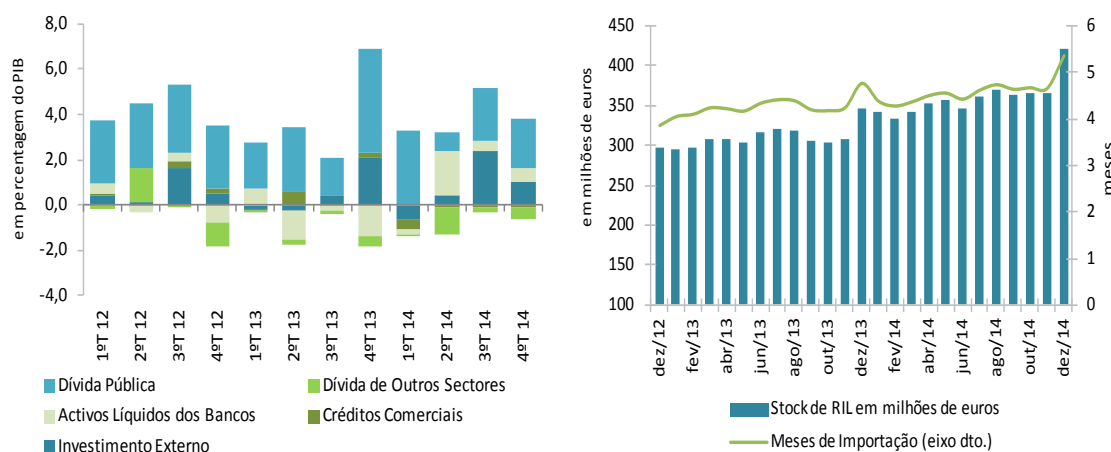
³³ Registe-se que de acordo com a UNCTAD, departamento das Nações Unidas responsável pelo comércio e desenvolvimento, o IDE mundial registou uma queda de cerca de oito por cento em 2014, reflexo da persistente fragilidade da economia global, bem como das incertezas políticas, agravada pelo aumento dos riscos geopolíticos.

³⁴ Em média, entre 2009 e 2013, as entradas líquidas de IDE representaram apenas 0,2 por cento do total da sua sub-região e 0,02 por cento do total dos países de rendimento médio.

(de 30,8 para 22,6 mil milhões de escudos), particularmente em instituições associadas da Área do Euro.

Não obstante a evolução positiva dos fluxos de financiamento não geradores de dívida, as necessidades de financiamento da economia continuaram a ser financiadas principalmente por empréstimos financeiros contratados pelo Governo Central, pese embora a redução assinalável dos desembolsos líquidos (em 22 por cento), devido quer à diminuição dos desembolsos efectivos (em 13 por cento) quer ao aumento das amortizações (em 73 por cento).

Figura 19. Apesar do processo de *phasing out* do Programa Pluri-anual de Investimento Público, a dívida pública manteve um peso dominante no suprimento das necessidades de financiamento da economia.



Fonte: Banco de Cabo Verde.

A evolução da balança financeira, aliada a algum impacto da depreciação do euro nas posições externas dos bancos comerciais, no *stock* das reservas internacionais líquidas e na dívida externa denominada em dólar norte-americano, determinou o agravamento da posição de investimento internacional do país na ordem dos 3,5 por cento.

Apesar da posição externa líquida negativa do país ter aumentado de 134 para 137 por cento do PIB, estando o défice financeiro do país concentrado em instrumentos não geradores de dívida e em dívida concessional (pois os *stocks* de IDE e dívida externa pública concessional representaram, respectivamente, 65 e 63 por cento da posição líquida dos investimentos internacionais), os indicadores de vulnerabilidade externa mantiveram-se em níveis globalmente sustentáveis.

ANEXOS ESTADÍSTICOS

Produto Interno Bruto - Óptica da Despesa

valores a preços correntes, em milhões de escudos

	2011 Pesos (%)	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Consumo Final	81,3	98 066	104 603	111 547	112 864	120 265	123 619
Consumo Privado	62,8	76 770	81 864	86 839	87 328	92 864	97 656
Consumo Público	18,5	21 296	22 739	24 708	25 536	27 401	25 963
Investimento	47,5	60 730	65 376	59 501	66 024	70 277	55 921
Formação Bruta de Capital Fixo	46,7	53 943	57 285	52 337	62 625	69 128	52 844
Variação de Existências	0,8	6 787	8 091	7 164	3 399	1 149	3 076
Procura Interna	128,8	158 796	169 979	171 048	178 888	190 542	179 540
Exportações de Bens e Serviços	31,5	38 470	43 242	36 699	40 059	46 555	55 541
Procura Global	160,3	197 266	213 220	207 747	218 947	237 097	235 081
Importações de Bens e Serviços	60,3	75 294	78 523	71 867	80 379	89 173	84 729
PIB	100,0	121 972	134 697	135 880	138 568	147 924	150 351

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Produto Interno Bruto - Óptica da Despesa

taxa de variação real, em percentagem

	2008	2009	2010	2011	2012
Consumo Final	2,1	6,3	-0,5	3,0	1,2
Consumo Privado	1,6	6,1	-1,2	2,2	3,4
Consumo Público	3,8	7,3	2,0	6,0	-5,9
Investimento	3,8	-9,0	10,2	1,7	-20,5
Formação Bruta de Capital Fixo	2,5	-8,5	19,0	5,6	-23,5
Variação de Existências	14,5	-12,7	-53,9	-69,0	162,1
Procura Interna	2,8	0,4	3,2	2,6	-6,8
Contributo Procura Interna para PIB (a)	3,6	0,5	4,0	3,3	-8,7
Exportações de Bens e Serviços	7,4	-17,5	9,1	11,5	15,5
Procura Global	3,7	-3,2	4,3	4,2	-2,4
Importações de Bens e Serviços	-1,2	-6,5	9,5	4,6	-8,2
Contributo Procura Externa Líquida para PIB (a)	3,1	-1,8	-2,6	0,7	9,8
PIB	6,7	-1,3	1,5	4,0	1,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Notas: (a) Contributo para a taxa de variação do PIB em pontos percentuais.

Produto Interno Bruto - Óptica da Despesa

taxa de variação dos deflatores implícitos, em percentagem

	2008	2009	2010	2011	2012
Consumo Final	4,5	0,3	1,7	3,4	1,5
Consumo Privado	4,9	0,0	1,8	4,1	1,8
Consumo Público	2,8	1,3	1,3	1,2	0,7
Investimento	3,7	0,1	0,7	4,6	0,1
Formação Bruta de Capital Fixo	3,6	-0,1	0,6	4,6	0,0
Variação de Existências	4,2	1,5	2,9	9,1	2,2
Procura Interna	4,2	0,2	1,3	3,9	1,1
Exportações de Bens e Serviços	4,7	2,9	0,0	4,3	3,3
Procura Global	4,3	0,7	1,1	3,9	1,6
Importações de Bens e Serviços	5,5	-2,1	2,1	6,1	3,5
PIB	3,5	2,2	0,5	2,7	0,6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Produto Interno Bruto - Óptica da Oferta

		valores a preços correntes, em milhões de escudos										
	Pesos 2012 (percentagem)	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Agricultura, Produção Animal e Floresta	7,8	6 604	7 076	7 054	6 790	6 893	9 386	9 655	10 043	9 705	10 597	11 660
Pesca	0,7	928	928	928	928	928	1 003	786	1 261	1 367	1 005	1 040
Indústria e Energia	8,2	6 111	6 111	6 111	6 111	6 111	7 243	8 858	9 588	10 176	10 823	12 364
Construção	8,8	7 752	8 025	8 298	9 907	11 919	13 376	16 409	16 584	14 973	15 455	13 203
Comércio	12,5	10 290	11 264	11 745	11 641	13 143	15 389	15 540	16 833	17 610	19 003	18 785
Alojamento e Restauração	5,8	1 644	1 779	1 901	2 087	3 095	4 255	4 712	4 653	4 793	5 896	8 651
Transportes e Comunicações	13,1	13 919	15 917	15 882	16 704	18 764	19 929	22 083	20 917	21 035	20 283	19 630
Actividades Financeiras e de Seguro	3,5	2 949	2 908	2 867	2 865	3 683	4 844	6 016	5 316	5 119	5 077	5 237
Outros Serviços Mercantis	12,4	8 729	9 240	10 181	11 498	12 599	13 897	15 418	15 566	16 602	17 289	18 659
Serviços não Mercantis	15,0	12 761	14 506	15 062	16 067	17 135	16 041	16 742	18 497	19 592	22 097	22 501
Total VAB	87,6	71 685	78 414	80 688	85 177	95 112	105 362	116 219	119 258	120 970	127 525	131 730
Impostos e Taxas Líquidos de Subsídios	12,4	7 912	8 676	10 123	11 513	13 610	16 612	18 479	16 621	17 598	20 399	18 621
PIB	100,0	79 597	87 090	90 811	96 690	108 722	121 972	134 697	135 880	138 568	147 924	150 351

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Produto Interno Bruto - Óptica da Oferta

	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
	taxa de variação real, em percentagem									
Agricultura, Produção Animal e Floresta	2,4	0,7	-2,4	-1,1	36,2	3,4	8,2	-4,8	9,5	7,4
Pesca	2,2	13,6	5,8	26,9	8,2	-21,8	39,0	5,7	-31,9	30,9
Indústria e Energia	0,4	0,4	0,4	0,4	18,5	17,1	-1,1	9,5	2,2	12,5
Construção	-1,1	4,5	21,1	17,2	12,2	19,1	-7,7	-11,0	0,6	-13,0
Comércio	4,6	5,3	0,5	10,0	17,1	-3,7	5,9	2,4	2,2	-2,1
Alojamento e Restauração	3,5	7,9	11,4	44,5	37,4	5,9	-4,5	-4,3	20,7	34,4
Transportes e Comunicações	9,3	0,8	6,7	9,4	6,2	6,7	-4,0	6,6	-7,4	3,7
Actividades Financeiras e de Seguro	-5,7	-0,4	1,3	25,2	31,5	21,9	-11,4	-2,8	-2,2	0,4
Outros Serviços Mercantis	1,2	11,3	14,6	6,7	10,3	6,0	-1,5	2,9	4,1	4,1
Serviços não Mercantis	8,7	4,9	8,2	3,9	-6,4	1,8	8,6	4,4	12,5	1,1
Total VAB	4,6	3,9	7,1	8,8	10,8	6,7	0,1	1,2	3,0	3,0
Impostos e Taxas Líquidos de Subsídios	4,8	17,9	15,4	15,1	22,1	6,2	-9,8	3,7	10,6	-10,8
PIB	4,6	5,3	8,0	9,5	12,2	6,7	-1,3	1,5	4,0	1,1

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Produto Interno Bruto - Óptica da Oferta

taxa de variação dos deflatores implícitos, em percentagem

	2008	2009	2010	2011	2012
Agricultura, Produção Animal e Floresta	-0,5	-3,9	1,5	-0,3	2,5
Pesca	0,2	15,3	2,5	8,0	-20,9
Indústria e Energia	4,4	9,4	-3,0	4,1	1,5
Construção	3,0	9,5	1,4	2,6	-1,8
Comércio	4,9	2,3	2,2	5,6	1,0
Alojamento e Restauração	4,6	3,4	7,7	2,0	9,1
Transportes e Comunicações	3,9	-1,4	-5,7	4,1	-6,7
Actividades Financeiras e de Seguro	1,9	-0,3	-0,9	1,5	2,8
Outros Serviços Mercantis	4,7	2,5	3,7	0,0	3,6
Serviços não Mercantis	2,5	1,7	1,4	0,3	0,7
Total VAB	3,4	2,5	0,3	2,3	0,3
Impostos e Taxas Líquidos de Subsídios	4,8	-0,3	2,1	4,8	2,3
PIB	3,5	2,2	0,5	2,7	0,6

Fonte: Instituto Nacional de Estatística.

Importações Cabo-Verdianas de Bens por Zona Económica e Países de Destino

	2013	2014	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	Estrutura das Importações - pesos em %		em milhões de escudos												
Área do Euro	83,0	82,9	27 854,4	26 598,3	25 532,2	29 402,8	40 664,2	50 754,4	52 879,9	47 302,3	54 112,8	65 529,7	53 147,6	49 884,4	50 366,2
CEDEAO	1,5	1,2	556,7	1 436,7	688,7	758,3	595,6	832,8	919,3	1 214,0	1 148,1	1 308,7	928,5	887,1	758,6
Alemanha	1,4	0,8	1 261,9	344,3	355,3	279,0	545,6	853,9	975,2	1 280,7	276,1	391,9	679,4	820,2	496,4
Brasil	3,6	3,4	1 135,3	922,1	1 757,2	3 130,3	3 024,7	3 743,3	3 528,7	2 508,1	2 300,0	2 056,1	2 646,7	2 158,5	2 082,9
Costa do Marfim	0,1	0,1	201,1	907,0	327,3	302,9	127,8	260,1	252,0	180,0	143,8	38,0	239,2	34,2	38,9
Espanha	7,9	8,0	1 234,8	906,0	1 475,9	2 954,4	2 668,3	2 666,5	4 533,3	5 531,3	6 577,5	7 421,8	4 701,3	4 737,8	4 857,1
Estados Unidos da América	1,2	1,2	1 060,7	1 181,0	5 091,6	1 056,7	659,9	697,8	539,1	583,1	980,7	713,1	3 483,6	734,6	753,6
França	1,4	1,8	683,0	1 069,2	940,3	772,4	1 184,1	5 721,7	1 256,1	1 088,4	2 265,2	1 260,2	1 077,5	818,8	1 106,8
Itália	1,5	1,5	1 000,0	740,6	1 143,2	1 548,1	2 267,2	2 275,1	1 695,5	1 737,8	1 074,9	3 345,2	1 041,1	892,0	911,1
Países Baixos	20,9	21,2	5 840,7	6 961,6	5 281,0	6 119,6	7 270,8	9 771,2	10 576,2	9 412,2	10 373,9	14 391,1	9 859,3	12 538,2	12 902,1
Portugal	43,8	43,7	17 834,1	16 576,6	16 336,5	17 729,3	23 878,1	27 059,3	31 369,7	27 170,6	31 795,5	33 606,2	31 672,5	26 340,0	26 538,2
Reino Unido	0,8	0,7	118,8	298,6	383,0	410,0	649,5	621,4	559,7	270,4	271,9	287,9	490,4	510,0	453,6
Senegal	1,3	1,1	314,6	428,6	288,1	151,8	312,4	496,4	411,7	690,8	689,6	1 053,2	461,0	762,5	641,0
Suécia	0,1	0,1	27,3	38,6	46,0	47,5	682,0	616,8	270,8	91,8	170,0	48,6	113,1	55,7	54,4
Outros Países	16,1	16,3	1 557,2	3 861,2	5 034,5	4 412,8	4 294,1	5 336,7	6 355,1	5 674,4	4 910,8	10 527,4	9 233,7	9 683,7	9 896,7
Total	100,0	100,0	32 269,3	34 235,3	38 459,9	38 914,8	47 564,5	60 120,3	62 323,2	56 219,6	61 829,8	75 140,6	65 698,7	60 086,1	60 732,7

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística.

Importações Cabo-Verdianas de Bens por Grupos e Produtos

	2014	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	Pesos (%)	taxa de variação nominal, em percentagem										
Bens de Consumo	36,0	8,2	10,9	17,5	8,4	9,2	-5,0	6,4	8,2	-4,9	-1,1	1,4
Produtos Alimentares Primários	4,8	-18,9	17,3	26,9	18,6	16,2	-20,1	14,6	5,4	1,8	16,1	-10,4
Produtos Alimentares Transformados	20,1	19,5	5,4	13,9	11,8	7,8	2,0	2,3	10,6	-5,3	1,7	-3,4
Material de Transporte	1,6	-15,8	10,2	37,8	9,3	9,0	-30,5	-0,7	11,3	-8,1	-31,8	12,0
Outros Bens Consumo Duradouros	3,8	32,3	38,1	16,2	-7,2	9,4	-3,2	30,1	-17,4	2,8	-27,5	42,3
Outros Bens Consumo Semi-Duradouros	2,3	-4,2	-2,9	22,2	-7,6	27,3	-14,2	-4,0	29,4	-14,8	5,4	25,8
Outros Bens Consumo não Duradouros	3,4	-0,6	20,1	11,6	4,2	-2,1	5,2	6,0	19,1	-10,8	2,1	0,2
Bens Intermédios	21,8	19,7	11,8	26,3	16,5	25,6	-22,0	13,6	2,1	-15,6	-8,0	13,9
Produtos Alimentares Primários	1,0	258,8	-59,9	60,8	16,2	27,1	-48,3	14,0	70,0	-19,3	33,0	-12,9
Produtos Alimentares Transformados	0,6	-3,4	74,0	-11,8	8,8	37,5	35,6	-22,7	-9,0	17,7	7,1	5,3
Produtos Primários não Especificados	0,2	3,6	22,2	-24,0	215,5	28,2	-8,6	-15,7	-30,1	14,1	-26,0	-1,2
Produtos Transformados para Agricultura	0,1	17,0	2,2	43,0	2,0	3,9	30,6	-30,5	24,9	-10,0	25,8	-7,3
Produtos Transformados para Indústria Alimentar	0,5	6,0	-18,0	39,0	8,0	21,6	1,2	15,0	14,2	0,0	4,7	5,9
Produtos Transformados para Confecção e Calçado	0,2	28,3	8,7	-17,1	26,7	-1,3	-21,7	-9,3	55,1	-13,7	-17,1	-5,7
Produtos Transformados para Indústrias Várias	0,9	-7,9	24,4	-7,0	6,0	30,7	2,4	4,7	19,7	-13,8	11,8	2,7
Produtos Transformados para Construção	9,7	27,5	17,0	34,1	19,4	33,9	-30,4	2,9	6,1	-16,6	-13,6	17,2
Cimento	3,2	11,6	18,4	23,7	14,5	16,4	-17,8	0,3	-0,8	-12,1	-6,1	6,1
Ferro	3,8	21,7	3,4	66,6	24,6	42,5	-43,2	11,6	21,3	-26,5	-15,0	17,5
Produtos Transformados para Carpintaria	1,6	-7,6	14,2	10,8	8,6	9,2	-28,3	5,8	15,8	-17,0	-17,6	29,6
Material Eléctrico	2,8	4,6	19,8	29,4	30,7	11,5	-11,0	129,4	-30,2	-28,8	-13,3	39,5
Produtos Transformados, n.e.	3,9	0,5	22,7	24,2	-0,7	20,9	-2,4	-3,2	7,0	-6,6	-3,8	5,3
Peças e Acessórios para Material de Transporte	0,5	74,7	13,7	29,9	24,2	-12,1	-15,2	33,8	32,7	-27,8	7,4	-3,5
Bens de Capital	17,2	100,5	-29,9	27,0	71,5	-31,7	-2,6	12,5	32,7	-3,8	-51,8	69,7
Máquinas	13,0	29,9	14,4	54,4	31,2	-12,7	-1,7	26,1	18,0	-32,9	-22,9	90,5
Meios de Transporte	3,5	203,5	-54,5	-7,7	182,7	-49,6	-13,2	-6,2	0,1	154,2	-77,7	35,5
Motores	0,7	-18,1	35,5	39,7	-48,7	-24,2	127,5	-19,5	466,5	-87,1	32,4	-6,7
Combustíveis	15,1	-33,9	16,1	23,7	55,4	10,3	-9,2	12,6	95,7	-33,8	34,7	-22,3
Diesel Oil	8,2	164,0	39,2	24,9	67,9	1,0	-9,9	13,9	106,4	-41,6	46,2	-26,7
Fuel Oil	4,0	-74,2	-9,5	44,1	-0,1	53,3	17,1	-3,9	174,6	-35,2	42,5	-24,6
Gasolina	0,9	-2,1	-4,1	81,9	43,8	25,6	-54,2	44,4	-5,7	7,2	5,7	4,8
Artigos Diversos n.e.	9,9	-31,4	5,7	22,9	10,8	18,4	-3,4	7,5	12,9	-7,0	-5,8	12,6
Total Geral	100,0	12,3	1,2	22,3	25,7	4,1	-9,8	10,0	21,5	-12,6	-8,4	7,5

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas.

Exportações Cabo-Verdianas de Bens por Zona Económica e Países de Destino

	2004	2014	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	Estrutura das Exportações - Pesos em %		em milhões de escudos										
Área do Euro	79,00	86,14	1 054,2	1 158,3	1 413,3	1 228,4	1 887,0	2 732,0	3 557,2	5 133,5	4 222,5	4 990,5	5 467,3
CEDEAO	0,93	0,10	12,4	7,0	75,9	1,4	147,3	2,3	20,0	8,3	7,0	6,3	6,5
Angola	0,05	0,22	0,6	0,0	0,0	0,5	0,0	0,2	1,5	0,1	4,3	8,0	13,8
Alemanha	0,14	0,02	1,9	1,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	9,0	1,5
Guiné Bissau	0,58	0,01	7,8	6,5	75,9	1,4	2,5	1,3	20,0	8,2	4,7	0,8	0,8
Países Baixos	0,15	0,18	2,0	9,0	10,5	3,7	11,8	13,5	10,4	8,4	7,5	12,0	11,3
Portugal	78,27	15,61	1 044,4	810,2	905,9	901,7	979,3	928,2	839,6	977,2	729,0	924,0	991,0
França	0,09	2,76	1,2	3,1	0,2	0,4	0,3	80,2	21,8	337,4	2,3	196,0	175,1
Espanha	0,35	67,56	4,7	335,0	496,8	322,6	895,7	1 710,1	2 685,3	3 810,5	3 483,7	3 849,5	4 288,5
Estados Unidos da América	19,42	0,95	259,1	193,8	25,0	21,5	8,6	25,2	59,6	29,7	58,7	60,1	60,2
El Salvador	0,00	3,79	0,0	0,0	116,9	60,4	0,0	0,0	0,0	190,7	221,6	193,1	240,4
Marrocos	0,00	0,62	0,0	0,0	161,4	113,0	65,6	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	39,3
Japão	0,00	0,00	0,0	0,0	9,3	114,3	10,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Outros Países	0,95	8,28	12,7	212,4	17,1	7,5	434,8	2,1	59,0	74,2	53,9	461,6	525,6
Total	100,0	100,0	1 334,4	1 571,0	1 819,0	1 547,1	2 409,2	2 760,9	3 697,4	5 436,4	4 565,7	5 714,0	6 347,2

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas e Instituto Nacional de Estatística.

Exportações Cabo-Verdianas de Bens por Grupos e Produtos

	2014	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
	Pesos em %	taxa de variação nominal, em percentagem										
Produtos Tradicionais	84,5	111,3	482,5	40,1	-36,5	151,9	30,5	52,7	58,0	-14,2	26,0	17,5
Produtos do Mar	84,5	126,2	482,5	40,1	-36,5	151,9	30,5	52,7	58,0	-14,2	26,0	17,4
Enlatado	40,2	-19,0	-9,1	610,1	-57,8	235,6	1 794,2	65,7	58,2	-18,8	12,9	20,8
Congelado	44,0	3 985,9	352,2	-66,8	879,4	157,2	-33,1	40,8	55,3	-10,0	41,0	19,7
Fresco	0,0	-27,4	42 855,7	75,1	-99,9	579,9	-97,3	144,2	4 215,6	-29,7	110,5	-95,5
Crustáceos	0,3	71,6	-48,9	8,6	-17,1	10,6	0,2	6,1	96,5	30,2	12,3	-82,3
Produtos Transformados	13,9	12,0	-27,3	-8,5	16,1	-3,4	-6,3	-5,6	8,3	-29,0	29,3	20,7
Calçado	6,8	8,9	-41,1	7,5	42,4	-9,3	-9,4	19,1	3,4	-0,6	11,1	9,2
Vestuário	7,1	13,7	-19,8	-14,9	2,8	0,7	-4,4	-20,4	12,7	-52,3	60,4	34,2
Outros Produtos	1,6	-66,3	77,8	87,0	-51,2	51,2	-25,0	8,8	30,2	13,1	-18,9	1,9
Total de Exportações	100,0	8,0	17,7	15,8	-15,0	55,7	14,6	34,0	46,9	-16,0	25,2	17,6

Fonte: Direcção Geral das Alfândegas.

Balança de Pagamentos

	em milhões de ecudos										
	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 ^P	2014 ^E
Balança Corrente	-11 803	-3 568	-7 214	-15 787	-18 467	-19 800	-18 722	-23 943	-18 500	-6 991	-11 728
Bens	-33 656	-30 960	-40 694	-53 243	-57 233	-53 735	-56 822	-67 206	-56 254	-52 162	-53 480
Exportações	5 093	7 891	8 429	6 545	8 640	7 365	11 282	16 759	15 699	16 398	22 114
Importações	-38 749	-38 851	-49 123	-59 788	-65 873	-61 100	-68 104	-83 965	-71 953	-68 560	-75 594
Serviços	2 826	5 438	11 612	15 762	18 404	12 782	16 529	20 449	21 535	27 929	25 432
Exportações	21 178	23 977	33 534	39 386	44 659	37 961	41 634	45 749	51 914	55 894	53 574
Transportes	8 792	9 379	10 838	10 365	13 138	11 192	14 396	11 349	10 806	11 118	10 395
Viagens e Turismo	8 808	10 351	17 495	26 851	25 415	21 002	22 268	29 523	33 799	36 716	33 255
Importações	-18 353	-18 539	-21 922	-23 624	-26 256	-25 179	-25 105	-25 300	-30 378	-27 965	-28 142
Rendimentos	-1 658	-2 995	-3 515	-2 530	-3 540	-3 442	-6 710	-5 655	-6 448	-5 384	-7 741
Rendimentos de Investimento	-1 638	-2 896	-3 526	-2 445	-3 427	-3 096	-6 623	-5 572	-6 483	-5 364	-7 590
Rendimentos Investimento Directo	-334	-969	-2 083	-2 217	-2 769	-2 054	-4 759	-3 255	-2 768	-1 361	-3 003
Juros Dívida Externa Pública	-549	-551	-522	-519	-520	-548	-667	-852	-1 151	-1 407	-1 518
Juros Dívida Externa Privada (Bancos e Outros Sectores)	-1 542	-2 009	-2 002	-1 280	-1 758	-1 450	-2 070	-2 379	-3 158	-3 103	-3 506
Transferências Correntes	20 685	24 949	25 383	24 224	23 902	24 596	28 281	28 469	22 233	22 130	24 062
Transferências Oficiais	4 697	4 273	4 184	5 454	7 839	6 894	8 790	5 535	5 084	4 689	6 435
Remessas de Emigrantes	9 018	11 776	11 478	10 769	11 029	10 222	10 325	13 423	14 380	13 779	15 150

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: P - Provisório; E - Estimativa.

Balança de Pagamentos

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 ^P	2014 ^E
	em milhões de escudos										
Balança de Capital e de Operações Financeiras	10 798	3 544	7 972	12 538	27 672	25 570	32 473	30 564	19 509	10 928	8 639
Balança de Capital	2 089	1 852	1 540	2 148	2 084	3 670	3 311	985	1 122	533	673
Balança Financeira	8 709	1 692	6 432	10 295	25 588	21 900	29 162	29 579	18 387	10 395	7 966
Investimento Directo	6 038	7 231	11 767	15 310	15 617	9 917	9 645	8 087	5 727	5 391	6 108
Outros Investimentos	6 009	-575	-22	4 959	7 465	7 712	14 464	11 452	18 412	12 863	11 043
Créditos Comerciais	153	557	243	431	164	671	213	5 499	846	1 010	-1 334
Dívida Externa Pública	517	2 300	2 266	2 326	3 216	6 302	14 657	14 266	17 207	17 078	13 292
Dívida Externa Privada (Bancos e Outros Sectores)	5 722	1 555	-4 452	893	1 150	-1 779	-1 535	-110	92	-2 127	-10 987
Moedas e Depósitos	2 292	1 212	588	1 619	2 282	-735	1 045	734	-808	-2 314	12 512
Activos Líquidos dos Bancos	-923	-5 356	1 377	-1 289	1 795	-28	-283	-515	763	-138	32
Activos de Reserva	-3 338	4 965	-5 044	-7 120	-2 254	551	-2 218	3 484	-4 058	-5 603	-7 966
Erros e Omissões	1 005	24	-758	200	-4 445	-2 502	-6 937	-65	-575	-3 442	3 089
<i>Por memória</i>											
Balança Corrente + Balança Capital	-9 714	-1 716	-5 674	-13 639	-16 383	-16 130	-15 411	-22 958	-17 377	-6 457	-11 055

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: P - Provisório; E- Estimativa.

Balança de Pagamentos

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 ^P	2014 ^E
Balança Corrente	-13,0	-3,7	-6,6	-12,9	-13,7	-14,6	-13,5	-16,2	-12,3	-4,6	-7,5
Bens	-37,1	-32,0	-37,4	-43,7	-42,5	-39,5	-41,0	-45,4	-37,4	-34,2	-34,4
Exportações	5,6	8,2	7,8	5,4	6,4	5,4	8,1	11,3	10,4	10,7	14,2
Importações	-42,7	-40,2	-45,2	-49,0	-48,9	-45,0	-49,1	-56,7	-47,9	-44,9	-48,6
Serviços	3,1	5,6	10,7	12,9	13,7	9,4	11,9	13,8	14,3	18,3	16,4
Exportações	23,3	24,8	30,8	32,3	33,2	27,9	30,0	30,9	34,5	36,6	34,4
Transportes	9,7	9,7	10,0	8,5	9,8	8,2	10,4	7,7	7,2	7,3	6,7
Viagens e Turismo	9,7	10,7	16,1	22,0	18,9	15,5	16,1	19,9	22,5	24,1	21,4
Importações	-20,2	-19,2	-20,2	-19,4	-19,5	-18,5	-18,1	-17,1	-20,2	-18,3	-18,1
Rendimentos	-1,8	-3,1	-3,2	-2,1	-2,6	-2,5	-4,8	-3,8	-4,3	-3,5	-5,0
Rendimentos de Investimento	-1,8	-3,0	-3,2	-2,0	-2,5	-2,3	-4,8	-3,8	-4,3	-3,5	-4,9
Rendimentos Investimento Directo	-0,4	-1,0	-1,9	-1,8	-2,1	-1,5	-3,4	-2,2	-1,8	-0,9	-1,9
Juros Dívida Externa Pública	-0,6	-0,6	-0,5	-0,4	-0,4	-0,4	-0,5	-0,6	-0,8	-0,9	-1,0
Juros Dívida Externa Privada (Bancos e Outros Sectores)	-1,7	-2,1	-1,8	-1,0	-1,3	-1,1	-1,5	-1,6	-2,1	-2,0	-2,3
Transferências Correntes	22,8	25,8	23,3	19,9	17,7	18,1	20,4	19,2	14,8	14,5	15,5
Transferências Oficiais	5,2	4,4	3,8	4,5	5,8	5,1	6,3	3,7	3,4	3,1	4,1
Remessas de Emigrantes	9,9	12,2	10,6	8,8	8,2	7,5	7,5	9,1	9,6	9,0	9,7

Fonte: Banco de Cabo Verde e Instituto Nacional de Estatística.

Nota: Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais anuais definitivas até 2012 e as contas nacionais anuais provisórias para 2013 e 2014. P - Provisório; E- Estimativa.

Balança de Pagamentos

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013 ^P	2014 ^E
	em percentagem do PIB										
Balança de Capital e de Operações Financeiras	11,9	3,7	7,3	10,3	20,5	18,8	23,4	20,6	13,0	7,2	5,6
Balança de Capital	2,3	1,9	1,4	1,8	1,5	2,7	2,4	0,7	0,7	0,3	0,4
Balança Financeira	9,6	1,7	5,9	8,4	19,0	16,1	21,0	20,0	12,2	6,8	5,1
Investimento Directo	6,6	7,5	10,8	12,6	11,6	7,3	7,0	5,5	3,8	3,5	3,9
Outros Investimentos	6,6	-0,6	0,0	4,1	5,5	5,7	10,4	7,7	12,2	8,4	7,1
Créditos Comerciais	0,2	0,6	0,2	0,4	0,1	0,5	0,2	3,7	0,6	0,7	-0,9
Dívida Externa Pública	0,6	2,4	2,1	1,9	2,4	4,6	10,6	9,6	11,4	11,2	8,5
Dívida Externa Privada (Bancos e Outros Sectores)	6,3	1,6	-4,1	0,7	0,9	-1,3	-1,1	-0,1	0,1	-1,4	-7,1
Moedas e Depósitos	2,5	1,3	0,5	1,3	1,7	-0,5	0,8	0,5	-0,5	-1,5	8,0
Activos Líquidos dos Bancos	-1,0	-5,5	1,3	-1,1	1,3	0,0	-0,2	-0,3	0,5	-0,1	0,0
Activos de Reserva	-3,7	5,1	-4,6	-5,8	-1,7	0,4	-1,6	2,4	-2,7	-3,7	-5,1
Erros e Omissões	1,1	0,0	-0,7	0,2	-3,3	-1,8	-5,0	0,0	-0,4	-2,3	2,0
<i>Por memória</i>											
Balança Corrente + Balança Capital	-10,7	-1,8	-5,2	-11,2	-12,2	-11,9	-11,1	-15,5	-11,6	-4,2	-7,1

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais anuais definitivas até 2012 e as contas nacionais anuais provisórias para 2013 e 2014. P - Provisório; E- Estimativa.

Condições Monetárias e Financeiras da Economia Cabo-Verdiana

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Taxas de Juro (valores médios)									
<i>Policy Rate</i>	3,38	4,00	5,25	5,25	4,25	4,25	5,75	5,75	3,75
Taxa de Rendibilidade de Bilhetes do Tesouro de 91 dias	3,00	3,44	3,40	3,59	4,00	4,00	4,08	3,43	1,67
Taxa de Rendibilidade de Obrigações do Tesouro de 10 anos	5,06	5,43	5,40	5,52	5,87	5,93	5,79	5,79	5,94
Taxas de Juro dos Saldos dos Empréstimos a Residentes com Maturidade de 181 dias a 1 ano	8,14	9,83	9,33	9,30	9,04	8,68	9,51	9,08	8,93
Taxas de Juro dos Saldos dos Empréstimos a Residentes com Maturidade de 1 a 2 anos	12,43	11,81	11,82	10,69	10,08	10,16	9,71	10,61	11,05
Taxas de Juro dos Saldos dos Empréstimos a Residentes com Maturidade Superior a 10 anos	10,92	10,77	10,43	10,12	9,83	9,26	9,25	8,87	8,87
Taxas de Câmbio (variação percentual dos valores em final de período)									
Índice Cambial Efectivo Nominal (2001=100)	103,47	104,34	105,38	105,11	104,55	105,05	104,11	104,54	104,43
Taxa de Câmbio USD/CVE	87,93	80,62	75,34	79,38	83,28	79,28	85,84	83,07	83,08
Empréstimos Concedidos pelo Sector Bancário ao Sector Privado (taxa de crescimento anual em final de período)									
Particulares	20,03	-21,27	95,03	14,00	9,29	9,40	-2,66	1,59	-0,02
Para Aquisição de Habitação	20,05	-37,71	90,57	10,87	13,26	9,27	4,04	4,07	0,44
Para Consumo	19,97	56,28	103,42	19,51	2,82	9,64	-14,38	-3,70	-1,07
Sociedades não Financeiras	62,78	19,58	48,91	8,14	10,50	20,52	2,00	4,15	-2,23
<i>Por memória</i>									
Taxa de Variação Média Anual do Índice de Preços no Consumidor	4,80	4,40	6,80	1,00	2,10	4,50	2,50	1,50	-0,20

Fonte: Banco de Cabo Verde

Empréstimos Concedidos pelo Sector Bancário a Sociedades não Financeiras

Desagregação Sectorial, taxa de variação anual em fim de período em percentagem											
	2014	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	
	Peso em %										
Total	100,0	62,8	19,6	48,9	8,1	10,5	20,5	2,0	4,2	-2,2	
Por Sector de Actividade											
Agricultura, Silvicultura, Caça e Pesca	0,5	-5,7	8,5	2,1	-5,2	-45,0	-10,8	-8,4	20,6	30,6	
Indústria Extractivas	0,1	296,2	31,5	164,7	59,9	10,8	-38,8	-9,8	33,5	28,5	
Indústrias Transformadoras	6,9	9,9	43,4	53,9	10,8	4,2	-6,6	12,3	-6,2	-19,7	
Electricidade, Água e Gás	4,7	2 808,2	-44,0	8,6	-10,1	-32,0	62,2	-10,4	-7,3	-1,8	
Construção e Obras Públicas	12,4	96,8	46,7	49,6	23,4	26,9	22,5	0,6	-8,1	-25,9	
Comércio, Restaurante e Hotéis	24,8	16,3	35,4	46,7	0,7	6,6	21,6	3,0	6,9	2,8	
Transportes e Comunicações	16,0	29,6	8,1	35,6	9,3	15,5	40,7	3,3	34,6	-9,5	
Serviços Prestados às Empresas	14,1	40,5	166,4	156,9	67,1	14,3	20,7	13,3	3,8	36,7	
Serviços Sociais e Pessoais	20,6	14,2	61,0	59,3	-2,8	20,8	12,5	-5,1	-2,7	-7,6	
Fonte: Banco de Cabo Verde.											

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Operações do Sector Público Administrativo

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 ^E
	em milhões de escudos										
Receitas Totais	26 102	28 221	32 126	34 272	38 657	37 522	39 679	37 915	36 688	37 646	35 409
Receitas Correntes (excluindo donativos)	18 741	21 782	25 835	28 960	32 915	29 986	30 239	33 573	32 486	33 855	32 801
Impostos	16 638	18 594	22 670	26 082	29 402	25 530	26 241	29 581	27 573	28 089	27 466
Imposto sobre o Rendimento	5 395	5 815	6 921	7 655	8 526	8 061	7 892	8 678	8 616	8 551	8 051
Imposto sobre Bens e Serviços	6 399	7 582	9 639	11 356	13 286	11 081	12 015	13 840	12 512	13 171	12 848
Imposto sobre Valor Acrescentado - IVA	5 592	6 552	8 439	9 917	11 723	9 747	10 521	11 603	10 405	10 523	10 150
Imposto para Serviços de Incêndio	0	0	0	0	0	0	0	0	52	45	37
Imposto sobre o Consumo	692	838	982	1 223	1 340	1 147	1 227	1 706	1 498	1 665	1 507
Outros Impostos	115	192	218	216	222	187	267	531	557	937	1 153
Imposto sobre Transacções Internacionais	4 112	4 387	5 070	5 591	6 124	5 438	5 634	6 228	5 778	5 700	5 754
Outros Impostos	733	810	1 040	1 479	1 466	951	701	835	668	668	811
Segurança Social	474	533	497	87	51	46	42	37	41	38	55
Transferências	7 360	6 439	6 291	5 312	5 741	7 536	9 440	4 342	4 203	3 791	2 608
Outras Receitas	1 630	2 484	2 558	2 740	2 969	4 408	3 956	3 956	4 872	5 728	5 280
Rendimentos de Propriedade	422	95	223	550	604	904	316	339	384	483	181
Venda de Bens e Serviços	745	1 688	1 310	1 811	1 840	3 063	3 077	3 143	3 874	4 178	3 958
Multas e Outras Penalidades	141	169	157	236	309	270	376	280	332	550	704
Outras Transferências	11	150	91	54	44	58	41	85	195	202	93
Outras Receitas não Especificadas	310	382	778	90	171	113	146	109	86	316	343

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adopção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas. E- Estimativas preliminares.

Operações do Sector Público Administrativo

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 ^E
	em milhões de escudos										
Despesas Correntes Totais	21 868	25 122	28 593	29 416	29 142	32 159	33 099	34 591	34 409	35 669	37 297
Despesas com Pessoal	9 634	10 742	11 682	12 130	12 439	14 207	14 810	15 679	15 886	16 479	16 885
Aquisição de Bens e Serviços	3 136	4 123	4 518	5 074	4 607	5 294	5 171	5 248	4 995	4 737	5 136
Juros Correntes	2 056	1 927	1 920	1 881	1 847	1 861	2 173	2 276	2 858	3 426	3 444
Dívida Externa	550	543	522	520	528	547	699	852	1 142	1 489	1 518
Dívida Interna	1 506	1 384	1 398	1 360	1 317	1 271	1 460	1 425	1 715	1 878	1 910
Outros Encargos	0	0	0	1	1	43	14	0	0	59	16
Subsídios	621	568	1 989	377	973	874	752	994	274	101	107
Transferências Correntes	1 745	2 043	2 909	3 156	3 426	3 781	4 939	4 571	4 057	4 072	4 393
Organismos Internacionais	49	48	74	35	223	357	410	204	277	248	168
Administração Pública	1 696	1 995	2 835	3 121	3 203	3 424	4 529	4 367	3 780	3 824	4 224
Benefícios Sociais	1 627	1 918	2 072	2 288	2 583	2 890	2 893	3 715	3 918	4 136	4 315
Outras Despesas Correntes	3 049	3 800	3 301	3 854	3 266	3 252	2 362	2 107	2 421	2 045	2 323
Transferências de Capital	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Valor a Regularizar	0	0	0	0	0	0	0	0	0	674	694
Atrasados	0	0	202	655	0	0	0	0	0	0	0
Activos não Financeiros	4 971	5 970	7 024	3 412	11 605	13 249	21 164	14 650	17 742	15 663	9 487
Compra de Activos	4 985	6 788	7 573	7 793	12 626	13 268	21 214	14 720	17 744	15 677	9 876
dos quais: Programa de Investimento	4 812	6 557	7 455	7 596	12 373	13 129	20 961	14 623	17 663	15 624	9 800
Venda de Activos	14	818	549	4 381	1 021	18	50	70	2	14	389
Saldo Total	-737	-2 871	-3 491	1 445	-2 090	-7 886	-14 584	-11 325	-15 463	-13 686	-11 375
Saldo Total (excluindo donativos)	-8 097	-9 310	-9 782	-3 867	-7 831	-15 422	-24 024	-15 667	-19 666	-17 477	-13 983
<i>Por memória:</i>											
Despesa Corrente Primária	19 812	23 195	26 673	27 535	27 295	30 298	30 926	32 314	31 551	32 243	33 853
Saldo Primário (excluindo donativos)	-6 042	-7 383	-7 862	-1 986	-5 985	-13 561	-21 851	-13 391	-16 808	-14 051	-10 539
Dívida do Governo Central	65 375	71 196	73 914	71 983	73 109	83 391	99 213	120 930	136 938	155 129	177 644

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adopção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas. E- Estimativas preliminares.

Operações do Sector Público Administrativo

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 ^E
	em percentagem do PIB										
Receitas Totais	28,7	29,2	29,5	28,1	28,7	27,6	28,6	25,6	24,4	24,7	22,8
Receitas Correntes (excluindo donativos)	20,6	22,5	23,8	23,7	24,4	22,1	21,8	22,7	21,6	22,2	21,1
Impostos	18,3	19,2	20,9	21,4	21,8	18,8	18,9	20,0	18,3	18,4	17,7
Imposto sobre o Rendimento	5,9	6,0	6,4	6,3	6,3	5,9	5,7	5,9	5,7	5,6	5,2
Imposto sobre Bens e Serviços	7,0	7,8	8,9	9,3	9,9	8,2	8,7	9,4	8,3	8,6	8,3
Imposto sobre Valor Acrescentado - IVA	6,2	6,8	7,8	8,1	8,7	7,2	7,6	7,8	6,9	6,9	6,5
Imposto para Serviços de Incêndio	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Imposto sobre o Consumo	0,8	0,9	0,9	1,0	1,0	0,8	0,9	1,2	1,0	1,1	1,0
Outros Impostos	0,1	0,2	0,2	0,2	0,2	0,1	0,2	0,4	0,4	0,6	0,7
Imposto sobre Transacções Internacionais	4,5	4,5	4,7	4,6	4,5	4,0	4,1	4,2	3,8	3,7	3,7
Outros Impostos	0,8	0,8	1,0	1,2	1,1	0,7	0,5	0,6	0,4	0,4	0,5
Segurança Social	0,5	0,6	0,5	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Transferências	8,1	6,7	5,8	4,4	4,3	5,5	6,8	2,9	2,8	2,5	1,7
Outras Receitas	1,8	2,6	2,4	2,2	2,2	3,2	2,9	2,7	3,2	3,8	3,4
Rendimentos de Propriedade	0,5	0,1	0,2	0,5	0,4	0,7	0,2	0,2	0,3	0,3	0,1
Venda de Bens e Serviços	0,8	1,7	1,2	1,5	1,4	2,3	2,2	2,1	2,6	2,7	2,5
Multas e Outras Penalidades	0,2	0,2	0,1	0,2	0,2	0,2	0,3	0,2	0,2	0,4	0,5
Outras Transferências	0,0	0,2	0,1	0,0	0,0	0,0	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1
Outras Receitas não Especificadas	0,3	0,4	0,7	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,2	0,2

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Banco de Cabo Verde.

Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adopção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas.

Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais anuais definitivas até 2012 e as contas nacionais anuais provisórias para 2013 e 2014; E- Estimativa.

Operações do Sector Público Administrativo

	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014 ^E
Despesas Correntes Totais	24,1	26,0	26,3	24,1	21,6	23,7	23,9	23,4	22,9	23,4	24,0
Despesas com Pessoal	10,6	11,1	10,7	9,9	9,2	10,5	10,7	10,6	10,6	10,8	10,9
Aquisição de Bens e Serviços	3,5	4,3	4,2	4,2	3,4	3,9	3,7	3,5	3,3	3,1	3,3
Juros Correntes	2,3	2,0	1,8	1,5	1,4	1,4	1,6	1,5	1,9	2,2	2,2
Dívida Externa	0,6	0,6	0,5	0,4	0,4	0,4	0,5	0,6	0,8	1,0	1,0
Dívida Interna	1,7	1,4	1,3	1,1	1,0	0,9	1,1	1,0	1,1	1,2	1,2
Outros Encargos	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Subsídios	0,7	0,6	1,8	0,3	0,7	0,6	0,5	0,7	0,2	0,1	0,1
Transferências Correntes	1,9	2,1	2,7	2,6	2,5	2,8	3,6	3,1	2,7	2,7	2,8
Organismos Internacionais	0,1	0,1	0,1	0,0	0,2	0,3	0,3	0,1	0,2	0,2	0,1
Administração Pública	1,9	2,1	2,6	2,6	2,4	2,5	3,3	3,0	2,5	2,5	2,7
Benefícios Sociais	1,8	2,0	1,9	1,9	1,9	2,1	2,1	2,5	2,6	2,7	2,8
Outras Despesas Correntes	3,4	3,9	3,0	3,2	2,4	2,4	1,7	1,4	1,6	1,3	1,5
Transferências de Capital	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Valor a Regularizar	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,4	0,4
Atrasados	0,0	0,0	0,2	0,5	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Activos não Financeiros	5,5	6,2	6,5	2,8	8,6	9,8	15,3	9,9	11,8	10,3	6,1
Compra de Activos	5,5	7,0	7,0	6,4	9,4	9,8	15,3	10,0	11,8	10,3	6,4
dos quais: Programa de Investimento	5,3	6,8	6,9	6,2	9,2	9,7	15,1	9,9	11,7	10,2	6,3
Venda de Activos	0,0	0,8	0,5	3,6	0,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,3
Saldo Total	-0,8	-3,0	-3,2	1,2	-1,6	-5,8	-10,5	-7,7	-10,3	-9,0	-7,3
Saldo Total (excluindo donativos)	-8,9	-9,6	-9,0	-3,2	-5,8	-11,3	-17,3	-10,6	-13,1	-11,4	-9,0
<i>Por memória:</i>											
Despesa Corrente Primária	21,8	24,0	24,5	22,6	20,3	22,3	22,3	22,0	21,1	21,0	21,4
Saldo Primário (excluindo donativos)	-6,7	-7,6	-7,2	-1,6	-4,4	-10,0	-15,8	-9,0	-11,2	-9,1	-8,6
Dívida do Governo Central	72,0	73,6	68,0	59,0	54,3	61,4	71,6	81,8	90,9	101,7	112,2

Fonte: Ministério das Finanças e do Planeamento e Instituto Nacional de Estatística.

Nota: Nova série das finanças públicas, decorrente da adopção da metodologia do novo manual de estatísticas das finanças públicas.

Para o cálculo foram utilizadas as contas nacionais anuais definitivas até 2012 e as contas nacionais anuais provisórias para 2013 e 2014; E- Estimativa.

PARTE II
O SISTEMA FINANCEIRO EM 2014

A *performance* do sector financeiro permaneceu, em 2014, muito condicionada pela conjuntura macroeconómica ainda pouco favorável, tendo o seu contributo para o crescimento económico permanecido modesto.

A aversão aos riscos macroeconómicos, a contínua efetivação do risco de crédito, algum défice de qualidade da procura de crédito, o relativo sobreendividamento de famílias e empresas com acesso ao crédito bancário, entre outros, afectaram desfavoravelmente as actividades dos sectores bancário e segurador.

Pese embora o dinamismo das emissões do Tesouro, o desempenho do mercado de capitais permaneceu limitado pelas restrições legais e operacionais ao financiamento de pequenos negócios, segmento dominante do tecido empresarial nacional, bem como pelos constrangimentos conjunturais (entre os quais, clima económico deteriorado), que continuam a afectar a procura de financiamento.

As infraestruturas de pagamentos continuaram, entretanto, a ser melhoradas, garantindo o funcionamento eficiente das liquidações financeiras.

Quadro 6. Principais Indicadores da *Performance* do Sistema Financeiro

	Unidades	2012	2013	2014
1. Sector Bancário				
Produto Bancário	variação em %	-3,9	-0,8	-4,9
Rácio de Solvabilidade	em %	13,8	15,1	15,6
Crédito com Imparidade	em % do crédito total	14,1	16,4	18,7
Rentabilidade dos Activos (ROA)	em %	0,20	0,27	0,25
Activo Líquido/Passivo de Curto Prazo	em %	21,1	27,9	24,4
2. Sector Segurador				
Produto Segurador (carteira de prémios)	variação em %	-3,2	-3,0	-4,0
Rácio de Solvência	em %	300,8	408,2	387,6
Grau de Cobertura das Provisões Técnicas	em % dos activos representativos	169,6	150,6	115,9
3. Mercado de Capitais				
Emissões no Mercado Primário	variação do valor em %	285,3	-16,4	33,9
Transacções no Mercado Secundário	variação do valor em %	-51,5	-70,4	283,8
Capitalização Bolsista	em % do PIB	18,8	36,2	38,0
4. Sistemas de Pagamentos				
Notas e Moedas em Circulação	variação em %	-5,9	4,2	6,0
Cartões Produzidos (de crédito e débito)	variação em %	3,3	3,9	7,5
Cartões (de crédito e débito) em Circulação	em % da população adulta	51,5	52,0	53,4

Fonte: Bancos Comerciais, Companhias Seguradoras, Bolsa de Valores de Cabo Verde, Instituto Nacional de Estatística e Banco de Cabo Verde.

Capítulo 6. Sector Bancário

O desempenho do sector bancário foi marcado, em 2014, por um abrandamento do ritmo de crescimento dos activos, pela contínua diminuição da qualidade da carteira de crédito e pela redução, consequente, da sua rentabilidade.

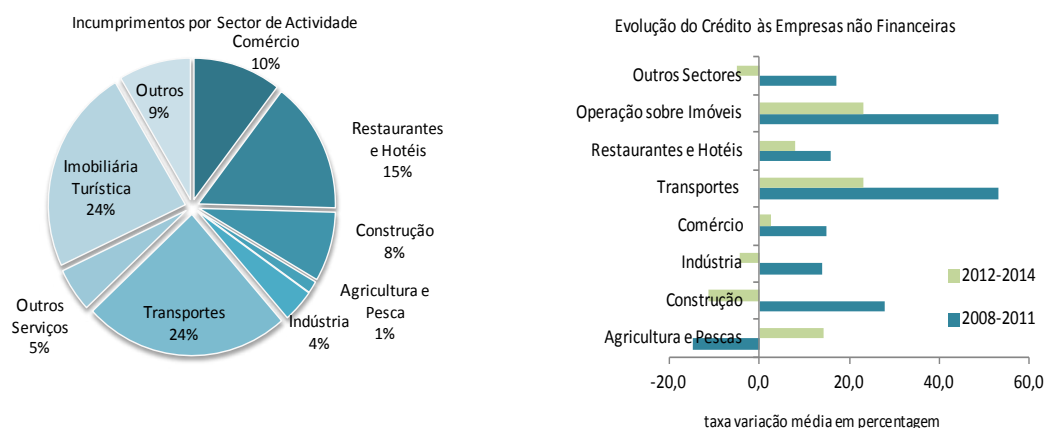
O activo líquido agregado do sector registou um crescimento de 2,5 por cento em 2014, inferior em 9,9 pontos percentuais ao crescimento registado em 2013. O crescimento mais moderado dos activos reflectiu, por um lado e em larga medida, a expressiva redução das aplicações em instituições de crédito da Área do Euro e, por outro, a ligeira redução do crédito bancário.

A redução dos activos externos de curto prazo da grande maioria dos bancos terá sido em certa medida determinada pela deterioração das condições de investimento na Área do Euro, na sequência das medidas de política monetária implementadas pelo Banco Central Europeu, a partir de Julho.

A situação macroeconómica ainda pouco favorável à tomada de riscos, quer pelos empreendedores quer pelos financiadores, agravada pelo contínuo aumento dos incumprimentos e consequente reforço das exigências prudenciais visando a salvaguarda da estabilidade financeira, justificou a diminuição do crédito total (concedido a entidades residentes, emigrantes, não residentes do sector privado, bem como a todas as entidades que constituem o sector público administrativo) em 0,3 por cento (+2,3 por cento em 2013).

A inflexão da tendência de evolução dos empréstimos bancários, numa conjuntura de reforço do pendor acomodaticio da política monetária, foi determinada pela redução do crédito sem imparidade (muito relacionada à dinâmica de novos créditos), pelo abatimento no balanço dos bancos de incobráveis e pela execução de garantias de créditos em incumprimento, particularmente dos sectores da imobiliária-turística e da construção.

Figura 20. O crédito reduziu principalmente nos sectores onde o incumprimento é maior, de acordo com o estudo realizado pelo BCV às causas da evolução do crédito mal parado. Refira-se também a estagnação do crédito à habitação, segmento com incumprimento relativamente elevado, apesar de ser tradicionalmente considerado de menor risco.



Fonte: Relatórios e Balancetes dos Bancos Comerciais. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

A aversão aos riscos macro-financeiros continuou a incentivar a preferência dos bancos por investimentos de baixo risco, os depósitos *overnight* no BCV e os títulos do Tesouro e da Autoridade Monetária, não obstante a redução das taxas de rendibilidade daqueles instrumentos. Neste quadro, as evoluções positivas das rubricas caixa e disponibilidades e títulos mais que compensaram a queda do crédito e das aplicações em instituições de crédito.

Quadro 7. Evolução das Principais Rubricas do Activo

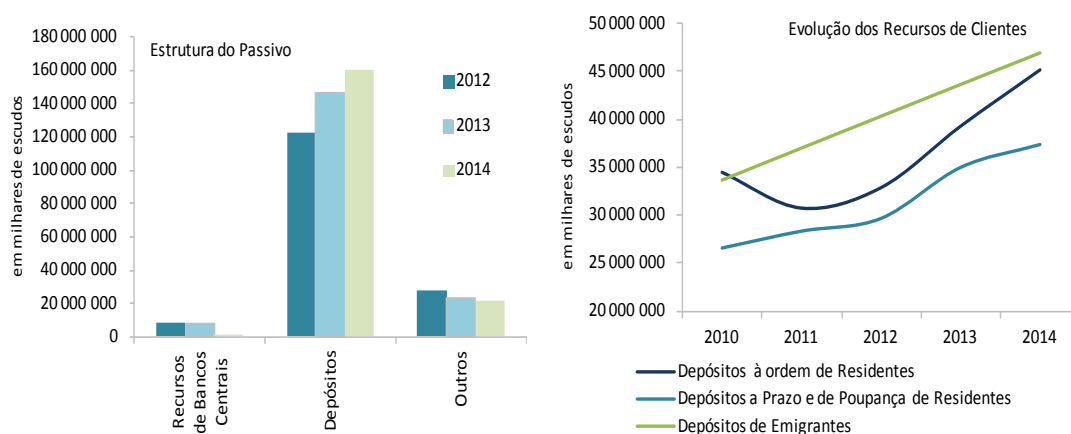
	2012	2013	2014
	em milhares de escudos		
Caixa e Disponibilidades	12 023 030	15 792 971	30 158 739
Aplicações em Instituições de Crédito	31 628 771	45 415 538	29 720 878
Crédito	96 846 869	99 082 170	98 810 981
Títulos	28 133 739	30 845 532	35 952 603
Activos não financeiros disponíveis para venda	111 572	416 768	1 382 025
Outros	2 667 050	1 346 044	1 539 415
Total	171 411 032	192 899 024	197 564 640

Fonte: Relatórios e Balançotes dos Bancos Comerciais. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Do lado do passivo, de registar que os depósitos de clientes, ao crescerem cerca de nove por cento (+20 por cento em 2013), reforçaram a sua posição de principal *funding* do sector bancário.

O contínuo aumento dos depósitos de clientes, e em particular de emigrantes, num contexto de persistência de condições macro-financeiras ainda pouco favoráveis, reitera a confiança dos agentes no sistema bancário nacional. Acresce-se que o peso predominante dos depósitos de poupança e a prazo no total dos recursos de clientes (66 por cento em 2014), aliado à estabilidade dos depósitos à ordem, provê ao sistema liquidez suficiente para uma adequada intermediação financeira. Esta, entretanto, permanece condicionada à evolução dos incumprimentos, às incertezas em torno da *performance* da actividade económica, à inoperância de esquemas de partilha de riscos e à inexistência de infraestrutura e de produtos financeiros que melhor se adequem à procura de financiamento de pequenos empreendimentos familiares, que tipicamente funcionam num contexto de elevada informalidade.

Figura 21. Cerca de 92 por cento do financiamento do sector bancário advém do capital alheio, representando os depósitos de clientes 88 por cento dos recursos.



Fonte: Relatórios e Balançotes dos Bancos Comerciais. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

A redução da actividade de intermediação, patente na diminuição do produto bancário na ordem dos cinco por cento, aliada ao decréscimo das taxas de remuneração dos depósitos *overnight*, dos Bilhetes do Tesouro e dos títulos de intervenção e de regularização monetária, traduziu-se numa diminuição dos resultados líquidos do sector, também, em cerca de cinco por cento.

Quadro 8. Principais Rubricas do Passivo e do Capital Próprio

	Dez-12	Dez-13	Dez-14
	em milhares de escudos		
Recursos de Bancos Centrais	8 321 924	8 038 765	4 847
Depósitos	122 383 676	146 855 534	160 561 268
Outros	27 677 131	23 315 018	21 782 846
Total Passivo	158 382 731	178 209 317	182 348 962
Capital e Reservas	15 372 221	17 088 803	17 471 503
Resultados Transitados	-2 692 495	-2 910 400	-2 741 304
Resultado do Exercício	348 574	511 304	485 480
Total Capital Próprio (CP)	13 028 301	14 689 707	15 215 679
Total do Passivo + Capital Próprio	171 411 032	192 899 024	197 564 640

Fonte: Relatórios e Balancetes dos Bancos Comerciais. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Não obstante o desempenho financeiro menos conseguido, o rácio de solvabilidade do sector aumentou ligeiramente (de 15,1 para 15,6 por cento), reflectindo a redução dos activos ponderados pelo risco, em função da dação de activos em cumprimento, em resultado da execução de garantias e de acordos celebrados com alguns devedores.

O aumento dos capitais próprios, determinado pela observância da recomendação da não distribuição de dividendos dos exercícios de 2013 e 2012 feita pelo supervisor, também favoreceu a manutenção do rácio de solvabilidade do sistema num valor superior ao mínimo regulamentar de dez por cento. A melhoria do indicador da adequação do capital indicia algum aumento da capacidade do sector absorver choques adversos no seu balanço patrimonial.

Quadro 9. Indicadores da Solidez do Sistema Bancário

	2012	2013	2014
	em percentagem		
1. Adequação de Capital			
Rácio de Solvabilidade	14,2	15,1	15,6
Capital Tier I/ Activos Ponderados pelo Risco	13,9	13,7	14,4
Imparidades/Capital Tier I	56,5	63,5	67,3
2. Qualidade dos Activos			
Crédito em Incumprimento*	14,1	16,4	18,7
Crédito Reestruturado/Crédito Total	4,8	8,8	9,9
Imparidades/Crédito com Imparidades	53,7	51,6	48,8
3. Rentabilidade			
Return on Assets (ROA)	0,20	0,27	0,25
Return on Equities (ROE)	2,65	3,48	3,22
Margem Financeira/Produto Bancário	75,5	75,3	71,6
4. Liquidez			
Activo Líquido/Activo Total	15,0	21,3	19,9
Activo Líquido/Passivo de Curto Prazo	21,1	27,9	24,4
Rácio de Transformação**	73,2	67,5	61,5

Fonte: Bancos Comerciais. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

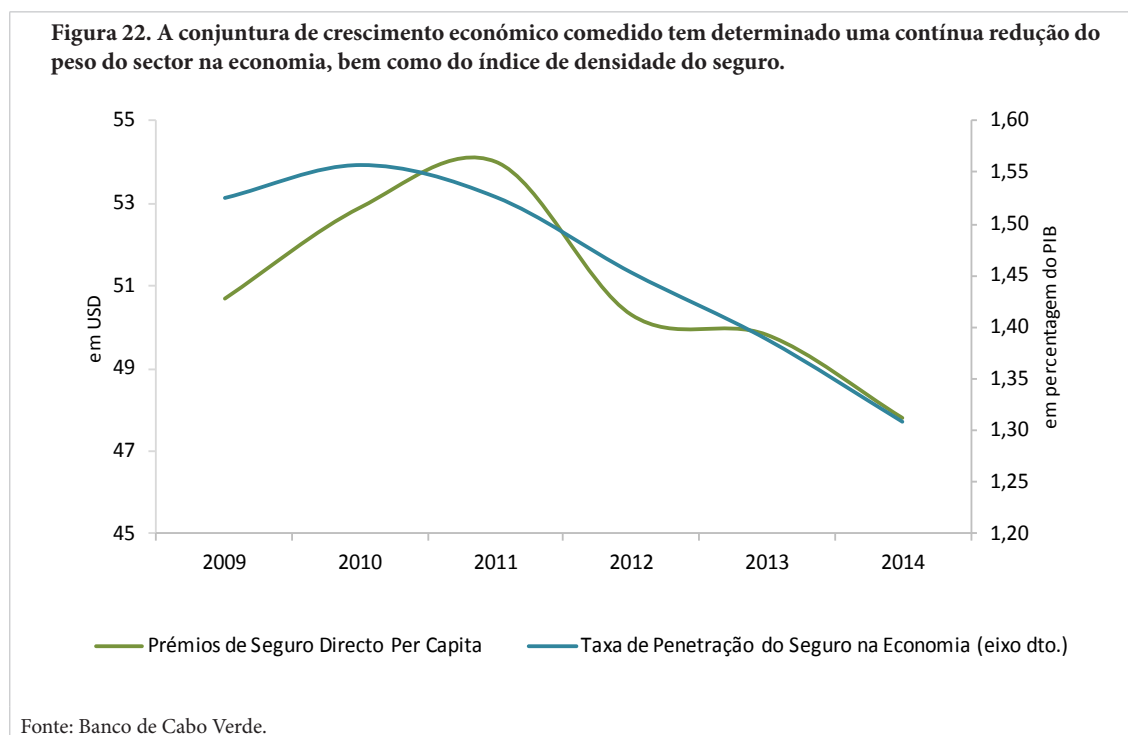
Notas: (*) Crédito com Imparidades/Crédito Total; (**) Depósitos/Créditos.

A qualidade dos activos, por seu turno, continuou a deteriorar-se, em função do aumento do crédito em incumprimento (de 16,4 para 18,7 por cento, de acordo com o critério estipulado pelas normas do IAS/IFRS) e da redução da cobertura do crédito em incumprimento e em risco pelas imparidades (de 51,6 para 48,8 por cento).

A análise dos indicadores de liquidez sugere que estes permanecem em níveis considerados globalmente adequados. Refira-se que em 2014 os activos líquidos cobriam cerca de 24 por cento dos passivos de curto prazo, assegurando a capacidade das instituições fazerem face às suas responsabilidades.

Capítulo 7. Sector Segurador

A *performance* do sector segurador foi, em larga medida, condicionada pelo contexto de crescimento moderado da actividade económica e de agravamento das condições do mercado de trabalho. Esta conjuntura, propícia à constituição de poupança por motivos precaucionais, mas desfavorável a investimentos, agravada pela redução do crédito às famílias para consumo e pela estagnação do crédito à habitação, terá determinado a queda dos prémios (na ordem dos quatro por cento) e, por efeito, a redução do peso da actividade seguradora na economia nacional e do índice de densidade do seguro (prémios *per capita*), respectivamente em 0,08 pontos percentuais (para 1,23 por cento) e em dois dólares dos Estados Unidos (para 47,8 dólares).



A diminuição do produto do sector ficou a dever-se à redução dos prémios não só do ramo vida como também, e em maior proporção dado o seu peso dominante na estrutura da carteira, do ramo não vida, respectivamente em 11 e 3,6 por cento.

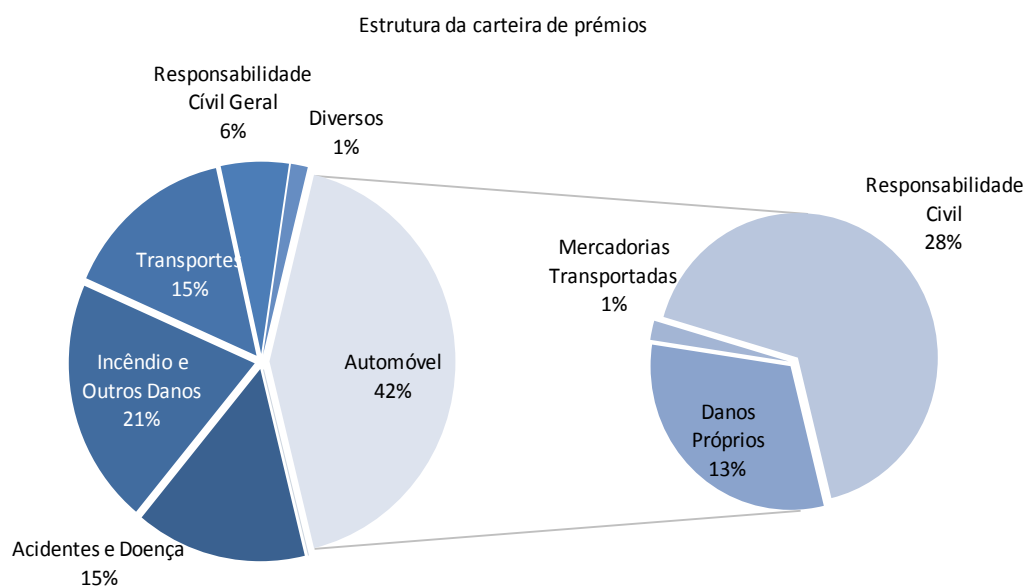
Refira-se que apenas o seguro de acidente e doença registou um aumento dos prémios em 2014 (em cinco por cento), embora muito aquém do crescimento de 2013 (+12 por cento). Sendo um segmento de seguro obrigatório, o abrandamento do crescimento dos prémios do segmento do ramo não vida estará em boa medida associada à evolução negativa da população empregada.

No conjunto dos seguros obrigatórios, destaca-se a queda expressiva, em termos relativos, do ramo vida, seguro principalmente associado, por exigência prudencial, aos empréstimos bancários às famílias para aquisição e construção de habitação própria.

Por seu turno, os prémios do seguro automóvel (também maioritariamente associados a responsabilidades compulsórias) reduziram 1,5 por cento, determinado pela evolução da fracção facultativa. A atender ao aumento da fracção obrigatória (em 1,4 por cento) e à evolução positiva das importações de automóveis, infere-se que a evolução dos prémios de seguro automóvel estará em boa medida relacionada à conjuntura de evolução pouco favorável do mercado de trabalho e à contínua retracção da confiança dos consumidores.

Além do efeito da conjuntura macro-financeira, a evolução da actividade do sector, nomeadamente da taxa de penetração do sector na economia, permanece, tal qual na maioria dos países em desenvolvimento, muito condicionada à cultura dos agentes económicos, que procuram acautelar-se de algum risco, aquando da sua efetivação. O estágio de insuficiente desenvolvimento das instituições e o facto de grande parte do rendimento disponível estar comprometido com o consumo de bens e serviços essenciais (no caso das famílias), bem como (no caso das empresas) com os custos fixos, entre os quais com os seguros de acidentes e doenças dos colaboradores, variáveis e de investimento, justificam a estrutura da carteira de seguros, dominada por seguros obrigatórios.

Figura 23. Os seguros compulsórios, nomeadamente os relacionados com o segmento automóvel, têm um peso predominante na carteira de prémios de seguros.



Fonte: Banco de Cabo Verde.

No que respeita ao resseguro (transferência de risco), em 2014, o nível de cedência (medida pelo rácio dos prémios de resseguro cedido pelos prémios brutos emitidos) baixou de 53 para 46 por cento, determinado essencialmente pela diminuição das taxas de cedência dos seguros automóvel, incêndios e outros danos e transportes. A redução da taxa de cedência, em larga medida relacionada à dinâmica favorável dos sinistros, igualmente observada nos anos anteriores, afectou positivamente os resultados técnicos.

Quadro 10. Taxa de Cedência por Ramos de Seguro

	2012	2013	2014	2012	2013	2014	2012	2013	2014
	Prémios Brutos Emitidos			Prémios de Resseguro Cedidos			Taxas de Cedência		
	em milhões de escudos						em percentagem		
Vida	107,1	113,6	101,1	47,6	48,0	45,2	44,4	42,2	44,7
Não Vida	2 078,1	2 006,2	1 934,9	1 107,2	1 069,3	890,9	53,3	53,3	46,0
Acidentes e Doença	285,9	302,1	338,0	122,2	111,0	91,5	42,7	36,7	27,1
Incêndio e Outros Danos	348,1	391,5	344,1	206,8	312,4	258,4	59,4	79,7	75,1
Automóvel	911,2	859,9	829,3	424,2	302,5	240,1	46,5	35,2	29,0
Transportes	360,4	303,2	280,8	274,1	245,2	206,7	76,1	80,9	73,6
Responsabilidade Civil	125,4	119,6	117,9	79,9	98,3	94,2	63,7	82,2	79,9
Diversos	47,1	30,0	24,8	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
Total	2 185,3	2 119,8	2 036,0	1 154,7	1 117,3	936,2	52,8	52,7	46,0

Fonte: Companhias de Seguros. Cálculos do Banco de Cabo Verde.

Registe-se que apesar do ramo automóvel ser o mais expressivo em termos de produção, a sua taxa de cedência situou-se num nível relativamente baixo em 2014 (29 por cento), devido ao facto dos riscos do seguro automóvel serem, na sua maioria, de pequena dimensão e passíveis de serem suportados pelas seguradoras nacionais.

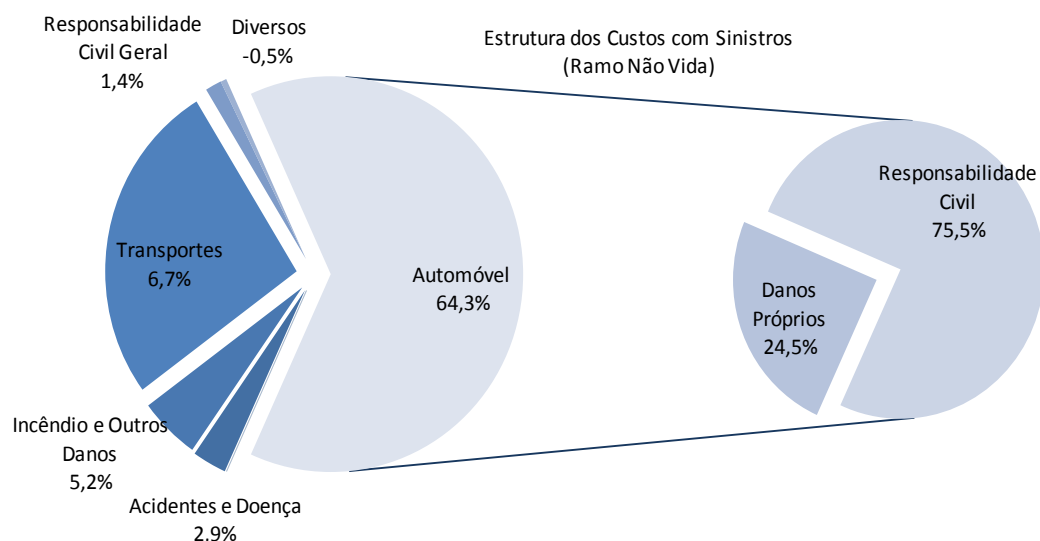
Pese embora o decréscimo da taxa de cedência de resseguro do ramo incêndio e outros danos, esta permaneceu relativamente elevada (75 por cento), justificada pela complexidade e diversidade dos riscos industriais e dos seguros multiriscos que fazem parte do ramo.

A taxa de cedência do ramo transportes (marítimo e aéreo), que inclui o seguro da frota da companhia área nacional, tanto na vertente responsabilidade civil de pessoas transportadas como das aeronaves, igualmente requer uma taxa de cedência em resseguro elevada (em 74 por cento da produção), tendo em conta as características e o potencial dos riscos cobertos.

Os custos com sinistros aumentaram 9,1 por cento em 2014 (um por cento em 2013), devido sobretudo à cobertura dos sinistros com transportes marítimos, que resultaram em perdas de cascos e mercadorias.

Realce-se a redução dos custos com sinistros com automóveis que, tendo em conta o aumento dos registos, foi determinado pela menor dimensão dos estragos decorrentes dos incidentes e, a nível operacional, pelo maior rigor na avaliação dos processos.

Figura 24. Na estrutura de custos com sinistros, o segmento responsabilidade civil do seguro automóvel é também predominante.



Fonte: Banco de Cabo Verde.

O efeito conjugado da redução dos prémios e do aumento dos custos com sinistros resultou num aumento da taxa de sinistralidade global, medida pelo quociente entre os custos com sinistros e prémios adquiridos, de 32,6 para 38,4 por cento.

Não obstante a retracção do produto, os resultados líquidos aumentaram e o nível de solvência do sector permaneceu muito confortável.

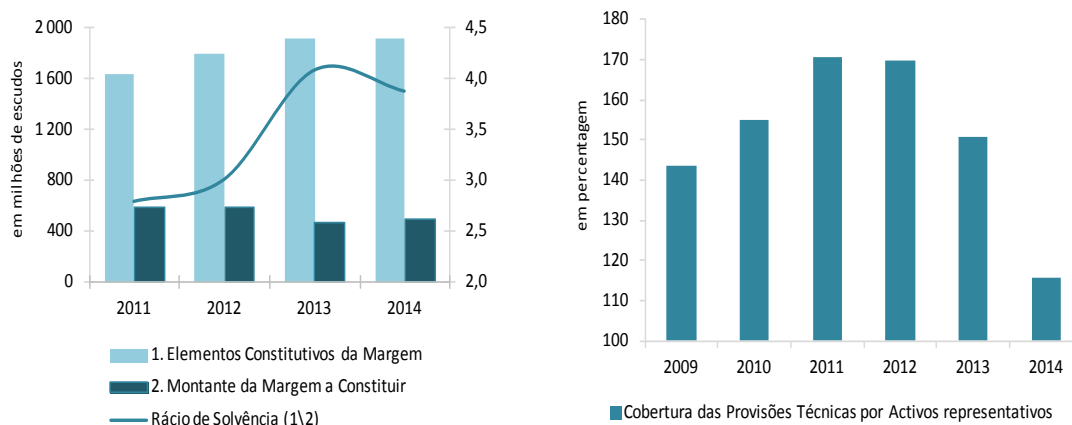
Os resultados agregados do sector registaram um aumento de 48 por cento, impulsionados pela alienação da participação de uma das seguradoras num banco nacional. O aumento dos resultados do sector impulsionou a rentabilidade dos capitais próprios, que passou de nove para 14 por cento.

Além da rentabilidade, os demais indicadores prudenciais permaneceram em níveis considerados adequados.

Pese embora a redução ligeira do rácio de solvência, o valor dos elementos constitutivos da margem do sector superou em quatro vezes o valor exigível.

As provisões técnicas, por seu turno, registaram um crescimento na ordem dos nove por cento, apesar da redução da actividade.

Figura 25. Apesar de terem apresentado uma tendência decrescente, o rácio de solvência e a cobertura das provisões técnicas por activos elegíveis permaneceram em níveis globalmente adequados.



Fonte: Banco de Cabo Verde.

O aumento das provisões técnicas, num contexto de redução dos activos elegíveis, resultou, entretanto, numa diminuição do grau de cobertura das provisões técnicas pelos activos elegíveis, bem como do excesso de cobertura.³⁵ Não obstante, estes indicadores permaneceram em níveis muito confortáveis.

A redução dos activos elegíveis ficou a dever-se essencialmente à diminuição em 27 por cento dos investimentos afectos às provisões técnicas do ramo não vida, sobretudo dos seguros de acidentes de trabalho (em 25 por cento) e de automóvel (em 34 por cento).

Registe-se, no entanto, que os investimentos das seguradoras, alocados principalmente em imóveis, participações sociais e depósitos a prazo cresceram 3,7 por cento em 2014 (4,1 por cento em 2013).

Em relação aos imóveis, registou-se um aumento em 20,5 por cento do peso dos terrenos e edifícios de rendimento, em resultado de processos de dação em cumprimento, como medida, para fazer face a dívidas emitidas por empresas do sector da imobiliária e construção.

³⁵ Destaca-se na evolução das provisões técnicas em 2014, os aumentos registados nas provisões para prémios não adquiridos e para seguros e operações do ramo vida em 7,4 e 15,6 por cento, respectivamente. A provisão técnica para sinistros manteve um peso expressivo no conjunto das provisões técnicas (77 por cento do total), enquanto as provisões de seguro directo passaram a representar 96,8 por cento dos respectivos prémios (85 por cento do ano anterior), devido à retracção da produção.

Capítulo 8. Mercado de Valores Mobiliários

A dinâmica do mercado de valores mobiliários continuou a reflectir, por um lado, a conjuntura macro-financeira favorável a uma certa inibição da procura de financiamento e, por outro, a inacessibilidade de grande parte do tecido empresarial ao financiamento por um mercado mais exigente e complexo.

O financiamento do sector empresarial através do mercado de capitais registou entretanto uma recuperação significativa face a 2013, mas o valor das transacções permaneceu muito aquém dos valores de 2010.

A capitalização bolsista, traduzindo alguma recuperação da dinâmica das emissões do segmento empresarial e o contínuo crescimento das emissões públicas, registou um aumento na ordem dos sete por cento em 2014, passando a representar 38 por cento do PIB (36 por cento em 2013).

Quadro 11. Indicadores de Performance dos Mercados de Capitais

	2011	2012	2013	2014
Títulos Cotados				
Acções	4	4	4	4
Obrigações de Empresas	16	16	17	18
Obrigações Municipais	2	2	2	2
Títulos do Tesouro	9	46	221	223
Transacções e Capitalização Bolsista				
Emissões no Mercado Primário (milhões CVE)	2 980,0	11 482,4	9 603,9	12 858,5
Transacções no Mercado Secundário (milhões CVE)	737,9	357,9	105,9	406,4
Capitalização Bolsista (milhões de escudos)	22 975,5	28 211,1	55 196,5	59 147,7
Capitalização Bolsista (em % do PIB)	15,5	18,8	36,2	38,0
Turnover Ratio (em %)	3,2	1,3	0,2	0,7

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde e Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários.

Nota: *Turnover ratio* = volume transacionado no Mercado Secundário/Capitalização Bolsista.

As emissões de obrigações de empresas, no mercado primário, totalizaram 1.200 milhões de escudos (nove vezes superior ao valor registado em 2013, mas -64,1 por cento face a 2010). Registe-se que cerca de 83 por cento das obrigações empresarias foram emitidas por uma empresa pública e 17 por cento por um banco nacional.

As emissões dos títulos do Tesouro, na sequência da transferência da custódia dos mesmos do Banco de Cabo Verde para a Bolsa de Valores em Maio de 2013, bem como da admissão à cotação em bolsa dos títulos do Tesouro a partir de então, continuaram a dominar as emissões no mercado primário.

Quadro 12. Emissões no Mercado Primário

	2011	2012	2013	2014
	em milhões de escudos			
Acções	0,0	0,0	0,0	0,0
Obrigações de Empresas	0,0	2 402,2	120,0	1 200,0
Obrigações Municipais	0,0	0,0	0,0	0,0
Bilhetes do Tesouro	2 350,0	2 000,0	2 078,2	4 104,3
Obrigações do Tesouro	630,0	7 080,0	7 405,7	7 554,2
Total	2 980,0	11 482,2	9 603,9	12 858,5

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde e Auditoria Geral dos Mercados de Valores Mobiliários.

Traduzindo a preferência do Governo Central por financiamentos de longo prazo, as Obrigações do Tesouro foram os instrumentos mais negociados em 2014, não obstante o crescimento expressivo (na ordem dos 97 por cento) das emissões de Bilhetes do Tesouro. Refira-se ainda alguma tendência de diversificação de investidores, tendo a participação dos investidores não institucionais nas emissões do Tesouro (através de lances não competitivos) ascendido a 264,8 milhões de escudos (196,2 milhões em 2013).

As transacções no mercado secundário mais que triplicaram em 2014, impulsionadas em larga medida pela alienação da participação do Estado numa instituição de crédito.³⁶ A transacção de participações sociais de duas instituições não financeiras também contribuiu, em certa medida, para dinamizar o mercado secundário em 2014.

Quadro 13. Volume de Transacções no Mercado Secundário

	2011	2012	2013	2014
	em milhões de escudos			
Acções	58,8	29,6	37,1	336,7
Obrigações de Empresas	679,1	328,2	4,9	39,7
Obrigações Municipais	0,0	0,0	0,0	0,0
Bilhetes do Tesouro	0,0	0,0	0,0	0,0
Obrigações do Tesouro	0,0	0,0	63,9	30,0
Total	737,9	357,9	105,9	406,4

Fonte: Bolsa de Valores de Cabo Verde e Auditoria Geral dos Mercados de Valores Mobiliários.

Não obstante, a dinâmica do mercado secundário, comparativamente à *performance* do mercado primário, permaneceu diminuta. As transacções no mercado secundário corresponderam a apenas três por cento do total das emissões no mercado primário.

Entre outros eventos corporativos em 2014, destaca-se que os juros liquidados ascenderam a 2.562,8 milhões de escudos, correspondentes a 91 por cento dos juros vencidos, tendo o incumprimento sido registado no segmento de *corporate bonds*. Nas amortizações, entretanto, não se registaram incumprimentos, tendo o valor liquidado ascendido a 8.227,7 milhões de escudos (dos quais 82 por cento corresponderam a liquidações de Bilhetes e Obrigações do Tesouro). Ainda, de referir a redução expressiva dos dividendos distribuídos, em cerca de 62 por cento,

³⁶ Parte do valor da participação foi transacionada fora da Bolsa. Esta operação foi devidamente autorizada pela Auditoria Geral do Mercado dos Valores Mobiliários.

reflexo da persistência de uma conjuntura de crescimento económico comedido e do cumprimento da recomendação, emanada pelo banco central, da retenção pelos bancos dos dividendos dos exercícios de 2013 e 2012.

Não obstante algum recobro, o contributo do mercado de capitais para o financiamento da economia cabo-verdiana (empresas privadas e públicas) permaneceu modesto, representando os empréstimos obrigacionistas apenas 11,6 por cento da dívida total da economia (crédito bancário a sociedades não financeiras e particulares mais obrigações empresarias), apesar dos juros no mercado de capitais (6,9 por cento, em média) terem permanecido mais atractivos que no mercado de crédito bancário (10,4 por cento, em média).

Capítulo 9. Sistema de Pagamentos

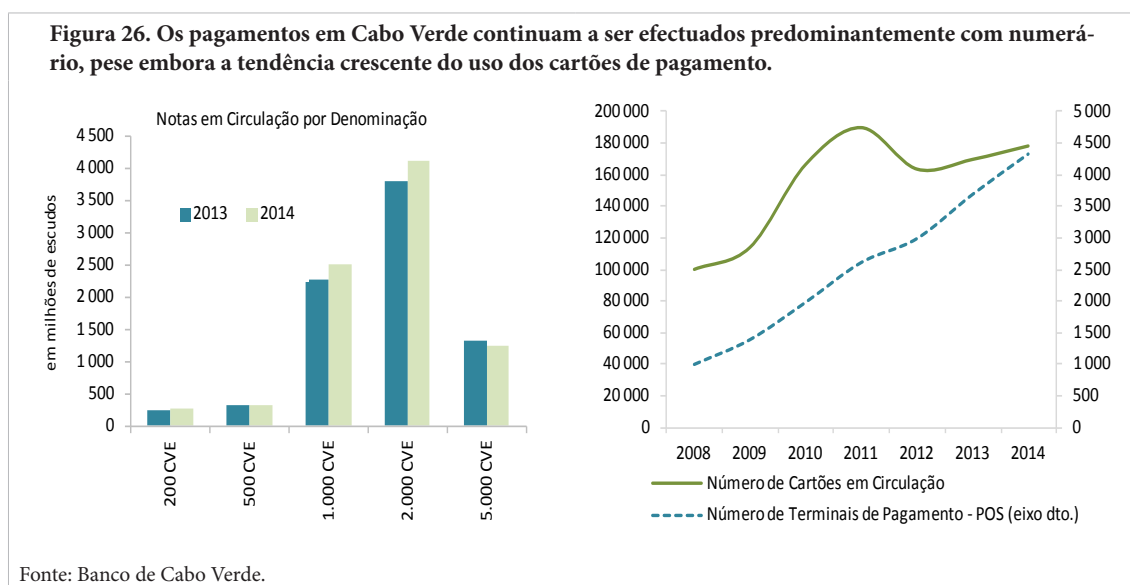
O Banco de Cabo Verde continuou a apostar, em 2014, na consolidação das infraestruturas de pagamento, com vista à promoção da eficiência no funcionamento dos sistemas e instrumentos de pagamento e da confiança na moeda escritural como activo de liquidação.

Meios e Instrumentos de Pagamento

A evolução dos meios e instrumentos de pagamento em Cabo Verde continuou a caracterizar-se por uma alteração permanente no comportamento associado aos pagamentos, com uma preferência crescente por instrumentos electrónicos.

O numerário prevaleceu como o meio de pagamento mais utilizado pela população, não obstante a análise do peso de cada instrumento de pagamento na circulação monetária, relativamente à preferência pela moeda do banco central e ao produto interno bruto, corroborar a predilecção crescente dos agentes económicos pelos instrumentos de pagamento escriturais e electrónicos.

A circulação monetária registou, no final de 2014, um aumento de quatro por cento face ao ano de 2013, tendo as notas e moedas em circulação atingido o montante de 8,8 mil milhões de escudos.



Em 2014, foram processados um total de 1,8 milhões de cheques, no valor de 184,3 mil milhões de escudos, correspondentes a um aumento no número e uma diminuição no montante de cheques processados relativamente a 2013 de 0,1 e 3,3 por cento, respectivamente. Consequentemente, a média diária de cheques processados passou de 6.116 cheques/dia, no valor de 753,9 milhões de escudos em 2013, para 6.149 cheques/dia no valor de 731,6 milhões de escudos. Face ao ano anterior, houve uma diminuição em quantidade

(em 3,6 por cento) e em valor (em 1,9 por cento) dos cheques pagos através da compensação, enquanto que os cheques pagos através dos balcões acusaram um ligeiro aumento em quantidade (de 1,1 por cento) e uma diminuição em valor (em 4,2 por cento), mantendo, no entanto, a predominância destes últimos, que representam 80,6 por cento em quantidade e 63,2 por cento em valor, no conjunto dos cheques processados no sistema bancário.

Foram processadas 2,1 milhões de transferências bancárias, no valor de 301 mil milhões de escudos, o que resulta numa diminuição em quantidade e em valor na ordem de 28 e 33 por cento, respectivamente. O decréscimo significativo das transferências processadas no sistema bancário deveu-se às transferências intrabancárias que, individualmente, assinalaram uma diminuição na ordem dos 34 por cento em quantidade e 43 por cento em valor. Ainda assim, em termos do peso, prevaleceu um maior domínio das transferências intrabancárias, que representaram 78,8 por cento em quantidade e 69 por cento em valor das transferências bancárias.

A introdução dos cartões de débito da rede Vinti4 teve um forte impacto no sistema bancário nacional e uma excelente aceitação por parte da população bancarizada. Em 2014, encontravam-se emitidos e reconhecidos na rede Vinti4 177.861 cartões de pagamento, valor superior ao registado em 2013 em cerca de cinco por cento.

A utilização de cartões na rede Vinti4 apresentou um crescimento expressivo em 2014, tendo sido efectuadas 14,8 milhões de operações, o que correspondeu a um aumento de 16,2 por cento comparativamente a 2013, representativo de uma média diária de 47.175 operações. Do total das operações com cartões Vinti4, 73,8 por cento referiram-se a operações com movimentação de fundos e 26,2 por cento sem movimentação de fundos. Do total de operações com movimentação de fundos, 49,1 por cento foram efectuadas nos ATM, 49,2 por cento nos POS e 1,7 por cento através da Televinti4 e Vinti4net. O valor total transaccionado na rede situou-se em torno dos 54 mil milhões de escudos, mais seis mil milhões de escudos que no ano anterior.

Em média, cada cartão activo efectuou 57 operações nos ATM e 38 nos POS, o que corresponde a um decréscimo de 1,5 e a um aumento de 26,4 por cento, respectivamente, face a 2013.

O serviço de caixa automática, com uma evolução positiva nos últimos anos, tem-se revelado o segmento de maior procura pelos utilizadores, tendo atingido, em 2014, aproximadamente 10,2 milhões de operações, das quais seis milhões com movimentação de fundos no valor de 32.088,8 milhões de escudos. Tal evolução deveu-se não só à expansão da rede de terminais em zonas não cobertas anteriormente, ao reforço da concentração em zonas já cobertas e à diversificação de locais de instalação das máquinas, mas também à variedade de operações disponíveis, o que permitiu aos utilizadores uma maior liberdade na gestão das suas contas de depósito.

Quadro 14. Cartões e Terminais da Rede Vinti4

	2011	2012	2013	2014
				unidade
Número de Terminais	2 764	3 152	3 850	4 495
Caixas Automáticas - ATM	151	162	163	171
Terminais de Pagamento - POS	2 613	2 990	3 687	4 324
Cartões Emitidos	89 923	179 006	185 543	193 281
Cartões Vinti4	75 169	163 324	169 418	177 861
Cartões de Crédito	14 754	15 682	16 225	15 420
				taxa de crescimento em percentagem
Número de Terminais	30,0	21,7	22,1	16,8
Caixas Automáticas - ATM	7,1	7,3	0,6	4,9
Terminais de Pagamento - POS	31,6	14,4	23,3	17,3
Cartões Emitidos	-29,7	3,3	7,0	4,2
Cartões Vinti4	-31,1	3,3	3,7	5,0
Cartões de Crédito	14,8	6,3	2,8	-5,0

Fonte: Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos e Instituições de Crédito.

O serviço de pagamento automático tem conhecido, igualmente, uma evolução positiva ao longo dos anos, reflexo da boa aceitação pela população e pelos estabelecimentos comerciais, conforme sugere o contínuo aumento do número de terminais instalados (em 2014, na ordem dos 15 por cento). Foram realizadas através destes terminais 6.291.719 operações, em 2014, no valor global de 22,3 mil milhões de escudos.

O serviço de Televinti4 é outro canal de acesso ao serviço da rede que, paulatinamente, vem conquistando terreno no seio da população cabo-verdiana, somando mais de 24 mil utilizadores associados. Este serviço registou, em finais de 2014, um total de 274.048 operações, das quais 77,5 por cento relativas a operações com movimentação de fundos (no valor de 108,9 milhões de escudos).

A rede de pagamentos automáticos coloca ainda à disposição dos seus utilizadores o serviço Vinti4net que, a partir de 2012, passou a ser utilizado exclusivamente para pagamento de serviços. No final de 2014, a partir deste serviço foram processadas um total de 1.031 operações, correspondentes a 40,4 milhões de escudos.

No que concerne à evolução das infraestruturas de pagamentos, destaca-se que no final de 2014 a rede Vinti4 contava com um total de 4.495 terminais, dos quais 171 caixas automáticas (ATM, na sigla inglesa) e 4.324 terminais de pagamentos (POS, na sigla inglesa), representativos de um crescimento de 4,9 e 17,3 por cento, respectivamente, face a 2013.

Sistemas de Compensação e de Liquidação Interbancária

O Banco de Cabo Verde assegura a gestão e o funcionamento do Sistema Integrado de Compensação Interbancária e Liquidação (SICIL), que integra os subsistemas de compensação de cheques e documentos afins, de transferências interbancárias e de operações da rede Vinti4, e é o operador e gestor do Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação (SGDL).

Os fluxos de pagamento entre as instituições participantes no SICIL e no SGDL realizam-se através de contas únicas de liquidação domiciliadas no BCV, com carácter irrev-

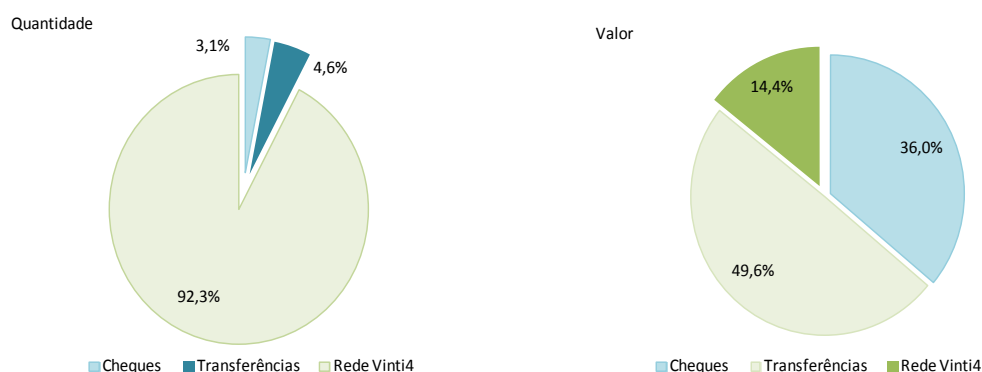
gável e incondicional, sendo que no SICIL a liquidação processa-se por compensação dos saldos, enquanto que no SGDL as operações são processadas numa base individual. No primeiro sistema, faz-se o processamento de operações de baixo valor, consequentemente de risco sistémico limitado, e no segundo faz-se o processamento de operações de montantes avultados.

Em 2014 registou-se um crescimento na ordem dos 20 por cento das operações processadas através do SGDL, tendo sido liquidado um total de 9,8 mil operações no valor de 2.224 mil milhões de escudos.

Em termos da média diária global de operações liquidadas, verificou-se um aumento significativo das operações liquidadas no SGDL, tanto em quantidade (50,4 por cento) como em valor (100,3 por cento), explicado essencialmente pelas liquidações efectuadas através do mercado aberto (que registaram um aumento de 122 por cento em quantidade e de 137 por cento em valor) e da Bolsa de Valores de Cabo Verde (com um aumento de 56,2 por cento em quantidade e de 80,1 por cento em valor).

As transacções efectuadas através do SICIL evidenciaram, em 2014, a mesma tendência de variação positiva verificada em 2013, embora os cheques individualmente tenham acusado uma diminuição em quantidade e em valor. Foram processados 9,7 milhões de operações no valor de 188 mil milhões de escudos no SICIL em 2014, correspondentes a um crescimento de 19,9 por cento e uma diminuição de 3,8 por cento, respectivamente, face a 2013.

Figura 27. A rede Vinti4 teve uma posição dominante no número de operações processadas no SICIL. Não obstante, os cheques e documentos afins e as transferências interbancárias continuaram a ter um peso significativo em valor.



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Analisando o desempenho do subsistema de cheques e documentos afins no SICIL, verificou-se que no ano de 2014 este subsistema continuou a apresentar uma evolução decrescente tanto em quantidade (-3,6 por cento) como em valor (-1,9 por cento). Durante o ano de 2014, o número de cheques processados e devolvidos através da compensação atingiu 301.071 documentos, totalizando 67 mil milhões de escudos.

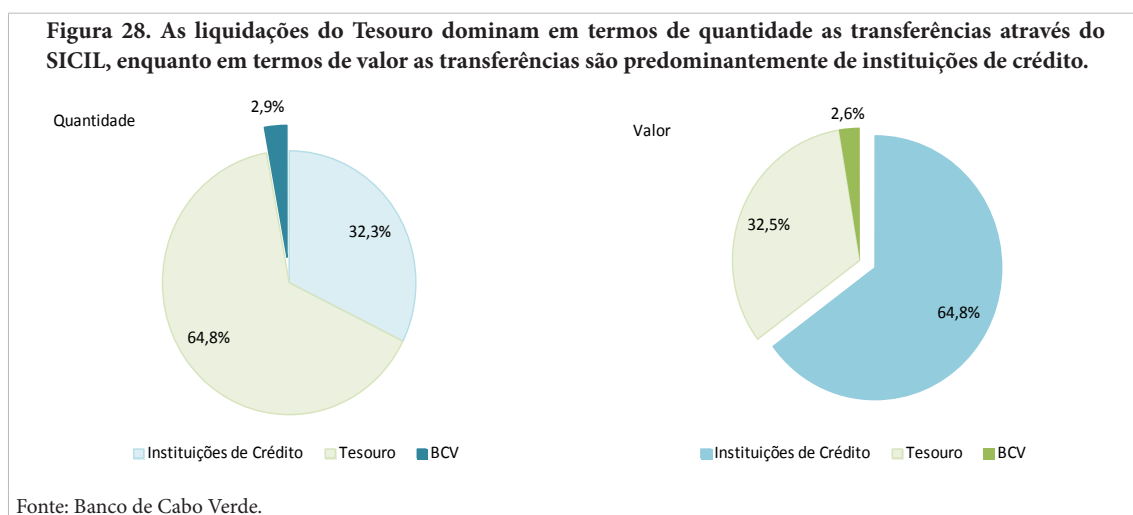
Não obstante, o cheque continuou a apresentar um peso bastante expressivo no valor total processado (36 por cento). O valor médio, nos últimos cinco anos, manteve-se aproximadamente em 0,2 milhões de escudos por cheque.

Seguindo a mesma tendência de evolução do ano anterior, o subsistema de compensação de transferências evidenciou uma evolução positiva em 2014, tendo sido processadas

453.053 transações, no valor de 93 mil milhões de escudos, o que equivale a um aumento de 7,9 por cento e 7,2 por cento, respectivamente. Em termos de peso, o subsistema representou 49,6 por cento em valor e 4,6 por cento em quantidade do total das operações realizadas através do SICIL.

Não obstante a evolução positiva, o valor médio das transferências processadas em 2014 manteve-se inalterada, em 0,2 milhões de escudos. A média diária situou-se em 1.798 transferências, no valor de 368,9 milhões de escudos.

A distribuição das transferências apresentadas à compensação por participantes em 2014 apresentou a mesma configuração de 2013, sendo o Tesouro o mais representativo em termos de quantidade (64,8 por cento), mas menos representativo que as instituições de crédito no que concerne ao valor processado (32,5 por cento). O valor médio de transferências apresentado pelo Tesouro manteve-se nos 0,1 milhões de escudos, correspondente a metade do valor médio do total das transferências processadas no subsistema (0,2 milhões de escudos).



No que se refere à comparticipação do BCV registou-se, face a 2013, uma diminuição tanto em quantidade (de 3,8 para 18 por cento) como em valor (de quatro para 40 por cento).

A Rede Vinti4, sendo o sistema de pagamentos cabo-verdiano com maiores quantidades processadas, apresenta-se com o menor valor médio por operação (3.004 escudos), o que lhe confere, mais do que qualquer outro, a denominação de sistema de retalho. Foram compensadas e liquidadas através da rede 9.012.960 operações, no valor de 27 mil milhões de escudos.

PARTE III
ACTIVIDADES DO BANCO CENTRAL

No quadro do estabelecido na sua lei Orgânica, o Banco de Cabo Verde (BCV), enquanto banco central da República de Cabo Verde, tem por missão a defesa da estabilidade de preços e do sistema financeiro.

Ainda no âmbito das suas atribuições principais, o BCV é responsável pela emissão monetária e pela gestão das reservas do país. Produz estatísticas macroeconómicas e financeiras, desenvolve estudos aplicados à economia nacional e concebe regulamentos que suportam o cumprimento da sua missão.

O desempenho adequado da sua missão e o desejável desenvolvimento institucional, em conformidade com os objectivos estabelecidos no seu Plano Estratégico, exigem um contínuo investimento nos recursos humanos e em arranjos institucionais assertivos.

Esta parte do Relatório Anual destaca as principais actividades desenvolvidas pelas diversas unidades orgânicas que compõem o BCV em 2014, em linha com a estratégia asseverada no Plano Estratégico de 2011-2014.

PLANO ESTRATÉGICO DE 2011-2014



Capítulo 10. Funções da Autoridade Monetária

A actividade do BCV enquanto autoridade monetária abrange: a produção de estatísticas e a elaboração de estudos económicos, análises e pareceres que sustentam as decisões de políticas monetária, prudencial e de investimento da instituição; a execução da política monetária; a gestão dos activos externos do país; o funcionamento eficiente do sistema de pagamentos; a emissão monetária e o estabelecimento de relações internacionais e de cooperação institucional.

Nas secções seguintes serão apresentadas em síntese os principais desenvolvimentos em cada uma das referidas áreas em 2014, com excepção da execução da política monetária e os desenvolvimentos dos sistemas de pagamentos que foram abordados em capítulos anteriores.

10.1 Estudos Económicos e Estatísticas

Uma análise económica isenta, baseada em estatísticas que reflitam fielmente a realidade e em estudos de elevada qualidade técnica, é fundamental para a prossecução da missão do Banco Cabo Verde, possibilitando-lhe uma intervenção influente nas decisões de política económica do país.

Neste quadro, objectivando a melhoria da eficácia da política monetária e do aconselhamento de demais autoridades de política macroeconómica, em 2014, elaborou-se e apresentou-se, mensalmente, no Comité de Política Monetária, o Boletim de Conjuntura, que integra a análise evolutiva dos principais indicadores macroeconómicos e financeiros do país, e o Relatório de Acompanhamento Monetário, que sintetiza os principais desenvolvimentos em termos da execução monetária e gestão das reservas internacionais. No mesmo fórum, foram debatidos, numa periodicidade trimestral, as hipóteses de enquadramento, os resultados e o balanço dos riscos das projecções macroeconómicas. Acresce-se que foram igualmente realizados exercícios para avaliação da sustentabilidade da dívida pública e analisados os indicadores de vulnerabilidade externa.

Visando o aprofundamento do conhecimento da economia nacional, em 2014 analisou-se: um conjunto de indicadores de competitividade da economia nacional; a *performance* económica e financeira de uma amostra de empresas que compõe a Central de Balanços do Banco de Cabo Verde; e a repercussão do investimento público no investimento privado. Trabalhou-se, ainda, na primeira fase de um estudo por questionário sobre a inclusão financeira e num número piloto (com base nos dados até o terceiro trimestre de 2014) de um boletim de indicadores prudenciais.

Enquanto órgão produtor oficial de Estatísticas Monetárias, Financeiras e do Sector Externo, o BCV recolheu dados de diversas fontes, produziu, analisou e difundiu:

- A síntese monetária, os balanços consolidados dos bancos de depósitos e do banco central, bem como as estatísticas de taxas de juro, depósitos e crédito, numa periodicidade mensal;

- As estatísticas das remessas de emigrantes (com uma periodicidade mensal), da balança de pagamentos, do comércio externo, do investimento directo estrangeiro, bem como da dívida externa, com uma periodicidade trimestral;
- As estatísticas da posição de investimento internacional, numa base anual.

Com o intuito de melhorar a qualidade e a abrangência das estatísticas produzidas, bem como a eficiência do processo de produção das estatísticas deu-se sequência, em 2014, aos trabalhos de:

- Compilação de uma síntese financeira, analisando e mapeando, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, as contas das instituições parabancárias e dos bancos *offshore*;
- Estruturação, com o apoio da Direcção Geral das Contribuições e Impostos e do Instituto Nacional de Estatística, de uma base de dados de empresas cabo-verdianas, contendo o nome, o número de identificação fiscal e a classificação da actividade económica de cada empresa. Estruturou-se, ainda, uma base de dados de todas as instituições que compõem o sector público administrativo;
- Desenvolvimento de uma plataforma única de recolha e validação primária dos dados do sistema bancário, enquadrado no projecto de concepção de um sistema integrado de produção de estatísticas.

Com o propósito de corresponder às exigências do supervisor supranacional do sistema financeiro, o Fundo Monetário Internacional, deu-se continuidade ao processo de implementação do 6º Manual de Compilação das Estatísticas da Posição de Investimento Internacional e da Balança de Pagamentos (BPM6 na sigla inglesa), tendo-se para o efeito:

- Realizado uma auditoria estatística à plataforma de registo das transacções externas intermediadas pelo sistema bancário nacional, com o propósito de identificar as suas fragilidades e propor medidas para a sua optimização;
- Revisto os códigos estatísticos do sistema de notificação das transacções internacionais e das demais tabelas que compõem o sistema, em conformidade com as premissas do BPM6;
- Reestruturado os inquéritos para a compilação da Balança de Pagamentos e da Posição de Investimento Internacional, para integrar as alterações metodológicas propostas pelo BPM6 e introduzir questões para o acompanhamento trimestral das contas de uma amostra de empresas.

No quadro do objectivo de garantir a estabilidade do sistema financeiro, e com o propósito de conhecer a outra face do balanço dos bancos - o balanço dos seus devedores, o BCV propôs-se a desenvolver uma Central de Balanços de uma amostra de empresas que representam 80 por cento do volume de negócios do país e que simultaneamente integra os principais devedores e incumpridores do sistema bancário, bem como todos os emitentes do mercado de valores mobiliários. Enquadrado neste objectivo, em 2014 consolidou-se a plataforma de produção das estatísticas da Central de Balanços do Banco de Cabo Verde, tendo-se para o efeito implementado um conjunto de recomendações emanadas pela missão técnica do Departamento de Estatísticas do Banco de Portugal.

10.2 Gestão de Activos Externos

A gestão das reservas internacionais líquidas do país está ancorada num sólido sistema de governação, firmada nas Normas Orientadoras de Gestão de Reservas (NOGR), que clarificam a estratégia de investimentos, em função do perfil de risco esperado, estabelecido por uma carteira de referência (*benchmark*).

No âmbito da política de investimentos dos activos externos do país, o BCV deu continuidade ao objectivo estratégico de diversificação dos instrumentos financeiros, passando a carteira de liquidez a ser constituída, no final de 2014, em 46,7 por cento por títulos financeiros e governamentais (que compara aos três por cento de 2013).

Realce-se que a necessidade de aperfeiçoamento do *framework* de gestão dos activos foi em certa medida reforçada pela política implementada pelo Banco Central Europeu ao longo de 2014, que culminou com a fixação da taxa *refi* em 0,05 por cento e da taxa de remuneração de depósitos em -0,2 por cento, desde Setembro. Neste contexto, o BCV adoptou, igualmente, um conjunto de medidas de contingência, visando a preservação do capital e a minimização da exposição ao risco de crédito. Entre outras medidas, assumiu-se a quebra dos limites estabelecidos nas NOGR para as sub-carteiras de *Trading* e de Tesouraria, bem como a cobertura pelo BCV dos custos potenciais com a aplicação das reservas externas.³⁷

À medida que as condições dos mercados internacionais foram-se agravando no decorrer do segundo semestre do ano, com impactos na gestão das carteiras em euros, tornou-se necessário implementar novas medidas de contingência, nomeadamente: a canalização de dez por cento dos fundos da carteira de liquidez para as aplicações em títulos governamentais de Portugal, Espanha e Itália, com maturidade máxima de um ano; o alargamento temporário do limite de investimentos em instituições financeiras para 50 por cento e o aumento do prazo das aplicações em títulos elegíveis para três anos.

No que concerne à Carteira de Investimentos, gerida pelo Banco Central do Luxemburgo, o BCV deu orientações contingenciais que asseguraram uma gestão prudente das reservas num contexto adverso, nomeadamente a suspensão temporária do limite mínimo para a duração modificada, o aumento da quota máxima para investimentos em emitentes com *rating* A para 50 por cento e a redução da quota mínima das aplicações com classificação entre AAA e AA- para 50 por cento, combinados com o aumento da maturidade dos investimentos para sete anos.

Posteriormente, com o objectivo de assegurar o aprimoramento da gestão das reservas e a garantia da adequação dos limites ao novo contexto internacional, procedeu-se à actualização das NOGR.

No intuito de garantir a adequabilidade da disponibilidade de moeda estrangeira às necessidades de cobertura dos passivos externos do país, tendo em conta a evolução esperada da balança de pagamentos e do mercado internacional de câmbios, actualizou-se a composição cambial das reservas externas, recorrendo-se ao exercício de optimização do risco-retorno das aplicações. De acordo com os resultados do exercício, que servem de referência às transacções externas de 2015, 69 por cento das reservas cambiais ficaram constituídas em euros e as restantes 31 por cento em dólares americanos.

³⁷ As sub-carteiras de *Trading* e de Tesouraria compõem a Carteira de Liquidez gerida internamente pelo BCV. Registe-se que, por motivos precaucionais e em linha com as melhores práticas internacionais, a gestão de reservas externas do país é feita pelo BCV, mas a estratégia de investimentos é partilhada com o Banco Central de Luxemburgo, que gere as aplicações da Carteira de Investimentos.

Ainda, no quadro da gestão dos activos externos, de referir que em 2014 foi aprovado um novo *benchmark* para a gestão da carteira de liquidez, com base nos pressupostos de *performance* e risco de médio e longo prazos, bem como na estratégia de investimentos ancorada nas premissas de preservação do capital e liquidez dos activos.

10.3 Emissão Monetária

O Banco de Cabo Verde emite e põe em circulação notas e moedas metálicas do escudo cabo-verdiano com curso legal e poder liberatório, incluindo as comemorativas.³⁸

No quadro desta atribuição fundamental, destaca-se que no final do ano de 2014 o saldo das notas emitidas pelo BCV ascendia a 12.757 milhões de escudos, representando um aumento de 10,3 por cento face ao valor registado no final de 2013. Verificou-se um aumento de emissões de notas em todas as denominações, com excepção da de 5.000 escudos, e um crescimento mais significativo da de 1.000 escudos, em resultado da insuficiência de *stock* da nota de 2.000 escudos até Dezembro. Refira-se, entretanto, que contrariando a tendência que se vinha registando desde 2010, a nota de 2.000 escudos apresentou uma variação positiva 2014 (em cerca de 11 por cento), em função da reposição do *stock*, com a colocação em circulação, em finais de Dezembro, de uma nova nota.³⁹

Quadro 15. Emissão de Notas

Denominação CVE	2010	2011	2012	2013	2014
	em milhares de escudos				
200	346.226	316.227	340.179	384.292	387 606
500	518.786	422.783	453.104	567.860	622 695
1.000	4.339.273	3.718.206	3.102.190	3.379.223	4 079 320
2.000	7.574.089	5.777.891	4.952.310	4.933.947	5 470 962
5.000	2.366.540	2.333.455	2.401.665	2.304.265	2 196 025
Total	15.144.914	12.568.562	11.249.448	11.569.587	12 756 608

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Em termos de fluxos, durante o ano de 2014 foram emitidas e colocadas em circulação 4,9 milhões de notas, no valor de 4.386 milhões de escudos. Deste total, a denominação de 1.000 escudos representou 41,2 por cento (cerca de dois milhões de notas). As denominações de 200, 500 e 2.000 escudos representaram, respectivamente, cerca de 27, 15 e 17 por cento do total das emissões, enquanto a nota de 5.000 escudos teve um peso irrisório (de cerca de um por cento), quer em quantidade, quer em valor, nas emissões.

Por seu turno, foram retiradas da circulação 3,9 milhões de notas, no valor de 3.193 milhões de escudos, por não oferecerem qualidade para retornar à circulação. Das notas retiradas de circulação, 50 por cento referiam-se às denominações de menor valor facial, 200 e 500 escudos, 35 por cento à denominação de 1.000 escudos e 14 por cento à denominação de 2.000 escudos. A comparticipação da denominação de 5.000 escudos foi residual (cerca de um por cento).

³⁸ No quadro do n.º 3 do artigo 6º da Lei n.º 10/VI/2002 de 15 de Julho, “é ilimitado o poder liberatório das notas, sendo o das moedas o estabelecido nos diplomas que autorizarem a sua emissão.”

³⁹ Em finais de Dezembro de 2014, no quadro da produção de uma nova família de notas, foram emitidas e colocadas em circulação novas notas de 200, 1.000 e 2.000 escudos.

Quadro 16. Circulação de Notas

Denominação CVE	2013				2014			
	Emissão	Notas em Caixa		Circulação	Emissão	Notas em Caixa		Circulação
		BCV	Bancos			BCV	Bancos	
200	384 292	68 212	55 912	260 168	387 606	57 769	51 059	278 778
500	567 860	135 445	112 318	320 097	622 695	189 879	104 515	328 301
1.000	3 379 223	585 878	516 028	2 277 317	4 079 320	973 405	600 515	2 505 400
2.000	4 933 947	654 780	483 077	3 796 090	5 470 962	799 166	557 048	4 114 748
5.000	2 304 265	826 560	151 870	1 325 835	2 196 025	796 895	165 735	1 233 395
Total	11 569 587	2 270 875	1 319 205	7 979 507	12 756 608	2 817 114	1 478 872	8 460 622

Fonte: Banco de Cabo Verde.

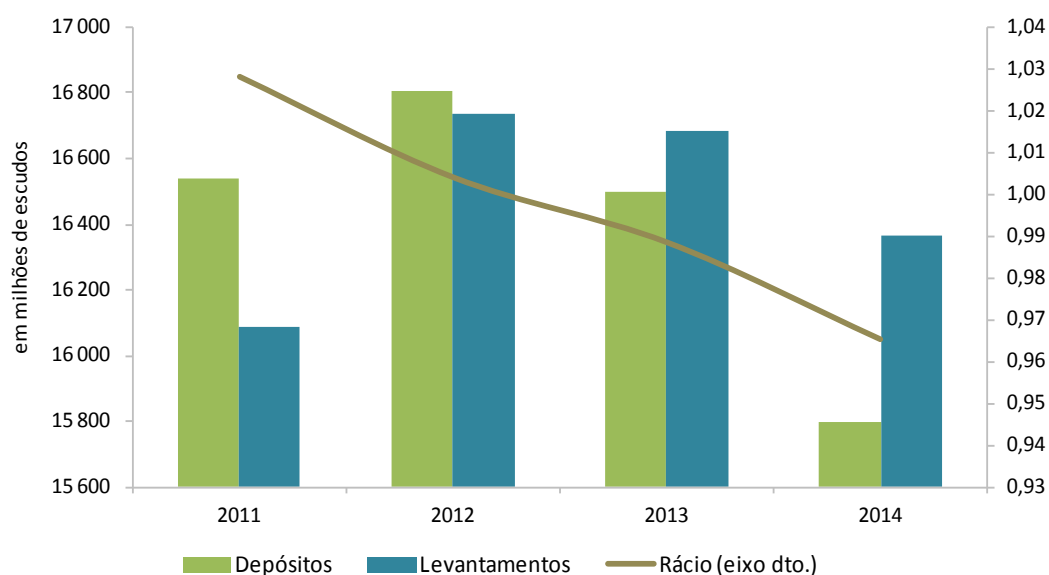
À semelhança de anos anteriores, das notas na posse do público predominaram as denominações de 1.000 e 2.000 escudos. Em termos agregados, estas ascenderam a 66,5 por cento em quantidade e 78,3 por cento em valor do total das notas em circulação, assumindo-se como denominações-padrão do sistema de pagamentos em Cabo Verde com numerário, parcialmente devido ao facto de serem as únicas denominações disponibilizadas nas caixas automáticas.

No que concerne às moedas, a circulação aumentou 6,1 por cento, o que corresponde em termos de valor a 29,4 milhões de escudos. A circulação de todas as denominações aumentou, tendo a das denominações de 50 e 100 escudos registado um aumento mais acentuado.

De salientar a colocação em circulação, no início do primeiro trimestre de 2014, de uma moeda comemorativa de 250 escudos, alusiva ao 50º Aniversário da Organização da Unidade Africana/União Africana (OUA/UA).

Os registos dos movimentos totais dos depósitos e dos levantamentos realizados, em valor, pelas instituições de crédito junto da tesouraria do Banco de Cabo Verde e das instituições executantes do protocolo de Tesouraria evidenciaram ligeiras variações negativas em 2014. Os depósitos totais diminuíram 4,2 por cento e os levantamentos 1,9 por cento.

Figura 29. O rácio dos depósitos pelos levantamentos fixou-se em cerca de 97 por cento, menos dois pontos percentuais que o verificado em 2013 (99 por cento).



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Durante o ano de 2014, foram trocadas no BCV 2.278 notas das famílias de 1989 e de 1992, retiradas da circulação através dos Decretos-Lei n.ºs 6/2006 e 44/2008, de 23 de Janeiro de 2006 e 1 de Dezembro de 2008, respectivamente.

Do total das notas trocadas, cerca de 73,7 por cento em quantidade e 85,7 por cento em valor correspondiam à denominação de 1.000 escudos, no valor equivalente a 1,7 milhões de escudos.

Das notas retiradas de circulação, encontravam-se ainda na posse do público 629 mil notas, no valor de 285,7 milhões de escudos. De salientar que deste total as denominações de 200 e 500 escudos representavam em termos agregados 48,8 por cento em quantidade e 34,1 por cento em valor. A denominação de 1.000 escudos correspondia a 21,1 por cento em quantidade e 46,6 por cento em valor, e as denominações de 100 e 2.500 escudos, em conjunto, correspondiam a 19,5 por cento em valor e 30,1 por cento em quantidade.

Quadro 17. Contrafacção de Notas (Circuladas)

Denominação CVE	2012		2013		2014	
	Quantidade (unidade)	Valor (escudos)	Quantidade (unidade)	Valor (escudos)	Quantidade (unidade)	Valor (escudos)
200	6	1 200	12	2 400	1	200
500	8	4 000	7	3 500	8	4 000
1.000	58	58 000	60	60 000	33	33 000
2.000	31	62 000	26	52 000	9	18 000
5.000	5	25 000	3	15 000	0	0
Total	108	150 200	108	132 900	51	55 200
Notas Estrangeiras	8	0	23	0	16	0

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: t.v.a.-taxa de variação anual.

As denominações de 1.000 e 2.000 escudos continuaram a ser as mais contrafeitas e apreendidas. Em 2014, foram detectadas através do sistema bancário um total de 42 contrafações, das quais as denominações de 200 e 500 escudos representavam cerca de 24 por cento. De destacar, entretanto, a tendência de contínuo decréscimo da contrafação de todas as denominações, com excepção da de 500 escudos.

10.4 Representação Internacional e Cooperação Institucional

As funções cometidas ao Banco de Cabo Verde requerem uma actividade institucional particularmente intensa, abrangente e transversal, na generalidade das suas esferas de actuação.

Em 2014, essa actividade centrou-se na criação de condições que concorrem para reforçar a imagem institucional do BCV e impulsionar medidas que visam o criterioso respeito pelo dever de *accountability* da instituição. Neste domínio, a política de comunicação, sobretudo com recurso à divulgação de informações via *site*, e a aplicação das boas regras de relações públicas foram fundamentais.

A relação do BCV com os seus parceiros saiu reforçada com o novo serviço de atendimento, ora em fase de consolidação, que tem permitido responder de forma personalizada a todos quanto abordam o BCV.

O BCV apostou na melhoria dos reportes produzidos com relação aos principais parceiros internacionais, a saber: Fundo Monetário Internacional; Banco Mundial; Banco de Pagamentos Internacionais; Banco de Portugal; Banco Central do Brasil; e Banco Central do Luxemburgo.

As relações de cooperação têm vindo a ser fortalecidas, com realce para a implementação de planos de cooperação técnica com o Banco de Portugal e com o Banco Central do Brasil. As relações entre as instituições têm sido estreitadas através das acções de capacitação, estágios, visitas de estudo e missões de assistência técnica, que continuam a beneficiar, de um modo geral, todas as áreas do Banco. Com o Banco Central do Luxemburgo realizaram-se acções pontuais que beneficiaram alguns técnicos do BCV sob a forma de visitas de estudo e cursos de curta duração. O BCV beneficiou ainda de missões técnicas do FMI e do Banco de Portugal que tiveram como objectivo apoiar a melhoria da actuação do Banco, enquanto regulador e supervisor do sistema financeiro nacional e enquanto responsável pela execução da política monetária do país, bem como apoiar o desenvolvimento de um sistema integrado de produção de estatísticas.

Em 2014, o BCV foi o anfitrião do VII Encontro dos Governadores dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa (BCLP), realizado na Cidade da Praia, que contou com a presença de todos os Governadores dos BCPLP. No âmbito do Encontro, que realçou o importante papel da cooperação entre os bancos centrais da comunidade lusófona, realizou-se uma conferência sobre os desafios actuais da supervisão.

O Banco de Cabo Verde recebeu ainda a visita do Governador do Banco Nacional de Angola, com o propósito essencial de formalizar um Protocolo de Cooperação no domínio da supervisão.

O BCV acolheu ainda a XVIII Conferência e 11ª Assembleia-Geral da Associação de Supervisores de Seguros Lusófonos (ASEL), na Ilha do Sal.

O estreitamento das relações com os parceiros e instituições internacionais e a apro-

ximação à comunidade financeira internacional tem passado, também, pela participação do Banco de Cabo Verde em encontros e fora internacionais, importando destacar os seguintes:

- XVI Fórum de Sistemas e Tecnologias de Informação dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, em Benguela, Angola;
- XXIV Encontro de Lisboa, que reuniu as delegações dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa e Timor Leste;
- Assembleia Anual Conjunta do FMI/Banco Mundial, que teve lugar em Washington, Estados Unidos da América;
- II Encontro de Auditoria, Gestão dos Riscos e Compliance dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, em Brasília, Brasil;
- IV Encontro de Contabilidade dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa, Portugal;
- VI Encontro sobre Sistemas de Pagamentos dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa, Portugal;
- IV Encontro de Emissão e Tesouraria dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, no Rio de Janeiro, Brasil;
- VIII Encontro de Estatísticas dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, no Rio de Janeiro, Brasil;
- XV Encontro de Juristas dos Bancos Centrais dos Países de Língua Portuguesa, em Lisboa, Portugal;
- XIII Jornada de Auditoria, *Governance* e Risco, em Lisboa, Portugal.

Ainda, no âmbito das suas atribuições, o BCV colaborou com o Banco de Portugal na compilação de séries estatísticas longas da economia cabo-verdiana para alimentar o Portal dos Bancos Centrais da Comunidade de Língua Portuguesa, no quadro do programa de comemoração do 25º aniversário da sua cooperação; participou activamente no projecto de livro do Fundo Monetário Internacional “*Africa on the Move: Unlocking the Potential of Small Middle Income States*”; e colaborou com o Instituto Nacional de Estatística, no quadro do Protocolo de Colaboração firmado entre os dois órgãos produtores de estatísticas nacionais, na criação de condições para a produção das contas do sector institucional.

Capítulo 11. Estabilidade Financeira

A salvaguarda da estabilidade financeira, conforme asseverada na sua Lei Orgânica, é uma missão primordial do Banco de Cabo Verde. No quadro desta missão, o BCV tem por atribuições a regulação e a supervisão prudencial e comportamental do sistema bancário e do mercado de valores mobiliários. Ainda, na sequência da reforma do seu regulamento orgânico, o BCV está a instituir a supervisão macroprudencial e os mecanismos para a resolução de instituições de crédito e de superintendência dos sistemas de pagamentos.

Este capítulo destaca a actuação do Banco de Cabo Verde na promoção e salvaguarda da estabilidade financeira em 2014.

11.1 Supervisão Prudencial das Instituições de Crédito e de Seguros

Garantir um sistema financeiro sólido e eficiente constitui uma das atribuições principais do Banco de Cabo Verde. Neste âmbito, em 2014, a actividade de supervisão pautou-se por uma estratégia de reforço da capacidade de regulação e de acompanhamento das instituições financeiras.

Neste quadro, procedeu-se à reestruturação da orgânica, para dar resposta aos desafios do contexto nacional e internacional para o sistema financeiro e à conclusão da base normativa e regulamentar do processo de transição para a supervisão baseada no risco.

No âmbito da reestruturação orgânica, as novas metodologias de trabalho instituídas, alinhadas com a nova proposta do FMI de compilação de indicadores de solidez financeira, deverão possibilitar o reforço do acompanhamento, *on-site* e *off-site*, das exigências micro e macro prudenciais.

Ainda, procurando garantir uma maior transparência e informação do sistema financeiro nacional, implementou-se um sistema de publicação de estatísticas trimestrais, com enfoque nos principais indicadores do sector bancário.

No que respeita à regulação, a Assembleia Nacional, mediante proposta do Governo, aprovou, em Abril, a Lei de Bases do Sistema Financeiro (Lei n.º 61/VIII/2014, de 23 de Abril) e a Lei das Actividades e das Instituições Financeiras (Lei n.º 62/VIII/2014, de 23 de Abril). Consequentemente, no quadro do processo de regulamentação dos diplomas foram publicados a 17 de Outubro de 2014:

- Aviso n.º 2/2014 sobre o Exercício da Supervisão Geral, que comporta, entre várias inovações, os critérios de aferição da resiliência do sistema financeiro cabo-verdiano face a determinados cenários macroeconómicos e sectoriais;
- Aviso n.º 3/2014 relativo ao Exercício da Supervisão Comportamental, que regula e fiscaliza a conduta das instituições financeiras na comercialização dos produtos e serviços bancários de retalho, bem como os seus deveres na prestação de informação aos clientes;

- Aviso n.º 4/2014 sobre os Titulares dos Órgãos de Administração e de Fiscalização de Instituições Financeiras, que define as regras relativas à selecção, capacidade e idoneidade dos referidos titulares e, ainda, introduz as normas relativas à independência dos administradores das instituições financeiras;
- Aviso n.º 5/2014 relativo às Participações Qualificadas, que padroniza os termos em relação aos quais a comunicação de tais participações deve obdecer e prevê exigências agravadas para situações de aquisição de domínio da instituição financeira e de participações não transparentes.

Ainda durante o ano de 2014, o Banco de Cabo Verde, no quadro das suas atribuições e na sequência da decisão do Governo no sentido da adesão de Cabo Verde ao *Foreign Account Tax Compliance Act* (FATCA), desenvolveu os seguintes projectos de normativos:

- Projecto de alteração da Lei de Bases do Sistema Financeiro, de modo a permitir a recolha e a partilha transfronteiriça das informações financeiras, actualmente impossibilitada pelas normas do sigilo bancário;
- Projecto de portaria do Ministro das Finanças relativo aos procedimentos a adotar pelas instituições financeiras na recolha e reporte das mesmas informações financeiras;
- Projecto de revisão do Aviso n.º 2/2011 relativo à abertura de contas bancárias, de modo a permitir a detecção de casos de dupla ou múltipla residência fiscal e assim facilitar o cumprimento de diligências de *compliance* e de reporte por parte das instituições financeiras.

Igualmente, ciente que a melhoria da gestão da informação de crédito pode contribuir para reforçar a estabilidade do sistema financeiro pela via da expansão da actividade creditícia em base sã e considerando o papel que as centrais privadas de informação de crédito (CPIC) podem ter nesta matéria, o BCV desenvolveu um projecto de aviso sobre o registo das CPIC.

Ainda, no quadro das suas responsabilidades de promover a estabilidade do sistema financeiro pela via da prevenção do risco sistémico, o BCV colaborou no desenvolvimento de normativos relacionados com as actividades financeiras não bancárias, nomeadamente de seguro e resseguro, e com as instituições de microfinanças.

Com efeito, o Banco de Cabo Verde pronunciou-se sobre o projecto de novo regime jurídico das microfinanças, desenvolvido sob a liderança da entidade governamental responsável pela solidariedade social, e apresentou uma proposta de alteração do artigo 40º e a revogação do artigo 39º do Decreto-Legislativo n.º 3/2010, de 17 de Maio.

11.2 Supervisão Comportamental das Instituições de Crédito e de Seguros

Associado ao objectivo de garantir a integridade, a credibilidade e a segurança do sistema financeiro nacional, o BCV elegeu, entre as medidas estratégicas para o quadriénio 2011-2014, o desenvolvimento da supervisão comportamental, entendida como a supervisão da actuação das instituições nas relações com os seus clientes.

A actuação do Banco de Cabo Verde como entidade responsável pela supervisão comportamental das instituições financeiras tem contribuído para uma relação tendencialmente menos assimétrica e mais transparente entre as instituições e os seus clientes, re-

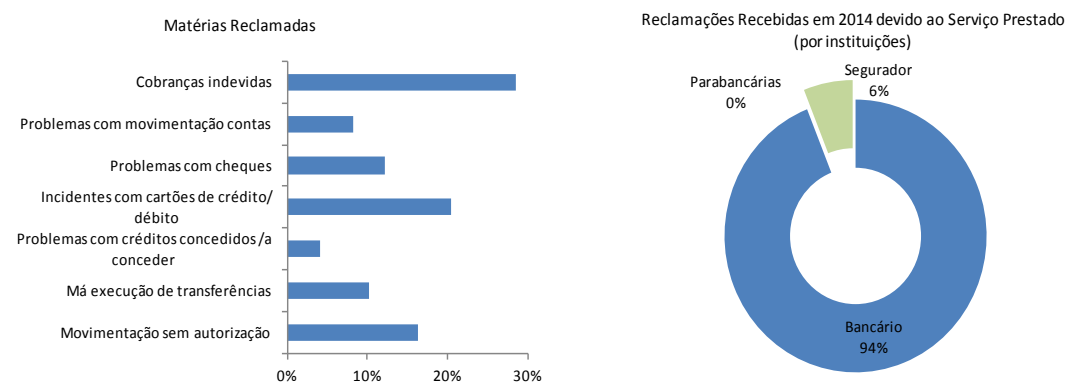
forçando a confiança dos cidadãos nas mesmas e, desta forma, a estabilidade do sistema financeiro.

Refira-se que, durante o ano de 2014, foram analisadas 232 reclamações de consumidores de serviços financeiros, que resultaram na devolução de, aproximadamente, dois milhões e quinhentos mil escudos por parte dos bancos reclamados. Das reclamações recebidas, apenas 14 eram referentes ao sector segurador.

As reclamações do mercado bancário a retalho mantiveram-se concentradas nos encargos cobrados na contratação de crédito e na informação disponibilizada; no desconhecimento do fundamento da cobrança de comissões e despesas, por vezes consideradas excessivas e indevidas; nas alterações de taxas de juro sem a comunicação prévia devida, na movimentação de contas de depósito à ordem sem autorização prévia e no débito de despesas indevidas.

Em 2014, entretanto, foram feitas reclamações de fraude *online*, nomeadamente no concernente a pagamentos não efectuados por titulares dos respectivos cartões e à movimentação indevida de contas através do *homebanking*.

Figura 30. Expurgando as relacionadas com o atendimento, as reclamações concentraram-se em 2014 em cobranças indevidas de comissões, em incidentes com cartões e em movimentos de contas sem autorização.



Fonte: Banco de Cabo Verde.

Através do *website*, o Banco de Cabo Verde recebeu 17 pedidos de informação, tendo o subitem Perguntas Frequentes sido visitado 365 vezes.

No que diz respeito aos preçários dos bancos comerciais, estes foram analisados de acordo com o Aviso n.º 1/13, de 12 de Abril, que estabelece as regras que as instituições financeiras devem observar na divulgação do preçário, os deveres de informação e de assistência aos clientes que impendem sobre as instituições e determina quais os serviços bancários gratuitos. Constatou-se, em 2014, que os bancos observaram a estrutura de preçário imposta pelo BCV, garantindo a transparência dos encargos cobrados. Ainda neste quadro, elaborou-se uma brochura dirigida aos bancos comerciais como forma de sensibilizar os seus colaboradores para a necessidade de cumprirem as regras e procedimentos na relação com os clientes, impostos pelo Aviso n.º 3/14, de 17 de Outubro.

No âmbito da educação financeira, lançou-se um concurso para a realização de um inquérito ao grau de literacia financeira da população cabo-verdiana, que pretende avaliar com mais acuidade os hábitos de gestão de conta bancária, a capacidade de planeamento da despesa e da poupança, o processo de escolha dos principais produtos financeiros, bem como o conhecimento das fontes de informação e das formas de obter apoio nesta matéria.

Em termos regulamentares, destaca-se que os poderes da supervisão comportamental foram reforçados com a publicação da nova Lei de Bases do Sistema Financeiro, que a elevou a um dos pilares em que assenta o sistema financeiro, e com a Lei das Actividades e Instituições Financeiras, que consagra um rol de competências explicitamente conferidas à supervisão comportamental, designadamente:

- Emitir instruções e determinações específicas sempre que a instituição financeira incumpra, ou haja o risco de vir a incumprir, as normas legais e regulamentares que disciplinam a sua actividade;
- Instruir processos de contraordenação e aplicar as respectivas sanções;
- Ordenar as modificações necessárias para pôr termo às irregularidades;
- Ordenar a suspensão das acções ilegais, designadamente as publicitárias que não respeitem as normas legais e regulamentares aplicáveis;
- Determinar a imediata publicação, pelo responsável, de retificação apropriada;
- Substituir-se ao infrator, e a suas expensas, no cumprimento das ordens e determinações;
- Analisar os códigos de conduta submetidos pelas instituições;
- Emitir instruções sobre os códigos de conduta e definir, por aviso, normas orientadoras para esse efeito;
- Exigir as alterações aos códigos de conduta submetidos que considere necessárias para assegurar o adequado cumprimento dos objetivos subjacentes aos mesmos.

De referir ainda que o Banco de Cabo Verde instruiu dois processos de contraordenação, um sobre exportação de notas estrangeiras sem autorização e um outro sobre operações sobre o ouro.

11.3 Supervisão dos Mercados de Valores Mobiliários

A Auditoria Geral do Mercado de Valores Mobiliários (AGMVM), criada na dependência do Governador do BCV, tem como missão supervisionar e regular os mercados de valores mobiliários, bem como a actividade de todos os agentes que neles actuam.

A AGMVM definiu como um dos seus objectivos estratégicos para o período 2009-2014 garantir a integridade, a credibilidade e a segurança do mercado de valores mobiliários. Neste contexto e visando uma melhor protecção dos investidores, em 2014, adoptou um conjunto de medidas, em linha com os melhores padrões internacionais de supervisão, para implementar de modo eficaz os mecanismos previstos no Código do Mercado de Valores Mobiliários (Código MVM).

A actividade da AGMVM centrou-se, particularmente, na implementação dos mecanismos de acompanhamento do mercado e na avaliação dos riscos emergentes no próprio mercado. Neste quadro, a AGMVM acompanhou o cumprimento das obrigações contratuais dos emitentes, bem como as suas responsabilidades com o dever de informação. Apesar de já se terem registado progressos notórios, alguns emitentes continuaram a mostrar alguma resistência no cumprimento do dever de informação.

No concernente à mitigação dos riscos, a AGMVM trabalhou no sentido de reforçar a

capacidade de gestão dos emitentes, iniciando o processo de identificação dos seus eventuais riscos, e melhorou o acompanhamento dos emitentes com maior grau de risco.

Ao longo do ano 2014, a AGMVM reforçou os mecanismos de supervisão prudencial e comportamental, em linha com os desenvolvimentos internacionais, relacionados com uma nova arquitectura do sistema de supervisão do sistema financeiro. Neste sentido, a AGMVM acompanhou diariamente todas as transações e reforçou o acompanhamento diário de toda a informação veiculada na imprensa nacional sobre os emitentes.

Na sequência das acções de supervisão, foram notificados alguns emitentes para procederem à regularização de situações de incumprimento, sobretudo em relação ao dever de informação, nos termos do Código MVM e do Regulamento n.º 1/2009, que consubs-tanciam as informações privilegiadas a serem comunicadas ao mercado. As acções de fiscalização centraram-se sobretudo na verificação da existência de mecanismos adequados para a efectiva identificação, avaliação e controlo dos riscos inerentes às actividades exercidas pelos emitentes e pelos intermediários financeiros.

De acordo com os objectivos estabelecidos no seu plano de acção para 2014, a AGMVM intensificou o seu trabalho de protecção dos investidores e de integridade do mercado. Também esteve, durante todo o ano, empenhada em melhorar a qualidade da informação prestada pelas empresas cotadas, em particular, no que toca à informação financeira. Neste âmbito, intensificou-se o processo de acompanhamento da situação financeira dos emitentes e reforçou-se a acção na área do governo das sociedades. Ainda, realizou-se encontros com os principais intervenientes do mercado de valores mobiliários, os intermediários financeiros e as empresas emitentes, com vista a sensibilizá-los a assumirem plenamente os seus deveres, em conformidade com o Código MVM.

No quadro específico da actividade de supervisão, foi, igualmente, melhorado o sistema de acompanhamento das actividades da Bolsa de Valores de Cabo Verde e dos intermediários financeiros e procedeu-se à actualização do cadastro de todos os registos individuais dos mandatários dos bancos comerciais.

Autorizações Concedidas

No âmbito das suas atribuições, a AGMVM apreciou dois *dossiers* referentes a operações fora de Bolsa, tendo autorizado uma delas, e deu sequência ao processo de padronização dos actos da Auditoria.

Ao longo do ano, a AGMVM, no âmbito de privatizações de empresas, autorizou uma oferta pública de venda de dez por cento das acções do Estado num dos bancos comerciais, uma oferta privada de alienação da participação do Estado numa das companhias de seguro do país e deu início ao processo de privatização de uma das gasolinehas nacionais.

Ainda, a AGMVM autorizou o pedido de registo de um perito avaliador, bem como o pedido de registo da Bolsa de Valores de Cabo Verde como entidade gestora do sistema centralizado de valores mobiliários.

Legislação/Regulamentação

A AGMVM viu alargada a sua área de intervenção com a entrada em vigor do novo código do mercado de valores mobiliários, das duas leis especiais sobre os valores mobili-

ários escriturais e entidades gestoras de sistemas centralizadores de valores mobiliários e da renovada legislação sobre Organismos de Investimento Colectivo.

A AGMVM concluiu o processo de regulamentação das principais normas do novo Código MVM, e, ainda, trabalhou os projectos de regulamentos sobre investidores qualificados e não qualificados, bem como o primeiro pacote de regulamento da legislação sobre os organismos de investimento colectivo.

Durante o ano de 2014, foram submetidos à consulta pública e aprovados nove regulamentos destinados a concretizar as disposições legislativas relativas a mercados.

Ainda, no âmbito da reforma do sector financeiro, desde 2013 a AGMVM vem participando no processo de elaboração de três projectos de decretos-lei, designadamente Entidades Gestoras de Sistemas Centralizados, Valores Mobiliários Escriturais e Alteração do Decreto-lei n.º 15/2005, de 14 de Fevereiro. Assim, foram publicados, em Janeiro de 2014, o Regime Jurídico de Investimento Colectivo e o Decreto-lei n.º 2/2014, de 16 de Janeiro.

Literacia Financeira

No quadro das suas atribuições, a AGMVM tem vindo a privilegiar a educação financeira enquanto vector importante de desenvolvimento institucional e de garantia da estabilidade financeira. Neste contexto, promoveu em 2014 cinco seminários em parceria com a Cooperação Luxemburguesa, que contaram com a participação de representantes de todo o sistema financeiro, sobre os seguintes temas:

- Análise Financeira de um Banco, que decorreu entre 25 e 27 de Janeiro;
- Fundamentos da Gestão de Riscos, de 6 a 8 de Março;
- Desenvolvimento dos Mercados de Capitais, que teve lugar entre 17 e 19 de Junho;
- Governança Interna, de 22 a 24 de Julho;
- Financiamento das Pequenas e Médias Empresas, de 11 a 14 de Novembro.

Igualmente, promoveu, em parceria com o Instituto dos Valores Mobiliários de Lisboa, uma Conferência Internacional sobre a Informação no Mercado de Valores Mobiliários, que contou com a participação dos reguladores dos mercados de valores mobiliários de Portugal, Brasil e Angola.

Ainda, ao longo de 2014, a AGMVM continuou a trabalhar, em parceria com a Bolsa de Valores de Cabo Verde, na criação de condições para a capacitação institucional do mercado de capitais, como fonte alternativa de financiamento e de investimento em Cabo Verde. Neste quadro, foi retomado o programa televisivo Praça Financeira, como forma de fazer chegar as informações do mercado de capitais ao grande público.

Capítulo 12. Organização e Gestão de Recursos

A estrutura orgânica e funcional do Banco de Cabo Verde tem vindo a adaptar-se aos desafios impostos por um contexto macro-financeiro cada vez mais complexo e exigente e a ajustar-se para incorporar as melhores práticas de governação e de gestão.

Em 2014, o Conselho de Administração procedeu ao ajustamento pontual da estrutura orgânica, visando:

- Reforçar as funções associadas à supervisão microprudencial;
- Alargar as funções associadas à supervisão macroprudencial;
- Centralizar o processo de produção das estatísticas no Departamento de Estudos Económicos e Estatísticas (DEE), transferindo os serviços da Central de Risco de Crédito do Departamento da Supervisão das Instituições Financeiras (DSF) para o DEE;
- Responsabilizar o Gabinete de Apoio ao Consumidor pelo tratamento de matérias atinentes às relações entre as instituições financeiras e os seus clientes, incluindo as questões relacionadas com o Fundo de Garantia Automóvel, cuja gestão era da responsabilidade do DSF.

Modelo de Governação e Gestão de Riscos

Com o objectivo de aprimorar o seu modelo de governação nos domínios de Planeamento e Organização, desenvolveu-se, em 2014, uma proposta de Metodologia de Gestão de Projectos e foram elaborados os Termos de Referência e constituída uma comissão para a elaboração do Plano Estratégico do BCV, referente ao quadriénio 2016-2019.

O Banco de Cabo Verde prossegue uma rigorosa política de gestão de riscos através da gestão dos riscos financeiros e operacionais, assegurada pelo Departamento de Auditoria Interna, em articulação com as demais unidades orgânicas do Banco.

A auditoria interna avalia a adequação e a eficácia dos sistemas e processos de gestão de risco, controlo interno e governação, com vista a assegurar que o Banco cumpra a sua missão e objectivos de forma eficaz e eficiente.

Em 2014, no quadro do objectivo estratégico de melhoria da gestão e governança corporativa, o BCV aumentou o grau de cobertura dos objectos auditáveis e reforçou o processo da qualidade dos trabalhos da auditoria interna.

Assim, destacam-se, entre outras acções levadas a cabo no ano, as seguintes:

- Auditoria interna operacional aos processos relacionados com a gestão dos recursos humanos e às operações de política monetária;
- Auditoria interna às aplicações relacionadas com a contabilidade e o controlo financeiro;

- Acções de conferência de valores na tesouraria do Banco de Cabo Verde e aos protocolos de tesouraria com as instituições de crédito.

No que se refere às acções de acompanhamento de implementação das recomendações, procedeu-se à análise dos aspectos pendentes e às entrevistas com as diversas áreas, tanto na vertente das recomendações da auditoria interna como externa. Os trabalhos contemplaram as operações de gestão de reservas e de política monetária, contabilidade, tesouraria, informática, recursos humanos e a segurança. Foi igualmente efectuado o seguimento e a actualização das recomendações do Fundo Monetário Internacional (FMI), no âmbito do *Safeguards Assessments of Central Banks – Monitoring Policy*.

Ainda, os serviços de auditoria interna prestaram apoio ao FMI no estudo “*Legal Governance, Risk Management, and Compliance Functions at Central Banks*” e ao DEE numa acção de auditoria estatística às instituições de crédito.

Sistemas de Informação

O Banco de Cabo Verde procura adequar os seus sistemas e tecnologias de informação (TI) às necessidades e prioridades de negócio, numa perspectiva de racionalização de processos e de optimização do custo/benefício.

Neste domínio, em 2014 destacam-se as seguintes acções:

- Desenvolvimento do módulo de gestão de reclamações na *Extranet*;
- Actualização do Sistema de Gestão de Depósitos e Liquidação;
- Actualização do Sistema de Telecompensação de Cheques que passou a contemplar o módulo de Gestão de Imagens de Cheques;
- Elaboração do Plano Estratégico de Sistemas de Informação;
- Elaboração da proposta do Plano de Continuidade de Serviços de TI;
- Cooperação na elaboração das propostas dos Planos de Continuidade de Negócio de Gestão de Reservas e de Sistema de Pagamentos.

Gestão dos Recursos Humanos

Num contexto de racionalização e optimização dos recursos, a qualificação profissional e académica dos colaboradores do Banco e o reconhecimento do mérito têm merecido particular atenção, de forma a garantir a motivação e pleno aproveitamento do capital humano.

Nesta perspectiva, o BCV continuou, em 2014, a apostar na contratação de técnicos especializados, na promoção da formação, tanto a nível académico quanto técnico-profissional, e na actualização e reforço dos seus instrumentos de gestão de recursos humanos.

No final de 2014, o quadro de colaboradores do BCV era constituído por 133 funcionários efectivos, o que corresponde a um reforço de mais oito colaboradores face a 2013. Desses efectivos, 108 pertencem ao quadro de pessoal e 25 são contratados por tempo determinado.⁴⁰

⁴⁰ Desses 133 efectivos, 81 eram do sexo feminino e 52 do sexo masculino.

Mantendo a política de recrutar técnicos com sólida formação superior, em 2014, foram contratados onze novos colaboradores, todos com formação académica igual ou superior à licenciatura, perfazendo assim um total de 92 funcionários com formação superior. De igual modo, o BCV manteve os incentivos para estudos, concedendo apoio aos trabalhadores-estudantes, através de comparticipação nas propinas e na aquisição de material didáctico. Esta política tem resultado no desenvolvimento de novas competências técnicas e pessoais dos seus colaboradores, sendo uma mais-valia evidente para a instituição.

Quadro 18. Nível Académico dos Trabalhadores

	Homens	Mulheres	Total
Doutorado	1	0	1
Mestrado	13	22	35
Pós-Graduação	2	7	9
Licenciatura	15	32	47
Bacharelato	0	1	1
Ensino Secundário	12	14	26
Ensino Básico Integrado/Elementar	9	5	14
Total	52	81	133

Fonte: Banco de Cabo Verde

Durante o ano 2014, foram levadas a cabo acções de formação tanto no país como no estrangeiro, registando-se 57 participações em acções de formação internas, sendo 42 intra-instituição e 15 inter-instituição, e 45 participações em acções de formação fora do país.

Quadro 19. Número de Participações em Acções de Formação

Tipos de Acções de Formação	Interna		Externa	Total
	Intra-Instituição	Inter-Instituição		
Académica/Qualificante	0	0	0	0
Especializada (específicas)	0	3	32	35
Informática	0	0	0	0
Línguas	0	9	0	9
Comportamental/Gestão	19	0	0	19
Outros Tipos Formação	0	3	13	16
Total	42	15	45	102

Fonte: Banco de Cabo Verde

Gestão Financeira e Patrimonial

No contexto da gestão financeira e patrimonial, o Banco de Cabo Verde tem vindo a prosseguir uma estratégia de promoção da eficiência financeira, designadamente através da melhoria dos procedimentos orçamentais e da racionalização de custos, do *accountability* da instituição.

No quadro daqueles objectivos, em 2014 procedeu-se à:

- Consolidação do projecto de convergência normativa com as *International Financial Reporting Standards* (IFRS), abarcando a reestruturação e a difusão das demonstrações financeiras de acordo com os *standards* internacionais, bem como o acompanhamento e a integração da evolução das normas nas demonstrações do BCV;
- Implementação de um sistema de controlo interno integrado, que visa salvaguardar o activo da instituição e conferir maior transparência e credibilidade à informação económico-financeira;
- Compilação e análise mensal da situação patrimonial e financeira do Banco, de acordo com o novo paradigma internacional, incluindo a execução do orçamento de exploração;
- Elaboração dos orçamentos de exploração e de investimentos de 2015;
- Projectção do balanço e demonstração de resultados para o período 2014-2017;
- Elaboração do relatório e contas de 2014, bem como dos anexos às contas;
- Elaboração do relatório de execução dos orçamentos de exploração e de investimentos de 2014;
- Elaboração de propostas de regularização de contas diversas visando maior transparência e credibilização das demonstrações financeiras;
- Elaboração do manual de procedimentos contabilísticos - 3ª fase visando a normalização de procedimentos contabilísticos com base nas IFRS e a estruturação de processos identificados, que contribui para maior eficiência e eficácia dos serviços e capacitação dos técnicos;
- Consolidação do projecto de reforma do sistema de planeamento e gestão orçamental do BCV, com inserção de ajustes para melhorar o sistema que visa a definição dos circuitos processuais, o desenvolvimento de um software de gestão e a elaboração de um manual de procedimentos;

PARTE IV
RELATÓRIO E CONTAS

Capítulo 13. Relatório e Contas

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas em conformidade com o Plano de Contas do Banco de Cabo Verde (PCBCV). As bases para a preparação das demonstrações financeiras, contempladas no actual PCBCV assentam nas orientações técnicas relativas ao reconhecimento e mensuração dos activos e passivos baseadas nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

A 31 de Dezembro de 2014, o Activo Líquido do Banco de Cabo Verde ascende a 56.609.147 milhares de escudos e evidencia um aumento de 17,66% face ao período homólogo do ano anterior, espelhando, basicamente, o comportamento favorável dos activos sobre o exterior. Estes, que representando 84,13% do agregado, crescem na ordem dos 20,37% e reflectem, particularmente, os desembolsos externos, associados à ajuda pública ao desenvolvimento, a compra de divisas às instituições de crédito, no âmbito da execução da política monetária, o rendimento do Internacional Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund referente ao exercício de 2013 e a apreciação nominal da divisa norte-americana no mercado internacional (2014: 90,678 escudos; 2013: 80,001 escudos).

Repercutindo as oscilações na posição cambial, o Passivo atinge 57.313.062 milhares de escudos e ultrapassa o activo líquido em 703.915 milhares de escudos. No período, apresenta um acréscimo de 13,13% retratando, essencialmente, o aumento das responsabilidades para com residentes, que representam 71,09% do passivo e 71,97% da estrutura.

No valor de 40.743.548 milhares de escudos, as responsabilidades para com residentes acusam um acréscimo de 19,43%, reflectindo o aumento das responsabilidades para com Instituições Financeiras, já que as responsabilidades para com o Estado decrescem na ordem dos 15,83%, associado aos pagamentos diversos efectuados enquanto caixa do Tesouro.

As responsabilidades para com Instituições Financeiras, que representam 92,19% das responsabilidades para com residentes, crescem na ordem dos 23,82%, repercutindo a cedência de divisas ao banco central. No valor de 37.563.222 milhares de escudos, representam os depósitos das Instituições Bancárias decorrentes da constituição das Disponibilidades Mínimas de Caixa, os depósitos overnight e as operações passivas de Política Monetária, no combate à liquidez excedentária no sistema. Enquanto autoridade monetária, cambial e supervisora do sistema financeiro cabo-verdiano, o banco central continua empenhado na criação de condições mais favoráveis para a execução da política monetária, sendo exemplo disso a manutenção de facilidades permanentes de cedência e absorção de liquidez e a emissão de títulos próprios. A 31 de Dezembro de 2014 as responsabilidades para com as facilidades permanentes de absorção de liquidez cifram-se em 14.770.000 milhares de escudos, enquanto as relativas aos Títulos de Intervenção Monetária e de Regularização Monetária ascendem a 2.100.401 e 399.988 milhares de escudos, respectivamente.

Os Capitais próprios atingem 703.915 milhares de escudos negativos que, comparados aos 2.550.984 milhares de escudos negativos de 2013, reflectem, essencialmente, o aumen-

to do resultado líquido do exercício, pese embora a deterioração do resultado transitado, associada à incorporação do prejuízo do exercício anterior.

No montante de 988.500 milhares de escudos positivos, o resultado líquido acusa um acréscimo significativo face aos 978.462 milhares de escudos negativos de 2013, o qual se deve, essencialmente, à reavaliação cambial que atinge 1.327.955 milhares de escudos positivos contra os 233.650 milhares de escudos negativos de Dezembro 2013, à melhoria do resultado em operações financeiras e da margem financeira, bem como a redução dos custos administrativos associada à diminuição da contribuição para o fundo de pensões.

O resultado em operações financeiras passa de 83.802 milhares de escudos negativos para 136.056 milhares de escudos positivos em 2014, retratando os ganhos na efectivação de operações cambiais e as mais-valias em títulos estrangeiros, enquanto a margem financeira atinge 212.277 milhares de escudos, cerca de 38,63% acima do montante alcançado em 2013, reflectindo, essencialmente, a redução dos custos com a execução da política monetária, não obstante a diminuição das taxas de juro no mercado internacional.

Espelhando o resultado económico do Banco de Cabo Verde, de modo a proporcionar maior transparência aos resultados, o rendimento integral de 2014 cifra-se nos 1.847.069 milhares de escudos positivos contra os 784.763 milhares de escudos negativos de 2013, e evidencia os ganhos e perdas reconhecidos directamente no capital próprio.

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

Rubricas	Nota	Activo Bruto	Imparidades, provisões e amortizações	Activo Líquido 31-12-2014	Activo Líquido 31-12-2013	em milhares de escudos	
						em valor	em %
ACTIVO							
Activos sobre o Exterior		47 625 455		47 625 455	39 564 721	8 060 734	20,37
Disponibilidades e aplicações	3	17 996 052		17 996 052	30 416 803	(12 420 751)	-40,84
Títulos estrangeiros	4	27 980 844		27 980 844	7 511 399	20 469 445	272,51
Activos financeiros disponíveis para venda		27 980 844		27 980 844	7 511 399	20 469 445	272,51
Activos sobre Organismos Internacionais	5	1 648 559		1 648 559	1 636 519	12 040	0,74
Activos sobre Organismos Internacionais ME		1 648 559		1 648 559	1 636 519	12 040	0,74
Activos sobre Residentes		7 761 811	(10 499)	7 751 312	8 028 148	(276 836)	-3,45
Crédito e outros valores a receber		752 725	(10 499)	742 226	724 619	17 607	2,43
Crédito ao Estado	6	98 541		98 541	98 541	0	0,00
Crédito a outras entidades	7	654 184	(10 499)	643 685	626 078	17 607	2,81
Títulos nacionais	8	6 886 090		6 886 090	7 149 329	(263 239)	-3,68
Activos financeiros disponíveis para venda		6 886 090		6 886 090	7 149 329	(263 239)	-3,68
Investimentos em Associadas	9	122 996		122 996	154 200	(31 204)	-20,24
Outros Activos		1 958 428	(726 047)	1 232 381	518 646	713 735	137,62
Notas e Moedas, Medalhística e Numismática	10	310 103		310 103	100 544	209 559	208,43
Activos Fixos Tangíveis e Activos Intangíveis	11	1 004 867	(726 047)	278 820	285 093	(6 273)	-2,20
Outros	12	643 458		643 458	133 010	510 448	383,77
TOTAL ACTIVO		57 345 694	(736 546)	56 609 148	48 111 515	8 497 633	17,66

Fonte: Banco de Cabo Verde.

BALANÇO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

em milhares de escudos

Rubricas	Nota	31-12-2014	31-12-2013	Variação	
				em valor	em %
PASSIVO					
Notas e Moedas em Circulação	13	(10 476 268)	(9 808 726)	(667 542)	6,81
Responsabilidades sobre o Exterior	14	(2 538 293)	(2 650 804)	112 511	-4,24
Responsabilidades sobre o exterior em ME		(2 529 760)	(2 467 095)	(62 665)	2,54
Responsabilidades sobre o exterior em MN		(8 533)	(183 709)	175 176	-95,36
Responsabilidades sobre Residentes		(40 743 547)	(34 115 107)	(6 628 440)	19,43
Responsabilidades sobre residentes em ME		(875 822)	(891 993)	16 171	-1,81
Responsabilidades para com Instituições Financeiras	15	(1 355)	(1 324)	(31)	2,42
Responsabilidades para com o Estado	16	(874 467)	(890 670)	16 203	-1,82
Responsabilidades internas em MN		(39 867 725)	(33 223 114)	(6 644 611)	20,00
Responsabilidades para com Instituições Financeiras	15	(37 561 866)	(30 335 456)	(7 226 410)	23,82
Responsabilidades para com o Estado	16	(2 305 859)	(2 887 658)	581 799	-20,15
Responsabilidades para com pensões e outros benefícios	17	(3 014 808)	(3 664 618)	649 810	-17,73
Outros passivos	18	(540 146)	(423 244)	(116 902)	27,62
TOTAL PASSIVO		(57 313 062)	(50 662 499)	(6 650 563)	13,13
CAPITAIS PRÓPRIOS		703 914	2 550 984	(1 847 070)	-72,41
Capital	19	(200 000)	(200 000)	0	0,00
Reservas	19	(224 391)	(116 169)	(108 222)	93,16
Resultados Transitados	19	2 116 805	1 888 690	228 115	12,08
Resultado do Exercício	30.1	(988 500)	978 462	(1 966 962)	-201,03
TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		(56 609 148)	(48 111 515)	(8 497 633)	17,66

Fonte: Banco de Cabo Verde.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Rubricas	Notas	31-12-2014	31-12-2013	em milhares de escudos	
				Variação Homóloga	
				em valor	em %
Juros e proveitos equiparados		(261 864)	(282 739)	20 875	-7,38
Juros e custos equiparados		49 603	129 618	(80 015)	-61,73
Resultado líquido de juros e de custos e proveitos equiparados	20	(212 261)	(153 121)	(59 140)	38,62
Resultado realizado em operações cambiais		(82 507)	37 692	(120 199)	-318,90
Ganhos em operações financeiras		(267 919)	(86 422)	(181 497)	210,01
Perdas em operações financeiras		214 370	132 532	81 838	61,75
Resultado líquido em operações financeiras	21	(136 056)	83 802	(219 858)	-262,35
Comissões recebidas		0	0	0	0,00
Comissões pagas		32 231	37 498	(5 267)	-14,05
Resultado líquido de comissões	22	32 231	37 498	(5 267)	-14,05
Rendimentos de instrumentos de capital	23	(154 142)	(133 870)	(20 272)	15,14
Resultado em empresas associadas	24	(16 471)	(39 599)	23 128	-58,40
Resultado de reavaliação cambial	25	(1 327 955)	233 650	(1 561 605)	-668,35
Outros resultados de exploração	26	(19 268)	5 649	(24 917)	-441,08
TOTAL DE PROVEITOS E GANHOS LÍQUIDO		(1 833 922)	34 010	(1 867 932)	-5492,30
Custos com pessoal	27	650 814	732 582	(81 768)	-11,16
Fornecimento e serviços de terceiros	28	143 704	159 089	(15 385)	-9,67
Depreciações e amortizações	11	44 616	52 612	(7 996)	-15,20
Total de custos administrativos		839 134	944 283	(105 149)	-11,14
Custos com emissão e destruição de notas e moedas	29	6 288	171	6 117	3577,22
TOTAL DE CUSTOS E PERDAS LÍQUIDO		845 422	944 454	(99 032)	-10,49
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	30.1	(988 500)	978 462	(1 966 962)	-201,03
Realizado		355 926	784 411	(428 485)	-54,63
Não realizado		(1 344 426)	194 051	(1 538 477)	-792,82

Fonte: Banco de Cabo Verde.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL A 31 DEZEMBRO 2014

Rubricas	Notas	31-12-2014	31-12-2013	em milhares de escudos	
				Variação	
				em valor	em %
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	30.1	(988 500)	978 462	(1 966 962)	-201,03
Itens Reconhecidos Directamente na Demonstração do Rendimen- to Integral		(858 569)	(193 699)	(664 870)	343,25
(Ganhos)/perdas reconhecidos nas Reservas de Reavaliação		(108 223)	137 743	(245 966)	-178,57
Activos Disponíveis para Venda					
Participação em Organismos Internacionais ME		(95 811)	54 532	(150 343)	-275,69
Componente cambial		(95 811)	54 532	(150 343)	-275,69
Titulos Estrangeiro		(12 412)	83 210	(95 622)	-114,92
Instrumentos monetários		(12 412)	83 210	(95 622)	-114,92
Justo valor positivo		69 254	37 061	32 193	86,87
Justo valor negativo		(81 666)	46 149	(127 815)	-276,96
Itens que não serão reclassificados pela demonstração de resultados					
Remensurações		(750 346)	(331 442)	(418 904)	126,39
RENDIMENTO INTEGRAL DO EXERCÍCIO	30.2	(1 847 069)	784 763	(2 631 833)	-335,37

Fonte: Banco de Cabo Verde.

DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

	Nota	Capital	Reserva de reavaliação de justo valor	Resultados transitados	em milhares de escudos	
					Resultado do exercício	Capitais próprios
Saldo em 31 de Dezembro de 2013		(200 000)	(116 168)	1 888 690	978 462	2 550 984
Aplicação de resultados				978 462	(978 462)	0
Desvios actuariais em Pensões e Outros Benefícios				(750 346)		(750 346)
Variação líquida de activos financeiros disponíveis para venda			(108 223)			(108 223)
Resultado do exercício					(988 500)	(988 500)
Saldo em 31 de Dezembro de 2014	19	(200 000)	(224 391)	2 116 806	(988 500)	703 915

Fonte: Banco de Cabo Verde.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DE OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA 2014

em milhares de escudos

	Nota	31-12-2014	31-12-2013
Fluxos de caixa das actividades operacionais		1 948 943	(10 930 259)
Recebimento de juros e comissões		266 498	259 242
. Depósitos		27 387	33 847
. Títulos		238 914	225 150
. Outros		197	245
Pagamento de juros e comissões		(149 584)	(58 789)
Compra/venda de títulos		(20 219 439)	1 657 362
Compra/venda de moeda estrangeira		1 432 316	797 200
Aplicação/reembolso de depósito a prazo		15 733 278	(18 779 610)
Outros pagamentos/recebimentos		4 885 874	5 194 337
Fluxos de caixa das actividades de investimento		(14 459)	(7 076)
Compra de activos fixos tangíveis e intangíveis		(14 459)	(7 076)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		(95 040)	(156 701)
Pagamento de empréstimos		(95 040)	(156 701)
Fluxo de caixa		1 839 444	(11 094 036)
Efeito da variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		299 088	130 015
Total		2 138 532	(10 964 021)
Variação de caixa e equivalentes de caixa		2 138 532	(10 964 021)
Caixa e equivalentes no início do período		7 808 007	18 772 028
Caixa e equivalentes no fim do período	31	9 946 539	7 808 007

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS A 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (Valores expressos em milhares de escudos cabo-verdianos - CVE)

NOTA 1 – NOTA INTRODUTÓRIA

O Banco de Cabo Verde (BCV ou Banco) foi criado pela Decisão com Força de Lei nº 05/75 de 29 de Setembro, publicada no Boletim Oficial nº 13, de 29 de Setembro de 1975. A 30 de Junho de 1976, através da Decisão com Força de Lei nº 13/76, de 26 de Junho, foi aprovada a primeira Lei Orgânica do Banco de Cabo Verde, mantendo-se o objecto inicial da instituição definido no diploma de criação e sendo-lhe fixado um capital de cem milhões de escudos caboverdianos, capital esse que foi elevado em 1981 a quatrocentos milhões de escudos caboverdianos. A Lei Orgânica do Banco foi posteriormente revogada sucessivamente pelos Decretos-lei n.º 52-D/90 de 4 de Julho e n.º 42/93 de 16 de Julho, pela Lei n.º 2/V/96 de 1 de Julho e, finalmente, pela Lei n.º 10/VI/2002 de 15 de Julho. Segundo esta última, o BCV é uma pessoa colectiva de direito público, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Até 31 de Agosto de 1993, o Banco exerceu as funções de banco central, comercial e de desenvolvimento. Naquela data, através de um processo de cisão, foram destacadas do Banco as vertentes comercial e de desenvolvimento, as quais deram origem ao Banco Comercial do Atlântico, SARL, tendo sido atribuído ao Banco de Cabo Verde exclusivamente as funções de banco central.

O Banco tem sede na cidade da Praia, Ilha de Santiago, podendo ter agências noutras localidades e estabelecer delegações no estrangeiro.

As atribuições do Banco de Cabo Verde são as de banco central da República de Cabo Verde, devendo, nessa qualidade, assegurar e regular a criação, a circulação e o valor da moeda nacional. Enquanto banco central, o BCV tem como atribuição principal a manutenção da estabilidade dos preços e, como objectivo secundário promover, no país, a liquidez, a solvência e o funcionamento adequado de um sistema financeiro assente na estabilidade do mercado e nunca de forma incompatível com o seu objectivo principal. O Banco deve ainda: (i) colaborar na execução da política económica global do Governo, para além de colaborar na definição da política monetária e cambial, tendo em vista a manutenção da estabilidade dos preços; (ii) executar, de forma autónoma, a política monetária e cambial; e (iii) deter e gerir as reservas de câmbio oficiais e agir como intermediário nas relações internacionais do Estado.

O BCV detém o exclusivo da emissão de notas e moedas, incluindo as comemorativas, e desempenha as funções de conselheiro financeiro do Governo.

No exercício das suas funções, no que respeita à execução da política monetária e cambial, compete ao BCV orientar e supervisionar os mercados monetário, financeiro e cambial, cabendo-lhe, entre outras, as seguintes atribuições:

- Regular o funcionamento dos mercados monetário, financeiro e cambial;
- Emitir, se necessário, normas temporárias de emergência que regulem o volume de crédito e as taxas de juro de operações bancárias de natureza comercial;
- Exigir que as instituições de crédito mantenham depósitos junto do Banco, em montantes mínimos estabelecidos e relacionados com a dimensão, tipo ou maturidade dos depósitos respectivos, empréstimos e outras responsabilidades;
- Exercer a supervisão das instituições de crédito e parabancárias e;
- Exercer a supervisão da actividade seguradora, resseguradora, mediação de seguros e fundos de pensões, de actividades conexas ou complementares daquelas, bem como de outras que a lei determinar.

De acordo com o estabelecido no artigo n.º 64 da Lei Orgânica, o Banco está isento de todas as contribuições, impostos, taxas, emolumentos e demais imposições, nos mesmos termos que o Estado, não estando sujeito à fiscalização preventiva do Tribunal de Contas.

Conforme estabelecido na alínea u) do artigo n.º 42 da Lei Orgânica, estas demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração a 26 de Março de 2015 e serão publicadas no site do BCV (www.bcv.cv).

Adicionalmente, informamos que os totais e sub-totais incluídos nas demonstrações financeiras e nas notas explicativas podem não coincidir devido a arredondamentos, uma vez que os valores estão apresentados em milhares de escudos caboverdianos.

NOTA 2 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras do Banco foram preparadas em conformidade com o Plano de Contas do Banco de Cabo Verde (PCBCV). As bases para a preparação das demonstrações financeiras contempladas no actual PCBCV assentam nas orientações técnicas relativas ao reconhecimento e mensuração dos activos e passivos, baseadas nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Embora o PCBCV não contemple regras específicas sobre as divulgações a efectuar no anexo ao balanço e à demonstração de resultados, o Conselho de Administração, ao reportar a situação financeira do Banco, os seus resultados e operações, segue os princípios e práticas internacionalmente aceites para o sector financeiro, na extensão em que tais práticas sejam consideradas apropriadas no contexto das funções e responsabilidades de um banco central. Assim, as demonstrações financeiras do Banco podem apresentar um menor detalhe sobre os seus activos, passivos, responsabilidades, contingências e riscos que as das instituições financeiras comerciais.

2.2. Comparabilidade

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 são comparáveis em todos os aspectos materialmente relevantes com as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2013.

2.3 Resumo das principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras com referência a 31 de Dezembro de 2014 são os seguintes:

a) Especialização do exercício

O Banco segue o princípio contabilístico da especialização do exercício em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações activas e passivas, que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

b) Conversão de activos, passivos e resultados denominados em moeda estrangeira

A moeda funcional e de apresentação destas demonstrações financeiras é o escudo cabo-verdiano.

Os activos e passivos monetários do Banco em moeda estrangeira são convertidos para escudos cabo-verdianos, com base nas taxas de câmbio médio em vigor na data das demonstrações financeiras.

	31-12-2014	31-12-2013
EUR	110,265	110,265
USD	90,678	80,001
SDR	131,375	123,201

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Por sua vez, os custos e proveitos em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio em vigor à data de liquidação das operações.

O Direito de Saque Especial (SDR) é a unidade contabilística utilizada pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

c) Operações em moeda estrangeira e apuramento de resultado cambial

O apuramento de ganhos ou perdas cambiais de operações realizadas em moeda estrangeira é efectuado diariamente e por referência ao custo médio ponderado (CMP). De acordo com este método, o câmbio médio ponderado de cada divisa é apenas alterado pelos movimentos de entradas de divisas em moeda estrangeira.

Nos termos da NAP 02/2007, o resultado cambial é calculado com base nos seguintes princípios:

- No caso de ocorrer, durante um dia, um volume superior de saídas de moeda do que de entradas de moeda, então as saídas de moeda do dia até ao equivalente das entradas de moeda do dia, são valorizadas ao custo médio das entradas de moeda do dia. As restantes saídas de moeda do dia (saídas líquidas) são valorizadas ao custo médio ponderado do dia anterior;
- No caso de ocorrer, durante um dia, um volume superior de entradas de moeda do que de saídas de moeda, então a totalidade das saídas de moeda do dia são valorizadas ao custo médio das entradas do dia. As restantes entradas de moeda do dia afectam o custo médio ponderado do dia anterior ao custo médio das entradas.

O Banco apenas realiza operações cambiais à vista, sendo estas registadas contabilisticamente na data de liquidação das operações. As compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de escudos cabo-verdianos são registadas à taxa de câmbio da transacção. No caso de compras à vista de moeda estrangeira contra a venda de outra moeda estrangeira, elas são registadas em escudos cabo-verdianos pelo contravalor em escudos cabo-verdianos da moeda vendida na data de contrato à taxa de câmbio oficial (“spot”).

Os ganhos e as perdas provenientes de alterações na taxa de câmbio são levados às contas de resultados, de modo a se cumprir com o disposto na IAS 21 - Efeitos de alteração em taxas de câmbio -, com excepção dos ganhos e perdas não realizados de instrumentos não monetários de activos financeiros disponíveis para venda que são reconhecidos em reservas.

d) Reconhecimento de ganhos e perdas em activos e passivos

De acordo com as IFRS, os ganhos e perdas provenientes da variação do justo valor são levados às contas de resultados, com excepção da variação de preços dos activos disponíveis para venda, que são reconhecidos nas reservas de reavaliação.

Quando um declínio no justo valor de um activo financeiro disponível para venda tenha sido reconhecido directamente no capital próprio e houver prova objectiva de que o activo está em imparidade, a perda acumulada que tinha sido reconhecida directamente no capital próprio deve ser removida e reconhecida em resultados do exercício, ainda que o activo financeiro não tenha sido desreconhecido. Na alienação desses activos, os ganhos ou perdas também são transferidos para a conta de resultados.

e) Activos financeiros

Os activos financeiros são reconhecidos na data-valor e são desreconhecidos quando:

- (i) Expiram os direitos contratuais do Banco de receber os seus fluxos de caixa;
- (ii) O Banco tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detecção; ou
- (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detecção, tenha transferido o controlo sobre os activos.

Os activos financeiros são registados ao preço de transacção e contabilizados nas contas ao clean price (preço de transacção excluindo quaisquer abatimentos ou juros corridos, mas incluindo os custos de transacção inerentes ao preço).

As comissões de custódia e de gestão de conta corrente e outros custos indirectos não são considerados custos de transacção, sendo inscritos na conta de resultados. Também não são considerados como parte integrante do custo médio de determinado activo financeiro.

A classificação dos activos financeiros depende da intenção subjacente à aquisição do investimento e é definida no momento do reconhecimento inicial, de acordo com as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta categoria inclui: (i) activos financeiros detidos para negociação e (ii) activos financeiros ao justo valor através de resultados - activos designados no momento do seu reconhecimento inicial ao justo valor.

Activos financeiros de negociação são títulos transaccionados em mercados activos, adquiridos com o objectivo de venda ou compra no curto prazo.

Os activos financeiros detidos para negociação e os activos financeiros ao justo valor através de resultados são mensurados inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas decorrentes da valorização subsequente ao justo valor são reconhecidos em resultados.

O BCV não tem instrumentos financeiros derivados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda incluem instrumentos monetários e não monetários, que não sejam classificados como activos financeiros detidos para negociação, ao justo valor através de resultados, investimentos detidos até à maturidade ou crédito e outros valores a receber.

Os activos financeiros disponíveis para venda são mensurados inicialmente ao justo valor. Os ganhos e perdas relativos à variação subsequente do justo valor ajustado de amortização de prémio ou desconto, são reconhecidos em reservas de reavaliação, excepto no caso de perdas por imparidade e de ganhos e perdas cambiais, até que o activo financeiro seja desreconhecido, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas são transferidos para resultados. Contudo, o juro calculado usando o método de taxa efectiva é reconhecido nos resultados de acordo com o IAS 39.

Nesta categoria de activos estão classificados os títulos nacionais e estrangeiros e as participações financeiras em Organismos Internacionais.

Investimentos detidos até à maturidade

Os investimentos detidos até à maturidade são activos financeiros não derivados, com pagamentos fixados ou determináveis e maturidade definida, que uma entidade tem a intenção positiva e a capacidade de deter até à maturidade.

Os investimentos detidos até à maturidade são mensurados ao custo amortizado, isto é, deduzidos de prémios ou adicionados de descontos, deduzidos de perdas por imparidade. Os prémios ou descontos são tratados como juros, sendo amortizados à taxa efectiva até à maturidade desses títulos.

Créditos e outros valores a receber

Estes activos são mensurados ao custo amortizado com base no método da taxa efectiva, sendo deduzidos de perdas de imparidade.

O custo amortizado é a quantia pela qual o activo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial menos os reembolsos de capital mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método de juro efectivo de qualquer diferença entre a quantia inicial e a quantia na maturidade, menos qualquer redução de imparidade.

O método da taxa efectiva é o método de calcular o custo amortizado de um activo ou passivo financeiro e de imputar o rendimento dos juros ou o gasto dos juros durante o período relevante. A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta exactamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro.

f) Participações financeiras

As participações financeiras são classificadas como disponíveis para venda, o que implica o seu reconhecimento ao justo valor, com as variações do mesmo, incluindo as variações cambiais, a serem reconhecidas na reserva de reavaliação do justo valor.

Na valorização das participações do Banco sobre o Fundo Monetário Internacional utiliza-se o modelo de justo valor, enquanto na participação no Afreximbank, dada a ausência de cotação e de modelos de valorização, foi utilizado o Método de custo histórico na determinação da estimativa do justo valor das participações.

Os dividendos são reconhecidos na data em que são recebidos.

g) Imparidade

O Banco avalia com regularidade se existe evidência objectiva de imparidade na sua carteira de activos. Para activos financeiros que apresentam sinais de imparidade é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro ou grupo de activos financeiros encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada ou de valor significativo na sua cotação e, (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser estimado com razoabilidade.

Considera-se indicador de imparidade um decréscimo superior a 20% ou quando este perdurar por um período prolongado (superior a 6 meses).

No que se refere aos investimentos detidos até maturidade, as perdas por imparidade correspondem à diferença entre o valor contabilístico do activo e o valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados (considerando o período de recuperação) descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. Estes activos são apresentados no balanço líquido de imparidade. Caso os activos tenham uma taxa de juro variável, a taxa de desconto a utilizar para a determinação da respectiva perda de imparidade é a taxa de juro efectiva actual determinada com base nas regras de cada contrato. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminuir e esta diminuição estiver objectivamente relacionada com o evento que ocorreu após o reconhecimento da imparidade, esta é revertida por contrapartida de resultados do exercício.

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, deduzida de qualquer perda de imparidade no activo anteriormente reconhecido em resultados, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda por imparidade diminuir, a perda por imparidade anteriormente reconhecida de instrumentos monetários é revertida por contrapartida de resultados do exercício, até à reposição do custo de aquisição se o aumento for objectivamente relacionado com o evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade.

As perdas por imparidade em instrumentos não monetários não podem ser revertidas.

Para activos categorizados como créditos e saldos a receber, as perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas para resultados do exercício, caso num período posterior, o montante da perda estimada diminua.

h) Investimento em associadas

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais o Banco detém o poder de exercer influência significativa sobre as suas políticas financeiras e operacionais, embora não detenha o seu controlo. Normalmente é presumido que o Banco exerça influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Mesmo quando os direitos de voto sejam inferiores a 20%, poderá o Banco exercer influência significativa, através da participação na gestão da associada ou na composição dos Conselhos de Administração, com poderes executivos.

Os investimentos em associadas são registados pelo método de equivalência patrimonial desde o momento em que o Banco adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. Entende-se pelo método de equivalência patrimonial, o método contabilístico em que um investimento é inicialmente reconhecido ao custo e ajustado posteriormente pela percentagem detida nos capitais próprios da participada.

Quando o valor das perdas acumuladas incorridas por uma associada e atribuíveis ao Banco iguala ou excede o valor contabilístico da participação e de quaisquer outros interesses de médio e longo prazo nessa associada, o método da equivalência patrimonial é interrompido, excepto se o Banco tiver a obrigação legal ou construtiva de reconhecer essas perdas ou tiver realizado pagamentos em nome da associada.

Em termos gerais, os resultados do investidor correspondem à participação proporcional nos resultados da participada.

i) Activos intangíveis e activos fixos tangíveis

Os activos intangíveis e fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade, com excepção dos equipamentos e mobiliário, transitados para o Banco de Cabo Verde aquando do processo de cisão em 1993, tendo sido avaliados nessa altura.

O custo de aquisição corresponde ao preço de compra acrescido de eventuais gastos suportados, directa ou indirectamente, na colocação do bem no local do destino.

Os custos subsequentes são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Banco. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidos como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As amortizações são calculadas em base duodecimal segundo o método de quotas constantes, aplicando ao custo histórico as taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais. Com excepção das alterações às taxas de amortização definidas na Circular Interna (CI) n.º 96/93, de 27 de Maio de 1993 (decorrentes do processo de separação do Banco Comercial do Atlântico) para bens reavaliados, veículos ligeiros/pesados-mistos e equipamentos informáticos, a legislação aplicável no que respeita às taxas de amortização está contemplada na Portaria n.º 3/84 de 28 de Janeiro e na NAP 4/89. Considera-se que estas taxas não diferem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

	Anos
• Imóveis	25
• Obras em imóveis	25
• Equipamento informático e de escritório	4 a 5
• Mobiliário e instalações interiores	6 a 12
• Viaturas	5

Os terrenos e património artístico não são amortizados.

Na ausência de uma avaliação, o valor dos terrenos foi calculado com base na estimativa fiscal, correspondente a 25% do total do valor dos edifícios ao serviço próprio.

O activo intangível do Banco é composto essencialmente por despesas com aquisição de sistemas de tratamento automático de dados, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados. Estas imobilizações são amortizadas no período de 3 anos, pelo método das quotas constantes.

O imobilizado em curso encontra-se registado pelo valor total dos custos já incorridos pelo Banco, cuja transferência para o imobilizado firme é efectuada quando o bem estiver disponível, iniciando a sua amortização.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, é estimado o valor de recuperação do activo, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade, sempre que o valor líquido do activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados.

O valor recuperável é o mais elevado entre o valor de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

j) Locação financeira

A locação é classificada como financeira se ela transferir substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à propriedade; caso contrário, é considerada como operacional.

Como locador

Os contratos de locação financeira são registados no balanço como créditos concedidos pelo valor equivalente ao investimento líquido realizado nos bens locados. Os juros incluídos nas rendas debitadas aos clientes são registados como proveitos, enquanto as amortizações de capital também incluídas nas rendas são deduzidas ao valor do crédito concedido. O reconhecimento dos juros é feito com base numa taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

Como locatário

Os contratos de locação financeira são registados na data do seu início, no activo/passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas: (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período da locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

À data de referência, o Banco detém dois apartamentos cujos contratos de arrendamento a terceiros configuram como uma locação financeira.

k) Medalhística e numismática

Os activos referentes à medalhística e numismática são reconhecidos segundo os seguintes critérios:

Normal

Inclui-se nesta categoria todos os materiais numismáticos (notas e moedas com curso legal, estojos com moedas em ouro, prata, medalhas, álbuns com moedas correntes, medalhas em prata e bronze) adquiridos pelo BCV junto de determinados fabricantes, que se destinam à comercialização junto de coleccionadores, tanto dentro como fora do país.

Especial

Agrega alguns materiais numismáticos recebidos em doação ou ofertados pelo fabricante ao BCV:

- Placas acrílicas com algumas notas do BCV incorporadas;
- Notas e moedas retiradas de circulação que se encontram completamente amortizadas (notas do Banco Nacional Ultramarino, as 1^{as} emissões de notas e moedas do BCV);

- Espécimes de notas do BCV oferecidas pelo fabricante no momento da produção das mesmas.

Acervo

Espelha amostras ou exemplares de todos os materiais numismáticos, incluindo notas e moedas para o futuro museu do BCV. A valorização contabilística destas moedas segue a mesma lógica aplicada nas duas divisões anteriores, dependendo do tipo do qual foi originada, ou seja:

- Materiais numismáticos ao preço de custo;
- Notas e moedas correntes ao valor facial;
- Numismática especial (produtos ofertados), ao preço estipulado superiormente.

l) Provisão para pagamento de passivos

O Banco reconhece uma provisão quando existe um provável desembolso de recursos, desde que esse valor possa ser estimado com confiança. Quando o desembolso de recursos não provável, mas apenas possível, nenhuma provisão é reconhecida, sendo a situação divulgada.

m) Benefícios a empregados

Os empregados admitidos pelo Banco até Setembro de 1993 e seus dependentes beneficiam de pensões de reforma e de sobrevivência de benefício definido, bem como de um plano de assistência médica durante a vida activa e na reforma. Os empregados admitidos pelo Banco após Setembro de 1993 encontram-se abrangidos pelo Regime de Previdência Social.

Adicionalmente, ao abrigo do artigo 35º da Lei Orgânica do Banco, os membros do Conselho de Administração gozam de regalias de natureza social atribuídos ao trabalhadores do Banco.

Benefícios a empregados - pós emprego

- Pensões de reforma e de sobrevivência

As pensões de reforma e de sobrevivência atribuídas aos empregados admitidos até Setembro de 1993 e seus dependentes constituem um plano de benefícios definidos, sem fundo autónomo constituído.

O Banco determina anualmente o valor actual das responsabilidades passadas através de avaliação efectuada por actuário independente, utilizando o método de “Project Unit Credit”.

Os pressupostos actuariais (financeiros e demográficos) utilizados têm por base expectativas à data do balanço para o crescimento dos salários e a tábua de mortalidade que se adequa à população do Banco. A taxa de desconto é determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

O passivo reconhecido no balanço relativamente a responsabilidades com benefícios de reforma e sobrevivência corresponde ao valor presente da obrigação do benefício determinado à data do balanço.

As remensurações são reconhecidas na íntegra no período em que ocorrem como Outro Rendimento Integral. O acréscimo de responsabilidades com os serviços passados é reconhecido como custos em resultados, no período em que ocorrem.

As pensões de reforma e de sobrevivência dos empregados abrangidos pelo Regime de Previdência Social constituem um plano de contribuição definida, sendo as contribuições reconhecidas como custos em resultados do período em que são devidas. O Banco não terá qualquer obrigação legal ou construtiva de pagar contribuições adicionais, se o fundo não tiver activos suficientes para pagar todos os benefícios dos empregados relacionados com os serviços prestados no período corrente ou em períodos anteriores.

- **Assistência médica**

As responsabilidades assumidas referentes à assistência médica constituem um plano de benefícios definidos, à semelhança de pensão de reforma e de sobrevivência.

Estas responsabilidades são estimadas anualmente por actuário independente, utilizando o método de “Project Unit Credit”.

O valor presente da obrigação do benefício definido é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de desconto determinada com base em taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco, de maturidade que se aproxima da responsabilidade assumida.

As remensurações são reconhecidas na íntegra no período em que ocorrem como Outro Rendimento Integral. O acréscimo de responsabilidades com os serviços passados é reconhecido como custos em resultados no período em que ocorrem.

Benefícios a empregados - emprego

- **Prémio de antiguidade**

Em conformidade com a NAP nº12/2005, o Banco assumiu o compromisso de pagar aos seus trabalhadores no activo, quando estes completam 10, 20 e 30 anos ao serviço da instituição, prémio de antiguidade de valor correspondente a uma, duas ou três vezes, respectivamente, o salário mensal recebido à data de pagamento destes prémios.

Os prémios de antiguidade são contabilizados de acordo com a IAS 19R, como outros benefícios de longo prazo a empregados. O valor das responsabilidades do Banco com prémio de antiguidade é reconhecido anualmente, à data do balanço, com base em estudo actuarial.

O aumento da responsabilidade com prémios de antiguidade, incluindo as remensurações é reconhecido nos resultados no período em que ocorrem.

n) Despesas com emissão de notas e moedas

As despesas com fabrico de notas e moedas são reconhecidas como custo no período em que são emitidas.

o) Notas e moedas em circulação

O valor de notas e moedas em circulação corresponde à diferença entre os montantes de notas e moedas emitidas, as existências em caixa no Banco de Cabo Verde e as notas e moedas em trânsito.

As moedas retiradas de circulação, enquanto responsabilidade do Banco perante os detentores das mesmas, são registadas numa conta de Exigibilidades diversas, até que sejam atingidos os respectivos prazos de prescrição.

p) Reservas

De acordo com o n.º3 do artigo 57º da Lei Orgânica, o Banco deverá constituir uma Reserva Geral, à qual afectará no final de cada exercício financeiro: (i) um quarto do resultado líquido, quando a Reserva Geral não exceder o capital mínimo realizado ou (ii) um sexto do resultado líquido, quando a Reserva Geral exceder o capital mínimo e não exceder quatro vezes o seu capital realizado.

Caso o Banco incorra em prejuízo num qualquer exercício, o mesmo deve ser imputado à Reserva Geral e se esta for inadequada para cobrir o montante total do prejuízo, o saldo do prejuízo deverá ser levado para a conta de resultados transitados, a qual deverá ser coberta pelo Governo, num prazo máximo de 60 dias, através da entrega de fundos, títulos negociáveis datados e nos termos, condições e câmbios determinados pelo mercado, de montante ou montantes necessários para corrigir o défice.

q) Metodologia de Avaliação

O Justo valor é o valor de mercado divulgado pelo Banco Central de Luxemburgo ou pela Bloomberg.

O custo amortizado é o valor da data de reconhecimento, menos os reembolsos de capital mais ou menos a amortização cumulativa, usando o método de juro efectivo, menos qualquer redução de por perde de valor.

O quadro que a seguir se insere espelha o resumo da valorização dos principais instrumentos financeiros:

ACTIVO	Categoria	Metodologia de avaliação/fonte de informação
Disponibilidades e aplicações	Crédito e outros valores a receber	Custo amortizado
Títulos estrangeiro	Disponíveis para venda	Justo valor - Banco Central do Luxemburgo
Participação em Organismos Internacionais ME - FMI	Disponíveis para venda	Justo valor - FMI
Participação em Organismos Internacionais ME - Outros	Disponíveis para venda	Custo histórico
Crédito às Instituições Financeiras	Crédito e outros valores a receber	Custo amortizado
Crédito ao Estado	Crédito e outros valores a receber	Custo histórico
Crédito a outras entidades	Crédito e outros valores a receber	Custo amortizado
Títulos Nacionais	Disponíveis para venda	Custo histórico
PASSIVO	Categoria	Metodologia de avaliação/fonte de informação
Empréstimo de Organismos Internacionais ME	Outros passivos	Custo amortizado
Responsabilidades p/c/ out. organismos internacionais MN	Outros passivos	Custo histórico
Responsabilidades para com instituições financeiras ME	Outros passivos	Custo histórico
Responsabilidades para com o Estado ME	Outros passivos	Custo histórico
Responsabilidades para com instituições financeiras MN	Outros passivos	Custo amortizado
Responsabilidades para com o Estado MN	Outros passivos	Custo histórico

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 3 – DISPONIBILIDADES E APLICAÇÕES

O saldo desta rubrica, a 31 de Dezembro, analisa-se como segue:

em milhares de escudos		
	2014	2013
Disponibilidades		
Depósito à ordem no estrangeiro	9 673 211	7 535 823
Notas e moedas estrangeiras em caixa	132 437	47 522
	9 805 648	7 583 345
Aplicações	8 190 404	22 833 457
Total	17 996 052	30 416 803

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A variação negativa verificada na rubrica “Disponibilidades e aplicações” decorre da actividade normal do Banco.

As sub-rubricas “Depósito à ordem no estrangeiro” e “Aplicações” reflectem, essencialmente, os depósitos junto de Bancos Centrais e Comerciais sedeados na União Europeia e nos Estados Unidos da América, conforme se descreve:

	em milhares de escudos	
	2014	2013
Depósitos à ordem		
EUR	8 441 755	6 675 546
USD	1 208 032	839 833
Outros	23 424	20 444
Total	9 673 211	7 535 823
Aplicações		
EUR	7 526 274	9 600 120
USD	661 590	13 231 800
Juros de aplicações	2 540	1 537
Total	8 190 404	22 833 457

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os saldos destas contas encontram-se actualizados ao câmbio médio das divisas à data do balanço.

NOTA 4 – TÍTULOS ESTRANGEIROS

em milhares de escudos

	2014	2013
Activos financeiros disponíveis para venda		
De Emissores Públicos estrangeiros - Bilhetes do Tesouro	9 834 212	660 798
De Instituições Financeiras - Obrigações	8 089 723	3 996 289
De Emissores Públicos estrangeiros - Obrigações do Tesouro	6 940 347	1 483 616
De Outros Emissores Públicos Estrangeiros - Obrigações	2 010 554	1 370 696
De Organismos Internacionais- Obrigações	1 106 008	0
Total	27 980 844	7 511 399

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A gestão da carteira de títulos estrangeiros é efectuada pelo Banco Central do Luxemburgo, ao abrigo do acordo celebrado com o Banco de Cabo Verde a 14 de Setembro de 2002, (o qual tem vindo a ser sucessivamente actualizado - última adenda data de 2010) e pelo Banco de Cabo Verde, através do Departamento de Mercados e Gestão de Reservas.

As obrigações da carteira de activos financeiros disponíveis para venda são denominadas em euros e em dólares americanos e vencem juros a taxas que variam entre 0,079% e 6,00% (2013: entre 0,36% e 4,50%) e com prazos de vencimento conforme o quadro que segue:

Em 31-12-2013

em milhares de escudos

	até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Activos disponíveis para venda					
<i>Floating Rate Note</i>	-	-	552 102	8 587 587	9 139 689
<i>Bonds</i>	-	5 508 037	1 342 058	2 156 847	9 006 943
<i>Bill's</i>	1 323 241	4 207 817	4 303 155	-	9 834 212
Total	1 323 241	9 715 854	6 197 315	10 744 434	27 980 844

Em 31-12-2012

em milhares de escudos

	até 1 mês	1 a 6 meses	6 a 12 meses	1 a 5 anos	Total
Activos disponíveis para venda					
<i>Floating Rate Note</i>	-	441 594	-	2 546 498	2 988 091
<i>Bonds</i>	-	2 701 361	226 021	935 128	3 862 510
<i>Bill's</i>	-	-	660 798	-	660 798
Total	-	3 142 955	886 819	3 481 626	7 511 399

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O acréscimo registado no período em análise deve-se, essencialmente, ao aumento dos investimentos na carteira gerida pelo Banco de Cabo Verde.

NOTA 5 – ACTIVOS SOBRE ORGANISMOS INTERNACIONAIS

O saldo desta rubrica a 31 de Dezembro analisa-se como segue:

em milhares de escudos

	2014	2013
Activos sobre Organismos Internacionais ME		
Fundo Monetário Internacional	1 471 397	1 379 857
Direitos de Saque Especiais	140 891	224 662
<i>Afreximbank-Bank Africaine d'Export-Import</i>		
Realizado	90 678	80 001
Não realizado	(54 407)	(48 001)
	1 648 559	1 636 519

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O activo sobre Organismos Internacionais em moeda estrangeira traduz o contravalor em CVE da quota de Cabo Verde no FMI, no valor de SDR 11.200.000 (2013: SDR 11.200.000), valorizado ao câmbio à data do Balanço.

Em 2014, a redução do valor relevado em “Direitos de Saque Especiais” refere-se, essencialmente, à amortização do empréstimo FMI, no âmbito do Poverty Reduction and Growth Facility (ver nota 14).

No período, os juros recebidos e outras remunerações sobre as disponibilidades junto do FMI ascendem a SDR 1.573 (2013: SDR 84.292), cerca de CVE 197 milhares (2013: CVE 10.342 milhares), tendo as comissões suportadas sobre a atribuição cumulativa e em-

préstimo atingido SDR 8.671 (2013: SDR 6.850), correspondentes a CVE 1.089 milhares (2013: CVE 860 milhares).

O saldo referente à participação no Afreximbank representa o contravalor em milhares de CVE da participação de USD 1.000.000, à taxa de câmbio em vigor à data do Balanço. Deste total, USD 400.000 encontram-se realizados.

A participação detida não confere direito ao controlo ou influência significativa nas decisões desse organismo, o que determina a sua contabilização, de acordo com a IAS 39, como Disponível para Venda, sendo registada ao custo de aquisição, que traduz, de forma mais apropriada, a participação do Banco naquela instituição.

NOTA 6 – CRÉDITO AO ESTADO

	em milhares de escudos	
	2014	2013
Crédito ao Estado		
Banco Africano de Desenvolvimento - BAD	88 498	88 498
Banco Mundial - BM	6 695	6 695
Associação Internacional para o Desenvolvimento - IDA	3 348	3 348
	98 541	98 541

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Esta rubrica reflecte os créditos concedidos ao Estado para subscrição de participações em Organismos Internacionais. Estes créditos não vencem juros e foram concedidos por prazo indeterminado.

NOTA 7 – CRÉDITO A OUTRAS ENTIDADES

	em milhares de escudos	
	2014	2013
Crédito ao pessoal		
Crédito habitação (i)	483 122	463 049
Outros créditos ao pessoal	170 348	161 938
	653 470	624 987
Outros créditos	714	1.091
	654 184	626 078
Provisões para credito vencido	(10 499)	0
	643 685	626 078

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: (i) vencem juros à taxa que varia entre os 2,5 e 10 por cento.

O Banco concede créditos aos seus empregados no activo e reformados a uma taxa inferior às taxas praticadas no mercado, nomeadamente crédito à habitação, ao consumo e por motivos de saúde, conforme regulamento interno. De acordo com as IFRS, os empréstimos concedidos abaixo da taxa de mercado devem ser registados no momento inicial ao justo valor. Por se tratar de um crédito com risco muito baixo, considerou-se que o valor nominal do crédito é o justo valor do empréstimo. Desta forma, o reconhecimento ao justo valor não tem impacto em balanço, sendo a diferença entre os juros nominais e os juros calculados de acordo com a taxa efectiva para o exercício em análise reconhecida nos pro-

veitos de juros por contrapartida de “Custos com pessoal”. A taxa efectiva corresponde à média das taxas praticadas pelos bancos comerciais para créditos com a mesma finalidade.

A sub-rubrica “Outros créditos ao pessoal” inclui crédito ao consumo concedido aos funcionários sob forma de adiantamento de vencimentos, no valor de CVE 157.823 milhares (2013: CVE 148.193 milhares) e vencem juros a taxas que variam entre 0% e 13,50% (2013: entre 0% e 13,50%), crédito ao pessoal para finalidades diversas, no montante de CVE 3.896 milhares (2013: CVE 4.085 milhares), adiantamento por motivos de saúde e comparticipação de empregados para tratamento no exterior, nos montantes de CVE 4.318 milhares e CVE 4.312 milhares, respectivamente (2013: CVE 4.997 milhares e CVE 4.663 milhares), estes sem qualquer remuneração.

Os créditos para finalidades diversas incluem créditos para aquisição de automóvel para directores e equiparados, que vencem juros à taxa de 2% (2013: 2%).

Os créditos à saúde, quando não justificados, vencem juros à taxa de redesconto em vigor na instituição que, em 2014, ascendeu a 7,50% (2013: 9,75%).

A rubrica “Outros créditos” reflecte o Leasing Financeiro, no valor de CVE 714 milhares (2013: CVE 1.091 milhares), referente a um apartamento arrendado, em regime de locação financeira, situado em Achada S. António. O decréscimo observado reflecte a alienação de um apartamento.

NOTA 8 – TÍTULOS NACIONAIS

No valor de CVE 6.886.090 milhares, esta rubrica acusa um decréscimo de 3,68%, o qual se deve ao vencimento da sexta parcela das Obrigações do Tesouro. O saldo desta rubrica decompõe-se em:

	milhares de escudos	
	2014	2013
Do Estado de Cabo Verde		
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	4 887 299	4 872 565
Obrigações do Tesouro	1 960 000	2 240 000
Outros	38 791	36 765
De outros residentes	13 880	13 880
Imparidade acumulada	(13 880)	(13 880)
	6 886 090	7 149 329

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A sub-rubrica “Títulos Consolidados de Mobilização Financeira” (TCMF) reflecte as unidades de participação no International Support for Cabo Verde Stabilization Trust Fund (CVDTF) detidas pelo Banco, criadas ao abrigo da Lei n.º 69/V/98, no âmbito do processo da redução do peso da dívida interna e alavancagem da economia cabo-verdiana. Estas unidades de participação são remuneradas à taxa de 90% do resultado líquido do CVDTF, que em 2014 foi de 3,23% (2013: 3,15%).

Não obstante o carácter de perpetuidade dos TCMF, o Estado obriga-se, ao abrigo do artigo 19º da Lei acima referida, a adquirir os TCMF num período máximo de 20 anos, a contar da data de aprovação da mesma lei.

Os juros de 2012 foram recebidos em 2014 pelo que a 31 de Dezembro de 2014 se encontram por receber os juros de 2013 e 2014.

A sub-rubrica “Obrigações do Tesouro”, no valor nominal de CVE 1.960.000 milhares (2013: CVE 2.240.000 milhares), refere-se às diversas obrigações emitidas em Agosto de 1999, pelo Estado de Cabo Verde com o objectivo de liquidar os créditos titulados por Protocolos existentes a 31 de Dezembro de 1998. As diversas emissões detidas em carteira têm vencimento anual a partir de 2009 até 2021, no montante de CVE 280.000 milhares cada, sendo remuneradas à taxa do rendimento anual do CVDTF que, em 2014 foi de 3,52% (2013: 3,17%). No exercício de 2014 verificou-se a amortização da respectiva prestação, no montante de CVE 280.000 milhares (2013: amortização de CVE 280.000 milhares).

A sub-rubrica “Outros” reflecte os 5% do rendimento líquido do CVDTF referente aos exercícios de 2013 e 2014, que ascende a CVE 38.791 milhares (2013: 36.765 milhares).

Por sua vez, a rubrica “De outros residentes” representa, a participação detida pelo Banco na empresa SOCAPESCA, no montante de CVE 13.880 milhares. Encontra-se em situação de imparidade, totalmente provisionada, dado que a empresa está em fase de liquidação.

NOTA 9 – INVESTIMENTO EM ASSOCIADAS

O saldo desta conta refere-se à participação do Banco em 40% no capital social da SISP – Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento –, visando a promoção do desenvolvimento do sistema financeiro e do sistema de pagamentos, em particular. Esta participação encontra-se registada pelo método de equivalência patrimonial, com base nas informações, ainda não auditadas, enviadas pela SISP. O saldo desta rubrica decompõe-se em:

em milhares de escudos	2014	2013
Investimento em Associadas		
Saldo em 1 de Janeiro	154 200	134 625
Variação da participação	16 472	39 599
Dividendos recebidos	(47 676)	(20 025)
Saldo em 31 de Dezembro	122 996	154 200

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 10 – NOTAS E MOEDAS, MEDALHÍSTICA E NUMISMÁTICA

O saldo desta conta refere-se às existências de notas e moedas, medalhística e moedas comemorativas emitidas pelo Banco de Cabo Verde.

em milhares de escudos	2014	2013
Notas e moedas	209 343	0
Medalhística e numismática	100 759	100 544
	310 103	100 544

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O acréscimo registado no exercício de 2014 face ao ano anterior deve-se, essencialmente, às despesas com a nova família de notas.

NOTA 11 – IMOBILIZADO

No período, o movimento desta rubrica apresenta-se como se segue:

Em 31-12-2014	em milhares de escudos				
	Software	Imóveis	Equipamentos	Património artístico	TOTAL
Saldo em 31-12-2013	72 481	122 040	85 782	4 790	285 093
Custo de aquisição	153 654	369 815	454 527	4 790	982 785
Amortização acumulada	(81 173)	(247 776)	(368 744)	0	(697 693)
Movimentos em 2014	2 378	(6 677)	(1 974)	0	(6 273)
Aquisições	11 481	0	30 630	0	42 111
Venda/abate	0	0	(501)	0	(501)
Amortização do exercício	(9 103)	(6 677)	(28 836)	0	(44 616)
Regularizações	0	0	(3 267)	0	(3 267)
Saldo em 31-12-2014	74 859	115 363	83 809	4 790	278 820

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Em 31-12-2013	em milhares de escudos				
	Software	Imóveis	Equipamentos	Património artístico	TOTAL
Saldo em 31-12-2012	74 823	169 631	103 289	4 795	352 537
Custo de aquisição	146 436	406 220	447 627	4 795	1 005 077
Amortização acumulada	(71 613)	(236 589)	(344 338)	0	(652 540)
Movimentos em 2013	(2 342)	(47 592)	(17 506)	(5)	(67 444)
Aquisições	7 218	3 687	14 496	0	25 400
Venda/abate	0	(40 092)	(7 596)	(5)	(47 692)
Amortização do exercício	(9 559)	(11 187)	(31 866)	0	(52 612)
Anulação de amortização	0	0	7 460	0	7 460
Saldo em 31-12-2013	72 481	122 040	85 782	4 790	285 093

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 12 – OUTROS

em milhares de escudos

	2014	2013
Operações cambiais com a SISP	124 377	101 071
Outros	519 081	31 939
	643 458	133 010

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A rubrica “Operações cambiais com a SISP” reflecte o contravalor em CVE da compra antecipada de moeda estrangeira pela SISP, conforme deliberação do Conselho de Administração.

A rubrica “Outros” representa saldos a regularizar provenientes de diversas operações activas, nomeadamente as receitas a receber da actividade de supervisão, de CVE 5.323 milhares (2013: CVE 6.423 milhares) e as despesas antecipadas com custos administrati-

vos, no valor de CVE 6.178 milhares (2013: CVE 4.743 milhares). Inclui, ainda, as despesas com o fabrico da nova família de notas e moedas, no valor de CVE 136.091 milhares (2013: CVE 3.781 milhares), diversas operações activas a regularizar, no montante de CVE 370.074 milhares (2013: CVE 14.876 milhares), bem como o valor de CVE 1.029 milhares (2013: CVE 1.641 milhares) referente a caixa ATM.

O montante de CVE 370.074 milhares agrega, sobretudo, o valor de CVE 358.891 milhares referente ao reembolso de Obrigações de Tesouro, no valor CVE 280.000 milhares, conforme previsto na Lei (ver nota 8) e juros, regularizados a 05 de Janeiro de 2015.

NOTA 13 – NOTAS E MOEDAS EM CIRCULAÇÃO

	em milhares de escudos	
	2014	2013
Notas e moedas emitidas	(13 308 893)	(12 088 583)
Notas em caixa	2 815 204	2 269 350
Moeda metálica em caixa	15 811	8 981
Notas e moedas em trânsito	1 610	1 525
	(10 476 268)	(9 808 726)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A rubrica “Notas e moedas em circulação” corresponde à diferença entre o valor das notas e moedas emitidas e o valor das notas e moedas existentes na Tesouraria e em trânsito.

A seguir é apresentada a distribuição de notas e moedas, por denominação, em circulação:

	31-12-2014		31-12-2013	
	Quantidade (unidades)	Valor (milhares de escudos)	Quantidade (unidades)	Valor (milhares de escudos)
NOTAS	8 236 656	9 939 794	7 673 700	9 298 712
200\$00	1 649 185	329 837	1 580 400	316 080
500\$00	865 633	432 816	864 830	432 415
1.000\$00	3 106 015	3 106 015	2 793 345	2 793 345
2.000\$00	2 335 998	4 671 996	2 139 584	4 279 167
5.000\$00	279 826	1 399 130	295 541	1 477 705
MOEDAS	52 129 009	536 474	49 284 545	510 014
1\$00	30 574 640	30 575	28 837 792	28 838
5\$00	7 518 657	37 593	7 101 799	35 509
10\$00	5 673 557	56 736	5 315 694	53 157
20\$00	3 833 857	76 677	3 712 832	74 257
50\$00	2 661 439	133 072	2 540 554	127 028
100\$00	1 789 521	178 952	1 708 514	170 851
200\$00	49 103	9 821	49 105	9 821
250\$00	21 249	5 312	11 269	2 817
1.000\$00	6 486	6 486	6 486	6 486
2.500\$00	500	1 250	500	1 250
Total	60 365 665	10 476 268	56 958 245	9 808 726

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 14 – RESPONSABILIDADES PARA COM O EXTERIOR

	em milhares de escudos	
	2014	2013
Responsabilidades para com o exterior ME		
Atribuição cumulativa-FMI	(1 204 533)	(1 129 595)
Depósitos à Ordem - FMI	(1 292 515)	(1 215 161)
Empréstimo de m/l prazo Org. Internacionais	(32 712)	(122 339)
	(2 529 761)	(2 467 095)
Responsabilidades para com o exterior MN		
Depósitos à Ordem	(8 533)	(183 709)
	(2 538 293)	(2 650 804)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A sub-rubrica “Atribuição cumulativa – FMI” reflecte a responsabilidade referente à atribuição dos Direitos de Saque Especiais perante o FMI (SDR 9.168.679), decorrente da participação naquele Organismo Internacional. A variação no exercício deve-se à flutuação cambial.

A sub-rubrica “Empréstimo de m/l prazo Organismos Internacionais” regista o financiamento concedido pelo FMI, no âmbito do Poverty Reduction and Growth Facility, por um período de 10 anos, com 5,5 anos de carência e vence juros à taxa de 0,5% a.a.. Em 2014 apresenta um saldo de SDR 249.000 (CVE 32.712 milhares), tendo registado um decréscimo de 73,26% face a 2013, o qual se deve ao efeito da amortização de seis prestações do empréstimo obtido junto do FMI em 2002, no valor de SDR 744.000, e suportado comissões, no montante de SDR 8.671, equivalente a CVE 1.089 milhares (2013: amortização de dez prestações no valor de SDR 1.236.000, tendo suportado comissões no montante de SDR 6.850).

A rubrica “Responsabilidades para com exterior MN” representa os depósitos à ordem em moeda nacional de Organismos Internacionais junto do Banco. O decréscimo registado em 2014 deve-se, essencialmente, à transferência de valores para CEDEAO.

NOTA 15 – RESPONSABILIDADES PARA COM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

O saldo desta rubrica decompõe-se como segue:

	em milhares de escudos	
	2014	2013
Responsabilidades p/c/ Instituições Financeiras MN		
Depósitos à ordem	(20 291 477)	(6 801 025)
Facilidades permanentes de liquidez - absorção	(14 770 000)	(21 535 000)
Operações passivas de política monetária	(2 500 389)	(1 999 431)
Títulos de Intervenção Monetária	(399 988)	(999 890)
Títulos de Regularização Monetária	(2 100 401)	(999 541)
	(37 561 866)	(30 335 456)
Responsabilidades p/c/ Instituições Financeiras ME		
Depósitos à ordem	(1 355)	(1 324)
	(37 563 222)	(30 336 780)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A sub-rubrica “Depósitos à ordem” traduz os depósitos em CVE constituídos pelas instituições financeiras, que servem o duplo objectivo de conta de liquidação e de retenção das disponibilidades mínimas de caixa (DMC), os quais não são remunerados. O regime de reservas mínimas de caixa visa, essencialmente, a estabilização das taxas de juro do mercado monetário e maior eficiência dos instrumentos de transmissão de política monetária. Constituem base de incidência das DMC as responsabilidades por depósitos e outras responsabilidades para com residentes e não residentes, em moeda nacional e estrangeira, com excepção das com o BCV e com as outras instituições sujeitas a DMC, conforme a Circular Série A, nº 157 de 08-11-2010.

A sub-rubrica “Facilidades permanente de liquidez – absorção” apresenta um saldo de CVE 14.770.000 milhares (2013: CVE 21.535.000 milhares), o qual se deve aos depósitos overnight, remunerados à taxa de 0,50% a partir 01 de Agosto de 2014 (2013: 1,00%).

A sub-rubrica “Operações passivas de política monetária” reflecte as aplicações em Títulos de Intervenção Monetária (TIM), com o objectivo de absorver e remunerar os excedentes de liquidez, por um prazo até 1 ano, bem como em Títulos de Regularização Monetária (TRM) de muito curto prazo (até 14 dias) que, para além de absorver e remunerar a liquidez excedentária, tem o objectivo de diminuir a volatilidade das taxas de juro no mercado monetário interbancário. No período, os TRM e os TIM foram remunerados à taxa média de 0,60% e 0,69%, respectivamente (2013: 3,54% e 4,23%, respectivamente).

A sub-rubrica “Depósitos à ordem” releva o contravalor dos depósitos à ordem em moeda estrangeira constituídos pelas instituições financeiras no Banco.

NOTA 16 – RESPONSABILIDADES PARA COM O ESTADO

	em milhares de escudos	
	2014	2013
Responsabilidades p/c/ o Estado MN		
Tesouro-Conta Caixa	(1 074 363)	(1 838 308)
Tesouro-Conta Investimento	(900 387)	(936 889)
Tesouro- Credores	(308 927)	(90 278)
Tesouro-Fundo de Reg. Dívida Pública Interna	(22 182)	(22 182)
	(2 305 859)	(2 887 658)
Responsabilidades p/c/ o Estado ME		
Tesouro-Conta Investimento	(874 467)	(890 670)
Tesouro-Fundo de Reg. Dívida Pública Interna - CVTF	0	0
	(874 467)	(890 670)
	(3 180 326)	(3 778 328)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A rubrica “Responsabilidades p/c/o Estado MN” reflecte, basicamente, os depósitos à ordem do Estado enquanto caixa do Tesouro (art. 29º da Lei Orgânica do BCV) e os depósitos relativos a Projectos do Tesouro financiados por instituições estrangeiras, os quais não são remunerados. A sub-rubrica “Tesouro - Credores” reflecte o depósito cativo do Tesouro junto do Banco.

A rubrica “Responsabilidades p/c/o Estado ME” representa o contravalor de depósitos à ordem em moeda estrangeira de Projectos do Tesouro financiados por instituições estrangeiras, não remunerados.

NOTA 17 – RESPONSABILIDADES PARA COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS

Os empregados admitidos pelo Banco até Setembro de 1993 e seus dependentes beneficiam de pensões de reforma e de sobrevivência de benefício definido, assim como de um plano de assistência médica durante a vida activa e na reforma.

Os empregados admitidos pelo Banco após Setembro de 1993 encontram-se abrangidos pelo Regime de Previdência Social.

Adicionalmente, ao abrigo do artigo 35º da Lei Orgânica do Banco, os membros do Conselho de Administração gozam de regalias de natureza social atribuídos aos trabalhadores do Banco.

Por fim, será ainda de salientar a responsabilidade do Banco para com o pagamento de antiguidade aos trabalhadores no activo, quando estes completam 10, 20 e 30 anos ao serviço da instituição, correspondente a um, dois ou três salários mensais, respectivamente.

O Banco de Cabo Verde segue integralmente a IAS 19R no reconhecimento e registo das responsabilidades para com pensões e outros benefícios.

As responsabilidades para com pensões e outros benefícios encontram-se registados no passivo do banco uma vez que não existem activos detidos por um fundo de benefícios de longo prazo de empregados, ou apólices de seguro elegíveis, para fazer face às obriga-

ções actuariais com os programas de benefícios mantidos pelo Banco de Cabo Verde em benefício dos seus colaboradores.

As remensurações de benefícios aos empregados pós-emprego (anteriormente denominadas desvios actuariais), quando incorridas, são reconhecidas em capital próprio, como outro rendimento integral, enquanto o custo de curto prazo estimado é reconhecido no resultado do exercício, pelo método de duodécimo.

A 31 de Dezembro de 2014 observa-se uma redução das obrigações quando comparadas com o ano anterior, devida, fundamentalmente, ao aumento da taxa de desconto apurada em conformidade com as taxas oferecidas pelo Governo Cabo-verdiano na emissão de títulos públicos para cada vencimento, mantendo a de prazo mais longo para as séries de pagamentos que a ultrapassam e com a “duration” dos programas, aplicando o método de McCaulley. A flutuação das taxas de descontos nas avaliações anuais não significa instabilidade na parametrização, mas apenas a adequação às situações determinadas pelo mercado e pelas regras aplicáveis.

Os quadros que seguem representam a evolução das responsabilidades com pensões e outros benefícios e as informações utilizadas nos cálculos actuariais.

Cálculo Actuarial e Movimentos no Período

em 31-12-2014	em milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Valor presente das obrigações actuariais a 31.12.2013	3 150 143	158 299	327 169	29 008	3 664 618
Custos dos Serviços Correntes	53 440	0	2 053	1 513	57 006
Custo dos Juros	199 891	10 123	20 491	1 855	232 360
Contribuição dos Participantes	6 489	0	5 129	0	11 618
Remensurações	(788 054)	9 285	28 423	(6 556)	(756 902)
Pagamento de Benefícios	(146 430)	(16 810)	(28 676)	(1 975)	(193 892)
Valor presente das obrigações actuariais a 31.12.2014	2 475 478	160 897	354 589	23 844	3 014 808
Em 31-12-2013	em milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Valor presente das obrigações actuariais a 31.12.2012	3 263 658	159 786	328 273	32 305	3 784 021
Custos dos Serviços Correntes	64 869	1 638	21 533	4 721	92 762
Custo dos Juros	257 781	13 009	24 511	1 906	297 207
Contribuição dos Participantes	6 566	0	6 520	0	13 086
(Ganhos) e Perdas Actuais	(302 263)	(1 932)	(27 248)	(7 664)	(339 106)
Pagamento de Benefícios	(140 469)	(14 204)	(26 421)	(2 260)	(183 353)
Valor presente das obrigações actuariais a 31.12.2013	3 150 143	158 299	327 169	29 008	3 664 618

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Remensurações Reconhecidas em Outro Rendimento Integral (Ver Nota 17)

	em milhares de escudos			
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Total
Reconhecimento em 2013	(302 263)	(1 932)	(27 248)	(331 442)
Reconhecimento em 2014	(788 054)	9 285	28 423	(750 346)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Despesas Reconhecidas no Resultado do Exercício (Ver Nota 30.1)

em 31.12.2014	em milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Custos dos Serviços Correntes	53 440	0	2 053	1 513	57 006
Custo dos Juros	199 891	10 123	20 491	1 855	232 360
Remensurações	0	0	0	(6 556)	(6 556)
Custo Total	253 331	10 123	22 544	(3 188)	282 810

em 31.12.2013	em milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Custos dos Serviços Correntes	64 869	1 638	21 533	4 721	92 762
Custo dos Juros	257 781	13 009	24 511	1 906	297 207
Remensurações	0	0	0	(7 664)	(7 664)
Custo Total	322 651	14 647	46 044	(1 037)	382 305

Fonte: Banco de Cabo Verde..

A reavaliação das obrigações a 31-12-2014 considera a revisão das premissas de curto e longo prazos, resultando na alteração de valores projectados. Em decorrência, os impactos nas responsabilidades decompõem-se como segue:

31-12-2014	em milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobre- vivência	Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Impacto nas responsabilidades	(674 665)	2 598	27 420	(5 163)	(649 810)
Impacto resultante de incrementos e liquidações de benefícios	113 390	(6 687)	(1 003)	1 393	107 092
Remensurações	(788 054)	9 285	28 423	(6 556)	(756 902)
Impacto resultante da alteração da taxa de desconto	(462 328)	(3 288)	(47 285)	(2 847)	(515 748)
Impacto resultante da alteração da massa salarial	(255 493)	19 063	0	(1 192)	(237 623)
Impacto resultante da variação de custo médico	0	0	75 584	0	75 584
Impacto resultante da alteração da taxa de evolução salarial	(64 550)	0	0	(2 321)	(66 870)
Impacto resultante de outras naturezas	(1 912)	(6 490)	124	(197)	(8 474)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

31-12-2013	em milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobre-vivência	Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Impacto nas responsabilidades	(113 515)	(1 488)	(1 104)	(3 297)	(119 404)
Impacto resultante de incrementos e liquidações de benefícios	188 748	444	26 144	4 367	219 702
Remensurações	(302 263)	(1 932)	(27 248)	(7 664)	(339 106)
Impacto resultante da alteração da taxa de desconto	68 305	895	12 980	388	82 569
Impacto resultante da alteração da evolução salarial	(66 933)	(1 092)	0	(900)	(68 925)
Impacto resultante da variação no custo médico líquido	0	0	(15 951)	0	(15 951)
Impacto resultante da alteração da massa salarial	(190 726)	(1 609)	0	(1 599)	(193 934)
Impacto resultante de outras naturezas (*)	(112 909)	(126)	(24 277)	(5 554)	(142 865)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

* Valores ajustados em função da mudança na demonstração.

ESTUDO ACTUARIAL BCV - PRESSUPOSTOS UTILIZADOS

	2014	2013
Pressupostos		Fundo Pensões
Actuariais		
Tabela de Mortalidade	TV73/77 100,0%	TV73/77 100,0%
Tabela de Invalidez	EKV80 50,0%	EKV80 50,0%
Tabela de <i>Turnover</i>	PCRTurnOver 100,0%	PCRTurnOver 100,0%
Financeiros		
Taxa de desconto	5,44%	3,8%
Taxa de Crescimento Salarial (longo prazo)	1,25%	2,5%
Taxa de Crescimento das Pensões	1,25%	2,5%
Taxa de Inflação (curto prazo)	1,00%	2,5%
Dados Gerais		
Idade Normal de Reforma	A definida no NAP 20/90	A definida no NAP 20/90
Número de Pagamentos do Benefício	12+1	12+1
Número de Pagamento do Salário	12	12
Índice de dependência	1,8	1,8
Diferença de Idades	4	4
Comparticipação Participantes	6%	6%
Pressupostos	Assistência Médica	Assistência Médica
Actuariais		
Tabela de Mortalidade	TV73/77 100,0%	TV73/77 100,0%
Tabela de Invalidez	EKV80 50,0%	EKV80 50,0%
Tabela de <i>Turnover</i>	PCRTurnOver 100,0%	PCRTurnOver 100,0%
Financeiros		
Taxa de desconto	5,44%	3,8%
Taxa de Crescimento Salarial	1,25%	2,5%
Taxa Real de Cresc. Custos Médicos - LP	3,00%	
Taxa de Inflação (longo prazo)	NA	2,5%
Taxa de Inflação (curto prazo)	1,00%	2,5%
Dados Gerais		
Idade Normal da Reforma	A definida no NAP 20/90	A definida no NAP 20/90
Comparticipação Participantes	2,0%	2,0%
Número de Pagamentos do Salário	12	12
Número de Pagamentos de Pensão	12+1	12+1
Índice de dependência	2,09	1,79
Diferença de Idades	4	4
Pressupostos	Prémio Antiguidade	Prémio Antiguidade
Actuariais		
Tabela de Mortalidade	TV73/77 100,0%	TV73/77 100,0%
Tabela de Invalidez	EKV80 50,0%	EKV80 50,0%
Tabela de <i>Turnover</i>	PCRTurnOver 100,0%	PCRTurnOver 100,0%
Financeiros		
Taxa de desconto	5,44%	3,8%
Taxa de Crescimento Salarial	1,25%	2,5%
Taxa de Inflação (curto prazo)	1,00%	2,5%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Notas:

(2012) Tabelas reproduzidas a partir dos Relatórios Actuariais (22 Fevereiro 2013) - *Assistants*;

(2011) Tabelas reproduzidas a partir dos Relatórios Actuariais (Março 2013) - PCReal e Lourde Afonso.

População BCV

	31-12-2014			31-12-2013		
	Homens	Mulheres	Totais	Homens	Mulheres	Totais
PROGRAMA DE ASSISTENCIA MÉDICA						
Quantidade	41	39	80	35	37	72
Idade Média (em anos)	54,48	52,38	53,46	51,95	51,70	51,82
PROGRAMA DE ANTIGUIDADE						
Quantidade	66	87	153	66	82	148
Idade Média (em anos)	45,62	42,54	44,08	45,35	43,07	44,09
PROGRAMA DE PENSÕES						
Quantidade	101	104	205	101	103	204
Idade Média (em anos)	65,61	63,46	64,53	65,00	62,29	63,63
População Total	208	230	438	202	222	424
Idade Média - Geral	57,07	53,67	55,37	56,32	53,43	54,80

Fonte: Banco de Cabo Verde.

As obrigações são especialmente sensíveis às taxas de juro utilizadas no cálculo dos seus valores presentes, à taxa real de evolução dos salários, esta no caso das pensões e do prémio de antiguidade, e à taxa de evolução dos custos médicos, esta a afectar o programa de assistência médica e menos sujeita à administração interna.

Uma alteração de (+/-) 1% nas taxas de juro conduziria o seguinte impacto no valor das obrigações actuariais:

Em 31-12-2014	em milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Valor presente das obrigações Actuariais	2 475 478	160 897	354 589	23 844	3 014 808
Variação da taxa de desconto					
+ 1%	(283 912)		(32 747)	(1 427)	(318 086)
- 1%	204 062		47 088	1 595	252 745
Variação da evolução salarial					
+ 1%	51 248			1 585	52 833
- 1%	(48 269)			(1 526)	(49 795)
Variação dos Custos Medicos					
1%			35 072		35 072
-1%			(29 633)		(29 633)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Em 31-12-2013	em milhares de escudos				
	Pensão de Reforma	Pensão de Sobrevivência	Fundo Assistência Médica	Prémio de Antiguidade	Total
Valor presente das obrigações Atuariais	3 150 143	158 299	327 169	29 008	3 664 618
Variação da taxa de desconto					
+ 1%	(420 890)		(28 832)	(1 736)	(451 458)
- 1%	346 003		64 900	1 940	412 843
Variação da evolução salarial					
+ 1%	32 801			1 928	34 730
- 1%	(72 071)			(1 857)	(73 928)
Variação dos Custos Medicos					
1%			48 348		48 348
-1%			(20 113)		(20 113)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 18 – OUTROS PASSIVOS

	em milhares de escudos	
	2014	2013
Exigibilidades diversas	(334 275)	(328 696)
Custos a pagar	(128 901)	(55 818)
Receitas com proveito diferido	(14 056)	(14 443)
Outras contas de regularização passiva	(62 914)	(24 288)
	(540 146)	(423 244)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A rubrica “Exigibilidades diversas” inclui:

(i) CVE 285.692 milhares referentes às notas retiradas de circulação, cuja responsabilidade do Banco perante os detentores permanece até expirar o respectivo prazo de prescrição de 10 anos, conforme art.º 9º da Lei Orgânica (2013: CVE 287.652 milhares);

(ii) CVE 48.250 milhares relativos à aplicação de 2% sobre os prémios simples de seguro automóvel obrigatório, que serve para cobertura de sinistros (quando o responsável é desconhecido ou não beneficie de seguro válido ou ainda tenha sido declarada falência da seguradora) e outros custos no âmbito do “Fundo de Garantia Automóvel”. O Fundo de Garantia Automóvel integrou-se no Banco de Cabo Verde por imposição do Decreto-lei nº 56/96 de 26 de Dezembro, subsidiariamente pelo Decreto-lei nº 17/2003, não tendo o Banco qualquer responsabilidade para com o Fundo de Garantia Automóvel, para além do valor acima registado (2013: CVE 40.720 milhares); e

(iii) CVE 333 milhares respeitantes ao abono para falhas concedido aos funcionários de caixas de tesouraria (2013: CVE 324 milhares).

A rubrica “Custos a pagar” inclui a especialização de custos administrativos, no valor de CVE 122.004 milhares (2013: CVE 47.034 milhares), e as comissões a pagar relativas à gestão da carteira pelo Banco Central do Luxemburgo, no montante de CVE 6.738 milhares (2013: CVE 8.780 milhares).

A rubrica “Receitas com proveitos diferidos” agrega as transferências de valores à guarda, registados em contas Extrapatrimoniais para o activo (Numismática). A regularização desta conta é efectuada aquando da venda do material numismático.

A rubrica “Outras contas de regularização passiva”, no valor de CVE 62.914 milhares (2013: CVE 24.288 milhares), reflecte diversos valores aguardando regularização para serem integrados nas respectivas contas, nomeadamente, o valor de CVE 14.382 milhares (2013: CVE 18.735 milhares) referente à apreensão de divisas por transporte ilegal.

NOTA 19 – CAPITAIS PRÓPRIOS

Capital

De acordo com a Lei Orgânica, o capital do BCV, no valor de 200.000 milhares de escudos, foi integralmente subscrito e realizado pelo Estado de Cabo Verde.

Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação, no valor de CVE 224.391 milhares (2013: CVE 116.169 milhares), acusa uma variação positiva de 93,16% face a 2013, reflectindo as variações do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda.

Resultados transitados

Em 2014, os movimentos nesta rubrica resultam da transferência do prejuízo do exercício anterior e do registo dos movimentos relacionados com as remensurações (ver nota 17), apuradas de acordo com o estudo actuarial, bem como a variação do justo valor da carteira de Disponível para venda.

Os movimentos ocorridos nas rubricas de reservas e resultados transitados foram os seguintes:

	em milhares de escudos	
	2014	2013
Reservas de reavaliação		
Saldo em 1 de Janeiro	(116 169)	(253 911)
Variação justo valor ADPV*	(108 222)	137 742
Componete Cambial	(95 811)	54 532
Outros componentes (Títulos)	(12 411)	83 210
Saldo em 31 de Dezembro	(224 391)	(116 169)
Resultados transitados		
Saldo em 1 de Janeiro	1 888 690	1 361 082
Resultado líquido ano anterior	978 462	942 143
(Ganhos) e perdas reconhecidos em Outros Rendimento Integral	(750 347)	(331 442)
Ajustamentos IFRS	0	(83 093)
	2 116 805	1 888 690

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: * Activos financeiros disponíveis para venda.

NOTA 20 – RESULTADO LÍQUIDO DE JUROS E DE CUSTOS E PROVEITOS EQUIPARADOS

	em milhares de escudos	
	2014	2013
Juros e proveitos equiparados		
Operações com o exterior		
Títulos Estrangeiros		
Instituições Financeiras - Obrigações	(45 123)	(50 125)
Emissores Públicos Estrangeiros - Obrigações do Tesouro	(15 617)	(13 632)
Organismos internacionais - Obrigações	(2 323)	(10 477)
Outros Emissores Públicos Estrangeiros - Obrigações	(14 588)	(17 172)
Emissores Públicos estrangeiros - Bilhetes do Tesouro	(5 477)	(60)
	(83 128)	(91 465)
Depósitos a Prazo	(21 370)	(15 183)
Depósitos à ordem	(7 019)	(19 603)
Outros (Direito de Saques Especiais FMI)	(197)	(10 343)
	(111 714)	(136 594)
Operações com residentes		
Títulos nacionais		
Obrigações do Tesouro	(78 891)	(79 858)
Direito a receber dos 5 por cento do CV <i>Trust Fund</i>	(20 418)	(18 391)
	(99 309)	(98 249)
Crédito ao Pessoal		
Crédito habitação	(34 793)	(33 700)
Outros créditos	(15 980)	(14 122)
	(50 773)	(47 822)
Crédito a outras entidades	(68)	(73)
	(150 150)	(146 144)
	(261 864)	(282 738)
Juros e custos equiparados		
Responsabilidades para com Residentes		
Responsabilidades para com Instituições Financeiras		
Título de Intervenção Monetária	7 986	53 378
Título de Regularização Monetária	2 120	9 823
Facilidades permanentes de absorção de liquidez	39 497	53 886
	49 603	117 087
Responsabilidades para com o Estado	0	12 531
	49 603	129 618
Resultado líq.de juros e de custos e proveitos equiparados	(212 261)	(153 121)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O acréscimo do “Resultado líquido de juros e de custos e proveitos equiparados” deve-se, essencialmente, à redução dos custos com a execução da política monetária, não obstante a diminuição das taxas de juro no mercado internacional.

Os juros dos títulos nacionais são calculados com base na remuneração do CVDTF (2014: 3,52%; 2013: 3,17%).

Em 2014, as taxas médias de emissão dos títulos de operações passivas de política monetária atingem: TIM: 0,69% (2013: 4,23%) TRM: 0,60% (2013: 3,54%) e Taxa de absorção de liquidez: 0,50% a partir de 01 de Agosto de 2014 (2013: 1,00%).

NOTA 21 – RESULTADO LÍQUIDO EM OPERAÇÕES FINANCEIRAS

	em milhares de escudos	
	2014	2013
Resultado realizado em operações cambiais	(82 507)	37 692
Ganhos em operações financeiras		
Realizados	(266 313)	(85 706)
Ganhos realizados em outros valores activos	(1 606)	(716)
	(267 919)	(86 422)
Perdas em operações financeiras		
Realizadas	214 370	132 532
	214 370	132 532
Resultado líquido em operações financeiras	(136 056)	83 802

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O aumento do “Resultado líquido em operações financeiras” deve-se à variação positiva do resultado em operações cambiais associada à apreciação nominal do USD.

Os “Ganhos realizados em outros valores activos” reflectem o reconhecimento das mais-valias na venda de material numismático.

NOTA 22 – RESULTADO LÍQUIDO DE COMISSÕES

	em milhares de escudos	
	2014	2013
Comissões recebidas	0	0
Comissões pagas		
Gestão de fundo	28 958	35 086
Atribuição cumulativa - FMI	1 089	860
Outras	2 184	1 551
	32 231	37 498
Resultado líquido de comissões	32 231	37 498

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A “Gestão de fundo” refere-se à comissão paga no âmbito do contrato de gestão da carteira assinado com o Banco Central do Luxemburgo (BCL), enquanto as “Outras” reflectem as despesas com os correspondentes e os custos com custódia de títulos estrangeiros geridos pelo BCV.

Em 2014, a comissão paga ao BCL decresce na ordem dos 17,47% face a 2013, a qual se deve à redução da taxa de incidência ocorrida em Abril que passou de 0,29% para 0,22% para valor da carteira até 100 milhões de Euros, enquanto o remanescente passou de 0,20% para 0,16%.

NOTA 23 – RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

	em milhares de escudos	
	2014	2013
Títulos nacionais		
Títulos Consolidados de Mobilização Financeira	(148 599)	(133.870)
Activos sobre Organismos Internacionais	(5 543)	0
	(154 142)	(133.870)

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A remuneração dos TCMF's em 2014 foi de 3,23% (2013: 2,90%).

O valor de CVE 5.543 milhares refere-se aos dividendos recebidos decorrente da participação no Afreximbank relativos aos anos de 2002, 2009 e 2012.

NOTA 24 - RESULTADO EM EMPRESAS ASSOCIADAS

No valor de CVE 16.471 milhares (2013: CVE 39.599 milhares), reflecte a apropriação do resultado líquido da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamento, na proporção da participação do BCV naquela instituição.

NOTA 25 - RESULTADOS DE REAVALIAÇÃO CAMBIAL

	em milhares de escudos	
	2014	2013
Ganhos não realizados em operações cambiais		
Ganhos em reservas cambiais	(1 678 367)	(1.191.660)
Perdas não realizadas em operações cambiais		
Perdas em reservas cambiais	350 412	1.425.310
	(1 327 955)	233.650

Fonte: Banco de Cabo Verde.

A variação verificada deve-se à reavaliação de activos e passivos denominados em dólares, ao câmbio médio à data das demonstrações financeiras (2014: 90,678; 2013: 80,001).

As operações são registadas em conformidade com a política contabilística descrita na Nota 2.3.

NOTA 26 - OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

	em milhares de escudos	
	2014	2013
Outros proveitos e ganhos de exploração		
Receitas da actividades de Supervisão	(23 220)	(34 262)
Outros proveitos e ganhos operacionais	(12 001)	(4 984)
	(35 221)	(39 245)
Outros custos e perdas de exploração		
Subsídios e Donativos	2 172	1 244
Contribuição p/assistência financeira internacional	1 514	2 783
Outros custos e perdas operacionais	12 267	40 868
	15 953	44 895
Outros resultados de exploração	(19 268)	5 649

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Em 2014, os “Outros proveitos e ganhos operacionais” espelham, basicamente, as receitas provenientes da recuperação de crédito vencido, no valor de CVE 5.794 milhares e da alienação de um apartamento e de duas viaturas, no valor de CVE 5.160 milhares.

A sub-rubrica “Subsídios e donativos” agrega os apoios concedidos às actividades de carácter cultural e artístico e de promoção social.

Por sua vez, a sub-rubrica “Outros custos e perdas operacionais” representa, particularmente, a constituição de provisões para créditos em situação irregular, no montante de CVE 11.930 milhares.

NOTA 27 - CUSTOS COM PESSOAL

	em milhares de escudos	
	2014	2013
Remunerações		
De empregados	268 786	258 708
De órgãos de gestão e fiscalização	18 712	14 001
	287 499	272 710
Encargos sociais		
Pensões de reforma (ver Nota 17)	253 331	322 651
Pensões de sobrevivência (ver Nota 17)	10 123	14 647
Assistência médica (ver Nota 17)	22 544	46 044
Prémio de antiguidade (ver Nota 17)	(3 188)	(1 037)
Contribuição para Previdência Pública (Encargos INPS)	21 840	20 324
Outros	6 352	5 816
	311 002	408 444
Outros custos com pessoal	52 314	51 428
	650 814	732 582

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os custos com pessoal acusam um decréscimo de 11,24% face a 2013 o qual se deve à diminuição dos encargos com o fundo de pensões.

Os “Encargos sociais” referem-se a:

- i) Custo do serviço corrente e de juros, decorrentes do estudo actuarial de 2014, com pensões de reforma e sobrevivência, assistência médica e prémio de antiguidade;
- ii) Encargos para a Previdência Social são comparticipados pelo Banco em 15%;
- iii) Outros encargos sociais incluem, seguro de vida dos funcionários, no montante de CVE 4.406 milhares (2013: CVE 4.452 milhares), abono de família aos empregados que ingressaram na Instituição até 1993, no valor de CVE 659 milhares (2013: CVE 686 milhares), os subsídios de funeral, no montante de CVE 740 milhares (2013: CVE 346 milhares) e os custos com seguro de acidentes de trabalho, de CVE 326 milhares (2013: CVE 332 milhares).

A rubrica “Outros custos com pessoal” abarca os custos com formação e valorização do pessoal, no montante de CVE 11.406 milhares (2013: CVE 9.331 milhares), os custos com actividades de carácter social, no valor de CVE 5.114 milhares (2013: CVE 6.255 milhares), CVE 32.206 milhares (2013: CVE 31.169 milhares) relativos à bonificação de taxas de juro e CVE 3.340 milhares (2013: CVE 4.602 milhares) relacionados, essencialmente, com a melhoria das condições de salubridade nos locais de trabalho.

NOTA 28 – FORNECIMENTO E SERVIÇOS DE TERCEIROS

em milhares de escudos		
	2014	2013
Fornecimentos de terceiros		
Água e electricidade	17 643	17 948
Material informático	3 357	3 761
Material de consumo corrente	2 500	3 100
Publicações	1 389	1 885
Outros	5 029	5 049
	29 918	31 743
Serviços de terceiros		
Conservação e reparação	26 486	26 201
Comunicações	17 443	19 889
Serviços especializados	15 056	29 876
Honorários	16 461	16 691
Deslocações, estadias e representações	7 885	7 285
Publicidade e edições	6 496	8 920
Outros	23 957	18 484
	113 786	127 346
	143 704	159 089

Fonte: Banco de Cabo Verde.

O saldo de “Honorários” inclui serviços de advogados, no montante de CVE 3.533 milhares (2013: CVE 2.319 milhares), os custos com serviços de auditoria, no valor de CVE

5.755 milhares (2013: CVE 5.664 milhares) e os custos relacionados com serviços de consultoria, no montante de CVE 6.452 milhares (2013: CVE 7.837 milhares), associados, essencialmente, aos serviços de consultoria para a modernização dos Instrumentos de Gestão de Recursos Humanos do BCV, o estudo actuarial de 2014, para a reestruturação da Arquitetura Tecnológica de Dados do BCV, para a elaboração e acompanhamento do primeiro regulamento a desenvolver o regime jurídico dos Fundos de Investimento, entre outros.

NOTA 29 – CUSTOS COM EMISSÃO E DESTRUIÇÃO DE NOTAS E MOEDAS

No montante de CVE 6.288 milhares, espelha os custos suportados com emissão da nova família de notas, com emissão de moedas e com destruição de notas.

NOTA 30 – RESULTADO

NOTA 30.1 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O resultado do exercício ascende a CVE 988.500 milhares positivos e acusa um acréscimo de CVE 1.966.962 milhares face a 2013, o qual se deve, essencialmente, ao comportamento favorável do resultado de reavaliação cambial e do resultado em operações financeiras, à melhoria dos custos administrativos e ao aumento do resultado líquido de juros e de custos e proveitos equiparados.

NOTA 30.2 – RENDIMENTO INTEGRAL

A Demonstração do Rendimento Integral (DRI) tem como objectivo evidenciar o resultado económico do Banco, de modo a proporcionar maior transparência aos resultados. Na DRI são evidenciados os ganhos e perdas reconhecidos directamente no capital próprio cujos, itens estão demonstrados na nota 19.

NOTA 31 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O objectivo da Demonstração de Fluxo de Caixa é evidenciar a capacidade de uma entidade gerar caixa para fazer face às suas necessidades de liquidez. Tendo em conta que o BCV detém o poder exclusivo de emissão, a demonstração do fluxo de caixa abarca apenas as operações em moeda estrangeira uma vez que essas se encontram fora do âmbito da sua emissão.

Na Demonstração de Fluxo de Caixa em moeda estrangeira, o item “Caixa e Equivalentes de Caixa” compreende, para além das notas e moedas em caixa, os depósitos à ordem e as disponibilidades junto do FMI.

NOTA 32 – CONTAS EXTRAPATRIMONIAIS

A 31 de Dezembro, as contas extrapatrimoniais apresentavam a seguinte discriminação:

	em milhares de escudos	
	2014	2013
Garantias e avales prestados	(16)	(2 500)
Valores recebidos em caução	-16	204 653
Valores recebidos em depósito	198 913	(23 841 511)
Crédito abatido ao activo	11 189	683 920
Outras contas extrapatrimoniais	(26)	(57 498 830)
Contas de regularização	10 927	86 730

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Os “Valores recebidos em caução” dizem respeito aos imóveis hipotecados ao Banco no âmbito dos créditos concedidos antes da separação do Banco Comercial do Atlântico.

A rubrica “Valores recebidos em depósito” inclui:

- (i) Os títulos consolidados de mobilização financeira (TCMF) desmaterializados emitidos pelo Estado de Cabo Verde;
- (ii) As promissórias do Estado a favor de organismos internacionais e;
- (iii) Os títulos de participação no Cabo Verde Development Trust Fund.

O “Crédito abatido ao activo” representa créditos vencidos, totalmente provisionados, dos quais CVE 537.979 milhares relativos ao crédito de natureza comercial que, por força do protocolo assinado aquando da separação da vertente comercial em 1993, ficaram domiciliados no Banco de Cabo Verde, e CVE 160.473 milhares referentes ao crédito concedido sob forma de acordos de pagamentos bilaterais assinados com o Governo de Cuba (linha de crédito) em USD.

A rubrica “Outras contas extrapatrimoniais” inclui CVE 97.505.060 milhares (2013: CVE 54.896.880 milhares) referente a notas e moedas prontas a emitir, que se encontram nos cofres do Banco.

A rubrica “Contas de Regularização” regista o saldo líquido de valores activos e passivos decorrentes do processo de cisão ocorrido em 1993, quando foram destacadas do Banco, as vertentes comercial e de desenvolvimento, dando origem ao Banco Comercial do Atlântico. Naquela data, os valores encontravam-se em balanço a aguardar regularização tendo sido decidido pelo Conselho de Administração retirar o saldo líquido dos valores activos e passivos do Balanço, por utilização de uma provisão, tendo sido relevados em extrapatrimoniais, por forma a reflectir os direitos e as responsabilidades inerentes ao BCV.

NOTA 33 – PARTES RELACIONADAS

NOTA 33.1 – ESTADO

Ao abrigo do artigo 29º da Lei Orgânica, o Banco desempenhará, a título gratuito, o serviço de Caixa do Tesouro em todas as localidades em que tenha agências, bem como aceitar depósitos do Estado e de outros organismos do sector público administrativo, nos termos da lei.

Enquanto instituição depositária, o Banco recebe e desembolsa valores, assegurando o respectivo registo contabilístico e efectuando pagamentos, até ao limite dos montantes depositados, mediante ordens de pagamento sobre as referidas contas.

À data das demonstrações financeiras, os depósitos do Estado ascendem a CVE 3.180.326 milhares (2013: CVE 3.778.328 milhares) (ver nota 16).

A gestão dos títulos de dívida pública é da responsabilidade da Bolsa de Valores desde Junho de 2013, conforme previsto no Decreto-lei 60/2009 de 14 de Dezembro.

NOTA 33.2 – SOCIEDADE INTERBANCÁRIA E SISTEMAS DE PAGAMENTOS

O Banco detém uma participação de 40% no capital social da Sociedade Interbancária e Sistemas de Pagamentos (SISP), visando a promoção do desenvolvimento do sistema financeiro e do sistema de pagamentos, em particular (ver nota 9).

Neste quadro, desde 2004, o Banco de Cabo Verde tem vindo a liquidar diariamente as transacções em escudos caboverdianos ocorridas por conta de BIN'S emitidos pela VISA junto aos terminais com a entrada em produção de acquiring VISA na rede vintí4.

De acordo com a deliberação do CA, o montante global da posição financeira liquidado pelo Banco é depositado semanalmente pela SISP e sem despesas para o Banco junto a um correspondente no exterior, a critério do BCV (ver nota 12).

À data das demonstrações financeiras, a participação ascendia a CVE 122.996 milhares (2013: CVE 152.200 milhares), enquanto as “Operações cambiais com a SISP” atingem o valor de CVE 124.377 milhares (2013: CVE 101.071 milhares).

NOTA 33.3 – PESSOAL-CHAVE

À data das demonstrações financeiras, o Banco possuía três Administradores (incluindo o Governador), uma Auditora Geral de Mercado de Valores Mobiliários e dez Directores de Departamento, que beneficiam de empréstimos e outras regalias vigentes na Instituição.

Para os Directores que ingressaram no quadro de pessoal até 1993, o Banco é responsável pelo pagamento de pensão de reforma e sobrevivência e assegura as despesas com assistência médica, conforme o plano de benefício a empregado (ver nota 17).

Os benefícios pagos incluem salários, encargos sociais, subsídio de residência e prémio de antiguidade.

O quadro que a seguir se insere reflecte alguns benefícios concedidos ao pessoal-chave de gestão:

em milhares de escudos		
	2014	2013
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Retribuição Base e Subsídio	15 426	12.943
Deslocação e Estadia	2 208	3.604
Contribuição para Reforma	219	198
Contribuição para Assistência Médica	73	216
Subsídio Residência	86	108
Contribuição Prémio Antiguidade	19	
Crédito	29 383	25 131
DIRECTORES E EQUIPARADOS		
Retribuição Base e Subsídio	40 900	34 555
Deslocação e Estadia	782	1 420
Contribuição para Reforma	944	1 108
Contribuição para Assistência Médica	315	369
Contribuição Prémio Antiguidade	166	239
Crédito	72 392	57 524

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 34 – HIERARQUIA DE JUSTO VALOR

De acordo com a norma internacional de relato financeiro, as mensurações do justo valor são classificadas dentro de uma hierarquia de três níveis, baseada no tipo de dados utilizados pelas técnicas de valorização que segue:

- (i) Nível 1 compreende preços cotados, não ajustados, em mercados activos para activos e passivos idênticos.
- (ii) Nível 2 são aqueles que não são preços cotados incluídos no Nível 1 e que são observáveis para o activo ou passivo, seja directa ou indirectamente
- (iii) Nível 3 compreende dados não observáveis (incluindo os dados próprios da entidade, que são ajustados, se necessário, para reflectir as premissas que os participantes do mercado utilizariam nas circunstâncias).

O quadro que segue representa o saldo dos instrumentos financeiros do BCV avaliados ao justo valor, de acordo com o nível de hierarquia do justo valor no qual está classificado:

Em 31-12-2014	em milhares de escudos			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activo				
Títulos estrangeiros	27 980 844			27 980 844
Participação em Orgnismos Internacio- nais ME - FMI	1 471 397			1 471 397
Total Activo	29 452 241	0	0	29 452 241

Em 31-12-2013	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Activo				
Títulos estrangeiros	7 511 399			7 511 399
Participação em Orgnismos Internacio- nais ME - FMI	1 379 857			1 379 857
Total Activo	8 891 256	0	0	8 891 256

Fonte: Banco de cabo Verde.

NOTA 35 – GESTÃO DE RISCO

O Banco de Cabo Verde é responsável pela definição e implementação da Política Monetária, ancorada nos objectivos de garantia da estabilidade dos preços e manutenção da solidez e da credibilidade do regime cambial, exigindo este último a constituição de um volume óptimo de reservas cambiais que garanta a plena convertibilidade do escudo cabo-verdiano. Para além do fim último de assegurar a credibilidade do regime cambial, as reservas externas têm também como objectivo garantir os pagamentos externos do Estado enquanto caixa do Tesouro, contribuindo para reduzir a vulnerabilidade da economia a choques externos.

A gestão das reservas externas do BCV pauta-se pelos princípios da Prudência, da Consciência e da Ética Profissional, que servem de orientação para a definição dos objectivos essenciais de gestão, nomeadamente, a Preservação do capital, a Liquidez e a Rendibilidade.

Por outro lado, a avaliação de riscos pelo banco central compreende o equilíbrio dos objectivos de política macroeconómica, tais como a política monetária e cambial, e os aspectos microeconómicos, como a definição de benchmarks e a avaliação da gestão. Neste âmbito, a protecção dos activos internos e externos de uma instituição requerem a definição de políticas, procedimentos e sistemas de gestão de riscos adequados, pelo que a metodologia de gestão e controlo de riscos traçada é fundamental para defender a fiabilidade da informação financeira.

No concernente à plataforma de gestão das reservas externas, encontra-se definida uma clara divisão de responsabilidades entre o Front Office, que assume os riscos financeiros, o Back Office, responsável pelo processamento de operações, e o Middle Office que procede à avaliação e controlo de riscos. Todo o processo, desde a avaliação, acompanhamento, controlo e reporting sobre a exposição ao risco, é conduzido de forma independente, no âmbito da segregação das funções.

Tendo em conta as áreas de negócio específicas, o BCV tem definido dois importantes grupos de instrumentos financeiros, com características e políticas de risco distintas:

a) Instrumentos financeiros destinados à gestão das Reservas Externas

A gestão das reservas externas do BCV é realizada por via da utilização de um conjunto de instrumentos financeiros que melhor se adequam aos objectivos da gestão. Estes instrumentos obedecem às Normas Orientadoras de Gestão de Reservas (NOGR), aprovadas pelo Conselho de Administração, onde estão estabelecidos os objectivos e preferências, as restrições e limites a serem observados nos investimentos em carteira.

b) Instrumentos financeiros destinados à execução da Política Monetária

Para a manutenção da estabilidade dos preços, o BCV dispõe de um quadro operacional de Política Monetária aprovado pelo Conselho de Administração, com um conjunto de instrumentos de cedência e de absorção da liquidez bancária, onde se incluem os Títulos de Regularização Monetária (TRM), os Títulos de Intervenção Monetária (TIM), as Facilidades Permanentes de Liquidez e as Reservas Mínimas.

As notas que seguem apresentam os principais riscos financeiros a que a gestão monetária e das reservas externas estão expostas, bem como a política de gestão adoptada pelo BCV.

NOTA 35.1 – RISCO DE LIQUIDEZ

O risco de liquidez reflecte a impossibilidade ou dificuldade de mobilização de fundos num dado momento ou a potencial incapacidade de financiar activos por prazos de maturidade e a taxas apropriadas ou de liquidar atempadamente posições em carteira a preços razoáveis.

a) Gestão de Reservas Externas

A política de gestão do risco de liquidez do BCV tem por objectivo garantir o cumprimento de todos os compromissos financeiros assumidos. Para o efeito, existe uma política de diversificação de vencimentos e definição de limites, com o objectivo de garantir a transacção de activos em carteira no mercado sem acarretar movimentos bruscos nos respectivos preços.

A monitorização deste risco é efectuada através da análise da estrutura por prazos dos investimentos.

A 31 de Dezembro, a estrutura por prazos dos investimentos apresentava a seguinte composição:

Instrumento	em milhares de escudos			
	2014		2013	
	ME	MN*	ME	MN*
Depósito à Vista	87 749 742	9 676	68 368 796	7 539
Depósito a Prazo**	74 256 579	8 188	207 063 774	22 832
Bilhetes de Tesouro	89 187 298	9 834	5 992 819	661
Obrigações	164 588 007	18 148	62 149 979	6 853
Total	415 781 626	45 846	343 575 367	37 884

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: * valores em milhões de escudos.

** inclui Fixbis.

b) Política Monetária

As intervenções de Política Monetária do BCV são realizadas por via dos instrumentos à sua disposição e visam assegurar o equilíbrio da liquidez no sistema bancário e a consequente estabilidade de preços.

O quadro seguinte reflecte as operações activas de política monetária a 31 de Dezembro, desagregadas por instrumentos, taxa praticada e montante.

	2014		2013	
Instrumentos	Taxa	Montante em milhões de escudos	Taxa	Montante em milhões de escudos
TRM 7D	-	-	0,5700%	1000
TRM 14D	0,5625%	400	-	-
TIM 30D	-	-	0,6500%	300
TIM 60D	0,5625%	300	1,0200%	300
TIM 90D	0,5625%	300	0,8094%	400
TIM 90D	0,5625%	500	-	-
TIM 180D	0,5938%	1000	-	-
Facilidades Permanentes de Absorção	0,5000%	14770	1,0000%	21 535
Total Absorção		17270		23 535
Facilidades Permanentes de Cedência	6,7500%	-	8,7500%	-
<i>Reverse Repo 7D</i>	-	-	-	-
Total Cedência	-	-	-	-

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 35.2 – RISCO DE CRÉDITO

O risco de crédito está associado à possibilidade de incumprimento das obrigações por parte de um dado emitente ou contraparte.

a) Instrumentos financeiros de gestão das Reservas Externas

Conforme definido nas NOGR, as operações estão sujeitas a critérios de elegibilidade e limites de exposição. Existem limites por contraparte/emittente e para a carteira como um todo, que consideram o montante de recursos que pode ser aplicado em cada instituição, bem como o rating mínimo e o prazo máximo admissíveis.

A avaliação do risco de crédito é sustentada, essencialmente, na classificação das agências de rating, devendo os investimentos em títulos ser efectuados em activos e instituições classificadas por, pelo menos, uma das seguintes instituições de rating: a Standard & Poor's, a Moody's Investor Services e a Fitch Ratings.

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Carteira de Liquidez (trading) apresentava as seguintes características:

Estrutura por contraparte:

2014

Instituição	Investimento Acumulado em milhões de CVE	Investimento Acumulado EUR	Limite*	Disponível	Peso
DZ Bank (Frankfurt)	453	4 111 842	30 023 728	25 911 886	1%
BNP Paribas (Paris)	3 432	31 128 006	30 023 728	-1 104 278	10%
Bred Banque Populaire (Paris)	453	4 111 842	30 023 728	25 911 886	1%
BCEE (Luxembourg)	453	4 111 842	30 023 728	25 911 886	1%
Citibank (New York)	0	1 545	30 023 728	30 022 183	0%
Société Générale (Paris)	3 779	34 268 627	30 023 728	-4 244 899	11%
Natixis Bank (Paris)	934	8 467 105	30 023 728	21 556 623	3%
Svenska Handelsbanken (Stockholm)	453	4 111 842	30 023 728	25 911 886	1%
ING (Belgium)	1 038	9 411 794	30 023 728	20 611 934	3%
Rabobank (London)	568	5 147 835	30 023 728	24 875 893	2%
ANZ Banking Group	453	4 111 842	30 023 728	25 911 886	1%
Caisse Financement L'Habitat	573	5 199 080	30 023 728	24 824 648	2%
Cie Financement Foncier	565	5 127 784	30 023 728	24 895 945	2%
Total Bancos Privados	13 156	119 310 987			40%
Banque de France	2 267	20 559 211			7%
Bank for International Settlement	2 720	24 671 053			8%
Federal Reserve Bank Of New York	1 208	10 953 983			4%
República Francesa	3 750	34 005 268			11%
Reino da Bélgica	1 103	10 002 060			3%
Governo dos Estados Unidos	4 982	45 179 970			15%
República Federal Alemã	553	5 013 034			2%
Caisse Nationale des Autoroutes	700	6 352 736			2%
Caisse D'Amortissement Dette Sociale	337	3 055 157			1%
Land Thuringen	907	8 226 332			3%
Land Berlin	677	6 140 591			2%
Freie Hansestadt Hamburg	678	6 147 510			2%
Agence Francaise Development	68	619 393			0%
Total Bancos Centrais e Supragovernamentais	19 950	180 926 296			60%
Total	33 106	300 237 283			100%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: * Limite em relação ao valor da carteira.

2013

Instituição	Investimento Acumulado em milhões de CVE	Investimento Acumulado EUR	Limite*	Disponível	Peso
DZ Bank (Frankfurt)	800	7 255 315	22 764 623	15 509 308	3%
BNP Paribas (Paris)	800	7 255 315	22 764 623	15 509 308	3%
Bred Banque Populaire (Paris)	400	3 627 657	22 764 623	19 136 966	2%
BCEE (Luxembourg)	800	7 255 315	22 764 623	15 509 308	3%
Citibank (New York)	63	567 687	22 764 623	22 196 936	0%
Société Générale (Paris)	400	3 627 657	22 764 623	19 136 966	2%
Natixis Bank (Paris)	800	7 255 315	22 764 623	15 509 308	3%
Svenska Handelsbanken (Stockholm)	400	3 627 657	22 764 623	19 136 966	2%
Den Norske Bank (Oslo)	400	3 627 657	22 764 623	19 136 966	2%
Skandinaviska Enskilda Banken (London)	400	3 627 657	22 764 623	19 136 966	2%
Rabobank (London)	1 200	10 882 972	22 764 623	11 881 651	5%
ANZ Banking Group	1 200	10 882 972	22 764 623	11 881 651	5%
Credit Agricole (Paris)	400	3 627 657	22 764 623	19 136 966	2%
Total Bancos Privados	8 063	73 120 832			32%
Deutsche Bundesbank	2 207	20 019 255			9%
Banque de France	1 600	14 510 629			6%
Banque Centrale du Luxembourg	5 517	50 030 458			22%
De Nederlandsche Bank	5 199	47 152 240			21%
Bank for International Settlement	1 103	10 000 000			4%
Federal Reserve Bank Of New York	752	6 819 996			3%
República Francesa	661	5 992 819			3%
Total Bancos Centrais e Supragov.	17 039	154 525 396			68%
Total	25 101	227 646 229			100%

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: *10% em relação ao valor da carteira.

Estrutura por Rating

2014

Instituição	País	S&P	Moody's	Fitch	
Societe General (Paris)	França		A1	P1	F1
BNP Paribas (Paris)	França		A1	P1	F1
Rabobank (London)	Reino Unido		A1	P1	F1+
Svenska Handelsbanken (Stockholm)	Suécia		A1+	P1	F1+
Den Norske Bank (Oslo)	Noruega		A1	P1	n.r
DZ Bank (Frankfurt)	Alemanha		A1+	P1	F1+
Credit Agricole (Paris)	França		A1	P1	F1
ING Bank N.V.	LU/BE		A1	P1	F1+
BCEE (Luxembourg)	Luxemburgo		A1+	P1	n.r
ANZ Banking Group	Reino Unido		A1+	P1	F1+
SEB (London)	Reino Unido		A1	P1	F1
HSBC (London)	Reino Unido		A1	P1	F1+
Nordea AB (Stockholm)	Suécia		A1+	P1	F1+
UBS AG	Suíça		A1	P1	F1
Credit Suisse (Zurich)	Suíça		A1	P1	F1
Bank of Montreal (London)	Reino Unido		A1	P1	F1+
Royal Bank of Canada	Reino Unido		A1+	P1	F1+
Bank of Nova Scotia	Reino Unido		A1	P1	F1+
Bred Banque Populaire	França		A1	P1	F1
Natixis	França		A1	P1	F1
LBBW	Alemanha		n.r	P1	F1+
República Francesa			A1+	P1	F1+
Reino da Bélgica			A1+	n.r	F1+
Alemanha			A1+	P1	F1+
Estados Unidos da América			A1+	P1	F1+

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: n.r. - not rated

				2013
Instituição	País	S&P	Moody's	Fitch
Societe General (Paris)	França	A1	P1	F1
BNP Paribas (Paris)	França	A1	P1	F1+
Rabobank (London)	Reino Unido	A1+	P1	F1+
Svenska Handelsbanken (Stockholm)	Suécia	A1+	P1	F1+
Den Norske Bank (Oslo)	Noruega	A1	P1	F1
DZ Bank (Frankfurt)	Alemanha	A1+	P1	F1+
Credit Agricole (Paris)	França	A1	P1	F1
ING Bank N.V.	LU/BE	A1	P1	F1+
BCEE (Luxembourg)	Luxemburgo	A1+	P1	n.r
ANZ Banking Group	Reino Unido	A1+	P1	F1+
SEB (London)	Reino Unido	A1	P1	F1
HSBC (London)	Reino Unido	A1	P1	F1+
Nordea AB (Stockholm)	Suécia	A1+	P1	F1+
UBS AG	Suíça	A1	P1	F1
Credit Suisse (Zurich)	Suíça	A1	P1	F1
Bank of Montreal (London)	Reino Unido	A1	P1	F1+
Royal Bank of Canada	Reino Unido	A1+	P1	F1+
Bank of Nova Scotia	Reino Unido	A1	P1	F1+
Bred Banque Populaire	França	A1	P1	F1
Natixis	França	A1	P1	F1

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: n.r. - not rated

A 31 de Dezembro de 2014 e 2013, a Carteira de Investimentos apresentava a seguinte composição por instrumento e contraparte/emitente:

2014

Tipo de Instrumento	Rating	Moeda	Valor Nominal	Cupão	Emissor	Data de Maturidade
BOND	A	EUR	3 000 000	4,00%	FORTIS BANK NEDERLAND	03/fev/15
BOND	AAA	EUR	2 800 000	1,00%	NYKREDIT	01/abr/15
BOND	AA	EUR	5 000 000	3,33%	FLEMISH COMMUNITY	12/mai/15
BOND	AA	EUR	3 000 000	3,00%	CAISSE D'AMORT DETTE SOC	25/fev/16
BOND	A+	EUR	5 000 000	2,63%	BNP PARIBAS	16/set/16
BOND	A	EUR	5 000 000	3,88%	STANDARD CHARTERED	20/out/16
BOND	AA-	EUR	5 587 000	1,38%	NORDEA BANK AB	12/abr/18
FRN	AA+	EUR	5 000 000	0,28%	UNICREDIT BANK AG	24/ago/15
FRN	AA	EUR	3 000 000	0,68%	BELGIUM KINGDOM	15/fev/16
FRN	AA	EUR	5 000 000	0,38%	ERSTE ABWICKLUNGSANSTALT	15/ago/16
FRN	AAA	EUR	10 000 000	0,11%	EUROPEAN INVESTMENT BANK	15/jan/18
FRN	AAA	EUR	6 200 000	0,09%	FMS WERTMANAGEMENT	23/jan/18
FRN	AAA	EUR	8 000 000	0,08%	LAND BADEN-WURTEMBERG	11/out/18
FRN	AAA	EUR	10 000 000	0,13%	STATE/CITY OF BREMEN	14/nov/18
FRN	A	EUR	3 500 000	0,71%	ABBEY NATIONAL TREASURY SERVICES	22/mai/19
FRN	AAA	EUR	5 000 000	0,23%	HSH FINANZFONDS	17/jun/19
FRN	BBB+	EUR	3 000 000	0,78%	ABBEY NATIONAL TREASURY SERVICES	13/ago/19
FRN	A	EUR	11 000 000	0,53%	CREDIT SUISSE LONDON	16/out/19
FRN	AA-	EUR	5 000 000	0,49%	AUST & NEW ZEALAND BANKING GROUP	28/out/19
FRN	AA-	EUR	8 000 000	0,58%	BNZ INTERNATIONAL FUNDING	02/dez/19

Fonte: Banco de Cabo Verde.

2013

Tipo de Instrumento	Rating	Moeda	Valor Nominal	Cupão	Emissor	Data de Maturidade
BOND	AA+	EUR	4.000.000	3,88%	DEXIA MUNICIPAL AGENCY	12-Mar-14
BOND	AAA	EUR	5.000.000	3,25%	LAND NIEDERSACHSEN	07-Abr-14
BOND	AA-	EUR	2.500.000	4,50%	NORDEA BANK AB	12-Mai-14
BOND	AA+	EUR	6.000.000	3,63%	SWEDISH EXPORT CREDIT	27-Mai-14
BOND	AAA	EUR	2.000.000	2,75%	SWEDBANK HYPOTEK AB	10-Set-14
BOND	AA	EUR	5.000.000	3,33%	FLEMISH COMMUNITY	12-Mai-15
BOND	AAA	EUR	3.000.000	2,50%	SPAREBANK 1 BOLIGKREDITT	23-Jun-15
BOND	AAA	EUR	3.000.000	4,10%	CAISSE REFINANCE L'HABIT	25-Out-15
BOND	AA+	EUR	3.000.000	3,00%	CAISSE D'AMORT DETTE SOC	25-Fev-16
FRN	AA-	EUR	4.000.000	0,37%	GE CAPITAL EURO FUNDING	03-Abr-14
FRN	AA+	EUR	5.000.000	0,42%	UNICREDIT BANK AG	24-Ago-15
FRN	AA	EUR	3.000.000	0,82%	BELGIUM KINGDOM	15-Fev-16
FRN	AA	EUR	5.000.000	0,52%	ERSTE ABWICKLUNGSANSTALT	15-Ago-16
FRN	AA	EUR	10.000.000	0,57%	RABOBANK NEDERLAND	18-Nov-16
DEPO	AAA	EUR	50.000.000	0,30%	BANK CENTRALE DU LUXEMBOURG	14-Jan-14

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Por *credit rating*, os instrumentos subdividem-se como segue:

	2014		2013	
	Rating *	em %	Rating *	em %
Longo Prazo	AAA	38	AAA	58
	AA	35	AA	39
	A	27	A	4
Total		100		100

Fonte: Banco de Cabo Verde.

Nota: *Standard & Poor's

O risco de crédito é gerido, também, por via da selecção rigorosa de emitentes originários de países elegíveis pelas NOGR.

A distribuição geográfica dos investimentos totais da Carteira Global no último dia do ano apresentava-se da seguinte forma:

Distribuição Geográfica	2014	2013
	em percentagem	
Zona Euro	67	80
US	14	2
UK	8	7
Restantes	12	10
TOTAL	100	100

Fonte: Banco de Cabo Verde.

b) Instrumentos financeiros de execução da Política Monetária

A 31 de Dezembro, o BCV não tinha em carteira qualquer activo derivado da cedência de fundos aos bancos comerciais. Por outro lado, os activos em títulos do Estado que tem em carteira, não comportam um risco de crédito associado, devido à grande credibilidade do emitente.

Igualmente os títulos do BCV (TRM e TIM) acumulados no fim do ano, não comportam qualquer risco de crédito para o sistema financeiro, devido à grande credibilidade do emitente enquanto autoridade monetária.

NOTA 35.3 – RISCO DE MERCADO

O risco de mercado representa a probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital de uma instituição, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos activos financeiros, provocados por flutuações nas taxas de juro e taxas de câmbio. Pode ser medido como o ganho ou a perda potencial de uma carteira de activos associados a um movimento de preços com uma determinada probabilidade, num determinado horizonte temporal. O risco de mercado é constituído por diferentes classes de risco, nomeadamente de taxas de juro e de câmbio, sendo o seu controlo e manutenção em níveis considerados adequados, assegurados pela imposição de limites estratégicos e táticos.

35.3.1 Risco de taxa de juro

É o risco resultante das alterações nas taxas de juro que afectam o justo valor e o fluxo financeiro futuro dos instrumentos.

O risco de taxa de juro é medido e monitorizado através da Modified Duration (MD), que no fecho do ano apresentava os seguintes valores, por tipo de carteira:

Carteira	MD
Investimento	0,42
Liquidez	0,27

Fonte: Banco de Cabo Verde

35.3.2 Risco de taxa de câmbio

O risco cambial traduz as oscilações do valor dos activos e passivos denominados em moeda estrangeira.

O risco de câmbio é acompanhado pela abordagem de gestão de activos e passivos, no qual se exige sempre, no curto prazo, posições cobertas (matched positions) das principais moedas, o euro (EUR) e o dólar norte-americano (USD).

A composição cambial dos activos, a 31 de Dezembro, era de 70,1% em euros e 29,9% em dólares.

A distribuição dos investimentos por moeda era a seguinte:

Moedas	em milhões de escudos			
	2014		2013	
	ME	MN	ME	MN
EUR	291 154 131	32 104	248.699.081	27.423
USD	124 415 065	13 719	94.690.881	10.441
Outros	212 429	23	185.406	20
Total		45 846		37.884

Fonte: Banco de Cabo Verde.

NOTA 35.4 – RISCO OPERACIONAL

O risco operacional é o risco de perdas originadas pelo mau funcionamento de sistemas informáticos, de sistemas de transmissão e da inadequação ou falhas dos processos internos, de erros humanos ou em consequência de eventos externos. Para a prevenção e controlo desse risco, o BCV possui sistemas de controlo interno adaptados às características das suas actividades, regulamentos que estabelecem as competências de cada departamento e as atribuições de seus gestores e, ainda, normas e manuais que definem os critérios e procedimentos para as actividades da instituição.

O Sistema Integrado de Gestão de Reservas, que opera também como um sistema de gestão de risco e privilegia a automatização dos procedimentos, é fundamental na minimização dos riscos operacionais.

O cumprimento dos normativos internos e a observância dos sistemas de controlo interno são acompanhados pelo Departamento de Auditoria Interna, a quem compete zelar pela regularidade dessas acções. Adicionalmente, os departamentos zelam individualmente pelo cumprimento dos normativos instituídos referentes às operações sob sua responsabilidade, reunindo-se periodicamente para avaliar os níveis de controlos instituídos e propor as medidas necessárias ao ajustamento e adequação dos procedimentos.

Neste âmbito, visando contribuir para o reforço e a implementação de um sistema baseado na credibilidade, segurança e integridade da informação, o Comité de Segurança e Compliance tem a missão de adoptar os princípios de boa Governança Corporativa e dar continuidade ao processo de fortalecimento da imagem da instituição, nomeadamente a nível da melhoria do sistema de controlo interno, da identificação e resposta aos riscos inerentes às actividades e da qualidade da informação prestada.



Relatório de Auditoria

Introdução

1 Auditámos as demonstrações financeiras anexas do Banco de Cabo Verde ("Banco"), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2014, a Demonstração dos resultados, a Demonstração do rendimento integral, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como um resumo das principais políticas contabilísticas e outra informação explicativa.

Responsabilidades do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

2 O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com os princípios contabilísticos constantes do Plano de Contas do Banco de Cabo Verde e pelo controlo interno que determine ser necessário para possibilitar a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro.

Responsabilidades do Auditor

3 A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras, com base na nossa auditoria a qual foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Essas Normas exigem que cumpramos com requisitos éticos e que planeemos e executemos a auditoria para obter garantia razoável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorção material.

4 Uma auditoria envolve a execução de procedimentos para obter prova de auditoria acerca das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude ou a erro. Ao fazer essas avaliações do risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras pelo Banco a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas efetuadas pelo Conselho de Administração, bem como a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras.

5 Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

6 Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira do Banco de Cabo Verde em 31 de dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data de acordo com os

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

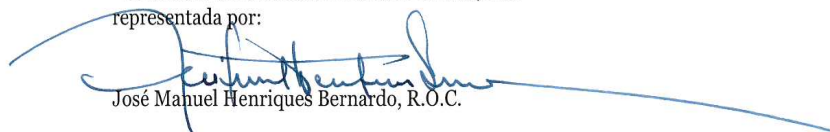
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 9077

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda, pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

princípios contabilísticos constantes do Plano de Contas do Banco de Cabo Verde, os quais se encontram resumidos na Nota 2.3 das Notas às demonstrações financeiras.

26 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda
representada por:



Handwritten signature in blue ink, appearing to read 'José Manuel Henriques Bernardo'.

José Manuel Henriques Bernardo, R.O.C.

